

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa

Verena Sevá Nogueira

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social, sob orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

Campinas
Agosto de 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Por Sandra Ferreira Moreira CRB nº 08/5124**

N689s **Nogueira, Verena Sevá**
Sair pelo mundo. A conformação de uma
territorialidade camponesa / Verena Sevá Nogueira . - -
Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi.
Tese(doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Territorialidade Humana. 2. Migração. 3.
Camponeses-Brasil-Aspectos sociais. 4. Antropologia-
Brasil-Nordeste . I. Godoi, Emília Pietrafesa de -
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Título em inglês: Toing and froing. The making of a peasant
territoriality.

Palavras chaves em inglês (keywords) : Territoriality, Human
Migration
Peasants-Brazil-Social aspects
Anthropology-Brazil-Northeast

Área de Concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor

Banca examinadora: Emília Pietrafesa de Godoi
Ellen Fensterseifer Woortmann
Marilda Aparecida de Menezes
Russell Parry Scott
Fernando Antonio Lourenço

Data da defesa: 24/08/2010

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

VERENA SEVÁ NOGUEIRA

Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa.

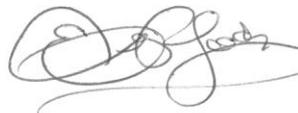
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para o curso do grau de Doutor em Antropologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 24/08/2010.

Comissão Julgadora:

Titulares:

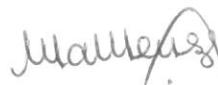
Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi – (DA-IFCH) - (Presidente)



Profa. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann – UnB



Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes – UFCG



Prof. Dr. Russell Parry Scott – UFPE



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço – DS-UNICAMP



Suplentes:

Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello - UNESP

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz – DA-UNICAMP

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida – DA-UNICAMP

**Campinas
agosto/2010**

201027669

A Isadora e Tiago

AGRADECIMENTOS

Ninguém faz tese só. São muitas as pessoas que nos ajudam no percurso da pesquisa. Com algumas convivemos cotidianamente e com outras vivemos etapas do processo ou temos somente alguns poucos encontros. São muitas as pessoas. Por isso talvez seja tão difícil lembrar de todas num momento tão delicado como o do final da tese, quando estamos literalmente esgotados. Mas é nesse lugar da tese, nos agradecimentos, para onde tentamos sempre trazer algumas dessas pessoas, ao menos as mais importantes no nosso trabalho e na nossa vida.

Para começar agradeço profundamente minha orientadora Emília Pietrafesa de Godoi, minha primeira professora de Antropologia, com quem tive aula logo no primeiro semestre do curso de graduação em Ciências Sociais na Unicamp. Durante o mestrado a conheci melhor, pois além de ter sido novamente minha professora, dentro e fora de sala de aula, participou de minhas bancas de qualificação e de defesa. Mas foi no doutorado que Emília passou a ser minha orientadora. Foi com ela, durante os últimos cinco anos, que mais aprendi e tomei gosto pelo ofício de antropóloga.

Agradeço também meu outro importante mestre, o Prof. Fernando Lourenço, meu primeiro tutor na academia, quem depositou confiança em mim quando lhe procurei, ainda durante a graduação, dizendo que queria fazer uma pesquisa. Fernando foi meu orientador nas etapas da iniciação científica e do mestrado. No doutorado tornou-se meu examinador, tendo participado vivamente, como lhe é característico, de meu exame de qualificação.

Agradeço a Professora Marilda Menezes por sua fina argüição no exame de qualificação de doutorado, que iluminou de forma decisiva a continuidade da pesquisa. E também por ter me acolhido em sua casa em Campina Grande, durante o encontro da Rede de estudos rurais.

Em meu percurso acadêmico tive outros mestres aos quais devo respeito e gratidão, dentre eles, Mauro Almeida, Octávio Ianni, Márcio Naves, Suely Kolfes, Lygia Sigaud, Sérgio Silva e Omar Ribeiro Thomaz.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, pelo auxílio financeiro e pelos primorosos pareceres técnicos.

Agradeço a todos os funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em especial à Irene e à Maria José, secretárias, respectivamente, do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia do IFCH/Unicamp, por atenderem sempre prontamente minhas demandas acadêmicas.

Agradeço a equipe do Ceci-Unicamp, especialmente às professoras Márcia, Aleide, Simone, Lídia e Ivonete, que com tanto carinho cuidaram do Tiago e da Isadora durante os anos da pesquisa.

Agradeço aos colegas dos muitos seminários de orientação coordenados pela professora Emília, pelos comentários, críticas e incentivos que sempre apuseram à minha pesquisa.

Agradeço especialmente aos meus amigos e colegas do Centro de Estudos Rurais da Unicamp (Ceres), Nashieli Rangel Loera, Mariana Chaguri, José Carlos Pereira, Vanda Silva, Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Juliana Guanais, Marisa Barbosa Araújo, Senilde Guanais, Ana Carolina Bazzo, Ana Paula Bolfe e Carmem Andrioli, que além de colegas de debate de assuntos do “rural”, são parte de minha “casa” na Unicamp.

Agradeço de maneira especial a Vanderci e a Neide, por terem me recebido carinhosamente em sua casa de Vitória da Conquista, um lugar que me senti em casa mesmo estando tão longe.

Agradeço a Luciana Camargo Bueno, Thais Tartalha do Nascimento Lombardi e Ana Carolina Bazzo da Silva, pelas refinadas transcrições de minhas entrevistas de campo.

Agradeço Diego Amoedo, por sua gentileza em me ajudar com alguns mapas da tese.

Agradeço Sandra Sevá Nogueira e Francisco de Paula Nogueira pela ajuda com a revisão do texto da tese, com o *abstract* e pelos esclarecimentos agronômicos.

Agradeço a José Vilton Costa por sua exímia ajuda com os diagramas de parentesco, com os croquis, com a formatação da tese, e com muitas outras imprescindíveis tarefas ao longo deste trabalho.

Tive ainda muitos outros colegas do doutorado e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, com os quais convivi e aprendi tantas coisas durante esse percurso. A todos meu agradecimento.

Em especial agradeço a Nashieli Rangel Loera, colega, amiga e comadre com quem nesse caminho partilhei cafés, e também alegrias e angústias da tese, e com quem aprendi a dar importância “ao que me dizem meus dados”.

E também a minha amiga de longa data, Luciana Camargo Bueno, que no último ano da tese, me fez companhia praticamente diária nos agradáveis cafezinhos no Pagú, um alento no meio de tudo.

A meus interlocutores que abriram para mim suas casas e suas vidas, meus sinceros agradecimentos. À Maria, a que primeiro conheci, ainda em Campinas, por ter me inserido em sua rede familiar através da qual cheguei ao sertão da Bahia e aos cafezais de São Paulo, podendo tecer minha própria rede de interconhecimento e chegar até as muitas pessoas que emprestaram suas vidas a esta pesquisa.

Agradeço a meus pais Sandra e Francisco pelo interesse e participação que sempre tiveram no meu trabalho, e pela ajuda incondicional em todo o resto.

À minha irmã Constanza e às minhas queridas avós Isa e Maria José, em nome das quais agradeço todos os outros familiares que de alguma forma participaram deste longo processo.

E o meu maior agradecimento ao Vilton, meu companheiro de vida, quem comigo viveu todo o processo da tese, onde pesquisa e vida se misturam, se estranham e se completam. Uma convivência que me deu não somente coragem para enfrentar todo esse percurso, mas principalmente muita alegria.

Por fim, agradeço a meus queridos filhos, Tiago e Isadora, que nasceram dentro desse período nem sempre fácil, que é o tempo do doutorado, e que a ele deram um colorido todo especial.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como se constitui o território de famílias camponesas que se deslocam desde as *fazendas* sertanejas para outros lugares. Propõe-se pensar a construção do território dessas famílias dentro de uma composição de espaços conectados entre si.

A pesquisa foi realizada junto a famílias camponesas do município de Aracatú, localizado no sul do estado da Bahia, em região sertaneja do Brasil. Famílias marcadas por trajetórias de deslocamentos para a região Sudeste do Brasil, em especial para os municípios de Campinas e de Artur Nogueira, no estado de São Paulo, e para cafezais no sul do estado de Minas Gerais e de Campinas.

Por meio da movimentação espacial das famílias, das redes de relacionamento tecidas entre os lugares para onde elas se movem e das trocas que ocorrem entre as pessoas espalhadas nos diversos espaços, delineia-se uma configuração territorial construída no trânsito de pessoas e de bens (materiais e simbólicos). A “casa” enquanto noção em torno da qual se estrutura as relações sociais revelou-se fundamental para a compreensão de como as famílias se agrupam, se organizam e se reproduzem dentro de um território móbil. Um território que transborda os limites geográficos da “casa” sertaneja, das novas casas de moradia do Sudeste e dos alojamentos de migrantes, conformando-se na inter-relação entre esses distantes embora conectados espaços.

Palavras-chaves: Territorialidade Humana, Migração, Camponeses-Brasil-Aspectos sociais, Antropologia-Brasil-Nordeste.

ABSTRACT

The study was developed to understand how peasant families move from homestead to other one to constitute a new territory and how both are connected. The study was carried out among peasant families of Aracatú, a small town in the state of Bahia, Brazil. These families often displace to Campinas and Artur Nogueira, cities of the state of São Paulo and to coffee plantations in the county of Campinas or in farms of the state of Minas Gerais. Nets of relationship are formed between the places and the people within the spatial movement of the family members. A territorial configuration is built by the traffic of people and goods (material and symbolic). The “house” is the fundamental category to understand how evaluated families form groups, organize and reproduce themselves inside the movable territory. This territory overflows the borders of the peasant “houses”, the new houses and the migrant lodging, making of the relationship between these distant but connected places.

Key-words: Territoriality, Human Migration, Peasants-Brazil-Social aspects, Anthropology-Brazil-Northeast.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura fundiária do município de Aracatú-BA, 2006.....	58
Figura 2. Localização geográfica do município de Aracatú no estado da Bahia e no Brasil.	59
Figura 3. Localização das <i>fazendas</i> Martim e Baixa Escura no município de Aracatú, BA67	
Figura 4. Genealogia do Velho Zora e de dona Calú	70
Figura 5. Genealogia de Zé de Zora e Laura	71
Figura 6. Genealogia de Alceu e Vinú.....	71
Figura 7. Croqui da <i>fazenda</i> Martim.....	73
Figura 8. Croqui da <i>fazenda</i> Baixa Escura.....	82
Figura 9. Casamento entre primos (vizinhos).....	92
Figura 10. Casamento entre vizinhos 1.....	93
Figura 11. Casamento entre vizinhos 2.....	93
Figura 12. Rotas migratórias entre Aracatú, Minas Gerais e São Paulo.....	98
Figura 13. Relações entre grupos familiares 1	118
Figura 14. Relações entre grupos familiares 2.....	123
Figura 15 . Desenho do cotidiano	231

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1. Bar da pensão da Dona Maria	62
Fotografia 2. Caminhão que faz a linha.....	64
Fotografia 3. Velho Zora e a filha Nanô na fazenda Martim	68
Fotografia 4. Laura buscando água na lagoa da fazenda Martim	88
Fotografia 5. Lavação de roupa no lajedo da fazenda Lagoa do Alto	89
Fotografia 6. Cisterna doméstica.....	90
Fotografia 7. Embarque do ônibus de montão em Artur Nogueira, SP	137
Fotografia 8: Estudantes e migrantes do café	165
Fotografia 9. Rua de café.....	182
Fotografia 10. Trabalhador na derrixa do café.	183
Fotografia 11. Sacolão e caixa-medida	184
Fotografia 12. Migrantes e visitantes no interior de uma das casas do alojamento de migrantes.....	187
Fotografia 13. Visitas no cafezal da fazenda Monte D’Este	188
Fotografia 14. Casas que compõem o alojamento de migrantes na fazenda Monte D’Este.....	189
Fotografia 15. Casa de Giovana, Graça e Marli na fazenda Monte D’Este	191
Fotografia 16. Quadro fotográfico do casal Kainha e Bainha	212
Fotografia 17. Escombros da casa de Maria.....	214
Fotografia 18. Casa em construção de Babalú e Bugí em 2007	225
Fotografia 19. Casa finalizada de Babalú em Bugí em 2008	226
Fotografia 20. Casa de Zé de Zora e Laura em abril de 2007	232
Fotografia 21. Casa de Zé de Zora e Laura em abril de 2008.....	233
Fotografia 22. Casa de dona Calú.....	234
Fotografia 23. Casa de Alceu e Vinú em abril de 2007	234
Fotografia 24. Casa de Alceu e Vinú em abril de 2008	235
Fotografia 25. Casa de Babalú e Bugí	236
Fotografia 26. Casa de Kainha e Bainha.....	236

Fotografia 27. Casa de Nanô e Antônio	237
Fotografia 28. Casa de Nanô e Antônio (Artur Nogueira).....	238
Fotografia 29. Casa fechada na fazenda Martim.....	238
Fotografia 30. Prédio da escola (Martim)	239
Fotografia 31. Casa de Zé Mascate e Dalvanir	240
Fotografia 32. Escombros da casa de Gersino	241
Fotografia 33. Casa de Laiminha e Giovana	241
Fotografia 34. Casa de Isáia e Nice	242
Fotografia 35. Casa de Lúcia (Baixa Escura)	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Moradores da fazenda Martim, segundo atividade realizada e destino, nas saídas para o café, nos anos de 2007 e 2008.....	158
Quadro 2. Moradores da fazenda Baixa Escura, segundo atividade realizada e destino, nas saídas para o café, nos anos de 2007 e 2008	159
Quadro 3. Moradores do quarto “1” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego , no ano de 2009.	192
Quadro 4. Moradores do quarto “2” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego, no ano de 2009.	193
Quadro 5. Moradores do quarto “3” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego, no ano de 2009.	193
Quadro 6. Moradores da casa “2” segundo idade, estado civil, local de procedência e relações de parentesco no ano de 2009.....	195

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	1
Campo-campos.....	1
(Re) encontro no campo: uma segunda viagem.....	14
CAPÍTULO I - TERRITÓRIO E MOVIMENTO.....	19
1.1 - Territórios em movimento	19
1.2 - Trajetórias em movimento	37
1.2.1 - Bloco familiar 1	37
1.2.2 - Bloco familiar 2	38
1.2.3 - Bloco familiar 3	38
1.2.4 - Os protagonistas.....	39
CAPÍTULO II - LUGAR DE PARTIDA	57
2.1 - A <i>fazenda</i> Martim.....	66
2.2 - A <i>fazenda</i> Baixa Escura.....	80
2.3 - O convívio com a seca.....	87
2.4 - Casamento em casa	91
CAPÍTULO III - SAIR PELO MUNDO.....	97
3.1 - <i>Sair</i> para São Paulo.....	115
3.1.1 - Chegada de Maria em Campinas	115
3.1.2 - Chegada de Maria em Artur Nogueira	123
3.1.3 - De montão	130
3.1.4 - Presentes e <i>ajudas</i>	138
CAPÍTULO IV - SAIR PARA O CAFÉ	147
4.1 - Os que <i>saem</i> e os que ficam	150
4.2 - Os preparativos para <i>sair</i> : a procura de um lugar na <i>turma</i>	165
4.3 - A lida e a vida <i>no café</i>	178
4.4 - A volta do pessoal do café	197
CAPÍTULO V - SAIR PARA COMER NO MESMO LUGAR	205
5.1 - As casas e a “Casa”	207
5.2 - “Constelação de casas” e território fragmentado	226

5.3 - Dossiê Fotográfico	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS.....	249
Anexo 1 - Um dia na feira de Aracatú	257
Anexo 2 - Ida à fazenda mergulhão: a construção de uma comunidade	261
Anexo 3 - Casamentos nas fazendas Martim e baixa escura	263
Anexo 4 - Poema Aracatu K fé na mente.....	267
Anexo 5 - Autorização de entrada de visita (fazenda monte d'este)	271
Anexo 6 - Alojamento de migrantes da fazenda Monte D'Este	273
Anexo 7- Diagrama de parentesco extenso	277

PREÂMBULO

O objetivo central da pesquisa é compreender como se constitui e se organiza o território de famílias¹ sertanejas em face de práticas migratórias. A pesquisa foi realizada junto a famílias provenientes das *fazendas*² Martim, Baixa Escura e dos arredores, situadas no município de Aracatú, estado da Bahia, Brasil, que se deslocam para lugares da região Sudeste brasileira, em especial para os municípios de Campinas e de Artur Nogueira, no estado de São Paulo, e para fazendas de café no sul do estado de Minas Gerais.

Os deslocamentos de pessoas entre esses diferentes espaços geográficos, assim como as redes de relacionamento tecidas nessa movimentação circular, foram tomados como fios condutores da pesquisa, balizando a compreensão do processo de constituição dos territórios de vida.

CAMPO-CAMPOS

Uma estada em campo é sempre algo ao mesmo tempo instigante e frustrante, emocionante e maçante, ou seja, um mosaico de situações de encontros e desencontros, e de sentimentos que nos deparamos de forma

¹ A família desvelou-se ao longo da pesquisa como unidade analítica privilegiada, pois através dela está organizada a maior parte dos processos e práticas locais, em especial as práticas migratórias. Uma família composta por parentes consangüíneos e afins, que aparece ora como nuclear, constituída por duas gerações, os pais e filhos, ora como uma família ampliada, sob a qual se agrupa uma extensa parentela. Famílias que estão classificadas ao longo do texto como “famílias rurais”, “famílias camponesas” ou ainda, “famílias migrantes”, seja em razão de seus membros procederem de um contexto rural, seja por partilharem características de um modo de vida camponês, ou ainda, por causa da forte circulação de seus membros entre os diferentes espaços geográficos. Tais classificações foram úteis ao diálogo com outros trabalhos teóricos e outras pesquisas empíricas sobre temas afins. Um trânsito de classificações empreendido ao longo do texto que a primeira vista pode parecer uma fraqueza metodológica ou conceitual deste trabalho, mas que tem uma razão de ser, que é a de evidenciar o fato de serem famílias que não podem ser engessadas numa ou noutra tipologia simplesmente, mas são famílias que, assim como seu território, são transformadas por causa dos deslocamentos.

² Fazenda é a forma local como são chamadas as propriedades de terra em Aracatú, no estado da Bahia. É uma forma de nomeação utilizada indistintamente não importando o tamanho da propriedade. Sugere-se que seja resquício de uma época em que as propriedades eram grandes, ou ainda, de uma época em que era intensa a prática da criação de animais, caprinos e bovinos em áreas compartilhadas entre várias propriedades, no caso, em fazendas. Quando me referir a essas fazendas sertanejas, e para diferenciá-las de outras fazendas de alhures, a partir desse ponto passo a grafá-las sempre em itálico.

concentrada, imersa. A única constante é a certeza de que é impossível a um cientista social passar ileso por ela, sem nada levar para as pessoas e sem nada com elas aprender.

Estive pela primeira vez em Aracatú, região Sudoeste da Bahia, sertão³, entre os dias 11 e 26 de abril de 2007. Senti receio do como as pessoas me receberiam em suas casas; senti compaixão quando uma senhora já idosa chorou quando lhe disse que conhecia sua filha em Campinas; fiquei espantada quando descobri que em mais de uma casa onde me hospedaria não havia banheiro; senti receio ao utilizar um dos meios de transporte mais comum no local, a motocicleta; senti alegria quando fui convidada a passear a cavalo; tive dificuldade em me acostumar com a culinária do local e senti muitas saudades da minha casa e dos meus familiares; enfim, foram as minhas primeiras experiências de campo na Bahia.

No ano seguinte estive novamente em Aracatú, convivi com praticamente as mesmas pessoas, mas o contexto era novo, era o meu reencontro com as pessoas e com um lugar que não ficaram parados no tempo. Foram novas experiências de campo.

Muitas de minhas inquietudes e posicionamentos face a situações vividas em campo tiveram influência do último texto que li antes de partir pela primeira vez à Bahia, “Reflexiones sobre un trabajo de campo em Marruecos”, de Paul Rabinow (1992). Neste texto o autor explora de forma bastante envolvente alguns sentimentos de um antropólogo durante um trabalho de campo. Questiona se durante um trabalho de campo o antropólogo deveria colocar-se sempre num papel de aceitação em relação aos atos e opiniões de seus interlocutores, já que desta forma foi-lhe ensinado por seus professores da academia.

³ Sertão é como é chamada a região onde se situa Aracatú e outros municípios e estados do Nordeste brasileiro, que pactuam da baixa incidência de chuvas. Trata-se da área mais seca da região Nordeste, definida pela Geografia como região semi-árida ou mesmo sertão, em oposição a outras três paisagens naturais nordestinas: o Meio-Norte, prolongamento da Amazônia na região, o Agreste, zona de transição entre o sertão e a Zona da Mata, a área mais úmida, já próxima ao litoral. Desde o início do século passado, o termo sertão ocupa um lugar importante dentro do imaginário nacional brasileiro. Uma forma de designar um território desconhecido, pobre e de clima seco, que se localiza no interior do país, numa oposição ao litoral, um lugar conhecido, que simboliza a riqueza. Deste período cito o livro “Os Sertões, publicado em 1902 por Euclides da Cunha.

Peço licença ao leitor para relatar, antes de minhas próprias experiências de campo, o episódio de uma festa de casamento que Rabinow, enquanto fazia pesquisa de campo em Marrocos, fora convidado a ir por Alí, um de seus “informantes”⁴, nos arredores de Sefrou. De início gostara do convite, seria uma forma de sair da rotina e conhecer um pouco da zona rural de Marrocos que ainda não tivera oportunidade de ir. Em contrapartida, e por não dispor de carro próprio, Alí teria a carona do antropólogo, e ganharia prestígio por chegar ao local da festa acompanhado de um estrangeiro. Chegando o dia da festa Rabinow ficara doente e sentindo-se muito mal e dissera a Alí que não poderia mais acompanhá-lo. Este bastante frustrado, conseguira convencer o pesquisador a mudar de opinião, prometendo que voltariam cedo. Seguiram então no carro de Rabinow, Alí e Soussi, outro rapaz marroquino e amigo de Alí. No início da festa tudo era interessante, coisas novas a ver, pessoas novas a conhecer. Não obstante, as horas se adiantavam e nada de Alí sinalizar o retorno para Sefrou. O tempo foi passando e nada da promessa de Alí se concretizar, mesmo diante das insistentes cobranças de Rabinow para irem embora. Já eram três da manhã quando este perdeu a paciência, chamou Soussi e disse que iria embora, com ou sem Alí. Soussi conseguiu trazer o amigo para o carro e finalmente partiram. Durante o percurso de volta Rabinow pouco falava. Num dado momento Alí perguntou se ele estava contente por ter ido à festa. Diante da pergunta, Rabinow enfrentou seu primeiro dilema: como dizer que estava contente e feliz - que entendia ser a atitude adequada a um antropólogo que fora convidado por um interlocutor de pesquisa para ir a uma festa - de ter ido ao casamento se não estava, se estava, aliás, com muita raiva de Alí. Ponderou em pensamento:

eu não podia dizer que sim, era isso superior às minhas forças. Meu superego me dizia que deveria fazê-lo. Porém, os sucessos do silêncio combinados com minha frustração de não poder me expressar

⁴Embora Rabinow denomine por “informantes” as pessoas com as quais interage em campo, entendo que a relação que mantém com essas pessoas é mais completa do que uma relação meramente informativa, sendo uma interlocução perpassada por relações de troca e de poder. No lugar de “informantes”, prefiro me referir a elas como interlocutores de pesquisa.

adequadamente em árabe puderam mais que eu (RABINOW, 1992, p.57, tradução livre).

Respondeu por fim que não estava contente. Alí perguntou o motivo de seu descontentamento. Rabinow explicou sua decepção com a promessa não cumprida do primeiro, e que seu desejo era ter ido embora mais cedo porque estava se sentindo mal. O silêncio entre ambos voltou. Somente Soussi continuava a falar no interior do carro com o intuito de preencher aquele vazio constrangedor. Mais adiante na viagem novamente a mesma pergunta de Alí, e a mesma resposta de Rabinow. Diante de uma situação constrangedora que ali se instaurara e que persistia, Alí ameaçou sair do carro. Esse jogo de perguntas, respostas e ameaças em sair do carro repetiu-se várias vezes, culminando com Rabinow dizendo a Alí que ele se comportava feito criança, e, que se estava realmente falando descontente com a situação, que deveria descer do carro e seguir a pé até Sefrou. Ato contínuo, Alí desceu do carro e andou vários quilômetros até sua casa.

Durante o resto da noite Rabinow mal conseguiu dormir. Perguntava-se, por um lado, se teria incorrido num erro profissional ao tratar Alí daquela forma, enfrentando-o e deixando-o no numa estrada no meio da noite, ou ainda, se sua relação com o mesmo teria se encerrado naquele momento; por outro lado, não conseguia se arrepender do que acabara de fazer. Afirmou que “se isto era antropologia e a havia estragado por minha culpa, então ela não era para mim, assim simplesmente “(RABINOW, 1992, p.58, tradução livre).

No dia seguinte Rabinow procurou Alí e depois de uma reaproximação nada fácil, descobriu que o embate da noite anterior fora uma “congruência fortuita”. Se em outro contexto o comportamento que tivera poderia resultar em uma ruptura irreparável da relação antropólogo e seu interlocutor, no caso relatado, ele possibilitou uma comunicação efetiva entre Rabinow e Alí. Antes do episódio do casamento, o que existia entre ambos era uma relação de “hóspede-anfitrião”. Na cultura marroquina ser “anfitrião” é honroso, sendo os valores da liberalidade e da generosidade os princípios dessa relação; muito se faz e se despende

materialmente para agradar ao “hóspede”. Por contrapartida, há uma relação de dependência do “hóspede” em relação ao “anfitrião”.

No início do relacionamento entre Rabinow e Alí, o primeiro afirma ter feito o que qualquer antropólogo faria em seu lugar, evitando qualquer resposta mais ofensiva ao segundo. Posteriormente, contudo, no retorno do casamento, no carro, o embate entre o de fora e o “nativo” conformou-se como um marco final da submissão do primeiro em relação ao seu “anfitrião”. As duras afirmações de descontentamento de Rabinow com Alí e o desfecho final, quando este desceu do carro no meio da noite, atuaram decisivamente na ruptura da relação de “hóspede-anfitrião”.

O desfecho da história, embora imprescindível para a continuidade da pesquisa de Rabinow, é de somenos importância para este texto. O motivo de me demorar no relato desta história vivida por um antropólogo norte americano, em sua pesquisa de campo no Marrocos, é levantar questões exatamente acerca do meu papel de antropóloga nos relacionamentos com os interlocutores e com seus espaços de vida. Teria cabimento expressar de meus sentimentos, quaisquer que fossem eles, de raiva, de felicidade, de angústia, ou qualquer outro, diante das pessoas com as quais me relaciono em campo? Isso levaria a um problema metodológico de falta de postura profissional em campo?

Ambas as experiências de campo que tive em Aracatú foram bastante intensas e envolventes. Embora encarados como fatos, situações e contratempos comuns a quase todas as pessoas que vão para um lugar desconhecido e se relacionam com pessoas novas, para mim estas se mostraram situações de campo bastante significativas, seja para a minha vida pessoal, seja para a pesquisa que ora se delineava.

No campo o pesquisador é um estranho na casa e no cotidiano dos pesquisados, intrometendo-se em suas vidas e despencando sobre eles questionamentos sem fim; e, de forma mais ou menos intensa, modificando o seu cotidiano e a sua forma de se verem em algumas situações. Entretanto, tendo a concordar com Rabinow (1992), com o fato de que a despeito das entrevistas e das conversas que os “informantes” têm com o pesquisador, eles continuam

vivendo sua vida, seu trabalho, seu lazer, e que somos nós, os pesquisadores de campo, que têm sua rotina totalmente modificada em campo, por ser um lugar e pessoas “distantes” de seu cotidiano, e para isso, acrescento, o esforço é grande.

Instaurada a relação entre o antropólogo e o interlocutor, alguns cuidados são exigidos como em qualquer relação humana, caso queiramos perpetuar a relação. O respeito ao outro, seu jeito de ser, agir e pensar sobre a vida e sobre o mundo é uma premissa básicas da conduta de qualquer pesquisador. Ademais, num trabalho antropológico através do qual se pretende a construção de uma relação de interlocução e conhecimento sobre uma dada realidade social, as pré-noções e pré-concepções do pesquisador devem ser afastadas ao máximo; mas isso não significa por outro lado a busca de uma neutralidade, o que seria contraditório com a própria noção de interlocução que o pesquisador em campo almeja construir.

Em minha primeira viagem de campo à Bahia não pude muitas vezes conter meus sentimentos, opiniões e estranhamentos com o que era apresentado, mesmo sabendo isso poderia redundar em situações constrangedoras ou mesmo perigosas para a relação que pretendia instaurar. Mas foi somente dessa maneira que consegui seguir em meu relacionamento em campo com as pessoas do lugar. Não encarei os imponderáveis do campo como um erro, um empecilho para a investigação, mas como parte da relação que construí com as pessoas com as quais convivi. Foi por meio desses relacionamentos de campo, algumas vezes embaraçosos e perigosos para a condução do trabalho, que assentei as reflexões dessa pesquisa.

Na área rural de Aracatú estive pela primeira vez em 2007. Hospedei-me cinco dias na casa de José, conhecido também como Zé de Zora⁵, e de sua esposa dona Laura, na *fazenda* Martim, e na casa de Gersino e Lúcia, na vizinha *fazenda* Baixa Escura. Nestes lugares vivenciei as primeiras situações de campo

⁵Zé de Zora é a alcunha de José, e a forma pela qual seus familiares e conhecidos de Aracatú e de fora, o nomeiam e identificam. A adoção de alcunhas, como no caso de Zé de Zora, aparece com muita frequência nas famílias com as quais trabalhei durante a pesquisa, e por causa disso, será também a forma de nomeação adotada. Na primeira vez em que um interlocutor aparece no texto, ele será apresentado ao leitor com o seu nome próprio (nome de registro/batismo), seguido da alcunha apostada entre parênteses, nos casos onde ela existe. A partir de sua segunda aparição, passa a ser nomeado somente com a alcunha.

que me fizeram refletir acerca de como me relacionar com aquelas pessoas e com aquele lugar. Era uma nova realidade para mim. Havia coisas que me deixavam perplexa, perplexidade esta, inclusive, que não consegui esconder em várias situações.

Pouco tempo depois de instalada de mala e cuia na casa de meus anfitriões, descobri que nem nesta, como em várias outras da redondeza, havia vaso sanitário, mas quando muito um lugar para tomar banho no fundo da casa, um pequeno cômodo de cimento com porta de cortina e uma abertura no lugar da janela. Questionava para mim mesma, mas também para seus moradores, como casas tão belas e boas, construídas de adobe e pintadas em várias cores, com janelas e porta de madeira e piso cerâmico, podiam não ter banheiro⁶, nem ao menos as comuns *casinhas*⁷. A resposta mais freqüente para meu questionamento acerca da ausência de banheiro era simplesmente que ali as pessoas não estavam acostumadas a usá-lo. Nas casas da redondeza onde havia banheiro, estes se localizavam fora do corpo principal da casa, numa área externa. Estranho? Talvez para mim e para a concepção de casa e de banheiro que aprendi desde pequena, na família e nos locais onde fui socializada. Para os moradores dessas casas há, contudo, uma lógica bastante simples que explica esse banheiro *em outro lugar*, fora e afastado da casa, que é o fato de ser anti-higiênico e *feio* tê-lo no interior da casa, ao lado da cozinha, da sala e dos quartos⁸. Essa separação entre o corpo principal da casa e o banheiro, que fica no fundo do quintal, aparece também em outros contextos, como em casas de famílias negras do Recôncavo Baiano. Nestas o banheiro está associado ao ato de defecar, uma prática da ordem da natureza, e por isso deve ficar separado

⁶ A única construção da *fazenda* Martim que tinha um banheiro com condições de funcionar era a escola municipal, que ficava ao lado da casa em que me hospedei, mas este não era usado porque era necessário encher a caixa d'água de tempos em tempos, e não havia ninguém que o fizesse. E o não uso desse banheiro parecia seguir sendo algo normal para todos.

⁷ Um pequeno quartinho construído geralmente na parte externa das casas, onde no lugar no vaso sanitário, há somente um buraco no chão.

⁸ A essa informação somente tive acesso quando me encontrei, num momento posterior, com parentes dessas pessoas que vivem no interior do estado de São Paulo, no município de Artur Nogueira. Na moradia desses parentes o banheiro diferentemente é construído no interior da casa, seguindo os padrões da arquitetura citadina do local.

fisicamente da casa, no fundo do quintal, onde também se criam os animais (MARCELIN, 1999).

Outra situação vivida em campo foi o estranhamento, dessa vez não exatamente meu, mas das pessoas do local com uma preferência alimentar minha, o fato de beber café amargo e não doce como eles. Esse aparente e banal hábito deu motivo para muita conversa entre meus anfitriões e eu, e entre eles, eu e outras pessoas dos arredores que visitamos. Cheguei inclusive a receber a seguinte pergunta sobre beber café amargo: *mas sustenta?* Perfazendo seu papel de anfitriã e zelando pelo meu bem-estar durante minha estada em sua casa, Laura costumava adiantar-se a mim, nas casas que visitávamos, para informar aos seus donos que eu não bebia café adoçado. Esse cuidado (e estranhamento) de Laura comigo era tanto que chegava a me colocar em situações delicadas. Ao adentrarmos em uma casa nas proximidades da *fazenda* Martim, Laura sem que eu percebesse, informou à dona da casa que eu não bebia café adoçado. Como o café já estava adoçado, a dona da casa ofereceu-me chá, bebida pouco comum no local, criando para mim uma situação bastante constrangedora. O controle para decidir se aceitaria ou não o café doce, como uma forma de gentileza para com os moradores das casas visitadas, não estava mais em minhas mãos, mas nas de Laura, minha primeira hospedeira.

Se de um lado a atitude de Laura era certamente de cuidado - ela se adiantava para eu não ter que tomar o café doce -, de outro, era também perpassada por relações de poder que configuram o que Rabinow (1992) chamou de relação “anfitrião-hóspede”. Nesta relação Laura me provia, enquanto minha “anfitriã”, de todos os cuidados, especialmente os materiais como casa e comida, e eu como sua “hóspede” lhe dava prestígio, pois havia escolhido a sua casa, e não outra, para me hospedar; em contrapartida, enquanto sua “hóspede” a ela estava subordinada.

O fato de ser conduzida em campo por alguns de meus interlocutores foi outra interessante experiência vivida nesses intensos dias em Aracatú, e parte importante da construção dos encontros por mim vivenciados no lugar. Cito duas situações emblemáticas. Uma delas foi o ritual da entrevista com Zé de Zora, meu

primeiro hospedeiro. Desde o primeiro dos cinco dias que estive em sua casa, perguntei-lhe se poderíamos gravar uma entrevista. Ele concordou de pronto, mas disse que sinalizaria quando fosse o momento oportuno para conversarmos. Nos quatro primeiros dias gravei várias entrevistas, inclusive na *varanda*⁹ de sua casa, com outras pessoas da *fazenda*. Em muitas dessas entrevistas ele participou ativamente, mas a cada vez que lhe perguntava se podíamos gravar sua própria entrevista, ele alegava que deveríamos esperar um pouco mais, que eu deveria primeiro conhecer a região, os problemas, as pessoas, para somente depois conversarmos. E este momento seria indicado por ele. Outra condição era que não houvesse outras pessoas além dele e de sua esposa na casa, *para não atrapalhar* a entrevista. No meu penúltimo dia na fazenda insisti pela última vez. Naquele dia mesmo gravamos sua entrevista de quase uma hora de duração. Foi um verdadeiro ritual, um momento importante tanto para mim como para Zé de Zora. Acabamos de almoçar, fizemos um breve e costumeiro descanso, sentamos à mesa de comer, na cozinha, e começamos então a gravar. Boa parte dos assuntos já havia sido abordada em outras conversas, outros novos surgiram.

Interpreto a escolha do momento da entrevista como uma maneira encontrada pelo entrevistado-“anfitrião” para marcar sua posição de “anfitrião”, não somente em relação a mim, sua “hóspede”, mas em relação às outras pessoas do local, marcação da posição de prestígio que se colocava por causa de minha presença em sua casa.

Uma segunda situação em que fui conduzida em campo ocorreu fora das fronteiras da fazenda Martim, no meu relacionamento com Robério, representante da Cáritas Brasileira em Aracatú. Porém, antes de falar dessa situação, discorrerei um pouco sobre como cheguei a Aracatú, e até Robério.

Ainda em Campinas, primeiro conheci Maria, que me apresentou a outros parentes, que assim como ela, moravam no bairro Satélite Íris I. Maria nasceu em

⁹ *Varanda* é a denominação local para designar o lugar da casa onde se recebem as visitas. É onde ficam os sofás ou bancos de madeira, e onde em muitas casas, a televisão e o aparelho de som. A mesa onde se fazem as refeições também fica em algumas casas na *varanda*, naquelas casas menores e mais pobres, mas o costume é que ela fique na cozinha, uma vez que as refeições são feitas somente pelos da casa, e não pelas visitas.

Aracatú e migrou para Campinas na década de 1990 com o marido e filhos¹⁰. Seguindo o percurso de Maria num sentido inverso, e perpassando sua rede familiar, cheguei à sua terra natal, a Aracatú, na Bahia, e na fazenda Martim, onde conheci seus pais, Zé de Zora e Laura, e vários outros parentes e vizinhos.

Definido o local de parte de minha pesquisa de campo, Aracatú, fui indicada a Robério, pessoa influente no lugar, em especial junto às famílias assistidas por programas comunitários ligados à Igreja Católica. Foi Robério quem me levou à *roça*¹¹ pela primeira vez. Isso foi no meu terceiro dia na cidade. Saímos num carro, ele, uma moça e um rapaz que lhe prestavam serviços e favores, e eu. Logo no início do percurso Robério desceu do carro defronte sua fazenda e no carro seguimos os outros três. Fui recomendada a Viviane, sua funcionária, para que tomasse conta de mim, e para Guima, o motorista do carro, para que me levasse até a fazenda Martim. Foi uma longa jornada. O motivo era levarmos numa caminhonete, cimento, cano de PVC e corda para dezessete casas da zona rural de Aracatú. Eram materiais a serem utilizados para finalizar as obras das cisternas do projeto da Cáritas Semi-Árido, do qual Robério era o responsável. Atrás de nós vinha outro funcionário numa moto, o responsável pela instalação da bomba de puxar água das cisternas.

Em certo momento da jornada, Guima, o motorista, levou-me até a casa de Zé de Zora, na fazenda Martim. Naquele ano de 2007 não havia cisterna na casa e nem tampouco projetos imediatos para a sua instalação, embora o desejo dela por parte de seus moradores fosse grande. Ao me apresentar para o casal fui efusivamente recebida por Laura, porém recepcionada com desconfiança por Zé de Zora. Fiquei lá pouco tempo, o necessário para me apresentar e pedir hospedagem por alguns dias. Ficou combinado que no domingo seguinte eu tomaria o ônibus do seu Pedro¹² defronte à pensão onde estava hospedada, na sede urbana de Aracatú, desceria na fazenda Milagres, e lá Zé de Zora me

¹⁰ A trajetória migratória de Maria é apresentada com mais detalhes no capítulo I.

¹¹ Roça é como os habitantes de Aracatú definem o local que não é a sede do município.

¹² Não há na cidade transporte público. O transporte mais utilizado pelas pessoas que não têm carro são os ônibus escolares que levam os alunos das *fazendas* para as escolas nos povoados e na sede do município (esses são de particulares terceirizados pelo governo municipal). Há também o ônibus do seu Pedro, que faz a rota entre a sede do município e o povoado de Várzea da Pedra, além de alguns carros particulares e as motos-táxis.

buscaria em sua caminhonete, de onde seguiríamos até sua casa na fazenda Martim.

Antes de ir à roça Robério sugeriu que eu participasse, durante dois dias, de um seminário sobre Terras Públicas da Bahia na cidade vizinha de Brumado. Viajamos para Brumado, Robério, uma irmã religiosa, um rapaz representante do Movimento dos Agricultores Familiares de Aracatú e eu. No mesmo dia Robério retornou para Aracatú e me deixou, mais uma vez, aos cuidados de conhecidos seus, do representante da Cáritas de Brumado e de uma representante da Articulação do Semi-Árido (ASA). Voltei no dia seguinte de van, e somente depois fui para a fazenda Martim.

Ao me encontrar com Robério depois de uma estada inicial de cinco dias na fazenda Martim, Robério opinou novamente em minha pesquisa. Sinalizou que eu deveria conhecer o que chamou de uma realidade diferente e *mais desenvolvida* daquela que até então havia visto em Aracatú (basicamente as fazendas Martim e arredores), no caso uma das *comunidades*¹³ atendidas pela Cáritas. Tendo com ele uma dívida de gratidão pela ajuda que me dera para chegar à fazenda Martim, aceitei a sugestão. Combinei para o dia seguinte minha ida à Passagem do Lajedo¹⁴, uma das *comunidades mais desenvolvidas* de Aracatú, alvo de alguns projetos desenvolvidos pela Cáritas Semi-Árido em conjunto com irmãs católicas da Congregação Nossa Senhora das Dores.

Já era noite do dia marcado e até o momento não havia encontrado Robério, o que me fez pensar que não viajaria mais naquele dia. Estava na pensão já me preparando para dormir, quando Sonia, uma de suas proprietárias, anunciou que havia um carro na porta me esperando. Era um funcionário da loja de Robério que viera me buscar, a pedido dele, para levar-me à casa de Iraci, na *comunidade* Passagem do Lajedo, a uma distância aproximada de dez quilômetros da sede do município. Lá fiquei três dias, retornando para a cidade na moto-táxi de um rapaz daquela comunidade.

¹³ Comunidade é uma categoria local para nomear associações de pequenas propriedades rurais criadas através e dentro de projetos de desenvolvimento ligados à Igreja Católica.

¹⁴ Durante o seminário de Brumado conheci duas moças, também representantes do Movimento dos Agricultores Familiares, que eram da comunidade Passagem do Lajedo. Foi na casa de uma delas que me hospedei nos três dias que passei na comunidade.

Para Robério o grau de desenvolvimento de uma *comunidade* pauta-se, em grande medida, pelo menor ou maior número de moradores que sai de suas *fazendas* na Bahia para trabalhar fora e conseguir sobreviver. Por este raciocínio, nas *comunidades mais desenvolvidas* haveria um menor número de migrantes quando comparadas às *menos desenvolvidas*. Ainda segundo Robério, o número menor de pessoas que saem das *comunidades mais desenvolvidas* resulta de fatores como sua melhor organização comunitária, o maior esclarecimento técnico de seus moradores, enfim de aspectos que de alguma forma possibilitavam uma melhor *convivência de seus moradores com o semi-árido*, de forma que precisem sair cada vez menos para procurar trabalho fora; ou como dizem, de *ir ganhar o pão fora*.

Ambos os relacionamentos que tive nessa primeira viagem de campo, seja com Zé de Zora ou com Robério, caracterizaram-se pelo fato ter sido por eles conduzida. Zé de Zora foi taxativo ao me impor condições para gravarmos sua entrevista. Robério ajudou-me a chegar no destino por mim escolhido, a fazenda Martim – no momento por ele definido, já que do mesmo dependia para chegar ao local -; em contrapartida, fui discretamente pressionada a participar de um seminário em Brumado e a conhecer uma *comunidade desenvolvida* com ajuda da Cáritas, entidade da qual é o representante na cidade.

Situações de campo como estas, nas quais as pessoas do lugar nos conduzem, a nós os pesquisadores, no início me incomodaram, já que conturbavam meus planos prévios de pesquisa, fazendo-me sentir uma pessoa de projetos frágeis. Entretanto, nem precisei me afastar do campo para reconhecer o quanto favoráveis foram essas situações para a pesquisa. Já afirmou Malinowski {1922} (1978) que nenhum aspecto da vida nativa deve ser negligenciado pelo etnógrafo. O que chamamos de campo, as relações sociais, as regularidades, as discontinuidades, as normas, os conflitos, os *imponderáveis*, nos aparecem como algo incongruente, uma colcha de retalhos, cabendo ao antropólogo chegar ao ordenamento que os atores sociais dão a eles.

Por fim gostaria de sublinhar o quão importante foi o uso de um gravador em campo nas duas ocasiões em que estive na Bahia. Isto que se relaciona com a

forte presença da oralidade dentre meus interlocutores. Era por meio das conversas repetidas de casa em casa, de fazenda em fazenda, que os moradores do local se informavam e informavam os outros dos mais diversos assuntos, realizavam negócios, planejavam o trabalho, enfim, organizavam suas práticas e representações do mundo. Como veremos mais adiante, foi através da palavra dada, transformada em lei, e não por meio de documento escrito, que o patriarca da fazenda Martim comprou as terras que hoje pertencem à família.

Uma oralidade que está diretamente associada ao desconhecimento das letras e da escrita (ou seu conhecimento mínimo) por muitos moradores da fazenda Martim e arredores, onde não conheci nenhuma pessoa com mais de trinta anos que soubesse ler ou escrever¹⁵, quando muito havia uma separação entre os que assinavam o nome e os que carimbavam o dedo.

Zé de Zora afirmou que embora antigamente houvesse escola para estudar na infância, *os pais da gente não se interessavam a gente estudar* e que *o pai não me deixava eu ir pra escola por causa do serviço*. A menção à falta de interesse pelo estudo dos filhos pode ser interpretada não somente como a preponderância do serviço na *roça* para a existência daquelas famílias, mas como reveladora do papel pouco importante que a escrita ocupava na organização da vida daquelas pessoas, entre as quais a palavra empenhada ter o peso de ação (GODOI, 1999) e, em muitas situações, de lei.

Porém, com o passar do tempo, e com as mudanças advindas na forma de viver dessas famílias, a escrita adquire importância e imprescindibilidade no local. Se os pais de Zé de Zora *não se interessavam* com a escolarização dos filhos, o estudo e a escrita ganham maior importância no tempo presente. Os jovens e as crianças, filhos de pais analfabetos, hoje estão na escola; os que estão no ensino médio chegam a se deslocar diariamente por mais de uma hora entre a *roça* onde moram e a escola na sede urbana do município. O Poder Público, por outro lado, prevê benefícios, para as famílias que enviam seus filhos regularmente à escola.

¹⁵Já havia observado casos de analfabetismo entre os aracatuenses que vivem em Campinas, como é o caso de Maria, 38 anos, filha de Zé de Zora e Laura, da fazenda Martim. Quando morava em Campinas, Maria freqüentava um curso de alfabetização para adultos.

Um exemplo da importância que a escrita adquiriu no local é o episódio da compra da fazenda Martim, para a qual embora a palavra empenhada pelo pai de Zé de Zora tivesse sido suficiente para a aquisição da terra num primeiro momento (localizado num tempo que a escrita e o papel eram de somenos importância), ela deixara de ser uma década depois, quando foi necessário, para assegurar o domínio sobre a propriedade, que Zé de Zora e o irmão Alceu recomprassem – agora com a escritura - as terras de quem detinha ainda a escritura, o papel escrito.

Por tudo isso, o uso da caneta e do caderno mostrou-se ao mesmo tempo curioso para eles e embaraçoso para mim, em especial quando conversava com pessoas mais velhas que não sabiam ler ou escrever. Já o gravador, assim como a máquina fotográfica, eram equipamentos fascinantes e em nada pareciam intimidá-los. A desigual relação de poder que parecia se instaurar entre eles e eu, por causa do uso da caneta e do papel, de uma escrita que eles não dominavam, parecia atenuada diante do gravador. Penso que embora o gravador e a máquina fotográfica também se mostrassem como símbolos de poder, sendo eu alguém que podia registrar suas falas e suas imagens, eles sabiam o que estava sendo gravado e fotografado, e talvez por isso, se sentiam de modo diferente do que se passava em relação à escrita aposta no caderno de campo, esta desconhecida, indecifrável e talvez temida por eles, em especial pelos mais velhos.

(Re) encontro no campo: uma segunda viagem

Eu fiquei, Maria, muito alegre com a chegada de Verena. Quando eu pensei que não, ela entrou dentro de casa, eu já tava pensando nela. Mas o Zé [Zé de Zora] tava sentado na cozinha e Adnalva [vizinha] conversando nela. Quando foi na sexta-feira, ela entrou. Foi a maior alegria hora que eu vi ela. Foi mesma coisa que eu ver vocês entrando em minha casa. Hora que eu vi ela, foi a mesma coisa que eu ver um dos filho meu entrando.

(Extrato da carta-falada gravada com Laura, da fazenda Martim, para sua filha Maria, de Artur Nogueira, SP, março de 2008).

Em 2008 retornei à Aracatú, numa temporada de 11 dias nas *fazendas* Martim, Baixa Escura e nos arredores. Foi uma experiência intensa, embora diferente em vários aspectos daquela que tive no ano anterior. As pessoas já eram

por mim conhecidas, e por isso não houve o estranhamento inicial, mas ao contrário, um acolhimento bastante caloroso por parte de algumas delas.

Em minha primeira viagem de campo, em 2007, tive uma primeira impressão, de que havia poucos jovens nas *fazendas*, um julgamento precipitado e modificado na segunda estada em 2008, quando estes passaram a ser literalmente também meus interlocutores. O fato é que em minha primeira viagem de campo, o meu acesso foi preferencialmente às pessoas mais velhas, consideradas as mais conhecedoras do lugar e de sua história. Com elas conversei, gravei entrevistas, passei praticamente todo o tempo. Somente no ano seguinte, os jovens apareceram em cena, e passaram também a ser pessoas com as quais dialogava em campo, meus interlocutores.

As casas feitas com seus belos tijolos de adobe¹⁶ e seu precário sistema sanitário eram as mesmas, só tendo sido modificadas pela nova pintura – quase todas em tons de verde -, pelas novas cisternas e pela aquisição da bomba d'água que chegou na seqüência à energia elétrica¹⁷. A paisagem natural era bastante parecida –era a mesma época do ano anterior (março/abril) - com os mesmos tipos de lavouras, os animais, as cercas e o remanescente de caatinga nos mesmos locais; a comida e as bebidas também não ganharam aparentemente nada de novo, embora meu paladar as tenha recebido de forma diferente (melhor, diria)¹⁸. Enfim, o que mudou? Mudou algo, me perguntava? São as mesmas pessoas, as mesmas paisagens, as mesmas comidas, o mesmo local geográfico, ou não?

Tudo parecia aparentemente o mesmo. Contudo, assim como as novas relações que tive com as pessoas do lugar modificaram-se nesta segunda estada no campo, as próprias pessoas e seu lugar, seu espaço de vida, também não eram mais iguais ao ano anterior. As pessoas, as coisas, o lugar, e principalmente

¹⁶ Ressalte-se que as moradias mais recentes deixaram de ser feitas de adobe e passaram a ser construídas de blocos de concreto.

¹⁷ Cf. Dossiê fotográfico das casas ao final do capítulo V.

¹⁸ Uma mesma bebida chamada de *Gengibre* – um destilado de cana com gengibre – tivera no ano anterior um gosto intragável para mim, e já nesta segunda experiência de campo ela tornara-se agradável. A bebida era a mesma, o gosto não.

suas interconexões continuaram em curso desde o momento de minha saída em 2007 até meu retorno no ano seguinte, e continuam.

Uma viagem de campo é como uma viagem pelo espaço. É mais que uma passagem inocente pelo espaço, sendo mais propriamente uma ação que o altera, e ao mesmo tempo, é por ele modificada. Segundo a geógrafa Doreen Massey viajar é “mover-se entre coleções de trajetórias e reinserir-se naquelas com as quais nos relacionamos” (MASSEY, 2008, p. 190).

Dessa forma, um retorno a campo, que embora aparentemente se mostre como uma volta ao mesmo lugar e às mesmas relações interpessoais, não se trata disso. Assim como as mesmas pessoas e suas relações seguem e se modificam no tempo, o **lugar**, enquanto “coleções de estórias até-então”, tampouco é estático e fechado em si mesmo, como uma fotografia, mas dinâmico, heterogêneo e interconectado com as pessoas, com suas relações e com os outros lugares, sempre em movimento, nunca o mesmo. Sobre esse lugar, esse movimento, esse lugar em movimento que me proponho a refletir.

Ao tomar como base a movimentação espacial das pessoas que saem do sertão da Bahia, vão para cidades do Sudeste, vão para os cafezais, voltam para a Bahia, partem novamente, e assim por diante, num processo contínuo de reconstrução territorial, é que procurei organizar os capítulos desta tese.

No primeiro capítulo o esforço é apresentar a problemática da pesquisa empírica em diálogo com seus pressupostos teóricos. Nesse momento, ademais, apresento os interlocutores principais da pesquisa, e suas trajetórias migratórias.

No segundo, analiso o “lugar de partida” de meus interlocutores, as *fazendas* Martim e a Baixa Escura, buscando caracterizar como nelas estão organizadas as relações de trabalho, de moradia, de parentesco, de vizinhança, dentre outras, considerando que não são lugares fechados em si mesmos, mas conectados a outros, a um mundo exterior, que é alcançado e tornado familiares através das práticas migratórias. Já nesse momento, trago à cena da pesquisa os “casamentos em casa”, uniões matrimoniais com parentes e/ou vizinhos de *fazenda*, que ao mesmo tempo desvelam-se pressupostos para a constituição das parentelas e das “famílias ampliadas” do lugar.

No terceiro capítulo, o propósito é apresentar como ocorrem as práticas migratórias de grande parte das famílias aracatuenses. O destaque é para os deslocamentos desde as *fazendas* no sertão baiano até os municípios de Campinas e de Artur Nogueira, no estado de São Paulo. Deslocamentos que se caracterizam pelo intuito de seus agentes em tentar uma “nova” vida em “outro” lugar, podendo ter duração variável de alguns meses, alguns anos, décadas, ou praticamente a vida toda. São ainda, práticas migratórias que atualmente nada têm de “aventureiras”, estando inseridas em um processo regular, organizado e regrado, partilhado pela maior parte daquele cantão sertanejo.

O quarto capítulo é um desdobramento do terceiro, onde analiso uma modalidade específica de prática migratória, que atualmente prepondera nas famílias da região de Aracatú, que são as denominadas saídas para o café, ou seja, deslocamentos temporários (e cíclicos) para trabalhar em fazendas de café de Campinas, SP e de municípios do sul de Minas Gerais. Tomo a fazenda Monte D’Este de Campinas como um lócus de pesquisa privilegiado, um lugar que durante os últimos treze anos, recebem aracatuenses para o trabalho na colheita do café.

No quinto e último capítulo junto as peças desse mosaico, formado pelos lugares onde vivem as famílias camponesas, para pensar o processo de construção de seus territórios de vida. Inspirando-me no modelo de sociedades de “casas” de Lévi-Strauss, interpreto a *fazenda* do sertão não somente como um espaço físico, mas como uma “casa” camponesa, no sentido de “pessoa moral” que centraliza e organiza as relações familiares. Uma “casa”, outrossim, que existe e se perpetua dentro de uma “constelação de casas” (MARCELIN, 1999) conformada pela *fazenda* e pelos lugares para onde deslocam os familiares. E, na junção de todos esses lugares, embora distantes geograficamente, proponho pensarmos o território das famílias camponesas.

Por fim, esclareço que as citações bibliográficas e as palavras em língua estrangeira aparecem no texto sempre entre aspas, enquanto as falas de meus interlocutores e as expressões locais em itálico.

CAPÍTULO I

TERRITÓRIO E MOVIMENTO

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira o objetivo é trazer *pari passu*, a problemática da pesquisa com os pressupostos teóricos com os quais dialogo logo de partida; na segunda parte, apresento as trajetórias de deslocamento de alguns de meus interlocutores, dando destaque à sua movimentação no espaço.

1.1 - TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO

O território de um grupo de pessoas é onde eles moram, comem, trabalham e com o qual se identificam, sonham, amam; enfim vivem. Um território heterogêneo e dinâmico, e que não se limita a marcos geográfico; um espaço construído e reconstruído nas práticas e nas interações entre os indivíduos e o meio ambiente; um espaço dotado de sentimento de pertencimento pelos que com ele se identificam. Enfim, o território entendido como espaço de vida e da vida.

Nas ciências sociais o tema do espaço ganha importância precipuamente quando a preocupação das investigações recai na compreensão das territorialidades, entendidas como processos de construção do(s) lugar(es) de vida dos grupos sociais, isto é, seu território, ou ainda, quando o que está em pauta são os processos de territorialização e desterritorialização.

Por territorialização entende-se um processo deflagrado por uma instância político-administrativa visando à demarcação de um território físico e a fixação de um grupo social neste lugar. Porém um processo que embora externo ao grupo, porque iniciado por um preceito normativo-legal, é (re) elaborado pelo grupo no caso concreto. (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 22).

Dois são as dimensões territoriais tratadas por Godoi (1999) em trabalho etnográfico sobre as formas de ocupação e reprodução de famílias camponesas aparentadas no sertão do Piauí: a territorialidade e a territorialização. A

territorialidade é definida como o processo pelo qual aquela sociedade constrói seu espaço de vida, identificando-o com o lugar herdado de um ancestral comum. O processo de territorialização, por sua especificidade, diz respeito à maneira pela qual essa sociedade combina as normas jurídicas do Estado, que num dado momento de sua história passa a regular a demarcação, a sucessão e a divisão fundiária de seu território, com as práticas territoriais locais. Nesse caso, um processo de territorialização foi apropriado e, a partir dele se construiu uma territorialidade específica.

Inserida nesse debate, a pesquisa que ora se delineia tem como preocupação central analisar o processo de construção do território de famílias camponesas marcado por históricos e cíclicos deslocamentos de parte de seus membros para fora do lugar de origem. Uma circulação de pessoas pelo espaço que está diretamente relacionada à tessitura de redes de relacionamento¹⁹.

Através dessas redes, os que participam de uma mesma parentela ajudam-se mutuamente. Nesse sentido, são redes familiares que auxiliam na sobrevivência dos familiares em novos espaços, muitas vezes distantes de seu lugar de origem, como acontece com os nordestinos que se deslocam para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Outrossim, são redes que atuam na reprodução dos parentes que ficaram na terra natal.

Estudos nacionais e internacionais evidenciam a importância das redes de relacionamento entre os que partem e os que ficam (DURHAM, 1978, 2004, GARCIA JÚNIOR, 1989, SAHLINS, 1997a, SAYAD, 1997, 1998, MENEZES, 2002).

Durham concebe a migração como mais que um deslocamento de pessoas no espaço, mas como “um trânsito inserido numa rede de relações sociais” (DURHAM, 2004, p. 185). Em sua investigação com populações tradicionais

¹⁹ Redes que se configuram analogamente ao que Lemieux define como redes de “atores sociais”, estas formadas por mais de um tipo de recurso, sendo “tanto uma rede de sustentação, onde são transmitidos bens materiais, mas também de informações e de recursos propriamente relacionais (LEMIEUX, 1999, p. 1). Uma rede, ainda segundo este autor, que se configura em três dimensões: a do pertencimento (*l'appartenance*), que comporta os laços de identificação, de diferença e de indiferença entre os atores sociais, a da apropriação (*l'appropriation*), a das transações entre os atores e a dimensão das regras de conduta (*de la gouverne*), que remete ao controle que os atores sociais exercem uns sobre os outros.

provenientes de estados nordestinos brasileiros para São Paulo, durante a década de 1960 até 1973, mostra que não há dissolução das redes de relações entre os migrantes e seus parentes, compadres, vizinhos e amigos que ficaram na terra natal. Constata a ocorrência de uma “fragmentação familiar” num primeiro momento, com a saída do migrante de sua terra natal, e uma subsequente reconstituição da família e do grupo de parentes e amigos, ou de parte deles, no local destino. Nesse processo destaca o papel fundamental que têm os primeiros migrantes que vieram para São Paulo para o alojamento inicial e para a arregimentação de trabalho para os seus relativos que chegaram depois.

Em seus estudos sobre a imigração argelina na França, Sayad (1998) evidencia o acionamento das redes de relacionamento existentes entre os imigrantes quando um novo argelino chega à França, para que este consiga um local para se hospedar e um trabalho. Mostra, por outro lado, como estas redes atuam na reprodução do próprio processo migratório. Ao retornarem à terra natal, os migrantes trazem também consigo um discurso de uma França idealizada, onde a vida é propagada como boa, onde se pode até ficar rico. Quando novos imigrantes argelinos chegam à França, muitos deles motivados por esse “falso” discurso, deparam-se com um exílio sombrio e amargo, bem diferente da realidade contada pelos seus conterrâneos. Porém, quando são estes novos migrantes que retornam para a sua aldeia na Argélia, igual discurso idealizado sobre as maravilhas da vida na França, que ouviram antes de migrar, passa a ser por eles reproduzido ao contarem aos conterrâneos suas impressões e experiências no outro continente.

Em outro texto, Sayad (1997) observa como as redes de inter-relacionamento num grupo de imigrantes argelinos fora de seu país de origem, atuam na manutenção de algumas de suas práticas natais, e na manutenção das diferenças culturais desses grupos em relação aos de outras nacionalidades. Ao analisar o convívio conflituoso de um grupo de imigrantes argelinos com moradores franceses em um *banlieue* parisiense, Sayad revela situações de conflito que se instalam exatamente por causa das diferenças culturais entre os grupos.

A identificação dos migrantes com o seu grupo de origem (ou com a região ou país de origem) mostra-se fundamental para a própria constituição das redes de relações entre os migrantes no novo espaço social, chamado freqüentemente de local de destino (SAHLINS, 1997a e 1997b, SAYAD 1998, MENEZES, 2002, MANDANI, 1998).

Sahlins (1997a), ao analisar a etnografia de Epeli Hau'ofa, acerca da migração de tongueses para diversas partes do mundo, defende que é através da identificação dos emigrantes com seu local de origem que se formam suas redes de sociabilidade no estrangeiro.

Ao investigar movimentos de resistência camponesa na África do Sul, Mandani (1998) analisa a troca de experiências em estratégias de revolta entre camponeses migrantes que passam uma temporada nas periferias das grandes cidades daquele país, e o restante do grupo que fica na terra de origem. Evidencia através dessas trocas o aprendizado que os camponeses têm nas cidades com os movimentos urbanos, com os sindicatos e mesmo com o Partido Comunista para as lutas de resistência camponesa na sua terra natal. Mostra-nos, ademais, o importante papel desempenhado pelo sentimento de pertencimento desses migrantes ao grupo de origem que é explicitado exatamente nestas trocas de experiência de luta. Os camponeses migrantes quando estavam nas cidades, organizavam-se em resposta a uma ameaça à sua terra natal.

Menezes (2002) estudou o espaço e a organização da vida nos alojamentos dos migrantes paraibanos em Pernambuco, para onde estes se deslocavam anualmente para a safra da cana-de-açúcar. Mostrou como as redes de sociabilidade formadas nestes espaços têm como referencial os códigos culturais de seu local de origem, em especial no que se refere às regras de parentesco. Ao analisar, por exemplo, os *grupos de alimentação*, que seriam os agrupamentos em torno dos quais os migrantes se organizam para efetuar as compras da comida, cozinhar e arrumar a cozinha evidencia as normas parentais trazidas do local de origem, então reconstituídas e ressignificadas no espaço do alojamento.

Afrânio Garcia Júnior (1989) foi um dos pioneiros em compreender a prática migratória entre camponeses como estratégia para a reprodução de sua condição

camponesa. Mostrou como através das redes de relacionamento que os migrantes mantêm com a família de origem, seguem remessas de dinheiro para sua família e sua terra natal, assim como são mantidos os vínculos dos que migraram com a terra natal, para onde muitos deles retornam depois de um período de trabalho no “Sul”.

Uma rede que é construída e reconstruída nos movimentos migratórios de famílias rurais. Uma rede que mantêm ligados os familiares que partem e os que ficam nas *fazendas* de Aracatú. Redes, ademais, que atuam como condição de possibilidade para outros deslocamentos, de parentes, vizinhos, amigos e conhecidos, num momento posterior. Os primeiros que se mudam hospedam os que chegam depois no destino desconhecido, assim como lhes facilitam a arregimentação de trabalho, e principalmente lhes oferecem um conforto afetivo para superarem as saudades de casa. Por outro lado, também é por meio das redes que as pessoas que estão a morar fora das *fazendas* sertanejas continuam ligadas a seus parentes e à sua terra natal, à sua “Casa”²⁰, no sentido de lugar das relações familiares.

Outrossim, os deslocamentos e as redes suscitam outra prática recorrente, a troca de bens entre familiares que se encontram em diferentes posições da rede, formada e ‘re-formada’ nos repetidos movimentos migratórios entre Aracatú, as médias e grandes cidades do estado de São Paulo, e as fazendas de café paulistas e mineiras.

Trocas entendidas como prestações sociais, na forma de presentes ou dádivas oferecidas, aceitas e retribuídas pelos atores em suas relações sociais. Bens trocados que são das mais diversas espécies, como gentilezas, favores, objetos de uso pessoal, utensílios domésticos, alimentos, informações. Trocas interpretadas como dádivas, ou seja, como prestações sociais aparentemente voluntárias e desinteressadas, porém obrigatórias e vinculantes a todos os familiares que desejem continuar em sua parentela. Trata-se do caráter “livre e obrigatório” e “interessado e desinteressado” das prestações sociais (CAILLÉ, 2002).

²⁰ Inspiro-me aqui na noção de sociedades de “casas” de Lévi-Strauss. Contudo, o intuito foi somente anunciar uma reflexão teórica que desenvolvo somente no capítulo V.

Assim já nos ensinava Marcel Mauss em seu clássico “Ensaio sobre a dádiva”, publicado pela primeira vez na revista *L’Anné sociologique*, no exemplar de 1923-1924. Através do estudo das trocas em sociedades da Polinésia, da Melanésia e do Noroeste Americano, Mauss evidencia o caráter obrigatório que conforma uma relação de troca social, em oposição a uma visão aparente de liberdade no ato de trocar. Mostra que para o direito maori (dos polinésios) o que obriga a retribuição de um presente é o fato da coisa dada não ser inerte, mas estar ligada ao seu doador, ao seu lar de origem²¹.

Segundo Mauss, a indissociabilidade entre pessoas e coisas, característica de antigas sociedades, e que está por trás da obrigatoriedade dos atos de dar, receber e retribuir²², continua presente na sociedade de “seu tempo”²³. Assinala que embora as regras jurídicas européias da segunda metade do século XX sejam tributárias do direito romano, legislação esta que se destacou por seu pioneirismo em distinguir os direitos pessoais dos direitos reais, as relações sociais de dantes e de “hoje” não podem ser compreendidas inteiramente dentro dessa dicotomia, mas ainda segundo o caráter obrigatório da troca de dádivas identificado pelo autor nas sociedades Polinésia, Melanésia e no Noroeste Americano. “As coisas

²¹ Mauss questiona acerca de “qual a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força que existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua?” (op. cit., {1923-1924}1988, p.54). Explica que a coisa dada possui um *hau*, um espírito que persegue a coisa onde quer que ela esteja, e que atua sempre sobre a coisa e sobre quem a possui, obrigando por isso seu donatário a retribuí-lo a seu doador. Aponta para a existência de uma relação entre a constituição do direito moderno e o fenômeno incompleto da separação entre coisas e pessoas. Segundo Mauss, teria sido a partir dos princípios contidos na economia e nos direitos antigos, especificamente nas civilizações romanas, germânica e indiana, que teria tido início a dissociação entre coisas e pessoas, inexistente nos anteriores direitos polinésio, melanésio e do noroeste americano. O vínculo entre pessoas e coisas pode ser observado em alguns dos velhos termos do direito dos latinos e dos povos itálicos. A título de exemplo, traz a tona o significado de família romana, que compreendia não somente as pessoas da família, mas as *res*, ou seja, as coisas presentes na casa da família (os animais domésticos e os meios de vida da família). Havia uma distinção das coisas em duas espécies, a *familia* – escravos, cavalos, mulas e burros – e *pecunia*, o gado que vivia fora dos estábulos, estes próximos à casa da família.

²² Em artigo intitulado “As vicissitudes do ‘ensaio sobre o dom’”, publicado em 1999, Lygia Sigaud realiza importante análise desta obra -“Ensaio sobre a dádiva”- de Marcel Mauss. Mostra como o autor trata questões relativas ao direito e às obrigações sociais de forma muito mais ampla que a de uma interpretação êmica (maori). Destaca a importância da obra para a compreensão desses temas nos mais heterogêneos grupos e sociedades com as quais os cientistas sociais trabalham.

²³Por “seu tempo” Mauss está se referindo à primeira metade do século XX, um tempo próximo ao de hoje, uma vez que ambos se opõem a um outro tempo, um tempo antigo onde outras eram as regras jurídicas e sociais.

vendidas possuem [em “seu tempo”] ainda uma alma, que são ainda seguidas pelo seu velho proprietário e seguem-no” (MAUSS, 1988, p. 186). O dar torna o doador o “grande senhor”, colocado numa posição de prestígio, honraria e principalmente de credor. Cita o exemplo de uma família aldeã francesa, de Lorraine, da época da sua infância, que vivia a mais modesta das vidas, mas por ocasião das festas de comunhão, de casamento, patronais, dentre outras, se arruinava pelos seus hóspedes. Relaciona esse comportamento com o de grande parte do seu povo que “gasta sem limites quando se trata dos seus hóspedes, das suas festas, dos seus ‘presentes” (MAUSS, 1988, p.186). Defende que esse comportamento nada tem a ver com uma lógica puramente mercantil, embora possa ser explicado segundo o caráter obrigatório da troca de dádivas.

As idéias maussianas de uma dissociação incompleta entre coisas e pessoas, que estaria ainda presente em nosso ordenamento jurídico e social, figuram como base teórica para a análise das trocas entre os aracatuenses que vivem alhures e seus familiares que estão na *fazenda* de Aracatú. Trocas que atuam, por outro lado, como já explicado, como atualizadoras das próprias relações (das redes) e das alianças presentes nas famílias rurais.

A dinâmica das famílias investigadas está, portanto, associada aos movimentos de deslocamento no espaço, às redes que se formam através desses movimentos e às trocas que se dão, por meio dessas redes, entre seus membros posicionados nos diferentes, e distantes espaços geográficos. Elementos esses – deslocamentos, redes e trocas - que se apresentam como os eixos analíticos da pesquisa. Uma dinâmica dada pelo movimento que segui, aliás, para chegar ao campo.

O ponto de partida, contudo, é anterior ao campo empírico, remontando a preocupações de caráter predominantemente teórico, a certa insatisfação com premissas teóricas encontradas em muitas pesquisas sobre grupos e populações identificados como rurais. Premissas que distinguem populações rurais das urbanas simplesmente por viverem em espaços citadinos ou campestres. Que haja diferenças entre esses espaços, isso não se pode negar. Tampouco que estas diferenças atuam na caracterização e na identidade dos grupos que se

encontram e se identificam com esses espaços, tampouco. Entretanto, devemos considerar que essas pessoas transitam por estes vários contextos, e que as diferenças não se restringem, nem se constroem tão somente a partir dos espaços tidos como rurais e urbanos, e conseqüentemente entre os grupos que vivem nesses espaços, mas podem ser encontradas nas inúmeras e heterogêneas configurações espaciais que estão para além da dicotomia entre espaço rural e urbano.

Tudo isso se torna ainda mais complexo - e problemático-, se considerarmos que as pessoas não são fixas a um território, no sentido de um espaço estático, único e fechado (que não existe), mas que elas circulam, que elas se encontram em diferentes lugares, que elas trocam, e que há muito fazem isso.

Questiono, diante disso, como podemos analisar a territorialidade de grupos humanos que circulam entre diferentes e heterogêneos espaços. Como se configuram e se transformam seus territórios, entendidos aqui como espaços de vida sempre em construção. Parti então para a pesquisa empírica.

A pesquisa teve início na periferia de Campinas, estado de São Paulo, com alguns migrantes provenientes do município de Aracatú, no estado da Bahia. Seguindo suas redes de relacionamento, conheci outros migrantes, também de Aracatú, que vivem em Artur Nogueira, município vizinho a Campinas. Por fim, por meio de todas essas pessoas cheguei a Aracatú, mais especificamente às *fazendas* Martim e Baixa Escura, onde vivem seus parentes e vizinhos, aparentados por consangüinidade ou aliança.

Uma vez na Bahia, a rede ampliou-se na forma de um espiral para outras *fazendas* dos arredores da Martim, para os cafezais mineiros e paulistas, onde parte da população de Aracatú trabalha alguns meses no ano, e, novamente para Campinas e para Artur Nogueira, onde a cada retorno investigatório, novas pessoas foram alcançadas. Assim conformou-se o meu ciclo de interconhecimento com as pessoas e com suas famílias, os protagonistas desta história.

A dimensão da espacialidade humana e, em especial as categorias analíticas espaço e território, estão presentes em outras áreas do conhecimento

acadêmico. É provavelmente na Geografia que essas categorias ganham maior esforço intelectual de seus estudiosos, em razão de balizarem as relações que se pretende apreender entre sociedade e natureza. Diante disso, da Geografia apropriei-me de algumas reflexões sobre espaço, território e territorialidade, úteis para iluminar a presente análise sobre o processo de construção do território de famílias de origem rural, marcado por movimentos de deslocamentos cíclicos e sazonais. Não se trata de uma análise sistematizada sobre as categorias espaço, território e territorialidade, mas caminhos intelectuais para a apreensão e compreensão do território, um espaço construído e reconstruído através das práticas e interações dos indivíduos com uma parcela não delimitada do meio ambiente (um espaço de vida) e da territorialidade, entendida como processo de construção do território de famílias camponesas, com as quais efetuei a pesquisa.

Toda coletividade humana se projeta sobre uma parcela do espaço que, sob formas diferentes, serve de base a suas atividades (GEORGE, 1969, p. 29). Um espaço que se configura não somente na sua maior ou menor capacidade de sustento humano, mas pela percepção de sua dimensão pelas coletividades humanas que o ocupam e o percorrem. Explica o autor:

Conforme as modalidades da vida comum - ou mesmo da vida cotidiana -, o homem é levado a dar ao espaço vivido dimensões correspondentes àquelas do seu próprio estilo de vida. Para o comerciante tradicional, o artesão do bazar norte-africano ou oriental, é a rua ou a galeria. Para o empregado da estrada de ferro, são as linhas que percorre, seus pontos de escala (GEORGE, 1969, p. 35,36).

Sinaliza ainda este autor um “espaço vivido” que se expande em razão dos sucessivos deslocamentos de seus habitantes ligados a negócios e ao lazer. Nesse processo de percepção de um espaço que se expande nos deslocamentos, o que passa a importar é menos a sua medida métrica, e mais a acessibilidade deste espaço pelos que nele transitam. O acesso a diferentes meios de locomoção, cada vez mais rápidos, varia conforme a classe social ou a categoria

sócio-profissional, dando a um mesmo espaço físico, diferentes acessos e diferentes percepções.

Pierre George trabalha ainda com a interessante noção de “espaço de relação”. Porém, para entendê-la, falemos antes do que cunhou de “espaço de localização”, a base espacial dos grupos sociais; em outras palavras, a parcela de espaço humanizado com limites mais ou menos maleáveis, onde cada tipo de sociedade ou grupo social se projeta. Dessa forma, remete “espaço de localização” a uma noção de espaço associada a um tipo de sociedade e às suas peculiaridades culturais²⁴.

Noção esta – “espaço de localização” – que passa a ser complexificada e desconstruída pelo próprio autor quando analisa o espaço urbano, mais especificamente, a noção de vizinhança presente em bairros urbanos. As relações de vizinhança são resultantes de *relações extensas* engendradas e mantidas por seus moradores, que percorrem cotidianamente para trabalhar, espaços para além daquela base territorial onde se localiza o bairro. Propõe, então, a noção de “espaço de relação”, que seria o prolongamento do espaço cotidiano de um grupo, construído por meio das “relações extensas” que seus membros mantêm com o que se localiza fora.

Um espaço concretizado pelo mercado, pela estrada utilizada pelo caminhão que arrebanha os produtos brutos, pela cidade de onde vê os objetos manufaturados vendidos pelo mercador ambulante ou pelo pequeno comerciante, e onde os jovens esperam encontrar uma vida mais livre e mais fácil que a da comunidade familiar e de sua aldeia (GEORGE, 1969, p. 42).

Abordado internamente, o “espaço de relação” é uma percepção de que não se vive somente num “espaço de localização”, mas dentro de um sistema de

²⁴ No decorrer da argumentação, apresento outras críticas que procuram desconstruir essa compreensão que se tornou mais ou menos hegemônica na Geografia e nas Ciências Sociais, de que haveria um isomorfismo entre espaço, sociedade e cultura. Não obstante, a noção de “espaço de relação” proposta por Pierre George (1969), abordada acima, já se mostra como proposta alternativa a esse isomorfismo.

relações que perpassa e unificam diferentes, e mais ou menos distanciadas, parcelas do espaço físico.

Não obstante Pierre George tenha primeiramente visualizado os “espaços de relações” nos bairros urbanos de sociedades industriais, como se eles parecessem ausentes em sociedades não industriais e em sociedades rurais, no decorrer de sua argumentação assinala que

não há, na realidade, nenhum grupo humano que viva atualmente em isolamento total. Mesmo as coletividades de economia agrícola tradicional entram em contato com o mundo exterior através de um setor de economia de mercado, por intermédio das instituições administrativas e militares a que estão sujeitas (GEORGE, 1969, p. 42).

Ademais, se o que está em pauta, como no caso das famílias investigadas, são recorrentes e sucessivos deslocamentos de seus membros para fora de suas *fazendas* de origem, em direção a periferias urbanas ou aos cafezais da região sudeste brasileira, o caráter dinâmico do espaço de vida e da territorialidade do grupo fica ainda mais acentuado, ampliando-se nesse processo seu “espaço de relações”, que passa a não mais ter um caráter local ou regional, circunscrito à *fazenda* e ao município baiano de origem, mas ganha uma dimensão interestadual.

Outra questão também presente na literatura que trata do tema do território e da territorialidade é a da diferença cultural. Depreendemos em análises sobre diferença cultural e sua relação com o território, uma concepção de espaço baseada no pressuposto de que os lugares e suas populações “nativas” eram inicialmente organizados como isolados geográficos e culturais. Neste sentido, “sociedades primitivas” eram representadas como sistemas auto-suficientes e auto-contidos, como abordadas seja por uma antropologia funcionalista *à la* Malinowski ({1922}1978), seja por uma antropologia funcional-estruturalista, cujo expoente é Radcliffe-Brown ({1552}1973), ou ainda, culturalista como temos com Ruth Benedict ({1034} 1959), para citar apenas alguns clássicos. Sociedades que desde um estado inicial de isolamento, teriam sido abaladas pela modernidade,

pelo processo de colonização européia de sociedades não-ocidentais. Uma concepção do espaço e de diferença espacial ancorada em imagens de rompimento, ruptura e disjunção.

Não obstante, a literatura antropológica clássica sobre populações rurais, desde a década de 1940 com Alfred Kroeber, depois com Robert Redfield e Eric Wolf nos anos 1950, somente para citar alguns de seus representantes, nos revela que mesmo em sociedades pré-capitalistas, os então chamados “isolados primitivos”, ou mesmo em sociedades camponesas européias da metade do século XX, esses “espaços de relações” sempre estiveram presentes, sendo equivocado falar na existência de grupos ou sociedades como totalidades fechadas em si mesmas.

Robert Redfield (1960), em oposição a trabalho próprio e anterior, que defendia a idéia de um *continuum* rural-urbano que levaria ao necessário fim das sociedades rurais (REDFIELD, 1949), na década de 1960 passa a partilhar das idéias de Kroeber (1948) de que as sociedades rurais não eram primitivas e nem isoladas como sistemas simples e auto-contidos, e que deveriam ser compreendidas como segmentos de uma sociedade maior. Caracteriza as comunidades rurais como algo próximo a um sistema complexo, ou mais precisamente como parte desse sistema; defende-as como “part-culture” ou “part-society”. Propõe, diante disso, que os cientistas sociais, ao estudar comunidades camponesas, focalizem as ligações existentes entre as aldeias, entre os agricultores e seus parentes distantes, e ainda, entre cidade e campo, ligações presentes numa teia de relações sociais. Para Redfield, os camponeses migrantes são os intermediários, o elo de ligação entre o “atrasado” e o “moderno” e entre o periférico e o central. Em suma, o que preceitua o autor é que abandonemos a idéia de sociedade camponesa como um todo fechado em si mesmo, sem relação com o mundo exterior.

As idéias de Redfield sobre comunidades camponesas como “part-societies” estão apoiadas num estudo de Barnes (1954) sobre uma pequena comunidade de pescadores (Bremnes) da Noruega. Para Barnes, esta pequena

comunidade não poderia ser compreendida como isolada e autocontida, como um todo representativo, mas como uma parte de um todo²⁵.

Ao tentar resumir o que poderíamos chamar de descobertas teórico-metodológicas de Barnes (1954), recuperadas em Redfield (1960), apontamos inicialmente para o fato de que o autor considerou os habitantes de Bremnes como membros de vários tipos de grupos sociais, grupos estes que, por sua vez, estariam reunidos em três diferentes campos sociais²⁶.

O primeiro campo social seria o do território local (“territorially-based social field”), entendido na sua relação a um território nacional. Descreve este campo como tendo um grande número de unidades administrativas estáveis, arranjadas hierarquicamente umas dentro das outras. Chama a atenção, porém, para a dificuldade de separarmos uma vida local de uma vida nacional. O segundo campo social seria o do mercado, em grande medida por “arrancar” as relações sociais de um mundo autocontido da comunidade local e expandi-las para o exterior. O campo das atividades econômicas trazidas pelas relações de mercado seria, dessa forma, o responsável por colocar os homens como independentes da vida local, na medida em que estes passam a relacionar-se com o mundo exterior. Já o terceiro campo verificado por Barnes na comunidade de pescadores de Bremnes é o que chamou de rede (“network”). Neste campo, as relações sociais entre os locais, e entre estes e os de fora da comunidade, estariam estruturadas como redes nas quais as pessoas seriam os nós e os relacionamentos os filamentos e as linhas.

Segundo Redfield, cada campo social pontuado por Barnes nos traz uma lição para o estudo da territorialidade em comunidades camponesas. Em primeiro lugar, afirma que se ainda é possível distinguirmos a vida local da vida nacional, cabe aos antropólogos, contudo, apreender as ligações entre a vida local e a sociedade englobante. No que se refere ao campo do mercado, afirma que em

²⁵ Embora Barnes não tenha estudado propriamente uma comunidade camponesa, mas uma “paróquia” de pescadores, Redfield vislumbra coincidências entre esses dois tipos de agrupamentos sociais, o que justificaria o uso das descobertas de Barnes para os estudos de comunidades camponesas.

²⁶ Como campos sociais (“social fields”), Barnes imagina sistemas de atividades e relações sociais em alguma medida separadas umas das outras.

grupos camponeses há um balanço entre os distintos mundos: o do mercado e a vida pessoal, dois mundos que interagem sem se misturarem. Mostra exemplos de contatos comerciais entre os locais e os de fora, mas os situa de forma apartada da vida pessoal dos “locais”.

Ao transportar para a análise das comunidades camponesas, o campo social denominado por Barnes como rede, salienta Redfield que nessas comunidades é o parentesco que contribui de forma majoritária para a constituição das redes. Relata, inclusive, o fenômeno do alargamento do parentesco como forma de expandir as redes sociais para fora da comunidade local.

Também Eric Wolf contrapõe-se ao que alguns pesquisadores cunharam de sociedades originais pré-capitalistas, que seriam os “isolados primitivos”. Contesta de um lado uma pretensa originalidade, uma essência de tais sociedades, e de outro, um imaginário de isolamento destas sociedades. Para Wolf, as sociedades alcançadas através da expansão capitalista-européia, e estudadas pelos primeiros antropólogos, nada têm de isoladas, sendo sociedades muitas vezes criadas exatamente no contato com os colonizadores europeus²⁷ (WOLF, 2003).

Num mesmo sentido, Gupta e Ferguson contestam a autonomia da comunidade primeva argumentando que o importante é saber como uma comunidade se formou, a partir não de um isolado geográfico e/ou cultural, mas de um espaço interligado desde sempre. O colonialismo europeu representaria, nesse sentido, a substituição de uma forma de interligação por outra, marcada por situações hierarquicamente assimétricas e caracterizadas pela violência entre colonizadores e colonizados (GUPTA E FERGUSON, 2000, p. 34).

Falemos numa idéia de “espaço de relação” que desconstrói a própria construção do “nativo” pela Antropologia, ancorada na idéia de pessoas ou grupos pertencentes e imobilizadas em partes do mundo distantes do Ocidente. Lugares

²⁷Aqui cabe citar a pesquisa de T. S. Oakes realizada na China, na qual o autor defende que espaços culturais são mantidos através da história, não pelas disjunções, mas exatamente pelas conexões que desde sempre existiram. A “localidade” sendo entendida como um componente contingencial daquele ‘espaço de fluxos’, e não sua antítese” (OAKES, 1993 *apud* MASSEY, 2008, p. 104).

estes onde exploradores, missionários e antropólogos chegariam para observá-los. Lugares onde os “nativos” estariam “incarcerated, imprisonmentt ou confined” (APPADURAI, 1988). Outrossim, um encarceramento referido também a um modo de pensar, a uma “rede moral” (Evans-Pritchard, {1937} 2005) própria dos grupos e das pessoas em relação ao lugar. Pondera Appadurai que mesmo em relação a “nativos” a quem os antropólogos sempre reconheceram certa mobilidade²⁸ na forma de viver, permanece o que chamou de condição de encarceramento, “not so much as a place as to a pattern of place”. (APPADURAI, 1988, p. 37). Um encarceramento que é ao mesmo tempo espacial e intelectual, e que se baseia em dois pressupostos: que as culturas seriam totalidades em si mesmas, e que as operações intelectuais dos “nativos” de alguma forma estariam ligadas a seus nichos, a sua situação, diríamos, a um lugar.

Na desconstrução de uma imaginação antropológica do “nativo encarcerado”, Appadurai afirma existir um complexo “mosaico de trocas”, englobando desde casamentos, conquistas e trocas lingüísticas, presentes em grupos e populações tidos como “isolados primitivos” ou como “nativos”.

Retomando diálogo com Pierre George (1969), quando fala em “espaço de localização” e “espaço de relação”, trago as contribuições mais recentes de Gupta e Ferguson (2000) e Massey (2008), que procuram mostrar que no mundo social não existe um isomorfismo perfeito entre espaço, sociedade e cultura, mas que num mesmo espaço (físico) podem coexistir mais de uma sociedade ou cultura, ou ainda, que uma sociedade pode ocupar diferentes e distantes espaços, o mesmo ocorrendo com a cultura.

Gupta e Ferguson propõem que abandonemos a idéia de um espaço dividido e descontínuo, e que passemos a repensar a diferença através da conexão. Problematizam a equação: uma mesma sociedade, uma mesma cultura e um mesmo espaço, através das análises, por exemplo, de populações que vivem em fronteiras nacionais, uma vez que para essas, as culturas não são

²⁸ Como os Bushmen e os aborígenes australianos, os nômades da Ásia Central ou agricultores *swiddens* do sul asiático (APPADURAI, 1988). Citemos ainda os trobriandeses da Nova Guiné (MALINOWSKI, {1922}1978) .

vividas como fenômenos distintos que se assemelham a objetos que ocupam espaços distintos (GUPTA E FERGUSON, 2000, p.32).

Esses autores assinalam a impropriedade dessa equação quando o que está em pauta são deslocamentos de migrantes para outro país, para onde carregam consigo aspectos da cultura de origem²⁹. Evidenciam, ademais, a inaplicabilidade dessa equação em situações de “multiculturalismo”, isto é, quando distintos grupos culturais articulam-se ou concorrem num mesmo espaço ou numa mesma sociedade. Por fim, criticam a sobreposição de cultura e sociedade e espaço que aparece nos estudos do pós-colonialismo, uma vez considerada a dificuldade em situar as culturas híbridas do pós-colonialismo num mesmo espaço ou numa mesma sociedade.

Para Doreen Massey, o isomorfismo entre espaço, sociedade e cultura figura no plano de uma concepção hegemônica da relação entre espaço e sociedade dentro da sociedade moderna ocidental. Segundo a autora, trata-se de uma forma particular de ordenar e organizar o espaço que se recusava (e se recusa) a reconhecer suas multiplicidades, suas fraturas e seu dinamismo (MASSEY, 2008, p. 103), uma forçada estabilização das “instabilidades do espaço”.

Inserida nesse debate, a análise da territorialidade, como processo de construção do território, destaca-se como interessante ferramenta analítica para a compreensão do espaço de vida de famílias e grupos sociais que se configura, entre outros aspectos, pela sua mobilidade espacial, como é o caso das famílias camponesas aqui investigadas. Trata-se, ademais, de uma forma analítica que se apresenta como alternativa à dicotomia espacial rural-urbano, categorias classificatórias que embora controversas, são abundantemente utilizadas nas análises de populações que vivem e trabalham no que se define como espaço rural.

O debate sobre a classificação de grupos sociais entre urbanos e rurais não deve, entretanto, ser ignorado. Está presente não somente para os demógrafos, economistas e cientistas sociais em geral, mas para os formuladores de políticas

²⁹ Sobre isso ver também Sahlins, 1997a.

públicas e para os profissionais que atuam nos projetos de desenvolvimento rural. O recorte urbano-rural, muitas vezes arbitrário do ponto de vista das populações que recebem este ou aquele rótulo, é amplamente utilizado para estudos da dinâmica populacional, da organização social, econômica e cultural de sociedades, e principalmente para a formulação de projetos de desenvolvimento local e regional.

No caso analisado, de pessoas que se deslocam, atravessando fronteiras do que se entende por rural e urbano, o tema da territorialidade (e não o da ruralidade) desponta como primordial, mesmo que perpassando, tangenciando e dialogando com as categorias do rural e do urbano. Categorias estas, inclusive, que aparecem ao longo de todo o texto por estarem presentes tanto na literatura utilizada, como nas classificações que meus interlocutores fazem do espaço por onde transitam.

Inspirada na noção de “figuração social” de Norbert Elias e James Scotson (2000), proponho pensarmos o território como uma conformação territorial, construída na movimentação e no posicionamento relacional das pessoas nos diferentes lugares. Um território plástico e moldado para além das fronteiras da *fazenda* de origem, de onde partem e para onde retornam os migrantes nos seus cíclicos deslocamentos. Um território e uma territorialidade tecidos como uma rede, onde os nós são as pessoas que se deslocam e se fixam em diferentes lugares, e os filetes as conexões que se formam entre as pessoas e os diferentes lugares percorridos. A *fazenda* sertaneja entendida analiticamente como uma conformação inicial³⁰ do território, que se expande e se molda através dos percursos das pessoas e das trocas que estas realizam entre a *fazenda* e os diferentes lugares para os quais se deslocam.

Em outras palavras, um território entendido como espaço de vida de famílias camponesas, construído na conexão com o que lhe é exterior, um território em constante formação por causa dos deslocamentos de pessoas para fora das *fazendas* sertanejas em Aracatú.

³⁰ Para fins analíticos, a *fazenda* está referida no texto tanto como “lugar de partida” dos que saem, como “lugar de destino” dos que retornam depois dela terem partido por um período de tempo, que pode ser o de uma colheita ou de vários anos de moradia na região Sudeste brasileira.

Por fim, uma última ressalva diz respeito à categoria analítica “migração”. Esta aparece de forma recorrente em escritos acadêmicos que abordam a mobilidade de pessoas e grupos sociais no espaço, uma “invenção” sociológica com pretensão de abarcar diferentes modalidades, tais como migração rural-urbana, migração urbana-rural, migração rural-rural, migração urbana-urbana, migração interna, migração externa ou internacional, migração de retorno, migração temporária, migração sazonal³¹.

Palmeira e Berno de Almeida (1977) postulam pela existência de um projeto acadêmico de construção de uma “teoria da migração” e de um conceito sociológico de migração, que objetiva ordenar sob uma única rubrica, heterogêneos processos e práticas migratórias. Porém, um esforço intelectual que vêem como problemático, já que muitas são as definições possíveis que se quer agrupar. Argumentam esses autores que os deslocamentos não deveriam ser pensados necessariamente através da “migração”, como uma categoria única, mas através de “categorias e teorias espontâneas do social que ordenam e justificam uma forma histórica da sociedade” (p. 72).

Dentre as famílias camponesas com as quais realizei a pesquisa, várias eram as modalidades de deslocamento no espaço, como por exemplo, pessoas que *saem* da *fazenda* do sertão para trabalhar em cafezais do Sudeste e retornam depois de alguns meses, outras que saem para os cafezais e de lá seguem para viver e trabalhar em algum outro lugar; pessoas que vivem grande parte da vida em cidades fora da Bahia mas depois retornam para o sertão, pessoas que *saem* da *fazenda* e regressam apenas para casar ou para se aposentar e pessoas que partem e nunca mais voltam.

Desta feita, e no intento de respeitar a heterogeneidade presente nos deslocamentos das pessoas no espaço - que como mostrarei ao longo da análise etnográfica tem diferentes formas de organização, destino e duração -, proponho que os tratemos como deslocamentos, processos e práticas migratórias, ou ainda,

³¹ Estas são classificações de uso corrente em pesquisas com caráter principalmente macro-sociológico, como os estudos demográficos e macro-econômicos acerca dos deslocamentos de populações no espaço (Ver sobre o assunto MARTINE, 1990 e BAENINGER, 2005).

que a eles nos refiramos segundo a forma pela qual são denominados por seus agentes, como *saídas* ou *andanças*.

Como veremos, o termo *Migração*³² aparece na fala de alguns interlocutores mais velhos, não para nomear seus deslocamentos para fora da *fazenda* do sertão, mas numa alusão a um lugar e a um serviço do Governo, na cidade de São Paulo, para onde eles se dirigiam num tempo pretérito. Nesse entreposto conseguiam bilhetes para embarcar no *trem da Migração*, que é como chamavam os trens que os levavam para as fazendas do interior do estado onde encontravam trabalho.

1.2 - TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

Nesta segunda seção apresento as trajetórias migratórias de alguns interlocutores da pesquisa, os protagonistas, e também suas formas de movimentação pelo espaço³³. Embora não se trate propriamente de uma investigação sociológica das trajetórias migratórias, elas se mostraram um material empírico relevante para se pensar a questão do território e da territorialidade das famílias.

As trajetórias estão agrupadas em três blocos familiares porque inseridas numa lógica que não é somente individual, mas familiar. Preliminarmente apresento a composição dos blocos, e na seqüência, cada familiar em separado

1.2.1 - Bloco familiar 1

Zé de Zora, o pai, Maria e Zélia (Zelinha), filhas, e Ana (Nanô) e Alceu, irmãos, são alguns membros de uma mesma família da *fazenda* Martim, localizada no município de Aracatú, BA, que já *andaram*³⁴ para outros lugares. Todos já

³² Por se referir a um lugar o termo Migração aparece com a inicial maiúscula. E, porque utilizado pelos interlocutores da pesquisa, é grafado em itálico.

³³ São onze interlocutores através dos quais faço conhecer ao leitor um pouco das pessoas com as quais realizei a pesquisa. Atento, que ao longo do texto trago ainda trajetórias de outros familiares, que ajudam a compor o cenário da pesquisa.

³⁴ Andar é uma forma local para expressar um deslocar-se no espaço. O verbo andar, mais do que simplesmente sair, confere uma espécie de continuidade ao ato, no sentido de que o andar é um ato contínuo, um processo que engloba saídas, retornos, novas saídas e assim por diante. A partir

estiveram em plantações de algodão no sul da Bahia (no município de Guanambi), em cafezais de Minas Gerais e em cidades do interior do estado de São Paulo. Voltaram para a Bahia, partiram de novo, novamente voltaram, partiram, num movimento incessante, cada qual em sua própria trajetória.

Atualmente Zé de Zora e Alceu moram na *fazenda* Martim, Maria em Artur Nogueira, estado de São Paulo, Nanô entre a Bahia³⁵ e Artur Nogueira, e Zelinha em Paraguaçu, no estado de Minas Gerais.

1.2.2 - Bloco familiar 2

José Barbosa Teles (Zé Mascate), Jaime (Laiminha) e Reinaldo são respectivamente pai, filho e neto de uma mesma família. Moram na *fazenda* Baixa Escura, também em Aracatú, e *andaram* pelos mesmos lugares que os vizinhos da *fazenda* Martim. Hoje vivem entre Artur Nogueira, Campinas e a Bahia. São três gerações de uma mesma família que seguiram um mesmo ofício, o de arregimentar trabalhadores para as colheitas de produtos agrícolas - algodão e café - em fazendas fora de Aracatú.

1.2.3 - Bloco familiar 3

Maria (Maria de Diu) e os filhos Valdivino (Bugí) e Marlene. Uma família que começou a se formar na *fazenda* Duas Irmãs, em Aracatú. Os três já trabalharam nos cafezais da região sudeste brasileira; Bugí continua a trabalhar. Os três já moraram na periferia de Campinas; Marlene continua a morar. São de uma família que vendeu sua parcela de terra na *fazenda* Duas Irmãs e comprou outra na *fazenda* Baixa Escura, onde hoje moram Maria de Diu, o marido Ananias (Diu) e outros dois filhos solteiros.

daqui utilizar-me-ei também do verbo *andar*, sempre em itálico, para me referir a deslocamentos no espaço.

³⁵Bahia é uma expressão nominativa utilizada pelos interlocutores da pesquisa não como referência ao estado da Bahia como um todo, como unidade administrativa e política do país, mas para fazerem alusão ao lugar onde moram ou de onde são, distinguindo-o de *São Paulo*, o lugar para onde costumam se deslocar. Nesse sentido Bahia refere-se somente às *fazendas* sertanejas e ao município de Aracatú onde estas se localizam.

1.2.4 - Os protagonistas

Zé de Zora

Nasceu em 1951 na *fazenda* de nome Horta localizada no município de Aracatú, na Bahia. Em 1970 casou-se com Laura, nascida também em Aracatú, quando foi morar na *fazenda* do sogro, a Lagoa de Dentro, localizada no povoado vizinho de Piabanha. Dois anos mais tarde o casal mudou-se para *fazenda* Martim, comprada³⁶ no ano de 1970 por José Barbosa Sobrinho (o Velho Zora), pai de Zé de Zora, local onde vive até hoje. Com Laura teve nove filhos. Oito deles moram atualmente em *São Paulo*³⁷: dois em Artur Nogueira, cinco em Campinas e uma na capital; e uma filha, Zelinha, que mora em Paraguaçu, estado de Minas Gerais. Atualmente na *fazenda* Martim com os pais, vive somente o filho caçula, Jossimar (Danilo), hoje com 16 anos.

Durante sua vida Zé de Zora *saiu*³⁸ diversas vezes de Aracatú para trabalhar em *São Paulo*. Assim relatou suas *saídas*:

Zé de Zora: eu tenho nove filhos, a maior parte dos meus nove f...os que eu tenho, a maior parte deles eu criei com recursos não só daqui, daqui e

³⁶ Aqui estou a referir a uma forma antiga e costumeira de compra-e-venda de terras entre moradores do local, na qual não havia escritura e muito menos registro da transação, mas uma venda a que chamamos de boca a boca. Mais adiante no texto mostro que essa mesma fazenda teria sido recomprada por dois dos filhos do Velho Zora, sendo somente por esta ocasião que a venda passa a ter valor jurídico e legal.

³⁷ Ao mencionarem São Paulo, meus interlocutores estão se referindo a cidades do interior do estado, especialmente Campinas e Artur Nogueira, esta alcunhada também de 'Artur Baiana', e não exatamente (ou somente) a Capital, esta aliás destino atualmente pouco procurado pelos aracatuenses. O termo *São Paulo* tem um significado análogo ao termo *Sul* trazido por Afrânio Garcia Júnior (1989) em sua pesquisa realizada com migrantes paraibanos, ou seja, se refere a um local na região Sudeste brasileira, para onde se costuma migrar em busca de melhores condições de vida, em especial, de um trabalho remunerado, e ainda, um local interligado com o de sua região de origem por redes de relações formadas entre os migrantes e os que ficaram.

³⁸ *Sair* da fazenda no contexto pesquisado significa deslocar-se geograficamente para viver e/ou trabalhar em outro lugar, fora da *fazenda* de Aracatú. Entre camponeses de Sergipe, outro estado da região Nordeste brasileira, Klaas Woortmann encontrou a expressão "sair" como significado de migração. Entretanto, dentre esses camponeses, havia ainda outra expressão para o fenômeno da migração, que é "viajar"; enquanto "sair" faz referência a uma "emigração definitiva", "viajar" revela um caráter temporário ou circular da migração, mais especificamente o que o autor classifica como "migração pré-matrimonial" (do filho) e "migração do pai" (WOORTMANN, 2009). Nas famílias pesquisadas há também outra expressão associada às práticas migratórias, que é o já mencionado verbo *andar*. Contudo, diferentemente do encontrado por Woortmann, não há para as famílias camponesas de Aracatú uma distinção marcada entre *sair* e *andar*, tendo ambas as expressões conotação de deslocamentos com possibilidade de retorno.

de São Paulo. Por final, Maria, que você conhece ela, quando eu saí daqui pra São Paulo, que ela é a filha mais velha, aí quando eu saí daqui pra São Paulo, a mulher ficou grávida dela, e quando eu cheguei, ela já estava graudinha, até acostumar comigo foi difícil. Porque o recurso daqui era pouco, então todo ano a gente tinha que ir.

Verena: Isso foi durante anos?

Z: Todo ano sem parar, todo ano [...].

V: E o senhor fazia colheita do quê?

Z: Eu fazia colheita de algodão, amendoim, de café.

V: Sempre em São Paulo?

Z: Sempre em São Paulo, toda vida em São Paulo, às vezes uma parte no Paraná . [...] eu já conhecia a região que eu ia trabalhar pra lá, que a metade da minha vida eu num posso dizer que eu vivi aqui, que eu moro aqui na Bahia, mas eu não posso dizer que eu vivi a maior parte da minha vida aqui, eu vivi a maior parte da minha vida em São Paulo, então eu num falo mal de São Paulo. Eu saía , todo ano eu tinha que ir, eu não, todo mundo, o Zé Mascate, esse povo mais velho, todo ano.

V: Vocês fechavam a casa?

Z: Não, as mulher ficavam. As mulher ficavam cuidando da roça aqui enquanto a gente ia. (Entrevista realizada com Zé de Zora, Aracatú, abril de 2007).

Atualmente Zé de Zora é um senhor sexagenário e com a saúde um pouco debilitada. Já não se desloca mais para trabalhar fora da *fazenda*, mas continua trabalhando *pro sustento*, cultivando frutas, verduras e hortaliças, palma³⁹ para os animais, e vez ou outra, uma *roça* de amendoim, feijão de corda e milho.

Maria

Tem 39 anos e é a filha mais velha de Zé de Zora e de Laura. Nasceu na *fazenda* Martim em Aracatú e atualmente mora com o marido e seus três filhos em Artur Nogueira. Em sua trajetória de vida mesclam-se sucessivos, e nem sempre lineares, deslocamentos. Quando ainda solteira e moradora da *fazenda* Martim, já acompanhava o pai pela região trabalhando aqui e acolá, principalmente na colheita de algodão de Guanambi (sul da Bahia). Depois de casada continuou a morar na *fazenda* Martim, mas já nessa época seus deslocamentos eram para lugares mais distantes. Com o marido começou a *sair* em direção a *São Paulo*, um

³⁹ Palma é uma planta típica de regiões de clima semi-árido. Ela se caracteriza por crescer em ambientes secos, não demandando muita água para sobreviver. Suas folhas são grossas e resistentes, chegando a armazenar água em seu interior. São utilizadas como alimento, e até reserva de água para os animais nos tempos de seca quando não há pastagem nem água suficiente. É também uma planta apreciada na culinária local, quando ainda é nova.

ano foi colher café em Pedregulho, no outro trabalhou em lavoura de cebola, algodão, feijão e tomate em Guará⁴⁰ (ambos os municípios com localização no nordeste do estado de São Paulo). Durante esses deslocamentos temporários seus filhos ficavam na *fazenda* Martim sob os cuidados da avó materna. Em 1997, Maria, o marido e os três filhos fixaram residência na periferia de Campinas, no bairro Satélite Iris I⁴¹, onde já viviam outros irmãos seus. Dez anos mais tarde se mudaram para Artur Nogueira, onde também já morava outro irmão. Mesmo morando em Artur Nogueira, Maria e Osvaldo continuam a se deslocar diariamente para trabalhar em Campinas, distante 60 quilômetros⁴². Em Campinas, Osvaldo atualmente trabalha como operário numa indústria de colchões e Maria como empregada doméstica em casa de família.

Zelinha

Tem 31 anos e é a quarta filha de Zé de Zora e de Laura. Atualmente mora com o marido e três filhas em Paraguaçu, no sul do estado de Minas Gerais. Nasceu na *fazenda* Martim onde viveu até se *amigar*⁴³ com Zé Nilton⁴⁴, também de Aracatú. Em 2002 *saiu* de Aracatú, juntamente com o marido, para trabalhar na colheita de café no município de Guará onde permaneceram seis meses. De Guará, Zelinha e Zé Nilton voltaram para a *fazenda* Martim por cerca de dois

⁴⁰ Em Pedregulho Maria e o marido trabalharam na colheita de café; já em Guará só o marido trabalhou no corte de cana, atividade realizada preferencialmente pelos homens, dada a exigência de força física para tanto. Diferentemente da maioria dos aracatuenses que se desloca ano após ano para a colheita do café, e que é formada indistintamente homens e mulheres, poucos são aqueles que costumam ir ou alguma vez já foram para o corte da cana. Este é representado para essa população como algo ao mesmo tempo desconhecido e temido, uma atividade desumana, oposta ao familiar e *leve* trabalho no café.

⁴¹ O bairro Satélite Iris I é parte de uma antiga ocupação urbana em Campinas, até hoje não regularizada perante a lei imobiliária da cidade. Por esta razão, embora meus interlocutores mencionem a palavra compra para se referir à aquisição do terreno onde construíram sua casa, o que houve fora tão somente aquisição do direito de naquele local construir uma casa, segundo as regras de moradia estabelecidas e respeitadas paralelamente ao ordenamento jurídico legal, pelos habitantes do bairro ocupado.

⁴² Maria viaja todos os dias entre sua casa em Artur Nogueira e o local de trabalho em Campinas; já Osvaldo passa a semana toda numa casa em Campinas, que aluga em conjunto com outros colegas de trabalho, e volta para sua casa em Artur Nogueira somente no final de semana.

⁴³ Termo utilizado pela própria interlocutora para dizer que a união conjugal que tem com seu marido não se deu no cartório de registro civil.

⁴⁴ Em 1988, com dezoito anos, Zé Nilton saiu pela primeira vez para *São Paulo*. Morou quatro anos na casa de um cunhado em Artur Nogueira. Findo este período voltou para Aracatú, quando se *amigou* com Zelinha.

meses, mudando-se depois para Campinas, para a casa de um irmão de Zelinha, no bairro Satélite Iris I. Em Campinas o casal seguiu trabalhando nas mais diversas ocupações. Em 2006, ainda vivendo em Campinas e desempregados, foram para Paraguaçu para trabalhar no café⁴⁵. No final da colheita retornaram para Campinas. No início de 2007 o casal e as duas filhas se mudaram para Paraguaçu para tentar *ganhar a vida*⁴⁶, onde estão até o momento. Zé Nilton atualmente trabalha levando trabalhadores, em sua maioria proveniente de sua terra natal Aracatú, para cafezais do município de Paraguaçu, MG e dos arredores.

Nanô

Irmã de Zé de Zora, nasceu em Aracatú, na *fazenda* Horta, nos idos anos 1950. Ainda solteira mudou-se com seus pais para a *fazenda* Martim depois que esta fora comprada por seu avô paterno, o Velho Zora. Casou-se com Antônio, também de Aracatú, e continuou a morar, já em sua própria casa, na mesma *fazenda* Martim, onde nasceram seus dez filhos. Quando ainda morava na Bahia, de lá *saiu* por diversas vezes para trabalhar fora, primeiro com seus pais e depois com o marido. Na década de 1980, com os filhos ainda pequenos, Nanô e Antônio se mudaram para Artur Nogueira onde trabalharam em fazendas e sítios da região, assim como em diversos serviços urbanos. Nesta cidade construíram uma casa que têm até hoje⁴⁷. Em 2006, Nanô e o marido retornaram para a *fazenda* Martim, voltando a morar na própria casa que permanecera fechada durante a ausência do casal. Nesta ocasião, os filhos já estavam adultos e quase todos casados.

Mesmo depois de retornar para morar na *fazenda* Martim, Nanô e Antônio continuaram a trabalhar parte do ano em *São Paulo*. Em 2006 estiveram na região de Artur Nogueira trabalhando na colheita de laranja. Em 2007 foram para a

⁴⁵ O tio de Zelinha, Zé Mascate, um arregimentadores de migrantes mais antigos de Aracatú, era o organizador da *turma* que naquele ano foi colher café em Paraguaçu, MG. Sabendo que a sobrinha e o marido estavam desempregados em Campinas, convidou-os para se juntarem aos outros trabalhadores que vinham da Bahia para trabalhar no café.

⁴⁶ Forma coloquial utilizada por Zelinha, para dizer ganhar dinheiro para viver.

⁴⁷ Cf. Dossiê fotográfico de casas no final do capítulo V.

colheita de café em Machado, MG e, na seqüência, para a safra da laranja na região de Artur Nogueira. Pouco tempo depois de retornar à Bahia, em 2006, Nanô e o marido conseguiram se aposentar. Aliás, o voltar para aposentar, após um longo período de moradia em *São Paulo*, é um caminho bastante comum trilhado pelos aracatuenses⁴⁸. Em 2009, três anos após terem retornado à Bahia, Nanô e Antônio passaram a alternar sua moradia entre a casa na *fazenda* Martim e a casa de Artur Nogueira, onde estão os filhos.

Alceu

Outro irmão de Zé de Zora, nasceu também na *fazenda* Horta em Aracatú, de onde se mudou, ainda solteiro, para a *fazenda* Martim. Alceu e o pai foram os primeiros a chegar à Martim em 1971. Vieram primeiro, e depois de *ajeitarem uma casinha* trouxeram o resto da família. Não obstante, sua vida na *fazenda* foi, desde o início, entremeada de *saídas pelo mundo*⁴⁹, isto é, marcada por *saídas* para trabalhar em outros lugares. Assim explicou seu início de vida na *fazenda* Martim.

Alceu: Aí fui trabalhando, trabalhando, e aquela, vivendo aquela crise. Tinha dia que a gente passava um dia em três, com ovo de galinha sem, só aquele ovo de galinha purinho, eu e ela [esposa] e a menina que eu criava. E daí eu fui pra São Paulo e lutei demais, sofri, eu sofri pra criar oito filho, eu sofri.

Verena: O senhor foi sozinho [para São Paulo] ou...?

A: Fui sozinho, naquele tempo eu fui sozinho e minha mulher ficou aí, que ela estava pra ganhar neném de Ismael, ela ficou e eu fui pra lá. Lá eu trabalhei acho que eu trabalhei uns três meses e nos três meses eu mandei um quebradinho de dinheiro pra nós poder pagar a venda. Naquele tempo ninguém comprava fiado não, naquele tempo num era que nem hoje não, eu passei muita fome pra criar ele, passei fome demais no mundo, eu sofri demais. Eu dormi debaixo de chão, eu dormi no meio de café, sofrendo pra ganhar pão pra dar de comer, pra num vê passar fome. De lá eu voltei e fui trabalhando, trabalhando.

V: Mas quando o senhor foi pra lá trabalhou no que lá em São Paulo?

A: Eu trabalhei ó, colhendo algodão, eu trabalhei colhendo café, eu trabalhei colhendo batatinha, eu trabalhei colhendo amendoim, eu fiz quebra de milho, eu fiz todo serviço lá. Toquei uma rocinha lá, num deu certo, perdi a roça.

V: Aonde que era a roça?

⁴⁸ A modalidade de aposentadoria requerida e obtida é a aposentadoria rural por idade.

⁴⁹ Mundo concebido como um espaço a ser conquistado.

A: Foi em Marinópolis [noroeste paulista]. Toquei outra rocinha em Venceslau [oeste paulista], eu toquei roça pra vários cantos lá. De lá eu vim e fui sofrendo, sofrendo, sofrendo, sofrendo, até um dia que deu, me deu uma sorte, que eu ia viajando daqui pra lá, eu ia de trem, passou oito dias pra chegar lá em Venceslau. Eu cheguei em Monte Azul [norte de Minas Gerais, próximo à divisa com a Bahia], eu ia levando só a passagem, que eu comprei a passagem e viajei. Cheguei em Monte Azul e lá não podia dormir na estação de trem, aí eu fui lá num hotel, a mulher falou assim é, naquele tempo era 2.000 réis, aí eu fui dormi lá, dormi com fome, não podia comer, estava sem dinheiro. No outro dia eu saí pra viajar cedinho, eu levantei, peguei a mala pra sair, tinha uma notinha no chão assim, dobradinha como era 20.000 réis, eu peguei e coloquei no bolso da calça e saí, também nem mais me lembrei daqueles 20.000 réis que eu botei ali. Aí eu viajei, aí uma senhora sentada no ônibus, no trem, sentou mais eu e perguntou se eu estava com fome, e eu falei “eu não estou com fome mas não deixo de não estar, né”. Aí ela foi, tirou a lata de farofa, um pratinho e botou umas colheres de farofa, um pedacinho de galinha, e eu comi e viajamos. Chegando perto, estava chegando na **Migração**, eu lembrei do...

V: Chegando aonde?

A: Na **Migração**, chegando na **Migração** eu lembrei do negócio que eu tinha achado, ainda meti a mão no bolso e num era mais 20.000 réis, era cinco conto daquele, puxa! [...] E achei aquele cinco, aqueles cinco conto que me tirou do macaco. Aí eu trabalhei mais um pouco de dia e voltei e comprei uma roupinha lá e voltei aqui, fui trabalhando aqui, a mulher já tinha colhido uma rocinha aqui [...]. Quando eles [filhos] cresceu eu fui pra Uru [centro do estado de São Paulo], eu e três, foi eu e três menino meu. Depois a menina cresceu foi nós em quatro, e sofrendo, dormindo em cima de pau, convivendo com ninho de cobra, tudo isso a gente sofreu.

V: Mas sempre que o senhor ia e voltava?

A: Ia e voltava, todo ano [...] toda vida aqui, eu nunca saí daqui pra canto nenhum. Eu nunca, minha família aqui, eu nunca carreguei a minha família mais eu, nunca pra canto nenhum, fui eu sozinho. Criei esses oito filho nessa desgraça aqui. Graças a Deus sofri demais, mas está tudo criado. [...]

V: E daí quando o senhor ia, sua esposa ficava sempre aqui, como é que era?

A: Não, era sozinho, era eu e Deus. Aí eu ia, eu ficava dois meses fora, três, quatro, já fiquei até um ano fora. Minha família aqui e eu lá. Eu ganhando e mandando pra família. Eu ganhando, tudo o que eu ganhava eu mandava pra aqui.

(Entrevista gravada na casa do seu Alceu, na *fazenda* Martim, em abril de 2007).

Relatou Alceu que começara uma vida de *andanças* ainda quando

era menino na minha vida, [que] tudo que eu ganhei nunca foi aqui, só foi fora, você ia lá e trazia aqui, você trazia de lá, aplicava aqui, perdia tudo. Você ia lá, trazia um pouquinho, botava uma roça, fazia

tudo, mas às vezes a chuva não vinha, perdia tudo (Alceu, *fazenda Martim*, 2007).

Levou essa vida itinerante até se eleger como vereador no município de Aracatú, durante doze anos consecutivos. Um mandato que se iniciou em fins dos anos 1980 e durou praticamente toda a década de 1990. Nesta fase Alceu se deslocava somente entre a *fazenda Martim* e o centro urbano do município. Ao final dos três mandatos, já detentor de uma situação financeira mais estável, e com os *filhos criados*⁵⁰, Alceu passou a trabalhar somente em suas terras, e parou de *sair pelo mundo*. Como explicou, agora *o que eu trabalho e faço é pra minha casa*.

Alceu e sua esposa Vinezina (Vinú) tiveram oito filhos. Metade deles mora atualmente em *São Paulo* e a outra metade na *fazenda Martim*. Dos quatro filhos que moram na *fazenda*, três deles que são os mais jovens nunca moraram fora da *fazenda*, embora costumem *sair* dali todos os anos para trabalhar em cafezais em Minas Gerais. O quarto filho que também mora na *fazenda* é o primogênito de Alceu, que após ter morado alguns anos em Artur Nogueira, em 2008 retornou para a *fazenda*, e ali construiu uma casa onde vive com a esposa e os filhos. Este primogênito tem como principal atividade a arregimentação de pessoas para o trabalho em fazendas de café de Minas Gerais. Dentre os arregimentados estão seus três irmãos mais novos, os que moram na *fazenda* de Aracatú.

Zé Mascate

Nascido na *fazenda* Duas Irmãs, em Aracatú, na década de 1940. Casou-se com Dalvanir, irmã de Zé de Zora e com ela teve quatro filhos: Laiminha, Gérson (Gersino), Isáia e Lúcia.

Enquanto morava nas *fazendas* de Aracatú Zé Mascate vivia da agricultura e da criação de animais, assim como já faziam seus pais e seus avós. Mas paralelamente às lides agropecuárias, percorria como vendedor ambulante os arredores de Aracatú. Nesse ofício, primeiro percorria a pé ou a cavalo longas

⁵⁰ Expressão que quer dizer que os filhos já atingiram uma idade em que podem viver sozinhos, sem depender dos cuidados diários dos pais ou outros parentes adultos.

distâncias, vendendo pequenos objetos, como perfumes, linhas, botões e enfeites para casa. Num segundo momento, com uma carroça puxada por um burro, passava nas casas dos compradores para receber o pagamento das mercadorias, geralmente em espécies animais, que eram levados para Aracatú, de onde seguiam em *carro grande*⁵¹ para Vitória da Conquista, onde eram vendidos. Com o dinheiro obtido, comprava mais mercadorias e recomeçava o ciclo. Desse trabalho restou-lhe o apelido Mascate apostado a seu primeiro nome, passando a ser conhecido então como Zé Mascate.

Por volta dos anos 1950, ainda novo, passou a trabalhar em *São Paulo*, para onde levava *turmas*⁵² de migrantes. Sua primeira experiência nesse ofício foi quando organizou uma *turma* para trabalhar em Pompéia (região noroeste de São Paulo). Depois dessa primeira experiência como arregimentador, voltou em 55 à Bahia, quando passou *um tempo por lá, [e] não deu para continuar*, alegando que não conseguia viver somente com o que tirava de sua terra. Levou também *turmas* para Artur Nogueira e outros municípios paulistas. Nos anos 1970 começou a organizar levas de aracatuenses para colheitas de algodão de Guanambi⁵³, sul da Bahia. Em meados dos anos 1990, como não havia mais trabalho nos algodoais baianos, resolveu se mudar para *São Paulo*, mais especificamente para Campinas e Artur Nogueira, *de onde continuou a organizar turma e levar seus conterrâneos para trabalhar fora do sertão*. Começaram aí as trajetórias migratórias dos aracatuenses para os cafezais do sul de Minas Gerais⁵⁴.

⁵¹ *Carro grande* é o nome dado por meus interlocutores, em especial pelos mais velhos, para caminhões e caminhonetes que carregam algum tipo de carga. Diferenciam dos *carros pequenos*, que são aqueles que levam apenas pessoas, estes também denominados carros de passeio.

⁵² *Turma* é a forma pela qual os aracatuenses denominam um grupo de pessoas que *saem* juntas para um mesmo destino, para uma mesma função, e principalmente, tem uma mesma pessoa que os arregimenta e que atua como chefe durante todo o trabalho alhures. Embora *turma* seja um termo presente em outros contextos migratórios, tratado pela literatura, inclusive, como categoria de processos migratórios, na presente pesquisa ele se revelou como uma categoria apropriada de fora, e por isso, minha opção foi por tratá-la como uma categoria local e grafá-la em itálico.

⁵³ As saídas de aracatuenses para o trabalho nos algodoais de Guanambi, nos anos 1970 e 1980, representaram uma etapa importante das trajetórias de deslocamentos no município, no sentido de ter se apresentado, nesse período, como um destino comum a muitos aracatuenses, algo análogo em certa medida ao que ocorre hoje em dia, nos deslocamentos dessa população para a colheita do café em Minas Gerais e em São Paulo.

⁵⁴ Zé Mascate é representado e reconhecido positivamente nas famílias de Aracatú como desbravador de lugares de trabalho para os aracatuenses, no sentido mesmo de ser pioneiro dentre eles no ofício de intermediar um lugar, arregimentar trabalhadores e levá-los para o trabalho

Zé Mascate: Aí, no término de 95 eu já vim pra São Paulo novamente. Aí vim pra São Paulo, passei uns dias em Campinas. Aí já começou a chegar essa nova remessa [de aracatuenses] em Campinas, uma remessa bem mais nova essa. Começou a chegar uma remessa bem mais nova e começamos a habitar na região de Campinas, lá no Satélite [Satélite Iris], por ali, né. Aí depois [...] eu saí pra aqui [Artur Nogueira]. [...]. Viemos pra Artur Nogueira e aí habitamos aqui, né. E aqui estamos. Assim, depois de dois anos que eu cheguei por aqui, aí eu [?] pra arrumar um lugar, pra tocar serviço outra vez, pra [?] da Bahia. Foi quando é que eu fui pra Minas, Machado, não, em Paraguaçu [sul de Minas Gerais] e consegui através de um cunhado meu que tinha conhecimento lá, consegui amizade com os fazendeiros de lá e começamos a trazer gente outra vez pra Paraguaçu. Tem três anos mais ou menos, 2000 e, nós estamos em 2007, foi em 2004 mais ou menos. Aí veio a primeira remessa de gente pra lá, no outro ano já veio mais gente, o ano passado só na região de Machado nós estava com umas 200 pessoas, entre eu, meus filhos e sobrinhos, umas 200 pessoas na região de Machado, outra vez colhendo café. [...] Aí nós habitamos 200 e tantas pessoas só naquela região ali, uma baianada lá da nossa cidade. E hoje tomaram conta da região, um traz 50 [pessoas], outro traz 20, outro traz 10, mas estão tudo habitado lá. Foi através da gente, sempre quando o negócio está ruim, a gente sempre abre uma porta e coloca uma pessoa lá. (Entrevista realizada com Zé Mascate, Artur Nogueira, março de 2007).

Nos anos 1980 Zé Mascate comprou a *fazenda* Baixa Escura, vizinha contígua da *fazenda* Martim, em Aracatú, onde atualmente vivem e trabalham seus três filhos homens com suas respectivas famílias nucleares.

Zé Mascate vive com a esposa Dalvanir no município de Artur Nogueira, no estado de São Paulo. Sua casa compartilha terreno com a casa e o bar de Lúcia, a única filha do casal, e também o único dos filhos que atualmente vive fora da Bahia. Porém durante quatro meses do ano, Zé Mascate e a esposa se mudam para sua outra e mais antiga casa, na *fazenda* Baixa Escura. É uma casa que nunca fica fechada, mesmo na ausência dos donos, pois nela vive atualmente o filho Gersino com sua esposa Lúcia, seu filho Murilo e sua sogra Libânea. Antes de se mudar para a casa dos pais, o que se deu quando estes foram para Artur

fora das *fazendas* baianas. Sobre o ofício de arregimentador de migrantes, como é chamado localmente quem leva os trabalhadores para as colheitas do café, discorrerei mais a frente quando do exame mais sistemático dos deslocamentos de aracatuenses para o trabalho fora da Bahia, em especial para os cafezais mineiros e paulistas (Cf. Capítulo IV).

Nogueira, Gersino e sua família (esposa, filho e sogra) moravam em outra casa da mesma *fazenda*, menor e com menos infra-estrutura.

A mudança de Gersino para a casa dos pais, depois da partida destes, configura-se dentro de uma lógica de troca familiar: de um lado os pais emprestam ao filho uma casa maior e melhor para que este viva; de outro, os pais têm sua casa guardada e conservada, um local para onde podem retornar. Enquanto na *fazenda* a casa de Zé Mascate continua habitada e conservada pela família de Gersino, a casa deste está praticamente em escombros.

A estada anual de Zé Mascate na *fazenda* Baixa Escura coincide com o período da ausência dos filhos que *andam* para o café, entre os meses de maio a setembro. Zé Mascate e Dalvanir se mudam para a Baixa Escura para ajudar Gersino, o único dos filhos homens que não segue para a colheita do café⁵⁵, a cuidar da *fazenda*, em especial do gado que exige lida diária, e que não se adapta, como as culturas, aos períodos de ausência de seus criadores.

Laiminha

Filho mais velho de Zé Mascate e de Dalvanir, com idade na casa dos 40 anos, é natural de Aracatú. Vive atualmente com sua esposa Giovana e os quatro filhos na *fazenda* Baixa Escura. Entretanto, sua vida sempre foi, e continua sendo, pautada por saídas de trabalho. Assim me explicou: *Nasci aqui na fazenda Baixa Escura, sempre, toda vida morei aqui, só saí pra fora na área de negócio puro*⁵⁶. Com doze anos *saiu* pela primeira vez da *fazenda*, com um amigo, para trabalhar na colheita de algodão em Artur Nogueira, SP. As safras duravam aproximadamente dois meses, quando então retornava à *fazenda* na Bahia. *Depois daí, sempre . fui começando, depois de dezoito anos, aí eu fui continuando de novo, às vezes ia, às vezes não ia, sempre [colher algodão em Artur Nogueira].*

⁵⁵ O fato de Gersino não sair para trabalhar fora decorre de ter sofrido na infância uma doença que o deixara com os movimentos do corpo parcialmente paralisados, não suportando por isso a lida num algodoal, num cafezal ou em algum tipo de trabalho mais árduo na agricultura.

⁵⁶ Interpreto a expressão *área de negócio puro* como uma relação de trabalho na qual, diferentemente do trabalho camponês exercido em terras próprias e sem patrão, há uma situação de sujeição, de exploração típica presente na forma de trabalho assalariado. Esse aspecto é trabalhado também por Gárcia Júnior (1989) e por Worrtnann (2000).

Após uma fase de trabalho com algodão em Artur Nogueira, SP seus deslocamentos *de negócio* passaram a ser para as colheitas de algodão em Guanambi, no sul do estado da Bahia, que duraram até meados dos anos 1990.

Aí depois de Guanambi, que nós encerrou a safra daí algodão parou. Aí a gente deu continuidade de serviço na colheita de café. Aí, essa luta, vão mais de doze anos de tarefa lá em Campinas, trabalhando lá.
(Entrevista realizada com Laiminha, Aracatú, abril de 2008).

Depois de Guanambi, Laiminha e sua família (na época, esposa e os dois filhos mais velhos) perambularam entre o trabalho de colheita de café em Franca e em Pedregulho, ambos na região nordeste do estado de São Paulo. Foi também um período em que veio morar com esposa e filhos na periferia de Campinas, no bairro Satélite Íris I, onde trabalhou na área da construção civil e numa fábrica de espuma, retornando ao final de dois anos para a *fazenda* Baixa Escura na Bahia.

Depois disso foi que teve início, por volta do ano de 1996, o seu trabalho de arregimentador de pessoas de Aracatú para trabalhar na colheita de café na fazenda Monte D'Este em Campinas, o que vem se repetindo, ano a ano, até o presente. Ao explicar como começou seu trabalho em Campinas, assim relatou:

Laiminha: Quando eu comecei lá [na fazenda Monte D'Este], eu tava em Campinas um tempo, trabalhando mais meu pai. Aí eu tinha informação dessa área de colheita de café lá em Campinas.

Verena: Você lembra mais ou menos em que época foi isso?

L: O ano mesmo eu não tô lembrado. Eu sei que tá de onze a doze anos que nós trabalha lá. Aí, trabalhamos com quinze [trabalhadores], eles pediram mais trinta. Foi pra 48. Mais poucos dias, pediu mais 15, aí foi pra sessenta e poucos. Terminamos a safra desse ano. Quando foi no próximo ano, eles [fazendeiro do café] pediram 86 pessoas. Continuamos, terminamos a safra fora, de novo. Aí sempre... Aí foi diminuindo, diminuindo, começou a trabalhar com maquinário, né?! E aí, cada vez mais, só diminuindo. Até hoje... O ano passado, eu trabalhei com 47 lá, agora esse ano, só pediu 35 pra nós. Pra dar continuidade no trabalho. Porque agora tá trabalhando mais com maquinário, né?!
(Entrevista realizada com Laiminha, Aracatú, abril de 2008).

Reinaldo

Nascido na *fazenda* Baixa Escura há 20 anos, é o primogênito de Laiminha e Giovana. Desde 2008 quando teve início o mandato de vereador de seu pai, Reinaldo o vem substituindo no ofício de arregimentador de pessoas para a

colheita de café na fazenda Monte D'Este em Campinas, SP. Afora suas saídas temporárias da *fazenda* no sertão quando ainda criança, para acompanhar os pais em colheitas de algodão e de café, e de um período de dois anos de moradia em Campinas, também com os pais, Reinaldo teve sua própria experiência migratória em 2007 assim que completou a maioridade civil. Foi primeiro para a casa do avô paterno Zé Mascate em Artur Nogueira. Em pouco tempo arrumou emprego numa rede de frutarias no município de Campinas, para onde se mudou e passou a morar em alojamento da própria firma, com outros rapazes também migrantes como ele. Passava a semana em Campinas, voltando para a casa dos avôs somente nos dias de folga do trabalho. Depois de poucos meses de trabalho, foi assaltado no alojamento onde morava, fato suficiente para que decidisse retornar à casa dos pais na *fazenda* Baixa Escura. Desde então, desloca-se todos os anos, durante o período da colheita do café, para a fazenda Monte D'Este em Campinas

Maria de Diu

Hoje senhora sexagenária, Maria de Diu nasceu na *fazenda* Lagoa Preta, em Aracatú, onde foi criada por uma amiga de sua mãe quando ficou órfã ainda criança. Ainda bem jovem se casou com Ananias (Diu), um dos irmãos de Zé Mascate, e com ele foi morar na fazenda Duas Irmãs, também em Aracatú.

Em 1994 Maria de Diu fechou a casa na *fazenda* Duas Irmãs e seguiu com o filho caçula, ainda bebê, para Minas Gerais, onde o marido e alguns de seus filhos trabalhavam, numa *turma de baianos*⁵⁷, no plantio do café. Findo o trabalho, Maria, o marido e os filhos que lá estavam seguiram para Campinas, onde já moravam alguns parentes, dentre eles as filhas Nice e Rosimeire. Em Campinas morou inicialmente na casa de uma cunhada, no bairro Campos Elíseos, o mesmo onde a filha Nice morava na época com o marido e as filhas. Pouco tempo depois Maria de Diu e o marido adquiriram um lote no bairro Satélite Íris I, também em

⁵⁷ Esta é uma forma nominativa que meus interlocutores, provenientes das fazendas do sertão, se auto-referenciam e se afirmam como um grupo - *turma de baianos* ou simplesmente *baianos* – para se diferenciarem de outras pessoas que não façam parte do grupo. É também a forma pela qual aqueles que não fazem parte do grupo se referem aos do grupo. Trata-se, portanto, de uma expressão nominativa construída ao mesmo tempo na interação e na diferenciação de diferentes grupos de pessoas – os *baianos* e os não-baianos.

Campinas, e com muito esforço construíram uma casa, onde o casal passou a morar com os filhos solteiros.

Passados dois anos em Campinas, Maria de Diu, Diu e o filho caçula voltaram para a Bahia, não mais para a *fazenda* Duas Irmãs, mas para a *fazenda* Baixa Escura. Diu vendeu a parcela de terra que herdara de seus pais na *fazenda* Duas Irmãs, e comprou na *fazenda* de seu irmão Zé Mascate, uma casa e alguns poucos hectares de terra, onde o casal mora até os dias atuais com dois filhos solteiros. Os outros filhos ficaram em Campinas e em Artur Nogueira com parentes. Alguns deles nunca mais voltaram a morar em Aracatú, como é o caso de Marlene, Rosemeire e Juraci, outros se alternaram entre a vida em *São Paulo* e na Bahia, como Nice⁵⁸ e Bugí⁵⁹.

A compra e venda de *fazendas*, ou mais especificamente, de parcelas de terra das *fazendas*, é uma prática corrente às famílias estudadas, assim como a outras com os quais elas mantêm relações de vizinhança, amizade e compadrio. O casamento e o desejo de ter a própria casa - no sentido da nova moradia, e de um local onde se concretiza a centralidade das relações do novo casal - aparecem como relevantes motivos das transações de terra. Não obstante, estas transações de terra resultam também de outros tantos e variados propósitos como, por exemplo, a necessidade de um pedaço de terra extra para plantar uma roça fora da *fazenda* ou o desejo de morar mais perto de um filho. No caso de Maria de Diú, a venda da parcela de terra na *fazenda* Duas Irmãs e a compra na Baixa Escura, resultou do desejo de morar mais próximo da filha que, ao se casar, mudara-se para esta *fazenda* de propriedade do sogro. Outro motivo alegado no caso da transação de terra de Maria de Diú, foi o fato de que a qualidade da terra na Baixa Escura seria melhor que a da Duas Irmãs. Porém, se tomarmos a transação pelo lado dos compradores da parcela de terra de Diu na *fazenda* Duas Irmãs, observamos que eram um jovem casal que desejava um lugar para começar a vida. Os compradores eram pessoas também nascidas e criadas em *fazendas* de

⁵⁸ Nice é casada com Isáia, filho de Zé Mascate e mora atualmente na fazenda Baixa Escura, numa casa ao lado da dos pais.

⁵⁹ Bugí é casado com Babalú, sobrinha de Zé de Zora, e atualmente mora em casa própria na *fazenda* Martim.

Aracatú, que ao se casar, queriam um lugar para eles, um lugar que não havia na *fazenda* dos pais de ambos, por causa do tamanho exíguo das terras. Desta feita, ambos os nubentes venderam a parcela de terra a que tinham direito por herança na *fazenda* de seus pais, e com o dinheiro compraram a parcela de Maria de Diu nas Duas Irmãs.

Depois da experiência de moradia em Campinas nos anos 1990, e até hoje, Maria de Diú e o marido nunca mais moraram fora da Bahia, o que significa em outras palavras, que *eles nunca mais fecharam a casa no sertão*. Não obstante, a vida do casal continua marcada por *saídas* cíclicas para trabalhar no Sudeste. No ano de 2007, por exemplo, Maria de Diú e o marido estiveram na colheita do café em Machado, sul de Minas Gerais, voltando para a *fazenda* do sertão no final do trabalho.

Por fim, outra modalidade de deslocamento que Maria costuma realizar são as viagens para visitar os filhos que moram em Campinas.

Bugí

Filho de Maria de Diú e de Diú, Bugí nasceu há 22 anos na *fazenda* Duas Irmãs, em Aracatú. Quando tinha apenas doze anos *saiu* de Aracatú pela primeira vez. O primeiro destino foi a periferia de Campinas. Lá morou com os pais e os irmãos primeiro na casa de uma tia (no bairro Jardim Campos Elíseos) e depois na casa que a família construiu no bairro Satélite Iris I, onde também moravam outros parentes mais distantes. Bugí morou em Campinas três anos, e depois voltou com os pais para a *fazenda* Baixa Escura, em Aracatú. Ficou pouco tempo na Bahia. Quando tinha quinze anos foi novamente para *São Paulo*. Morou um ano em Artur Nogueira, na casa de um irmão, e dois anos em Campinas na casa de Marlene, também sua irmã. Durante esse período empregou-se numa rede de frutarias em Campinas⁶⁰, a mesma onde depois trabalhou seu primo Reinaldo, apresentado anteriormente (item 2.3).

⁶⁰ Bugí começou a trabalhar em Campinas quando ainda morava em Artur Nogueira, sendo que até se mudar para a casa da irmã em Campinas, viajava todos os dias entre as duas cidades para trabalhar.

Depois dessa segunda temporada de moradia fora da Bahia, já então com dezoito anos, retornou novamente para a Bahia. Contudo, não voltou mais para a *fazenda* Duas Irmãs onde nasceu, mas para a Baixa Escura, para onde haviam se mudado seus pais⁶¹ e irmãos que com eles ainda viviam. Nesse período iniciou namoro com Rosilene (Babalú), sobrinha de Zé de Zora, da vizinha *fazenda* Martim, e em pouco tempo com ela *fugiu*.

Fugir é uma forma costumeira, presente também em outros contextos rurais brasileiros (WORTMAMN, K., WOORTMAMN, E., 1992), que pares de namorados se utilizam para consagrar sua união matrimonial. O casal, de comum acordo, foge da casa de seus pais, ou pelo menos da casa da moça e tem sua primeira noite de núpcias em outro lugar, que pode ser a casa de um parente, de um vizinho ou até dos pais do próprio rapaz. Antigamente era muito utilizada para consumir os casamentos não aceitos pelos pais ou pelo grupo em que se inseriam. Hoje em dia em Aracatú a fuga é apenas uma das formas de se casar, antecipando muitas vezes o casamento oficial perante o padre ou o juiz de paz, oficialização esta que nem sempre acontece. Neste caso o casal diz que é *amigado* e não casado.

A fuga aconteceu certa noite depois de uma festa; Babalú não voltou para dormir em sua casa, onde morava com os pais na *fazenda* Martim, mas foi com Bugí para a casa do rapaz, na *fazenda* Baixa Escura (casa que este morava com os pais), e lá os dois dormiram na mesma cama, tornando pública sua primeira noite de núpcias. Na manhã seguinte, Maria de Diú, mãe de Bugí, achando que este demorava para acordar, foi até seu quarto e segundo relatou, viu dois pares de chinelos ao lado da cama do filho. No começo achou que fosse de Danilo, filho caçula de Zé de Zora, que eventualmente dormia na casa. Somente depois descobriu que os chinelos eram de Babalú, sua futura nora. Consumado o fato, Maria de Diú e o marido foram no mesmo dia até a casa dos pais de Babalú, na *fazenda* vizinha, para informar as intenções do filho em casar com a moça, e de certa forma, para tornar público o matrimônio. A união dos jovens era esperada e querida pelos pais de ambos, que faziam muito gosto no namoro. Nesse caso, portanto, a fuga de Babalú e Bugí não foi uma forma de contestação a qualquer

⁶¹ Vide trajetória de Maria de Diú, sua mãe, acima apresentada (item 3.1), onde está descrita a mudança da família de uma *fazenda* para outra, ambas em Aracatú, BA.

plano diferente que os pais quisessem impor aos filhos, o que não havia de nenhum dos lados.

Depois de *amigado* com Babalú, Bugí já *andou* três vezes para a colheita do café em Minas Gerais. Atualmente divide sua vida e seu trabalho entre a *fazenda*, nos meses de outubro a abril, e os cafezais, de maio a setembro. Bugí e Babalú moram na *fazenda* Martim, em casa própria⁶² por eles construída⁶³. A casa para o novo casal significa não somente um lugar físico para se abrigar, mas também um lugar que simboliza a centralidade e a afirmação do novo casal. Ela marca o lugar do casal no espaço comum que seria a *fazenda*, e a constituição do casal perante os outros familiares e os vizinhos e amigos.

Afora essas *saídas*, na infância com os pais e mais tarde para trabalhar, Bugí viajou também outras duas vezes para a Campinas e Artur Nogueira, para visitar parentes que nesses lugares vivem, ou seja, *saiu* da Bahia também a passeio.

Marlene

Irmã de Bugí e filha de Maria de Diu e Diu, Marlene nasceu na *fazenda* Duas Irmãs. *Saiu* pela primeira vez para *São Paulo*, aos treze anos de idade, quando foi morar em Artur Nogueira com Nice, sua irmã mais velha que na época já era casada com Isáia, filho de Zé Mascate. Foi com a irmã para ajudá-la a criar as sobrinhas, ainda bem pequenas. Marlene tomava conta das crianças enquanto Nice trabalhava como empregada doméstica. Depois de uma temporada de pouco mais de um ano em Artur Nogueira, Marlene voltou com Nice para a Bahia. Quando desse retorno, não voltou para a *fazenda* Duas Irmãs, onde seus pais na época ainda moravam, mas para a Baixa Escura, continuando a morar com a família da irmã.

⁶² Aprofundarei a análise do “morar em casa própria” em momento posterior quando da análise da organização fundiária da fazenda, nos capítulos II e V.

⁶³ O processo de construção da casa tornou-se possível para este jovem casal por causa do dinheiro que ambos receberam nos dois anos que trabalharam com colheita de café em Minas Gerais. Aprofundo esse assunto quando analiso as *saídas* para o café e os seus reflexos nas casas de moradia nas fazendas de Aracatú (Cf. capítulos III e IV).

Em 1994 foi trabalhar no café com o pai e alguns dos irmãos no sul de Minas Gerais. De lá seguiu com a família para Campinas, onde mora até hoje. Inicialmente morou com os pais e irmãos na casa de uma tia e depois na casa que os pais construíram no bairro Satélite Iris I.

Aí com quinze anos eu vim para o café, a gente plantava café nessa época em Minas. Eu vim junto com meu pai, depois mãe veio [...]. E de lá eu vim pra cá [Campinas]. Eu vim junto com eles [pais], aí a gente morou nos Campos Elíseos, depois a gente mudou pro Satélite, aí depois eu casei, a mãe foi embora e eu fiquei (Entrevista realizada na casa de Marlene, em setembro de 2009).

Depois de dois anos, quando os pais e alguns irmãos voltaram para a Bahia, Marlene continuou em Campinas. Casou-se com um rapaz desta cidade e com ele continuou a morar, inicialmente no mesmo bairro Satélite Iris I e depois no bairro vizinho Jardim Ipaussurama, ambos na periferia de Campinas. Com seu marido teve um filho hoje com 8 anos e em 2008 ficou viúva. Atualmente Marlene mora com este filho e com uma sobrinha do marido na mesma casa localizada no Jardim Ipaussurama.

Marlene diz que desde que enviuvou a mãe insiste para ela voltar para a *fazenda* na Bahia, o que está fora de seus planos imediatos, pois é em Campinas que está *acostumada a viver*, onde tem o emprego⁶⁴ de empregada doméstica, sempre na mesma casa de família, desde quando tinha dezessete anos. Afirma também Marlene que foi em Campinas que o filho nasceu, onde ele estuda, onde tem amigos, e onde vivem os parentes do falecido marido com os quais o menino está acostumado a conviver.

Nas onze trajetórias apresentadas, todas de uma mesma parentela, no sentido de uma grande família, consangüínea e afim, minha pretensão foi trazer ao texto, diferentes formas de deslocamento de pessoas pelo espaço. Deslocamentos que supõem uma movimentação no espaço que, como pretendo mostrar ao longo do texto, estão presentes na própria organização e reprodução

⁶⁴ Importante citar que quem lhe arrumou este emprego foi uma prima da Bahia que antes dela chegara em Campinas. Portanto, foi através de uma rede de parentes da qual Marlene participa que a mesma recebeu ajuda para conseguir o emprego.

das famílias pesquisadas, assim como no processo de construção de seu território, na sua territorialidade.

São movimentos de saídas, retornos e permanências permeados por regularidades que os caracterizam como uma prática social, não somente individual, mas principalmente familiar. Isso se não pensarmos numa esfera analítica mais ampla, na qual os deslocamentos se apresentam dentro de um processo secular de movimentação de populações pobres do sertão nordestino em busca de sobrevivência em outros lugares⁶⁵.

Regularidades que aparecem em razão dos mesmos lugares para onde se deslocam, principalmente Campinas, Artur Nogueira e cafezais de São Paulo e de Minas Gerais, ou para onde retornam, as *fazendas* do sertão; regularidades presentes na forma de se deslocar, por meio de uma rede que conecta as pessoas que circulam entre os diferentes e distantes lugares, e mesmo no interior desses lugares. Enfim, regularidades que se apresentam como condições de possibilidade e continuidade do próprio processo migratório.

Contudo, são movimentos dotados, outrossim, de heterogeneidade, diferenciando-se, em cada caso concreto, por incontáveis fatores, como a época do deslocamento, sua duração, sua direção (de onde para onde), sua periodicidade, enfim, pelo sentido pessoal que cada um de meus interlocutores dá aos seus próprios trajetos.

⁶⁵ Refiro-me aqui a uma interpretação de cunho macroestrutural, presentes na literatura rural brasileira dos anos 1970, como nos textos de Lopes (1971), Paul Singer (1976) e Eunice Durhan(1978).

CAPÍTULO II

LUGAR DE PARTIDA

O município de Aracatú está localizado na região Nordeste⁶⁶ do Brasil, mais especificamente no Centro-Sul do estado da Bahia⁶⁷, em área de clima semi-árido, localmente identificada como sertão.

Aracatú tem sua origem na fazenda São Pedro, de propriedade do coronel⁶⁸ Salustiano Rodrigues de Souza Machado. Em 1933 o lugarejo na época chamado Gameleira dos Machado - Gameleira por sua vegetação de frondosas árvores com esse nome, e Machado em homenagem a seu primeiro dono - foi elevado à categoria de Distrito do município de Brumado, e passou a se chamar Aracatú. Em 1962, pela lei estadual 1708, foi finalmente emancipado como município

A população atual do município é de 15.491 habitantes, sendo 3.187 os residentes na zona urbana e 12.304 na zona rural, com densidade demográfica de 10,05 hab/km² ⁶⁹. Sua população rural é constituída predominantemente por famílias camponesas⁷⁰, que moram e trabalham em terras próprias. No que tange

⁶⁶ A região Nordeste ocupa uma área de 1.542.000 km², e é constituída pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

⁶⁷ Dentro do estado da Bahia, o município de Aracatú integra o “território de identidade” n. 20, de Vitória da Conquista, recente subdivisão do estado da Bahia (desde 2007), que agrupa seus municípios em vinte e seis “territórios de identidade”, segundo seus arranjos sociais e as especificidades da região onde os mesmos se localizam dentro do Estado. Trata-se, contudo, de uma classificação não utilizada na presente análise por ser desconhecida de meus interlocutores. O próprio município de Vitória da Conquista, que dá nome ao território de identidade do qual participa Aracatú, é vista como um lugar desconhecido e “distante” para as famílias com as quais trabalhei. Muito mais “próximos” apareceram os municípios de Campinas e de Artur Nogueira, no estado de São Paulo, embora sejam lugares a uma distância bem maior de Aracatú que Vitória da Conquista.

⁶⁸ O qualificativo coronel aqui está referido não a uma posição dentro da hierarquia militar, mas a pessoas que em contextos rurais brasileiros além de serem detentoras de grande extensões fundiárias, são espécies de chefes políticos locais.

⁶⁹ Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea - Diagnóstico do município de Aracatú – Ministério de Minas e Energia, 2005.

⁷⁰ Por “famílias camponesas” entendo famílias que detém pouca extensão de terra e uma produção agrícola quase que exclusivamente voltada ao consumo próprio, sendo poucos itens ou pouca quantidade o excedente produzido e eventualmente comercializado. Famílias que compõem o que Mendras (1978) denominou de uma sociedade camponesa, marcada por relações de proximidade e interconhecimento, por certa autonomia em relação ao mercado e com suas relações mediadas por poderosos locais.

à sua estrutura fundiária, predominam as pequenas e médias propriedades, que têm em média 50 hectares, e recebem o nome de *fazenda*⁷¹.

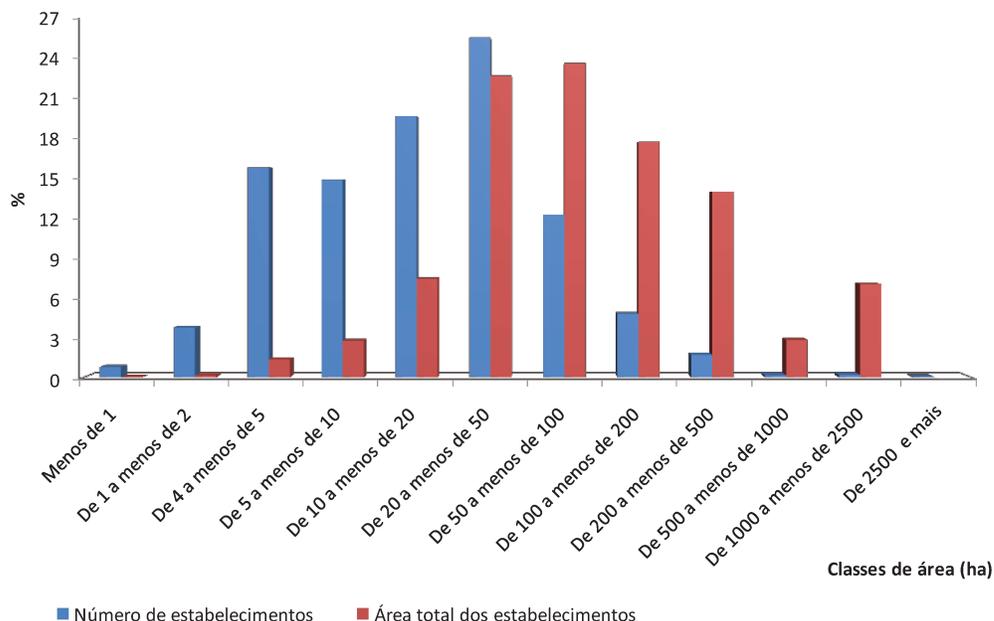


Figura 1. Estrutura fundiária do município de Aracatú-BA, 2006.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Embora uma parcela pequena da população resida na área urbana do município, as atividades agropecuárias estão presentes, direta e indiretamente, para quase a totalidade de seus habitantes, havendo apenas um pequeno contingente de funcionários públicos municipais, prestadores de serviços à

⁷¹ Embora na tradição sociológica brasileira a categoria fazenda esteja relacionada a propriedades rurais com grandes extensões de terra, estas ausentes em contextos camponeses como os verificados em Aracatú, é ela, como já mencionado, a forma local como são chamadas indistintamente as propriedades de terra neste município, qualquer que seja a extensão das propriedades. Diante desse aparente paradoxo, apresento a seguir duas hipóteses explicativas. Uma primeira advém do fato de que as atuais *fazendas* de Aracatú foram formadas por sucessivos desmembramentos de uma grande propriedade de terra que teria dado origem ao município, a fazenda São Pedro, desta conservando o designativo. Uma segunda hipótese é a de que num tempo mais antigo – antes dos “cercamentos” das propriedades – os rebanhos eram criados soltos em terras livres e compartilhadas por várias propriedades - nas “soltas” –, resultando na distensão dos limites das propriedades (ou posses) rurais. Nesse tempo, o que havia eram “fazendas com grandes extensões de terra”, que englobavam além das áreas privativas de cada propriedade ou posse, também as “soltas”. De lá para cá as propriedades foram cercadas e desapareceram as áreas livres; não obstante, fazenda permanece sendo o designativo das propriedades rurais da região.

Prefeitura, alguns profissionais liberais e autônomos e um incipiente setor de serviços⁷².



Figura 2. Localização geográfica do município de Aracatú no estado da Bahia e no Brasil.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Municip_Aracatu.svg#globalusage.
Acesso: 14jun2010.

Aracatú é ainda um município de migrantes. Ter *saído* alguma vez ou ter algum parente vivendo fora é quase pleonismo, não constituindo “marca distintiva de nenhuma categoria social” (MACHADO, 1992, p.25). Fala-se da vida em São Paulo ou em Minas Gerais com intimidade, que mesmo tendo por experiência própria, é transmitida por familiares que nestes estados vivem, ou já viveram em alguma ocasião. Afora poucos casos de deslocamentos para fora do país⁷³ com os

⁷² Mesmo quando há numa família um ou mais membros com ocupação diferente das lides agropecuárias, os outros geralmente não se afastam desse lugar comum que é a agricultura e ocupações dela decorrentes.

⁷³ Conheci dois homens que têm suas famílias vivendo nos Estados Unidos. Um deles era Chico, um pequeno proprietário rural na casa dos 50 anos, proprietário de uma pequena *fazenda* e de casa no centro urbano de Aracatú. Conheci-o pois almoçava com frequência na pensão onde me hospedei. Chico morou por cinco anos nos Estados Unidos, com sua esposa e filhos, tendo retornado para Aracatú, de onde eventualmente se ausenta para visitar a esposa e os filhos que continuam a viver no exterior. Chico disse que voltou para Aracatú porque não se acostumou com o *estrangeiro*, que aqui que é seu lugar. O outro homem era um senhor de cerca de 60 anos que

quais me deparei, constatei que os aracatuenses vão basicamente para os municípios de Campinas e Artur Nogueira, no estado de São Paulo, e para fazendas de café localizadas no sul do estado de Minas Gerais.

Por essa característica de “lugar de partida”, Aracatú não se distingue de muitos outros municípios da região Nordeste, de onde partem significativas correntes migratórias para as regiões Sudeste e Norte (GARCIA JÚNIOR, 1989, SILVA, MAM, 1999, SCOTT, 2009).

Em seu livro “A terra e o homem no Nordeste”, Andrade (1980) assinala que as migrações sazonais de populações do agreste e do sertão nordestino (especialmente para colheitas de café, tabaco ou cana-de-açúcar) não são recentes, havendo registros de deslocamento dessa população datados do século XIX. Nos primórdios eram mais freqüentes as migrações sazonais ou temporárias, que se caracterizavam pelo retorno dos migrantes ao “lugar de partida”, seguida de novas saídas, e assim por diante. Ao se referirem especificamente aos “camponeses do sertão”, Caron e Sabourin (2003) atribuem o predomínio dessa modalidade sazonal ou temporária da migração, ao “apego” que essa população teria pela terra de origem. Por outro lado, a migração de populações dos estados nordestinos, com caráter mais definitivo, e para estados mais longínquos, como os da região Sudeste, constituem um fenômeno mais recente (SILVA, MAM, 1999).

Em Aracatú, as trajetórias migratórias que também não são recentes, mostraram-se aspecto primordial para a configuração do lugar da vida (do território) das famílias camponesas, que não se limita ao “lugar de partida”, mas é constantemente distendido por seus movimentos de partidas e retornos.

* * *

Depois de uma noite de viagem desde Salvador, por volta das seis horas da manhã, cheguei pela primeira vez a Aracatú. Conforme combinado previamente

depois de viver muitos anos em Santo André, SP, onde trabalhou como operário em fábrica de automóveis da General Motors, voltou para Aracatú, que é *onde gosta de viver*. Esse senhor tem irmão e vários sobrinhos morando nos Estados Unidos, os quais segundo ele sempre o chamam para viver lá, mas ele nunca quis ir.

por telefone, Robério (da Cáritas local), a pessoa a quem fui recomendada pela Irmã Inês da Pastoral do Migrante de Guariba/SP, aguardava-me numa pequena rodoviária às margens da rodovia estadual BA-262. De lá seguimos até a pensão da *Dona Maria*⁷⁴, a única hospedagem para forasteiros, localizada na avenida central da cidade, onde também se encontram os prédios da prefeitura e do correio, e a maior parte do pequeno comércio local.

Além de funcionar como hospedaria e local de refeições, na pensão há um pequeno bar que funciona todos os dias no período diurno. No bar de teto de palha coberto de lona e cadeiras e mesas de plástico, Renaira vende café, bebidas destiladas, refrigerante, cerveja, bolo, lingüiça frita, salgados assados e alguns doces e salgadinhos industrializados, cigarros a granel e alguns poucos remédios. Nos dias de feira o bar da pensão é um dos importantes pontos de encontro da população do campo, para onde se vai para *palestrar*⁷⁵, para saber e contar novidades.

No bar da pensão tive os primeiros contatos com os habitantes da cidade. Nas conversas iniciais, quando dizia que vinha de Campinas, a maioria das pessoas comentava que já morou ou ao menos esteve por lá em visita a algum parente; e ainda, praticamente todos com quem conversei, afirmaram ter parentes vivendo em *São Paulo*. Aliás, essa é uma constante; em qualquer lugar da cidade que eu fosse e puxasse conversa, nos mercadinhos, na loja de roupa, na padaria, no Sindicato, na rua, dentre outros, as pessoas tinham sempre uma história de estada dela mesma ou de um parente em *São Paulo*. As periferias de cidades paulistas, os cafezais paulistas e os cafezais mineiros figuravam nas trajetórias das famílias do local (Cf. trajetórias migratórias do capítulo I).

⁷⁴ Dona Maria faleceu em 2007. Atualmente moram no mesmo imóvel da pensão e tomam conta do estabelecimento duas de suas filhas, Sonia e Renaira. No local moram também dois filhos adolescentes de Sônia e seu Antenorzinho, viúvo de dona Maria.

⁷⁵ *Palestrar*, na linguagem local significa simplesmente conversar, jogar conversa fora.



Fotografia 1. Bar da pensão da Dona Maria

Fonte: Nogueira, V.S. Pesquisa de campo, Aracatú, 2007.

A feira de Aracatú é pequena e acontece nas terças e sextas-feiras em um galpão da Prefeitura localizado no final da rua da pensão. Na parte inferior do galpão funciona diariamente (em dia de feira ou não) um mercado de venda de carnes e algumas poucas casas comerciais (uma barbearia e cabeleireiro, um armarinho, uma pequena loja de roupa e dois pequenos bares-restaurantes). Nos dias de feira, além da venda de produtos agrícolas, também são montadas na parte externa do galpão, barracas que comercializam roupas, utensílios para cozinha em geral, fumo, doces, bijuterias, CD's e fitas cassetes, dentre outros produtos. Os produtos agrícolas comercializados na feira não são produzidos no município, salvo quando um ou outro agricultor local traz algum produto excedente de sua *roça*, como pinha ou mandioca, para vender num canto do barracão. Este tipo de comércio, mais precário e ocasional, mostra-se bastante distinto do das grandes barracas dos comerciantes de fora, a começar pela ausência da barraca ou da bancada de madeira destes, uma vez que os agricultores locais apresentam seus produtos à venda normalmente em caixas de papelão, carrinhos de mão ou por alguma outra forma precária, pequena e fácil de transportar nos caminhões que transitam entre a feira e as *fazendas*. A feira de frutas e verduras propriamente dita resume-se, desse modo, a duas ou três grandes barracas, que

aparentemente pertencem a poucas pessoas, e os produtos lá vendidos são trazidos de Vitória da Conquista e de Livramento de Brumado, onde tem *água de régua*⁷⁶.

Ir à feira, contudo, significa mais do que ir comprar ou vender alguma coisa na feira. É o dia em que os moradores da zona rural, a maior parte da população de Aracatú, vão à cidade para resolver os mais diversos assuntos⁷⁷, como ir ao banco, ao Sindicato, ao médico, ou simplesmente *palestrar*. É nesse dia em que os muitos aracatuenses que possuem caminhonetes e pequenos caminhões *fazem linha*, que é como chamam o transporte (particular) de passageiros da zona rural para a cidade. Além desses caminhões e caminhonetes há nesses dias um ônibus (particular), o *ônibus do seu Pedro*, que faz o trajeto entre o povoado de Várzea da Pedra, num dos extremos do município até a sede do município⁷⁸. Durante os outros dias da semana, os transportes mais utilizados pela população são os ônibus escolares⁷⁹, nos quais se *pega carona* e os serviços de carros de aluguel e de moto-táxi, não havendo transporte público no município.

Laiminha: Na verdade feira é o seguinte, o que o pessoal trata de feira é porque é o ponto de encontro de todo mundo naquele dia. E aí aquelas verduras que o povo traz pra vender naquele dia.

Giovana: É o povo da roça que vai fazer a compra, pra trazer de lá pra cá [pra roça].

J: Aquelas coisas vêm do Ceasa de Conquista, às vezes de alguma roça que alguém tem algum plantio, vem de barragem, são esses lugar... É, [ainda] tem gente que vai só encontrar, fazer palestra. Só pra isso.

G: Fica o tempo todo olhando um pra cara do outro.

(Entrevista realizada com Laiminha e Giovana, casal de agricultores da *fazenda* Baixa Escura, Aracatú, abril de 2008).

⁷⁶ *Água de régua* quer dizer *água encanada*, *água de pivô*. É *água de regaria* também. Que lá que nem, tem uma barragem de Caraíbas que abastece esse setor todinho. Então essas frutas, aqui não falta, nunca falta, legumes, fruta, aqui nunca falta. (Zé de Zora, agricultor, abril de 2007).

⁷⁷ Para uma descrição de um dia de feira de uma família camponesa de Aracatú, remeto o leitor para o Anexo 1.

⁷⁸ Aos domingos, que é o dia em que a feira acontece no povoado de Várzea da Pedra, o trajeto do ônibus é invertido.

⁷⁹ O serviço de transporte de alunos no município é feito por ônibus particulares, terceirizados pagos pela Prefeitura.



Fotografia 2. Caminhão que faz a linha

Fonte: Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, Aracatú, 2008.

Continuando pela rua da pensão, depois do pavilhão da feira, há o que podemos cunhar de complexo Casa Paroquial - Projeto das Irmãs. O projeto é uma parceria da Congregação Nossa Senhora das Dores com a Cáritas Brasileira⁸⁰. Suas principais atividades consistem num projeto educacional para crianças e adolescentes e na Rádio Sol Nascente. Anexo à Casa Paroquial há a casa onde moram as Irmãs religiosas responsáveis pelo projeto, Lurdes e Juliana.

Nas dependências do complexo acontecem também cursos, bazares e diversas atividades de cunho religioso, educacional e beneficente, ligados à Igreja Católica. Em 2008, durante vários meses, funcionou numa de suas salas um escritório da ASA – Articulação do Semi-árido, entidade esta que em parceria com o poder público estadual e com a Cáritas Semi-Árido⁸¹, atua na implantação de um projeto de construção de reservatórios de captação de água de chuva (cisternas domésticas) nas moradias rurais do município de Aracatú.

⁸⁰ A Cáritas Brasileira, fundada em 1964, é um órgão da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social presente em 200 países e territórios, com sede em Roma. Foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

⁸¹ Subdivisão da Cáritas-Brasileira responsável pelo desenvolvimento de projetos na região semi-árida brasileira.

O Projeto educacional atende crianças de 7 a 14 anos, moradoras da sede do município e provenientes de famílias carentes ou *problemáticas*⁸². No projeto as crianças permanecem parte do dia em que não estão na escola formal. Há aulas de reforço escolar, de artesanato e de capoeira.

A rádio comunitária⁸³ Sol Nascente existe há cerca de dez anos e é um projeto da Cáritas Brasileira em parceria com a congregação Nossa Senhora das Dores. Trata-se da única rádio existente em Aracatú. Afora o seu papel de entretenimento através da transmissão de músicas religiosas e laicas, é também um importante veículo de informação e comunicação para as pessoas do município e arredores – em especial para as que moram no campo e não dispõem de telefone. Através da rádio as pessoas mandam e recebem recados e notícias de seus familiares. Algumas vezes o próprio telefonema é colocado no ar. Recados, por exemplo, de que um parente chegará no dia tal e que é necessário mandar um carro para buscá-lo na rodoviária, ou simplesmente um telefonema desejando felicidades pelo aniversário de um parente ou de amigo distante.

Em setembro de 2009 Giovana, filha de Zé Mascate, havia *saído* de sua *fazenda* (Baixa Escura) em Aracatú para trabalhar na Monte D’Este em Campinas, onde integrava um grupo de baianos que estava trabalhando na colheita de café. No dia do aniversário de cinco anos da filha caçula que deixara na Bahia, Giovana telefonou à Rádio Sol Nascente, e pediu que transmitissem ao vivo os cumprimentos à filha⁸⁴. Na *fazenda* em Aracatú há um telefone celular, através do qual Giovana poderia ter parabenizado a filha. Contudo, o valor simbólico de receber os cumprimentos pelo rádio, é muito maior que pelo contato telefônico, pois tornava aquele ato um evento público, e por isso mais importante. A partir do momento que Giovana cumprimentou sua filha através da Rádio Comunitária, a

⁸² No dizer das agentes da igreja e da Cáritas, *famílias problemáticas* foram exemplificadas como as que um ou ambos os pais tem problemas com alcoolismo ou com uso de drogas ilícitas, ou ainda quando são formadas por mãe solteiras e pobres ou pais ausentes.

⁸³ Por ser uma rádio comunitária, os associados pagam uma mensalidade de R\$1,00 (ano de 2008). Para efetuarem o pagamento vão até à rádio ou à loja de material de construção de Cláudia (esposa de Robério), que é tesoureira da rádio, sendo esta também uma das atividades realizadas pelas famílias rurais no “dia de feira”.

Os radialistas são voluntários, pertencentes a uma rede de interconhecimento ligada aos frequentadores da Casa Paroquial: Robério (da Cáritas), Irmã Juliana, Viviane (funcionária de Robério e também secretária da rádio), Cláudia (esposa de Robério), dentre outros.

⁸⁴ Há um mecanismo que conecta a ligação telefônica ao microfone do radialista.

comunicação deixou de ser somente entre as duas, sendo também, de uma forma simbólica, de todos os ouvintes de Aracatú que tinham parentes vivendo e trabalhando fora.

Além do projeto educacional, o trabalho central desenvolvido pelas irmãs católicas de Aracatú é a organização, das famílias rurais em comunidades. A categoria local *comunidade* refere-se às comunidades rurais organizadas pelo trabalho de evangelização da igreja católica⁸⁵. Por contraponto, a categoria *fazenda* é designativa das localidades rurais não organizadas em *comunidades* (religiosas católicas). Para os moradores de Aracatú, qualquer que seja a extensão fundiária do estabelecimento rural ele é sempre chamado de *fazenda*. A categoria sítio, como referida às terras familiares na Bahia, apareceu tão somente em falas de aracatuenses que da Bahia *saíram* há muito tempo atrás, para locais onde essa categoria é empregada para distinguir as pequenas propriedades (sítios ou chácaras) das grandes propriedades (as fazendas).

2.1 - A FAZENDA MARTIM

Tive contato com a *fazenda* Martim ainda em Campinas. Como já mencionado, primeiro conheci Maria, a primogênita de Zé de Zora e Laura. Através dela e de parentes que me foram, pouco a pouco, por ela apresentados, cheguei a Aracatú, mais especificamente às *fazendas* Martim e Baixa Escura, o “lugar de partida” desses primeiros interlocutores da pesquisa, o ponto inicial de suas e de minhas andanças. Portanto, a escolha das *fazendas* Martim e Baixa Escura para a realização de parte da pesquisa de campo, é o resultado da minha inserção em uma teia de relações familiares e de vizinhança preexistente à pesquisa, na qual fui aceita, e através da qual me locomovi entre os diversos lugares onde vivem e pelos quais transitam meus interlocutores.

Localizada no município de Aracatú a vinte e cinco quilômetros de sua sede urbana, a *fazenda* Martim ocupa uma área de 100 hectares, onde vive e trabalha

⁸⁵ Sobre o trabalho de formação de “comunidades”, apresento um exemplo etnográfico no Anexo 2.

parte da parentela⁸⁶ do casal velho Zora e dona Calú. Outra parte maior migrou para o interior de São Paulo.



Figura 3. Localização das fazendas Martim e Baixa Escura no município de Aracatú, BA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007, 2008.

⁸⁶ Por parentela estou me referindo a pessoas que pertencem, por consangüinidade ou por casamento (afinidade), a um grupo familiar com ascendência comum.

A família do velho Zora chegou na *fazenda* Martim em 1970, vinda da *fazenda* Horta, também de Aracatú. O patriarca comprou uma parcela de terra que fora desmembrada da *fazenda* São Pedro, a grande propriedade de terra que dera origem ao município de Aracatú⁸⁷. Foi um negócio realizado *de boca*, isto é, sem escritura de compra e venda e o posterior registro imobiliário.



Fotografia 3. Velho Zora e a filha Nanô na fazenda Martim

Fonte: Nogueira, V.S. Pesquisa de campo, Aracatú, 2007

Dez anos mais tarde dois de seus filhos, Zé de Zora e Alceu⁸⁸, fizeram uma “segunda” compra dessas mesmas terras. Isso foi no ano de 1980, quando foram lavradas duas escrituras de duas áreas contíguas, cada uma com 50 hectares, e

⁸⁷ O nome da fazenda São Pedro permanece no nome da parcela de terra comprada por Zé de Zora, registrada como “Fazenda Martim de São Pedro”.

⁸⁸ Zé de Zora e Alceu eram os únicos filhos do velho Zora que moravam na *fazenda* Martim por ocasião da “segunda” compra. Ademais, além de serem os proprietários legais dessas terras, esses dois irmãos têm roças e *mangas* em outras parcelas de terra, não necessariamente contíguas com a *fazenda* Martim.

cada qual em nome de um dos irmãos. Uma *fazenda* que para o direito formal são duas propriedades rurais contíguas e distintas. Contudo, uma única *fazenda* que existe para as regras de direito local, resultado de um arranjo familiar que reúne na formação de uma única *fazenda*, parcelas de terra de dois irmãos.

Ademais, sobrepondo-se aos cem hectares de terra da *fazenda* (50 hectares de cada filho proprietário), há um “direito de terra” do velho Zora e de dona Calú (os que dão origem à parentela), que equivale aproximadamente a uma parcela de terra de cinqüenta hectares (direito este inexistente para o ordenamento jurídico formal). Não se trata de uma terceira parcela de terra, mas de um direito de terra sobreposto aos das duas parcelas de 50 hectares.

Num plano material, esse “direito de terra” corresponde à “área comum” da *fazenda*, onde estão situadas as oito casas de moradia habitadas, duas fechadas e os destroços de uma terceira. Os outros prédios dessa área são uma escola para crianças de até 14 anos, um pequeno galpão onde antigamente havia um armazém que era explorado por Alceu, irmão de Zé de Zora, vindo depois a se transformar em garagem, e por fim um pequeno bar⁸⁹ anexo à casa de Zé de Zora, que funciona ainda como depósito de produtos de suas *roças*. Próximo às casas de moradia, ficam as hortas, os *mangueiros*⁹⁰, e pequenas plantações de melancia, milho ou de palma. Já as *mangas*⁹¹ e as *roças* ficam fora desta área, nas áreas “particulares” de Zé de Zora e de Alceu dentro da própria *fazenda*, ou em outras terras da região que arrendaram ou compraram de algum vizinho. Em 2008 Zé de Zora arrendava uma pequena área na vizinha *fazenda* Lagoa do Alto para o plantio de amendoim, e alugava para vizinhos suas áreas de *manga*. Seu irmão Alceu havia comprado outra parcela de terra na *fazenda* Milagres, nos arredores, onde a família e empregados diaristas trabalham.

⁸⁹ O ambiente do bar aparece tanto na sede do município, como nas fazendas, um importante local de sociabilidade, um ponto de encontro principalmente masculino, uma parada para tomar um destilado e ocasionalmente um local para tocar música e dançar.

⁹⁰ Mangueiro é uma área cercada, normalmente próxima à casa de moradia e, se possível, de um corpo d'água, reservado para pequenos animais, ou para animais maiores que precisam de cuidado especial.

⁹¹ Mangas são áreas de pastagens cercadas onde se cria bovinos e eqüinos. É conhecido em outras regiões brasileiras por pasto.

Por outro lado, é para a “área comum” que qualquer um da parentela que migrou tem direito, se retornar, a construir uma casa para morar. Foi para esta área que retornou Nanô e o marido em 2006, para a antiga casa que haviam deixado no local. Foi para esta área também, que Ismael, filho de Alceu, voltou com a família e construiu uma casa para morar em 2009.

Da parentela do velho Zora e de dona Calú, os que moravam na *fazenda* Martim no ano de 2009, além do casal, eram os filhos Zé de Zora e a esposa Laura, Alceu e a esposa Vinosina (Vinú), e alguns descendentes destes. Havia ainda a filha Nanô e o marido Antonio, que desde 2009 vêm alternando sua moradia entre a casa na *fazenda* e a outra que têm em Artur Nogueira.

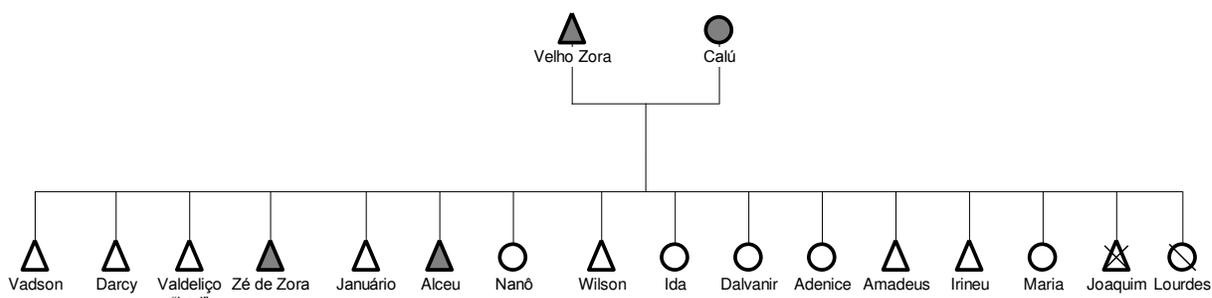


Figura 4. Genealogia do Velho Zora e de dona Calú

Legenda:

- 1) As pessoas que aparecem em destaque moram atualmente na *fazenda* Martim.
- 2) Locais de moradia dos outros filhos:
 - Vadson: Artur Nogueira
 - Darcy: Artur Nogueira
 - Valdeliço (Lari): Artur Nogueira
 - Januário: Artur Nogueira
 - Nanô: Artur Nogueira
 - Wilson: Artur Nogueira
 - Ida: Artur Nogueira
 - Dalvanir: Artur Nogueira
 - Adenice: Artur Nogueira
 - Amadeus: Indaiatuba
 - Irineu: Indaiatuba
 - Maria: Salto

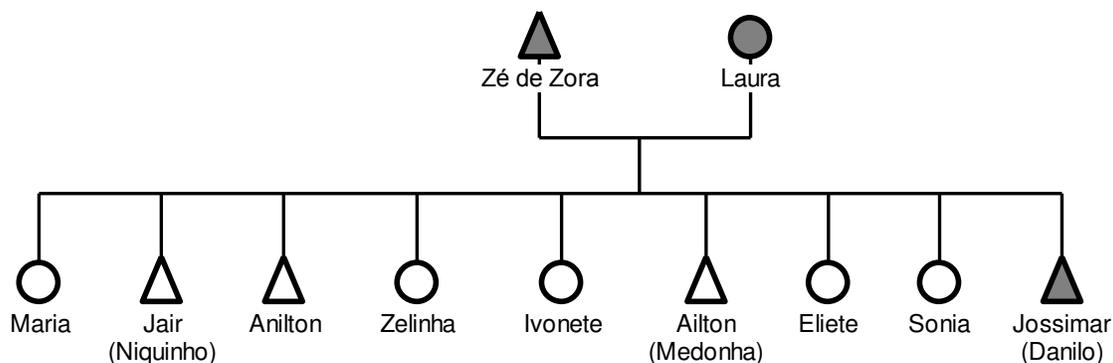


Figura 5. Genealogia de Zé de Zora e Laura

Legenda:

- 1) As pessoas que aparecem em destaque moram na *fazenda* Martim.
- 2) Local de moradia dos outros filhos:
 Maria: Artur Nogueira, SP
 Jair (Niquinho): Campinas, SP (Satélite Iris I)
 Zelinha: Paraguaçu, MG
 Anilton : Campinas, SP (Satélite Iris I)
 Ivonete: São Paulo, SP (capital)
 Ailton (Medonha): Artur Nogueira, SP
 Eliete: Campinas, SP (Satélite Iris I)
 Sonia: Campinas, SP (Satélite Iris I)

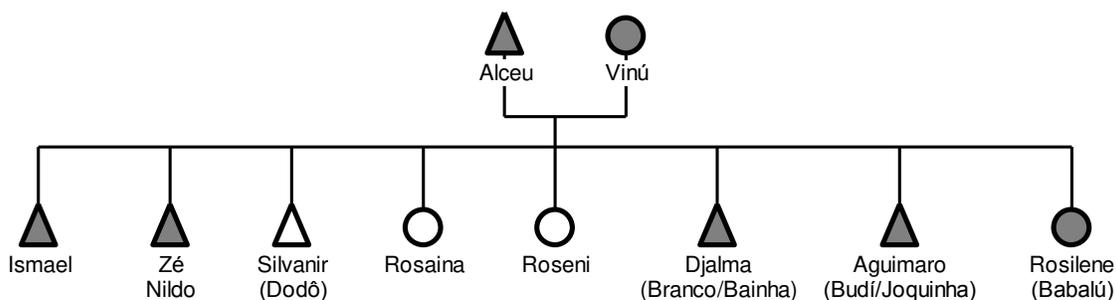


Figura 6. Genealogia de Alceu e Vinú

Legenda:

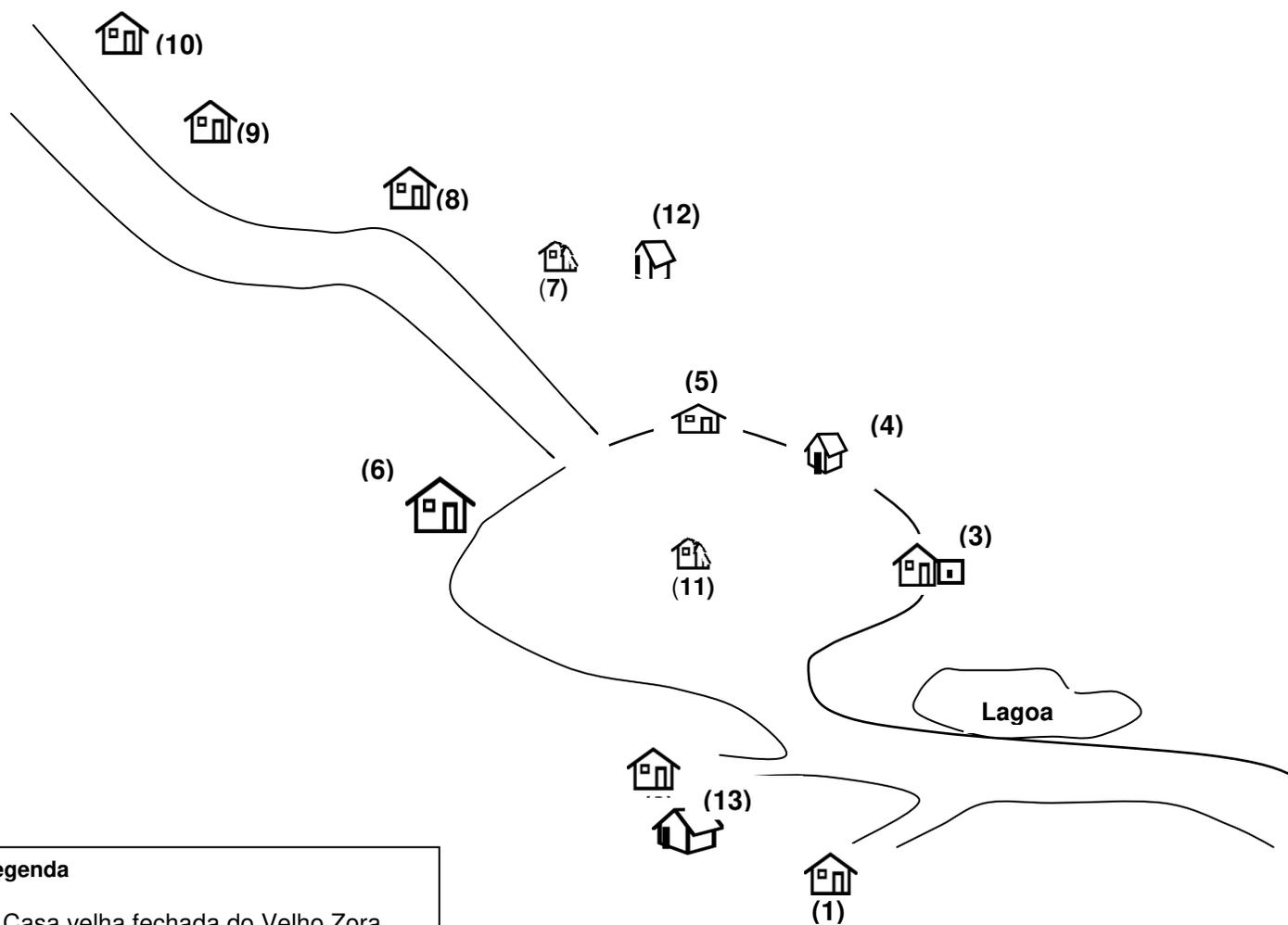
- 1) As pessoas que aparecem em destaque moram na *fazenda* Martim e Milagres (Zé Nildo)⁹².
- 2) Local de moradia dos outros filhos:
 Silvanir (Dodô): Artur Nogueira, SP
 Rosaina: Embu, SP
 Roseni: Artur Nogueira, SP

⁹² Zé Nildo morava com sua esposa e filhos em Indaiatuba, SP.. Em 2008 voltou a morar em Aracatú. Entretanto, não voltou nem para a *fazenda* onde nasceu (Martim), nem para a *fazenda* dos pais da esposa (Duas Irmãs), mas para um pedaço de terra cedido por seu pai na vizinha *fazenda* Milagres.

Na *fazenda* Martim cada família nuclear, composta pelos pais e filhos solteiros tem sua própria casa⁹³, sua própria *roça*, sua própria horta, seu próprio *mangueiro*. Já as áreas de *manga* são exploradas em parceria com os filhos casados que moram em outras casas. Assim como em grande parte das propriedades do município, na *fazenda* Martim a casa de moradia é uma das formas de organização espacial do núcleo familiar, uma das formas de marcação e organização dos espaços, principalmente por se tratar de casas localizadas no interior de propriedades indivisas.

⁹³ Observei casos isolados que fogem a esse padrão de moradia de uma casa para cada família nuclear. Dentre os moradores da *fazenda* Martim, foram três casos. Um primeiro é a moradia em casas separadas do casal Velho Zora e dona Calú; um segundo a moradia do casal Joquinha e Selma, e um terceiro a do casal Bugí e Babalú. Em abril de 2007, Velho Zora morava na casa “1” (Croqui 1) com o jovem casal Joquinha e Selma. Dona Calú morava sozinha na casa “2”. Babalú e Bugí alternavam a moradia entre a casa dos pais dela e a dos pais dele. A separação das casas do velho Zora e da dona Calú foi um arranjo familiar para a “incompatibilidade” do casal em habitar junto; uma separação de moradia, que foi possível porque na *fazenda* havia a casa vazia de Lari, filho do casal que vive há muitos anos em Artur Nogueira, que é a casa onde mora dona Calú. A moradia de Joquinha e de Selma na casa do velho Zora, de um lado era um arranjo provisório para este jovem casal que não tinha recursos para ter sua própria casa, o que somente se tornou possível com o que ganhou na colheita de café em Minas Gerais, na safra de 2008, que possibilitou levantar uma casa na *fazenda*. De outro lado, foi uma forma de ter alguém cuidando do Velho Zora, já bastante idoso e sem condições de morar sozinho. Por isso, quando Joquinha e Selma se mudaram para sua própria casa (casa “13”), o velho Zora mudou-se também para a casa de Zé de Zora (casa “3”), ficando sua casa “velha” vazia (casa “1”). Babalú e Bugí também moraram provisoriamente na casa dos pais (alternavam-se entre a casa dos pais de Babalú na Martim - casa “6” -, e a dos pais de Bugí na vizinha Baixa Escura) antes de se mudarem em 2008, para a casa na *fazenda* (casa “5”), também construída com o ganho no café. Casos, portanto, que se caracterizam como ajustes ou arranjos familiares dentro do padrão de moradia que privilegia uma casa para cada família nuclear.

Figura 7. Croqui da fazenda Martim



Legenda

1. Casa velha fechada do Velho Zora
2. Calú
3. Zé de Zora, Laura e Danilo + bar
4. Escola Municipal
5. Bugi e Babalú
6. Alceu e Vinú e Velho Zora
7. Destroços da casa de Maria
8. Bainha, Kainha e Carol
9. Nanô e Antonio
10. Casa fechada de José, primogênito de Nanô e Antonio.
11. Destroços do bar de Alceu
12. Ismael e família
13. Joquinha, Selma e Camila

O que se observa na *fazenda* Martim é um padrão de moradia e de divisão fundiária familiar, que aliás aparece com freqüência em certa literatura sobre sociedades camponesas, que têm como padrão o domínio e a transmissão de terra baseados em regime de pró-indiviso, ou seja, domínios de terra sem demarcação interna, e apossados por vários donos, normalmente parentes entre si. Ellen Woortmann, em seu estudo sobre camponeses sergipanos, verificou que em sítios de famílias extensas patrilocais, - conjunto composto pela família nuclear do pai e de cada filho casado,

a cada família corresponde uma “casa” e uma “roça” dentro do sítio, enquanto o “mato” e o “pasto” são explorados em comum, como também em comum é produzida a farinha de mandioca e são realizadas determinadas etapas do processo de trabalho agrícola (WOORTMANN, 1995, p. 223).

Em outro contexto também nordestino, no sertão do Piauí, Godoi verificou uma forma semelhante de ocupação de terra por uma parentela (os indivíduos descendentes de uma mesma pessoa, o *tronco* do *véio Vitorino*, o primeiro do grupo que chegara àquele local): o “sítio” indiviso (“em absoluto”) e os direitos individuais dos indivíduos sobre parcelas do solo, “combinando domínios de usufruto comum e regras de apropriação individual (entendendo-se, neste caso, apropriação pelas unidades familiares)” (GODOI, 1998, p. 111).

Embora possamos considerar que o padrão de apropriação das terras na *fazenda* Martim, assim como nos arredores, tenha sido organizado no passado preferencialmente sob a forma de famílias extensas patrilocais, nota-se para uma geração que se casou a partir dos anos 1970, certa flexibilização desse padrão. Argumento que a localização das novas unidades domésticas (casas de moradia) dos jovens casais não mais se define pelo fato de estar dentro da propriedade rural da família do rapaz ou da moça, mas pela maior disponibilidade de terras numa ou em outra fazenda, bem como, pela presença ou ausência de uma rede familiar ou de vizinhança no local, fatores estes necessários para a reprodução da

nova família. Uma disponibilidade de terra que está referida tanto a terra da casa de moradia como à “terra de trabalho”, condição central da reprodução do pequeno produtor (GARCIA JÚNIOR, 1983).

O trabalho na *fazenda* Martim resume-se basicamente à produção de gêneros agrícolas destinados ao consumo interno familiar e à troca com vizinhos. Os principais produtos cultivados são: palma para ração do gado, feijão, milho, andú (guandu), melancia, fava, abóbora, maxixe, quiabo e alguns temperos. Há ainda a criação de pequenos animais como porcos e galinhas e a criação de gado, somente por Alceu e seus descendentes.

A criação de caprinos era presente nas *fazendas* de Aracatú até a década de 1970, quando no local ocorreu o processo de cercamento das propriedades rurais⁹⁴. Nessa época os animais eram criados soltos em terras comuns (nas “soltas”), havendo um sistema de identificação do animal com seu dono e com uma fazenda. Os bovinos, eqüinos e muares recebiam uma marcação a ferro em seu lombo os porcos eram identificados pelo tipo de corte apostado em suas orelhas. Nessa época as pequenas lavouras é que eram cercadas com madeira, para impedir a entrada dos animais.

Porém, com o aparecimento do uso da cerca de arame as áreas de *manga* (pastos) e as lavouras, assim como a própria *fazenda*, passaram a ser cercadas e separadas das de seus vizinhos. Ato contínuo, instaurou-se um processo onde cada proprietário, ao cercar suas plantações e seus animais, gerava em seu vizinho uma necessidade de que este fizesse o mesmo, para impedir que seus animais não entrassem na propriedade agora alheia, assim como, para garantir que animal do vizinho não entrasse na sua.

Nesse novo modelo de *fazenda*, cercada com arame, os caprinos passaram a não ter mais espaço. Eles não podiam mais ser criados soltos, pois assim adentrariam e comeriam as plantações e o capim do vizinho, já que a cerca de arame farpado de quatro fios, padrão na região, não consegue impedir a passagem desses animais de médio porte, mas somente dos bovinos, eqüinos e muares. Para criar cabras e bodes passou a ser necessário então que fossem

⁹⁴ O cercamento das propriedades rurais de Aracatú insere-se num processo mais amplo de cercamento de terras em todo o Brasil.

contidos por cerca de madeira ou por cerca de arame farpado com mais de quatro fios, duas opções muito dispendiosas para as famílias do local. Dessa forma foi desaparecendo a criação de caprinos⁹⁵.

Na *fazenda* Martim o trabalho agrícola (e outros serviços eventuais relacionados com a vida no local) é realizado autonomamente pelos familiares de cada casa. Cada família nuclear habita em separado uma casa dentro da *fazenda* e tem sua própria *roça*. Paralelamente ao trabalho familiar autônomo, há um sistema de *ajudas* mútuas entre familiares que moram nas diferentes casas numa mesma *fazenda*, e entre vizinhos de *fazenda* que mantêm entre si relações de proximidade e/ou de parentesco⁹⁶. Por meio do *convite*, as pessoas ficam sabendo que uma família precisa de ajuda para um plantio, uma colheita, ou mesmo em alguma obra na *fazenda*. Logo abaixo Zé de Zora discorre sobre sistema de *mutirão* em Aracatú.

Verena: E é comum às vezes, na época, uma pessoa ajudar na roça do outro?

Zé de Zora: Ajuda, vixe, ajuda demais, um ajudar um ao outro.

V: Que nem o Rafael ia ajudar o senhor ali no feijão?

Z: Foi, ajuda.

V: Se um não ajuda, as pessoas sabem que ele não costuma ajudar ou não tem isso?

Z: Aí é o seguinte, por exemplo, que se você tem um serviço pra fazer, aí você convida ali 20, 30, 40 pessoas, e vai lá e faz aquele serviço, e todo mundo vai e faz.

V: E se aí no outro dia alguém te convida o senhor faz?

Z: Se você precisou e tem o mesmo serviço pra fazer, aí você convida e o povo faz a mesma coisa.

V: E quando você vai convidar, você chama a pessoa, como é que fala, como é que é o nome?

Z: Ah, a gente trata de *mutirão*. Por exemplo, tem uma casa, você vai fazer uma casa aí, você vai levantar uma casa aí, você, aí você convida as pessoas, outra hora talvez você nem precisa me convidar eu já sei qual é a minha obrigação, aí eu mesmo já vou. Sem precisar o dono do serviço me chamar eu mesmo já vou. No caso desse menino aí [do Bugí, sobrinho], que fez essa casa, eu mesmo já vou, talvez num precisa nem chamar, basta saber que você está fazendo aquele serviço...

⁹⁵Em decorrência dos projetos de “convivência com o semi-árido”, atualmente desenvolvidos pela Cáritas Semi-Árido com apoio da Igreja Católica local, já se observa em algumas *comunidades* assistidas um “ressurgimento”, ainda que tímido, da criação de caprinos. Há, inclusive, uma pequena loja no centro urbano de Aracatú onde as famílias podem comercializar sua produção.

⁹⁶Sobre a formação do parentesco nas famílias camponesas de Aracatú, ver última seção deste capítulo intitulada como “Casamentos em casa.”

V: Que as pessoas já vão.

Z: Aí a pessoa mesmo já vai de livre vontade mesmo.

(Entrevista realizada com Zé de Zora, Aracatú , abril de 2007).

Trata-se de um *convite* que não pode ser negado, de uma *livre vontade* que não tão desprendida como aparenta. São *convites* e *ajudas* que corporificam um sistema de trocas obrigatórias dentro do qual as pessoas operam, visando à reprodução de sua família, ou imbuídas do propósito de continuar a fazer parte de um grupo de parentesco (uma parentela), ou de vizinhança. Dessa forma, são trocas que embora aparentemente possam se mostrar facultativas, na realidade têm cunho obrigatório para aqueles que estão inseridos em uma mesma rede familiar ou de vizinhança, e que desejam continuar a fazer parte dela⁹⁷.

Há também contratação de mão-de-obra de familiares e de vizinhos. Essas situações retribuídas com pagamento em dinheiro são chamadas de *serviço*. Da mesma forma que a *ajuda*, o *serviço* (trabalho assalariado) possui um caráter temporário, no sentido de se dirigir a uma tarefa específica, diferenciando-se do permanente e contínuo do trabalho autônomo de cada família. Um trabalho temporário que, segundo Klass Woortmann (1990), viabiliza a atividade dos membros da família, não havendo oposição, mas diria, complementaridade, principalmente por se tratar de *fazendas* e de famílias que convivem com um significativo processo migratório. Nas palavras deste autor

Ele [trabalho assalariado] torna possível ao pai desenvolver o “negócio” ou a “arte” e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato. Em nenhum caso, ele contraria o trabalho familiar; em todos os casos, ele é determinado pelo caráter familiar da produção. (WOORTMANN, K. 1990, p. 26).

Nas relações de *ajuda* ou *serviço*, o dono da *roça* normalmente oferece aos trabalhadores a *bóia*, que como chamam a comida. Porém, uma prática que tem diferentes significados conforme o tipo de relação. Nos casos de *ajuda*, a *bóia*

⁹⁷ Redes, ademais, que existem não somente num contexto local, nas *fazendas* do sertão, mas conectam os familiares que ali vivem com seus parentes que estão a viver fora dali, para *São Paulo*. Sobre este tema, remeto o leitor para os capítulos terceiro e quarto, onde faço uma reflexão sobre as trajetórias migratórias para *São Paulo* e sobre trocas e as redes de relacionamento implementadas pela movimentação de pessoas e coisas.

aparece como uma retribuição obrigatória. Já no *serviço*, ela é um complemento ao pagamento em dinheiro, que pode ou não ser fornecido ao trabalhador, embora seja também uma prática costumeira nessas *fazendas*.

Alceu mora na *fazenda* Martim mas costuma *botar roça* na vizinha *fazenda* Milagres, onde detém uma pequena parcela de terra comprada de vizinhos. Para o trabalho, além de contar com familiares (esposa, filhos, noras e genros), Alceu contrata vizinhos para as tarefas do preparo do solo e do plantio.

Alceu: Que nem eu estava trabalhando no [*fazenda*] Milagres lá, este ano, eles vêm aqui pega dinheiro de quatro dias de serviço, aí um compra uma lata de óleo, um quilo de farinha, outro compra uma lata de leite pro filho. Quando eles vêm trabalhar o dia, ele já recebeu. [...]

Verena: E quanto está um dia de serviço?

A: Quinze conto. Mas aí têm muitas pessoas que paga quinze conto com a despesa do dono, mas eu pago livre porque eu sei que a situação deles é ruim.

V: O que é livre?

A: Livre é você dando a bóia, dá comida. Aí você dá comida pra eles porque eles trazerem de lá às vezes é difícil, às vezes também não tem, aí eu dou comida pra eles comer aqui.

(Entrevista realizada com Alceu, Aracatú, abril de 2007).

A contratação do *serviço* de pessoas de fora da família é também sinal da prosperidade da família contratante, em especial do “pai de família”, que assim pode direcionar o trabalho de seus familiares para atividades tidas como menos penosas, como por exemplo, para as colheitas. Ou ainda, permite tirar as mulheres da família da *roça*, cujo espaço é a casa e quintal, apartado do espaço dos homens que é *roça*⁹⁸.

Na *fazenda* Martim, cada família tem sua própria criação de porcos e galinhas. Além desses animais da casa, Alceu tem uma égua para trabalho, e cinco vacas de leite, criadas conjuntamente com outras duas cabeças, uma da casa de seu filho Bainha e a outra de sua filha Babalú. Zé de Zora não tem gado atualmente, somente um cavalo para o trabalho.

⁹⁸Há importantes pesquisas sobre assalariamento entre camponeses que indicam que o afastamento dos familiares dos trabalhos mais penosos, assim como a substituição do trabalho das mulheres, pela contratação de mão-de-obra externa à família, além de sinal de prosperidade da família, é também uma forma de afirmação da posição hierárquica do “pai de família” (Cf. WOORTMANN, K, 1990; GARCIA JÚNIOR, 1983; dentre outros).

Como mencionado, não é da produção agrícola, nem tampouco da criação de animais, que os moradores da *fazenda* Martins obtém suas principais fontes de renda, mas de fora dali, dos benefícios da previdência social, em especial das aposentadorias rurais ⁹⁹, e do *dinheiro do café*¹⁰⁰.

A produção agrícola da *fazenda* Martim, como da maioria das *fazendas* da região, é *quase tudo pra manutenção do mês*. Assim me explicou Valdir (Beija), vizinho de *fazenda* de Zé de Zora:

Beija: [Antes] os produtos [agrícolas das *fazendas* de Aracatú] era valorizado, vendia algodão, vendia pra a usina de Brumado, cidade vizinha [...]. Algodão, feijão..., Brumado tinha cooperativa que comprava.

Zé de Zora: [Vendia] Mamona

B: Hoje não tem mais, a cooperativa tá lá só o nome, entendeu, mas num têm associado porque os agricultores, depois da globalização, ninguém investiu mais. Porque num tem também você ficar trabalhando pra chegar no final da colheita, você morrer de trabalhar e sua mercadoria... Dá, dá, a terra é produtiva, mas num tem valor, você vai vender pra quem!

Zé de Zora: É o principalmente daqui é a água. Agora no momento que você tá aqui você tá vendo essa água aí, num tá? [e apontou para a lagoa da *fazenda*] Essa água soltinha aí, mas quando for agosto em diante, num tem mais nada. Você tem que procurar aonde é que tiver.

B: uma cabra não compra uma bicicleta. Você vai vender uma vaca, não compra uma geladeira.

Verena: Como é que faz então para comprar uma geladeira e uma bicicleta?

B: É os governantes investir na nossa terra aqui.

V: Não, mas como é que vocês fazem, vocês, não os governantes?

B: Como é que a gente fazem? Tá bom, pra que?

⁹⁹ A previdência social é o programa federal de transferência de renda com maior número de benefícios pagos e com o maior volume de recursos despendidos. Em uma abrangente pesquisa sobre a Previdência Rural brasileira, Delgado e Cardoso Jr. (2000) nos mostram que na região Sudeste os benefícios urbanos são em maior número (56,7% do total), porém é na região Nordeste onde se encontra o maior número de benefícios pagos pela Previdência Rural no ano de 1998 (45,5% do total). Entretanto, a história da previdência social, em especial da previdência rural, é bastante recente em nosso país. A Lei Eloi Chaves, em 1923, criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mas apenas em benefício de trabalhadores urbanos. Somente com a promulgação da Lei Complementar n. 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/ Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural), é que os trabalhadores rurais, os pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975) passaram a ser atendidos pela Previdência, mas de forma limitada, pois o programa previa tão somente aposentadoria por idade aos 65 anos, limitada ao cabeça do casal e tendo meio salário mínimo como teto. Vinte anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que finalmente houve a implantação do regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural.

¹⁰⁰ Expressão comumente ouvida no local para se referir aos ganhos financeiros que os aracatuenses auferem nos deslocamentos temporários para o trabalho nos cafezais paulistas e mineiros. Para uma análise dos deslocamentos para o café, remeto o leitor para o capítulo IV intitulado “*Sair para o café*”.

V: A bicicleta, por exemplo.

B: É trabalhar fora, é ir buscar fora.

V: E a geladeira também?

B: A mesma coisa. A não ser que for aposentado e compre as coisas à prestação. Ou então algum que tenha alguma mísera quantia. Você está entendendo a moral da prosa?

(Entrevista realizada com Beija e Zé de Zora, na *fazenda* Martim, abril de 2007).

Na transcrição acima, os interlocutores transitam entre algumas das principais características das *fazendas* onde vivem. Beija nos remete a um lugar onde hoje não se planta mais para comercializar, apesar de ser um lugar onde a terra *dá*, é produtiva. A intervenção de Zé de Zora, por sua vez, nos remete ao problema da falta de água em determinadas épocas do ano, fato que explica ser prejudicial à lavoura e a criação de animais no local. Beija fala também da questão da falta de investimento dos *governantes* no local e, através de alguns exemplos, mostra como o dinheiro da aposentadoria e do *trabalhar fora* tem lugar de destaque na vida de seus moradores. São características que conformam o “lugar de partida” de muitas famílias de Aracatú que não vivem somente do que produzem em suas terras, mas que vivem com o dinheiro ganho fora dali, ou com o dinheiro da aposentadoria. Assim se conforma a *fazenda* Martim e a vizinha Baixa Escura, que apresento na seqüência.

2.2 - A FAZENDA BAIXA ESCURA

A *fazenda* Baixa Escura encontra-se em área contígua à da *fazenda* Martim. Seus proprietários majoritários são Zé Mascate e sua esposa Dalvanir, por sua vez irmã de Zé de Zora.

Em 1980 Zé Mascate comprou setenta hectares de terra para formar a Baixa Escura. Pouco tempo depois comprou uma segunda área contígua de aproximadamente 180 hectares, parte da *fazenda* Boa Vista, dos quais vendeu mais tarde cinquenta hectares. Dessa forma, além dos setenta hectares da *fazenda* Baixa Escura, Zé Mascate é proprietário de outra parcela de terra contígua, denominada *fazenda* Boa Vista, de aproximadamente 130 hectares.

Portanto, perante o ordenamento jurídico formal, Zé Mascate tem duas propriedades rurais contíguas, com dois nomes diferentes e duas escrituras. Não obstante, para o ordenamento fundiário consuetudinário do local, que é como seus moradores e vizinhos organizam e dividem o espaço onde vivem – o seu território -, há somente uma única *fazenda*, a Baixa Escura, de seu Zé Mascate, abrangendo as duas propriedades. Observe-se, contudo, que todas as casas de moradia e as *roças* ficam na *fazenda* Baixa Escura. Na Boa Vista há somente *mangas* de gado e uma barragem para captação de água.

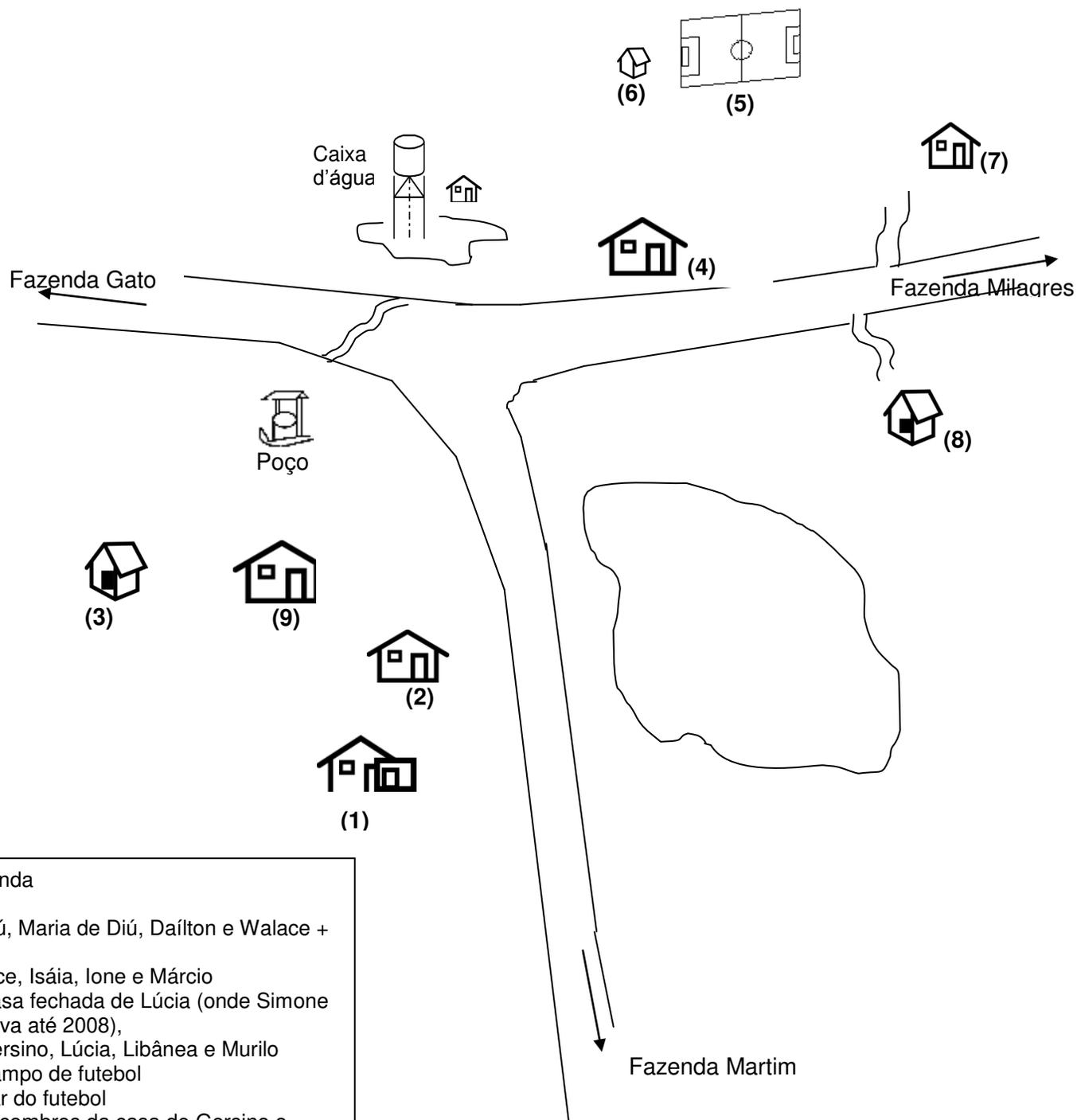
Na *fazenda* Baixa Escura moram os três filhos homens de Zé Mascate e Dalvanir, com suas respectivas esposas e filhos. Mora ainda Diu, irmão de Zé Mascate, sua esposa Maria de Diú, com dois filhos solteiros. Zé Mascate e Dalvanir atualmente passam somente alguns meses do ano na *fazenda*, tendo como residência principal a casa de Artur Nogueira, SP.

Tanto Zé Mascate como Diu moravam antes na *fazenda* Duas Irmãs, onde eram herdeiros na *fazenda* dos pais. Zé Mascate foi o primeiro a vender sua parte nas terras na Duas Irmãs, e com o dinheiro comprar o que é hoje a Baixa Escura. Mais tarde Diu fez o mesmo, e veio morar numa pequena área de pouco mais de um hectare comprada do irmão dentro da Baixa Escura, onde tem uma casa e um pequeno roçado.

Na *fazenda* Baixa Escura há um total de cinco casas habitadas: as dos três filhos de Zé Mascate: Gersino, Isáia e Laiminha, a da neta casada, Simone, e a de Diu, irmão de Zé Mascate. Há ainda uma casa fechada, de Lúcia, a filha de Zé Mascate que mora em Artur Nogueira, e os escombros da casa de Gersino, que se mudou para a casa dos pais na *fazenda* (Cf. figura 8).

De forma semelhante ao observado na *fazenda* Martim, na Baixa Escura a casa de moradia das famílias nucleares é uma marcação física dentro do domínio familiar indiviso que é a *fazenda*. Um lugar reservado para as famílias nucleares dentro do lugar comum à parentela.

Figura 8. Croqui da fazenda Baixa Escura



- Legenda
1. Diú, Maria de Diú, Dailton e Wallace + bar
 2. Nice, Isáia, Ione e Márcio
 3. Casa fechada de Lúcia (onde Simone morava até 2008),
 4. Gersino, Lúcia, Libânea e Murilo
 5. Campo de futebol
 6. Bar do futebol
 7. Escombros da casa de Gersino e Lúcia
 8. Laiminha, Giovana, Reinaldo, Verônica, Renan e Verilândia
 9. Simone, Wagner e Pedro Henrique (casa nova)

Por outro lado, a casa de moradia é um bem que circula dentro de uma parentela, em especial, por tratar de famílias camponesas que tem a mobilidade espacial como característica marcante. As casas de moradia têm sempre um dono, que é normalmente quem a construiu, que nem sempre é quem nela mora, seja porque migrou ou por qualquer outro motivo. Na ausência do dono a moradia pode ser ocupada, por empréstimo, por outros familiares que dela estejam precisando. Para citar apenas dois exemplos, temos a casa de moradia de Gersino e a de Simone, respectivamente filho e neta de Zé Mascate.

Gersino mora na casa de seus pais desde que os mesmos se mudaram para a casa de Artur Nogueira, SP. Simone, depois que se casou, morou alguns anos na casa de sua tia Lúcia, que há mais de uma década mudou-se também para Artur Nogueira, e nunca mais retornou. Nas duas situações, os ausentes contam com os familiares para guardar suas casas, seu lugar na *fazenda*; do outro lado, os que moram nas casas “por empréstimo” contam com uma moradia melhor para a família. Gersino que antes habitava outra pequena casa na *fazenda*, da qual hoje restam somente escombros, mudou-se para a casa dos pais, que é maior e mais confortável. Simone, ao se casar, não possuía na *fazenda* casa própria para morar com o marido e o filho que estava porvir. Na ocasião, Lúcia emprestara sua casa, na época desabitada, para o jovem casal. Quatro anos mais tarde, em 2008, Simone e o marido construíram sua própria casa¹⁰¹ na *fazenda*, e a casa da tia voltara a ficar fechada.

Os “empréstimos” de casas na *fazenda* Baixa Escura são exemplos de ajudas mútuas dadas, recebidas e retribuídas por integrantes de uma mesma parentela, a de Zé Mascate e de Dalvanir. São trocas efetuadas entre familiares que estão na *fazenda* e outros que, a despeito de conservarem suas casas neste lugar, moram fora.

Uma exceção aparente ao domínio pró-indiviso da *fazenda* Baixa Escura é a pequena gleba de terra localizada em seu interior, onde estão a casa e a *roça* da

¹⁰¹ De forma semelhante ao que se passou com os dois jovens casais da *fazenda* Martim – Bugí e Babalú e Joquinha e Selma, foi com o dinheiro ganho no café em Minas Gerais que Simone e o marido construíram a casa.

família de Diu, irmão de Zé Mascate. Embora seja uma área demarcada no interior de uma propriedade maior (a *fazenda* Baixa Escura), não se trata de uma ruptura desta em relação ao grande domínio familiar representado pela *fazenda* Baixa Escura, e por seu dono Zé Mascate. Trata-se, mais propriamente, da forma encontrada para que Diu e sua família ingressassem nesse mesmo e grande domínio familiar, do qual inclusive já participava uma das filhas (Nice) desde seu casamento com um dos filhos de Zé Mascate.

Alguns marcadores que poderiam eventualmente indicar uma possível ruptura da gleba de Diu em relação à *fazenda* Baixa Escura mostraram-se ausentes. Para citar apenas três situações, temos a inexistência de um nome distinto para a pequena gleba, sendo a mesma igualmente identificada como Baixa Escura; a dependência da casa e da *roça* da família de Diu em relação à *fazenda* maior no que se refere à utilização dos recursos naturais e materiais, como o acesso à lagoa situada fora da gleba para abastecimento de água na casa; e, por fim, um fator primordial, o sentimento de pertencimento da família de Diu à *fazenda* Baixa Escura. Afinal, em vários contextos camponeses do nordeste brasileiro, “as famílias nucleares não são isoladas; pelo contrário, existem no interior de relações de parentesco e/ou vizinhança, em comunidades onde as trocas de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade” (WOORTMANN, 1995, p. 49).

A organização do trabalho na *fazenda* Baixa Escura é semelhante à da Martim. Cada família nuclear tem sua *roça* separada da dos outros parentes, sendo somente o gado criado pelo conjunto dos familiares.

Sobre a organização do trabalho na *fazenda* Baixa Escura, assim explicou Laiminha:

Verena: Então mexe com *roça*..., o gado cria de todo mundo junto ou cada um tem um pouco?

Laiminha: Nós da família aqui é junto. Entre nós, irmão e pai é junto. Trabalha tudo numa área só, o chão é tudo junto.

V: E a *roça* é separada?

L: *Roça* é separada. Cada um tem seu pedacinho de *roça*.

V: E você toca o que?

L: Um pedacinho de milho, feijão, às vezes, um pedacinho de... uns pé de abóbora, maxixe, umas coisinhas... melancia. (Entrevista com Laiminha, filho de Zé Mascate, Aracatú, abril de 2008).

O trabalho fora da casa, nas *roças* e no trato do gado, é realizado tanto pelos homens como pelas mulheres. Já o cuidado na casa, o cuidado das crianças, do quintal e dos animais domésticos são atribuições das mulheres. Esta divisão sexual do trabalho ocorre de forma semelhante em vários outros contextos camponeses no Brasil ou no exterior (STOLCKE, 1986, CARNEIRO, 1998, BRUMER, 2000, NOGUEIRA, 2004). Entretanto, não se trata de uma mera divisão de tarefas entre homens e mulheres, mas de papéis hierarquizados por sexo dentro da família e perante a sociedade em que esta se insere. Aos homens normalmente são atribuídas tarefas tidas como mais valorizadas, como a produção agrícola ou a criação do gado, e às mulheres as de somenos importância, como as atividades domésticas, o cuidado das crianças e dos animais domésticos. Embora as mulheres exerçam praticamente as mesmas tarefas que seus congêneres do sexo masculino na roça, elas ali não “trabalham”, isso cabe aos homens, elas somente os “ajudam”.

Segundo Garcia Júnior a concepção de “trabalho” presente em unidades domésticas de pequenos produtores está relacionada comumente ao cultivo da terra, atividade tida como primordial dos homens. Às mulheres cabem “as atividades de transformação dos produtos da terra e de reserva e de acumulação, como a ‘criação’, [que] são consideradas secundárias [...], e não são consideradas trabalho” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 227).

Não obstante essa clássica divisão sexual do trabalho camponês continue a pautar, em alguma medida, a organização do trabalho nas famílias e *fazendas* de Aracatú, coexistem outros fatores que devem ser considerados na análise. Fatores que embora não retirem o trabalho masculino de sua posição privilegiada dentro da hierarquia familiar, borram essa clássica divisão sexual do trabalho. Estou a falar de famílias para as quais a produção agrícola não ocupa mais um lugar hegemônico, sendo em várias situações suplantada pelo trabalho temporário no café. O roçado continua a fazer parte das práticas cotidianas e da construção da identidade dessas famílias camponesas, mas perdeu seu lugar central, seja como

lugar do trabalho e da afirmação hierárquica dos homens ou lugar da “ajuda” das mulheres.¹⁰²

A produção agrícola na *fazenda* Baixa Escura, assim como na Martim e tantas outras dos arredores, destina-se basicamente ao consumo próprio, sobrando pouco para ser vendido. A grande fonte de dinheiro é o café, isto é, o dinheiro que se ganha anualmente com o trabalho de colheita de café realizado em Minas Gerais e em São Paulo.

Uma característica da família de Zé Mascate é sua história ligada à arregimentação de pessoal para trabalhar fora de Aracatú. Zé Mascate é um antigo e conhecido arregimentador de migrantes¹⁰³ de Aracatú, ofício que ensinou e transmitiu para dois de seus filhos, Laiminha e Isáia, e para o neto Reinaldo, filho de Laiminha.

Outra fonte de renda da família é *fazer linha*, ou seja, transportar moradores desde as *fazendas* até o centro urbano do município nos dias de feira. Laiminha tem um pequeno caminhão, com alguns bancos de madeira na carroceria e uma cobertura de lona. Às terças e sextas-feiras seu caminhão parte da *fazenda* Baixa Escura¹⁰⁴ por volta das seis horas da manhã, e segue em direção à sede do município, de onde retorna por volta das treze horas. Pela passagem de ida e volta os passageiros desembolsam cinco reais¹⁰⁵.

¹⁰² Para uma discussão sobre relações de gênero no meio rural ver BRUMER, 2000, CARNEIRO, 1996 e 1998, SACHS, 1991, STOLCKE, 1986, NOGUEIRA, 2004.

¹⁰³ Por arregimentador de migrantes (ou chefe de *turma*) me refiro a aracatuenses que têm como ofício agenciar conterrâneos em *turmas* de migrantes e levá-los para trabalhar em atividades agrícolas fora de Aracatú. São pessoas que em outros contextos rurais brasileiros são conhecidas por “gatos”, conforme nos mostra a literatura sobre o assunto (SILVA, M.A.M. 1999, SILVA, V. 2005, MACHADO, 1992; MENEZES, 2002, GARCIA JR., 1989). “Gato”, contudo, é uma expressão nominativa pouco utilizada (embora conhecida) pelas famílias de Aracatú, o que justifica aqui o seu não emprego como forma de nomeação das pessoas têm esse ofício. Volto a falar do arregimentador de migrantes no capítulo 4, onde analiso os deslocamentos de aracatuenses para fazendas de café da região Sudeste brasileira, nos quais aparecem como figuras centrais.

¹⁰⁴ Logo cedo, defronte a casa de Laiminha na *fazenda* Baixa Escura – o ponto inicial da *linha* - já se vê homens e mulheres dos arredores que chegam para pegar a condução. Outros que moram mais distante, esperam o caminhão ao longo da estrada, em lugares mais ou menos pré-estabelecidos, mais próximos de suas casas.

¹⁰⁵ Esse era o valor cobrado nos anos de 2007 a 2009.

2.3 - O CONVÍVIO COM A SECA

Em razão da localização das *fazendas* em um local de clima semi-árido, com uma estiagem que tende a ser acentuada entre os meses de julho a novembro, os espaços de corpos d'água são bastante valorizados: pequenas lagoas ou córregos que chegam a secar, ou quase secar, nos meses de maior seca, e as pequenas barragens construídas por seus moradores.

Na *fazenda* Martim, além de uma lagoa natural a que todos têm acesso, de onde retiram praticamente toda a água para o consumo doméstico, há ainda duas pequenas barragens construídas nas parcelas de terra individuais de Zé de Zora e de Alceu.

As terras próximas às barragens, e os terrenos às margens das lagoas e dos córregos, são lugares privilegiados das *fazendas* do sertão. Conforme a seca vai se prolongando e as águas dos corpos d'água secando, desvelam-se terrenos úmidos e férteis, muitas vezes, os únicos lugares onde se pode ter uma plantação enquanto a chuva não vem.

Nas *fazendas* Martim e Baixa Escura, até o ano de 2007, praticamente toda a água utilizada para beber, cozinhar ou se lavar vinha de suas lagoas, cabendo às mulheres trazer a água até as casas. O transporte era feito em latões de alumínio ou borracha que as mulheres habilmente assentavam sobre um enrolado de pano colocado sobre a cabeça. Os homens, quando eventualmente faziam essa tarefa, delas se distinguiam, utilizando os ombros e não a cabeça para o transporte da água.

Nos meses mais secos do ano, quando não há mais água nas lagoas, ou nos outros corpos d'água próximos às casas, é que a tarefa de buscar água passa a ser dos homens. São águas mais distantes que precisava ser buscada em carro de boi, em carriolas puxadas por bodes ou mesmo em caminhões próprios ou de algum vizinho. Nas épocas de seca há ainda o abastecimento regular das casas, com água trazida por caminhões pipas da Prefeitura.

O saber colocar o latão de água na cabeça revelou-se um sinal diacrítico das mulheres das *fazendas* de Aracatú em relação a familiares que há muito

tempo *saíram* para *São Paulo*. Uma tarefa que quando aprendida por um parente de fora, denota adaptação à vida sertaneja. Laura, da Martim, contou-me que certa feita uma neta veio viver em sua casa na *fazenda*, e que se adaptara bem ao local, tendo aprendido, inclusive, a buscar água na cabeça. Era uma moça com quinze anos, que crescera em Campinas e pouco conhecia sobre a vida no sertão. No início de sua estada ali, não conseguia nem ao menos levantar o latão de água até a altura dos ombros, mas passados alguns meses, já realizava a tarefa com a desenvoltura das moças do local. Por outro lado, há mulheres que quando vêm ao sertão visitar os familiares, se negam a buscar a água com os latões, alegando que não sabem mais fazê-lo. São situações que embora duramente criticadas dentro da parentela, por representarem uma forma de esnobismo citadino das mulheres que estão a viver em *São Paulo* em relação às parentes do sertão, reforçam a distinção entre elas.



Fotografia 4. Laura buscando água na lagoa da fazenda Martim

Fonte: Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, 2007

A *lavação* de roupa no lajedo¹⁰⁶ da vizinha *fazenda* Lagoa do Alto é outra prática feminina no sertão. As mulheres das *fazendas* Martim e Baixa Escura caminham longos trechos a pé, com bacias de alumínio cheias de roupas na cabeça, até o lajedo onde além de lavarem as roupas da família, se encontram com mulheres da vizinhança (da *fazenda* Lagoa do Alto), que lá se dirigem para a mesma tarefa. A ida ao lajedo apresenta-se, portanto, como um momento de encontro, de sociabilidade e também de fofocas, uma das importantes formas de propagação de notícias no grupo. (ELIAS, SCOTSON, 2000).



Fotografia 5. Lavação de roupa no lajedo da fazenda Lagoa do Alto
Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, 2008.

Em abril de 2007 chegou energia elétrica nas *fazendas* Martim e Baixa Escura, e no ano seguinte, praticamente todas as casas de moradia do local¹⁰⁷ já tinham sua própria bomba para puxar água das lagoas para as casas, tornando desnecessário o trabalho de carregar água na cabeça.

¹⁰⁶ Formação geológicas à beira de aguadas, utilizada como apoio para a lavagem (esfregaço) das roupas, e como lugar para secá-las, uma vez que o calor das pedras acelera o processo de secagem.

¹⁰⁷ No ano de 2008 as únicas casas que não tinham bomba era a de Kainha, na *fazenda* Martim, e de Simone, na Baixa Escura. Porém, elas também tiveram sua rotina de buscar água facilitada. Kainha passou a buscar água na casa da sogra Vinú, e Simone na casa da mãe Nice, nos dois casos, casas que se avizinhavam.

Outra benfeitoria que recentemente chegara às *fazendas* Martim e Baixa Escura eram as cisternas domésticas¹⁰⁸, chamadas localmente de *caixas*. Até abril de 2007 havia no local somente uma *caixa* na casa de Zé Mascate (*fazenda* Baixa Escura). Em março de 2008, todas as casas de moradia habitadas das duas fazendas tinham a sua. Foi por meio de um convênio do projeto *Água para todos* do Governo Federal com a ASA (Articulação do Semi-Árido), que as cisternas deixaram de ser uma benfeitoria de poucos, chegando a todas as casas da zona rural de Aracatú, num total de aproximadamente mil cisternas no município.



Fotografia 6. Cisterna doméstica

Fonte: Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, 2007.

¹⁰⁸ Através do projeto da Cáritas Semi-Árido foram selecionadas numa primeira etapa 17 casas (domicílios rurais) dentro do município de Aracatú, sendo os custos da obra divididos entre os moradores das casas selecionadas e a Cáritas Semi-Árido. Essa seleção não atingia as casas das *fazendas* Martim e Baixa Escura. Já numa segunda etapa, a construção das cisternas domésticas passou a fazer parte de um projeto mais abrangente do Governo Federal, “Programa Água para Todos”, que a partir de 2007 ganhara maior dimensão, tendo por meta atingir todas as casas de moradia da área rural do município. Neste segundo projeto não havia a participação financeira dos beneficiários, embora estes devessem cumprir alguns requisitos, como participar de curso de formação, alojar os pedreiros em suas *fazendas* durante a obra da cisterna e disponibilizar uma pessoa de cada casa para atuar como ajudante na obra.

2.4 - CASAMENTO EM CASA

A *fazenda* Martim avizinha-se de outras como a Lagoa do Alto, a Gato, a Fazendinha, a Lagoinha e Milagres. Além da proximidade física, são *fazendas* que se assemelham em relação à sua organização fundiária, o tipo e a organização do trabalho, às práticas de sociabilidade e às formas de moradia. Seus moradores, parentes consangüíneos ou meramente vizinhos, convivem entre si, ajudam-se e empregam-se reciprocamente e, muitas vezes casam-se entre si.

O casamento enquanto prática social, é uma das principais formas de organização do parentesco. Em famílias camponesas, contudo, ele normalmente nem sempre resulta de escolhas individuais, mas de acordos entre duas famílias, de um *affaire de famille* (WOORTMANN, 1995).

A prática matrimonial se mostra em famílias camponesas importante e antiga estratégia de reprodução de sua campesinidade, tendo relação direta com a perpetuação do domínio do grupo (sucessão fundiária) sobre uma parcela de terra, esta o patrimônio maior das famílias camponesas (BOURDIEU, 2004, GARCIA JÚNIOR, 1983, GODOI, 1998/1999, MOURA, 1978, WOORTMANN, 1995, WOORTMANN, 2009).

Dentre as famílias camponesas de Aracatú, os casamentos entre vizinhos, muitas vezes parentes entre si, destacam-se como uma prática recorrente e antiga. São casamentos feitos *com gente daqui mesmo*, os “casamentos em casa”. Analiticamente os distingo em três modalidades: a) casamento entre primos¹⁰⁹ (que são também vizinhos), b) casamentos entre vizinhos sem relação de parentesco, e c) casamentos entre vizinhos, aparentados ou não, que vivem fora do “lugar de partida”.

Um exemplo da primeira modalidade, de casamentos entre primos, é o de Nice e Isáia, filhos respectivamente dos irmãos Ananias e Alceu (Cf. Figura 9).

¹⁰⁹ Primo é provavelmente a categoria que agrupa a maior diversidade das situações de parentesco no eixo colateral, consangüíneos ou não, desde relações entre os filhos de irmãos (os primos em primeiro grau) , como entre filhos de primos, e assim por diante. Fora desse grupo estão somente os parentes em linha descendente: pais e filhos, avós e netos, e eventualmente, bisavôs e bisnetos, e alguns poucos parentes colaterais: filhos de mesmo pai e/ou de mesma mãe (irmãos) e tios e sobrinhos. Dentro da parentela aqueles que podem casar entre si são somente os primos entre si e os tios com sobrinhos.

Antes de se casar Nice morava com os pais e irmãos na *fazenda* Duas Irmãs. Isáia morava com a família na *fazenda* Baixa Escura. Ao se casar Nice e Isáia passaram a morar na Baixa Escura, local para onde, alguns anos mais tarde, mudaram-se também os pais e alguns irmãos de Nice. Um casamento, portanto, que reforçou os laços de parentesco preexistentes entre as duas famílias, pois se tratou de uma união de primos, e de um reagrupamento numa mesma *fazenda*, de irmãos e parentes.

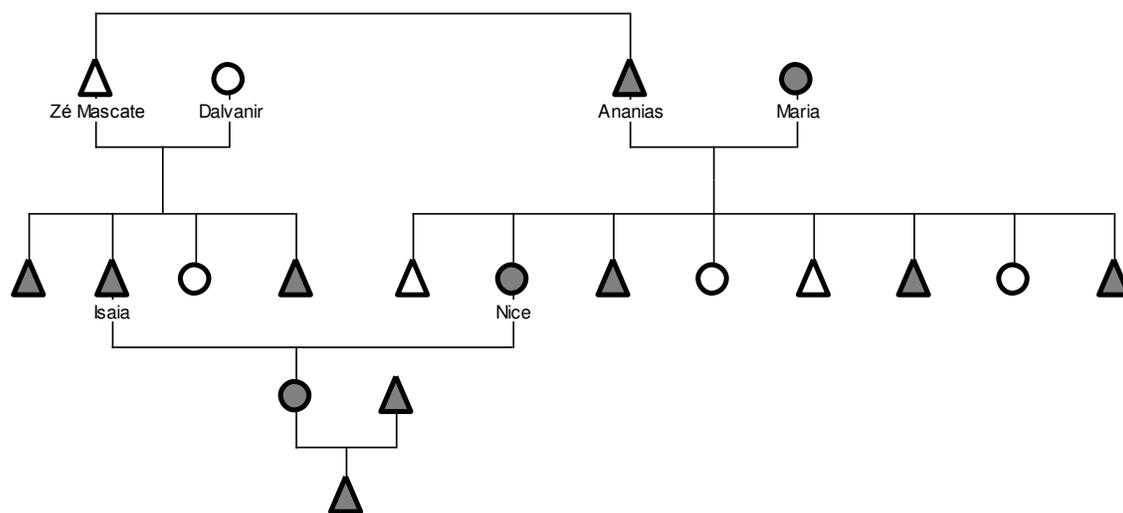


Figura 9. Casamento entre primos (vizinhos)

Legenda: As pessoas que aparecem em destaque moram em *fazendas* de Aracatú

Na modalidade de casamentos entre vizinhos “sem relações de parentesco aparente”, trago ao texto dois exemplos: a) Bugi e Babalú, respectivamente das *fazendas* Baixa Escura e Martim (Cf. Figura 10) ; b) Zé Mascate e Dalvanir, também respectivamente das *fazendas* Baixa Escura e Martim (Cf. Figura 11).

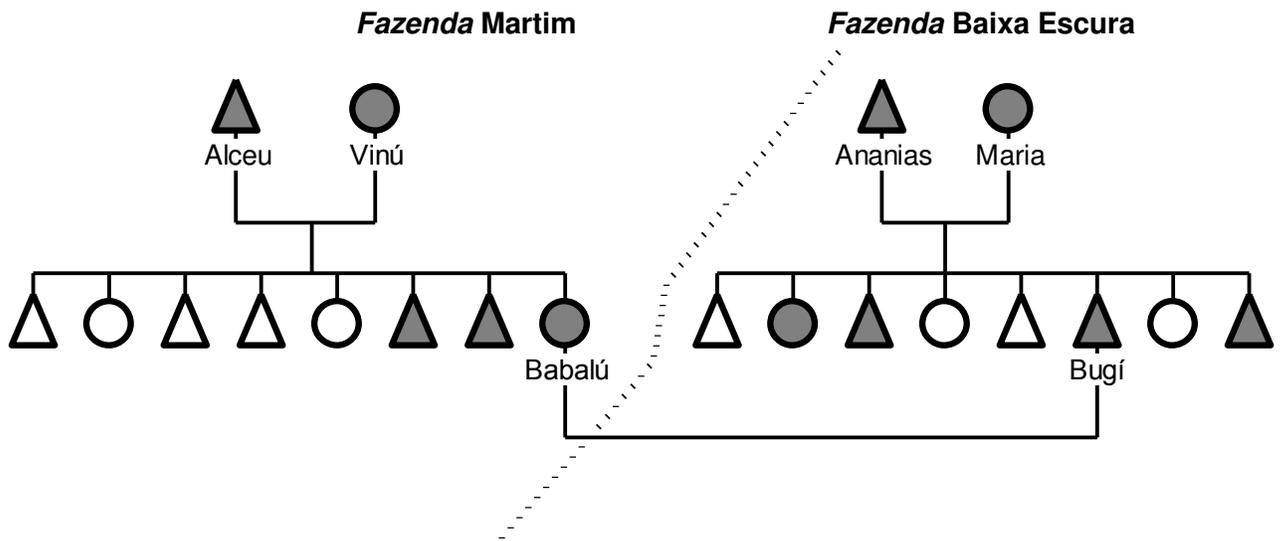


Figura 10. Casamento entre vizinhos 1

Legenda:

- 1) As pessoas que aparecem em destaque moram em *fazendas* de Aracatú
- 2) A linha pontilhada separa as *fazendas* e as respectivas famílias.

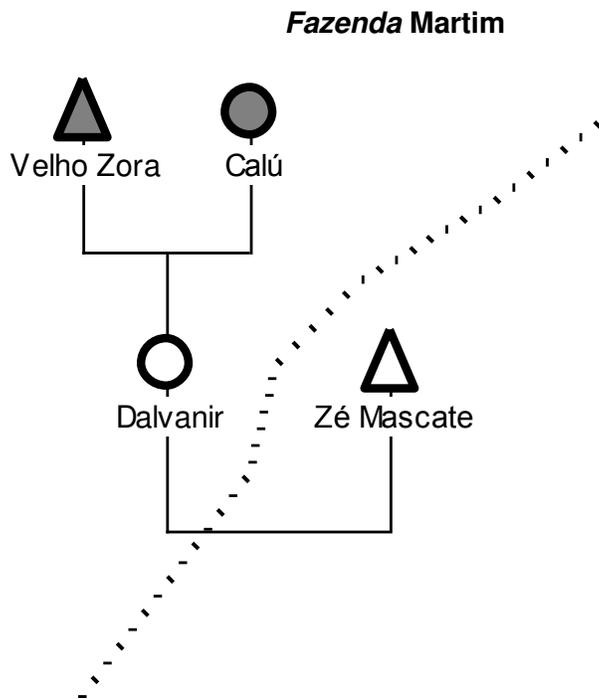


Figura 11. Casamento entre vizinhos 2

Legenda

- 1) As pessoas que aparecem em destaque residem em *fazendas* de Aracatú.
- 2) A linha pontilhada separa as *fazendas* e as respectivas famílias.

Uma terceira modalidade de casamento é a encontrada entre vizinhos que hoje vivem fora de Aracatú.

São casamentos realizados antes das partidas para *São Paulo*, como se passou com Maria, da *fazenda* Martim (Cf. trajetória no capítulo I) e Osvaldo, da vizinha *fazenda* Milagres.

Ou ainda, casamentos de pessoas que moravam fora de Aracatú antes do casamento, e que para lá voltaram para casar. Como exemplo temos Lari, irmão de Zé de Zora, que nascido na *fazenda* Horta, em Aracatú, *saiu* aos doze anos para *São Paulo*, na companhia de um tio e, aos vinte e poucos anos, retornou à Bahia e se casou com Luzinete, uma vizinha da *fazenda* Duas Irmãs. Depois da união, o casal morou menos de um ano na *fazenda* Martim, até se mudar para Artur Nogueira, onde vive até hoje.

Por fim, mas sem esgotar as múltiplas formas dos “casamentos em casa”, há os casamentos de aracatuenses ocorridos já fora de Aracatú, nos lugares para onde se deslocaram. Isso aconteceu com Marlene, uma das filhas de Nanô e Antônio, que nasceu na *fazenda* Martim e de lá partiu com os pais, ainda criança, para morar em Artur Nogueira, SP, de onde nunca mais saiu. Em Artur Nogueira conheceu Arnóbio, também vindo de Aracatú, da *fazenda* Fundão, e com ele se casou. Note-se que Arnóbio é nascido no município de origem de Marlene.

Os “casamentos em casa” reúnem parentes e vizinhos numa espécie de “família ampliada”, onde os que já eram parentes entre si apenas confirmam sua presença na família, e os de fora passam a integrá-la, chegando ao ponto de não mais ser possível pensar uma clara e definitiva separação entre parentes e vizinhos, entre parentes e não parentes, entre os da família e os de fora.

Segundo Bourdieu (2004), os casamentos camponeses têm como primeira função dar continuidade a uma parentela, sem o comprometimento da integridade do seu patrimônio. Um patrimônio, por sua vez, que não se conforma como mercadoria (um bem material negociável) ou um lugar de trabalho, “mas como o resultado do trabalho de um grupo familiar”. Nesse sentido, uma

reprodução/preservação da integridade do patrimônio camponês vai mais no sentido de “preservar uma unidade de parentesco e os circuitos de reciprocidade que nela e por ela operavam, assim como uma concepção moral da relação com a terra”. (WOORTMANN, 1995, p. 225).

Num sentido análogo, para as famílias camponesas de Aracatú, esses “casamentos em casa” têm funcionado como estratégia para manter, ou até mesmo ampliar, o seu patrimônio territorial, que são as *fazendas*, impedindo com isso que suas terras passem para a mão de pessoas de fora; no caso, para famílias de fora. É a partir deste esquema: “casamento em casa”, “família ampliada” e território familiar, que se configuram as relações de parentesco nas famílias do velho Zora, na de Zé Mascate e em tantas outras daquele sertão. Relações que no dito local são expressas por um *aqui é tudo família*, remetendo a uma grande família (“família ampliada”) que tem seu membros morando (ou com origem) num mesmo território (*fazendas* vizinhas em Aracatú), que se perpetua através dos casamentos realizados no seu interior (“casamentos em casa”).

Também Ellen Woortmann, ao analisar um grupo sertanejo de Sergipe, destaca as trocas matrimoniais como centrais nesse processo de transmissão de terras. Mostra a autora como através dos casamentos endogâmicos, o grupo consegue não repartir suas terras com pessoas de fora. A regra dos casamentos entre primos aparece associada, por sua vez, ao fato das mulheres não herdarem terras, um direito somente dos irmãos do sexo masculino.

Não obstante, a autora complexifica a questão quando passa a tratar das mudanças aparentes da condição feminina de (não) herdar terras, ao longo da história do grupo. Num primeiro período mostra que “a filha recebia, ao casar, seu enxoval e seu dote, este último sob a forma de gado, mas nunca terra”. Num período posterior, “porém, já se configurava o registro em cartório das terras [herdadas pelas mulheres]”, embora elas não possuíssem ainda, na prática, direito às terras de seus pais. Somente num terceiro período “a mulher passa efetivamente a herdar terras, mas elas são vendidas a seus irmãos em dinheiro, e com esse dinheiro seu marido compra terra de seus próprios irmãos. Seu gado, isto é, seu dote, continua a ser incorporado ao rebanho do marido”

(WOORTMANN, 1995, p. 276/277). Por tudo isso, pontua que o que poderíamos entender como uma transformação na condição feminina de não herdeira a herdeira, não passa de uma mudança formal nas regras consuetudinárias de transmissão da herança fundiária, que continua, ainda assim, a conservar as terras nas mãos dos homens da família.

Outras formas locais de exclusão de alguns herdeiros da partilha de terra são ainda utilizadas pelo grupo estudado por Woortmann, como os “não-casáveis”, ou seja, aqueles tidos como ameaça à integração e à reprodução do grupo, as filhas que desonraram a família relacionando-se com gente de fora do grupo, os *estranhos*, os incapazes (anormais) e ainda, “os filhos em excesso”¹¹⁰, que são levados a migrar.

Em “Célibat et condition paysanne”, Pierre Bourdieu (2004) dedica-se a investigar o “enigma social” do celibato masculino em famílias camponesas francesas. Mostra como a proibição do casamento para o primogênito nada tem a ver com uma opção individual de não casar, mas faz parte de uma lógica dos matrimônios presentes em famílias camponesas, tendo como propósito essencial a salvaguarda da terra e da linhagem camponesa e da hierarquia social da família dentro da sociedade rural em que está inserida.

A proibição de venda de terra para pessoas de fora aparece também na literatura como uma importante estratégia de manutenção do patrimônio fundiário de famílias camponesas da região nordeste brasileira. (GARCIA JÚNIOR, 1983, GODOI, 1998, WOORTMANN, 1995). Nesses contextos, uma afirmação aparentemente simples como *aqui ninguém vende terra não*, que poderia, num primeiro momento, sugerir a inexistência do comércio de terras, possui uma conotação bem mais sutil e complexa, qual seja, de que tais transações ocorrem no interior das “famílias ampliadas”, famílias camponesas e vizinhas que se casam entre si.

¹¹⁰ Woortmann mostra como o padrão de natalidade modificou-se ao longo da história do grupo, sendo menor o número de filhos que as mulheres passaram a ter em comparação com um tempo pretérito.

CAPÍTULO III

SAIR PELO MUNDO

As *fazendas* Martim e Baixa Escura, assim como tantas outras de Aracatú e região, caracterizam-se como pequenas propriedades rurais familiares. Os membros das duas famílias proprietárias dessas *fazendas*, aparentadas entre si por matrimônio (Cf. Capítulo I), encontram-se espalhados em diferentes e distantes espaços geográficos, entre a *fazenda* do sertão e *São Paulo*. Nesse movimento alguns ficam na Bahia, outros *saem pelo mundo*. *Saem* para morar em cidades como Campinas, Artur Nogueira e outras do estado de São Paulo, ou para passar alguns meses do ano colhendo café em fazendas do sul de Minas Gerais ou em Campinas, SP. Uma diversidade de papéis (e locais) familiares pelos quais os indivíduos transitam, ora na *fazenda* do sertão, ora em *São Paulo*, ora nos cafezais.

Dentro desse cenário, o objetivo deste e do próximo capítulo, é a compreensão das trajetórias migratórias dessas famílias *pelo* [para o] *mundo*, ou seja, para fora de suas *fazendas* de Aracatú, o seu “lugar de partida”. Práticas migratórias entendidas como ações objetivadas num espaço e num tempo determinados, e dotadas de regras e regularidades que as incluem em um sistema social total. Ações conformadoras de um processo social migratório em constante (re)construção.

As práticas migratórias se concentram em alguns meses do ano, em direção a locais mais ou menos preestabelecidos, e organizadas por meio de uma rede tecida entre os familiares que moram na *fazenda* do sertão, aqueles que de lá *saíram* num momento anterior e hoje moram em *São Paulo*, os que seguem todos os anos para a colheita do café, os arregimentadores destes e seus patrões temporários, estes dois últimos no caso dos deslocamentos para o café.

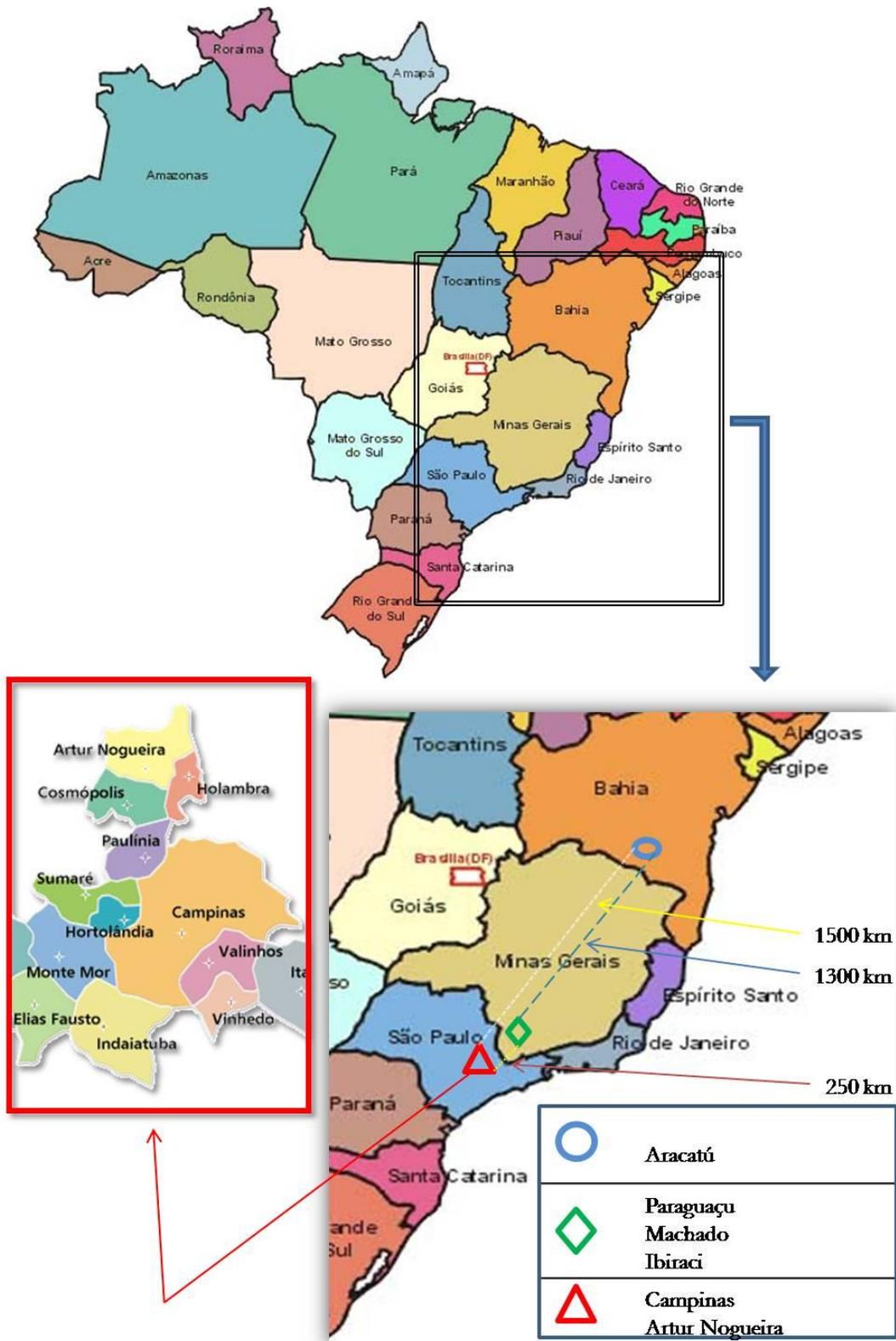


Figura 12. Rotas migratórias entre Aracatú, Minas Gerais e São Paulo.

Um processo migratório que vêm se conformando, básica e analiticamente, por duas formas de movimentação de pessoas no espaço: os deslocamentos temporários para o trabalho na colheita de café, e os deslocamentos para os médios e grandes centros urbanos, com intuito de permanecer por um tempo maior que o de uma colheita, muitas vezes, por um período indeterminado. Observe-se, entretanto, que essas duas modalidades de deslocamento aparecem como momentos que se mesclam e se sucedem de forma não linear nas trajetórias migratórias das famílias .

Percorrendo a literatura sobre famílias camponesas, mais especificamente aquelas que têm “sítio”, “chão de morada” e “chão de roça” em contextos rurais da região nordeste brasileira, observamos que os deslocamentos migratórios aparecem como prática histórica e recorrentemente utilizada para a reprodução e permanência dessas famílias na terra de origem, à qual se sentem ligadas por laços de pertencimento, reportando-se a ela como sua morada¹¹¹. Uma prática que aparece como alternativa, caminho, “fuga”, enfim *saídas* que figuram no imaginário dessas famílias, muitas vezes, como as únicas possíveis diante da precariedade da vida no local de origem. Uma prática que se mostra onipresente na vida e na divisão de trabalho de muitas famílias.

As pessoas que se deslocam são de famílias camponesas¹¹² e pobres do sertão nordestino, região brasileira de clima semi-árido, com índices pluviométricos insuficientes para uma agricultura ou produção agropecuária viáveis. Um local onde há pouco investimento público, ou mesmo privado, no sentido de tecnologias para contenção das águas das chuvas e para irrigação das plantações.

¹¹¹ Em artigo publicado em uma recente coletânea sobre campesinato Menezes (2009) realiza uma sistematização teórica acerca das migrações de camponeses do Nordeste brasileiro. O intuito é mostrar que guardadas as diferenças conceituais entre autores que pesquisaram na região (FIRST, 1983, GARCIA JÚNIOR, 1989, MENEZES, 1985, 2002, SILVA M.A.M., 1989, 1992, 1999, WOORTMANN, 1990), as práticas migratórias têm-se apresentado como estratégia de longa duração para a reprodução de famílias camponesas que vivem em contextos onde suas condições de reprodução são limitadas.

¹¹² Embora já explicado anteriormente no texto, volto a observar que entendo por famílias camponesas aquelas que detêm pouca extensão de terra e uma produção agrícola quase que exclusivamente voltada ao consumo próprio, sendo poucos itens ou pouca quantidade a que eventualmente é comercializada.

São famílias que em interpretação baseada em Paul Singer (1976), estariam a conviver com “fatores de estagnação” indissociavelmente ligados do local onde estão situadas suas *fazendas*. Além da seca e da falta de investimentos públicos e privados para driblá-la, alguns outros fatores estariam segundo ele, envolvidos nessa “estagnação”, como a escassez crescente de terras cultiváveis, devido às sucessivas subdivisões hereditárias ou em razão de venda das terras, a dificuldade de acesso a crédito para a produção agropecuária ou para melhorias em geral nas *fazendas*, pela dificuldade para a comercialização da produção, e ainda, a carência de oferta de empregos rurais ou urbanos no município e na região, como fonte alternativa de renda para os familiares; enfim, são famílias como tantas outras do campo brasileiro, que sofrem com a falta de condições mínimas para que seus membros possam viver plenamente como cidadãos.

Por outro lado, saliento que são famílias para as quais o processo migratório não se explica somente a partir de “fatores de estagnação”, ou de fatores externos à família camponesa como “guerras, imposições governamentais, dissensões religiosas, pressão da grande propriedade etc.-”, mas também a partir do próprio sistema camponês”, que ao mesmo tempo desencadeia e organiza as saídas (WOORTMANN,1995, p. 116). Ellen Woortmann fala num “espírito camponês” presente na migração de famílias camponesas, que de um lado explica as práticas migratórias como estratégicas à reprodução do grupo familiar (camponês), e de outro, está presente na forma dos deslocamentos, normalmente realizada em grupos de parentes.

Ademais, se considerarmos a prática migratória como estratégia de reprodução de famílias camponesas, a mesma pode congrega diferentes projetos e aspirações, seja uma mudança na condição social do camponês diante da terra, com a passagem da condição de “morador” ou de parceiro para a de pequeno proprietário, como respectivamente mostrado por Garcia Jr. (1989) e por Machado (1992), seja a manutenção da própria condição de pequenos proprietários, constantemente ameaçada pela pobreza, pela escassez de terras e pelo avanço das relações de produção capitalista no campo, como nos mostra Martins (1986), Silva, M. A M.(1999) e Scott (2009). Ou ainda, uma prática a que recorrem

indistintamente pequenos proprietários, meeiros e sem-terra, para se reproduzirem enquanto famílias camponesas, como analisado por Menezes (2002).

Em estudo realizado em engenhos e usinas de cana-de-açúcar, no estado da Paraíba, Garcia Jr. analisa as condições dos “moradores”¹¹³, que eram submetidos a um patrão, a um senhor de engenho ou a um usineiro. Nesse contexto, mostra como os deslocamentos desses trabalhadores em direção aos estados da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), atua como uma forma de manter a condição camponesa dos mesmos. Afora a remessa de dinheiro que os migrantes mandam para sua família de origem, há muitos que retornam à sua terra natal depois de um período de trabalho no “Sul”. E, “tudo o que adquiriram no meio urbano [no “Sul”] constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida, como, por exemplo, passar da condição de “morador” para a de pequeno agricultor, detentor de um pedaço de terra. (GARCIA JR, 1989, p. 77).

Machado investigou o processo migratório de camponeses do município de Andaraí (região da Bacia do Paraguaçu), no sertão baiano, para os estados de São Paulo e Paraná, bem como migrações interestaduais (as migrações “campo-campo”) para locais próximos à terra de origem. Observou neste contexto que “[...] o trabalho de ‘meia’, acoplado a um alto grau de mobilidade sócio-espacial”, guardava estreita relação com a passagem de uma condição social de “parceiro”¹¹⁴ para a de pequeno proprietário rural (MACHADO, 1992, p.377).

Em seu livro “Errantes do fim do século”, Silva, M.A.M. (1999) analisa a “saga” de “homens e mulheres” que todos os anos migram desde suas terras no Vale do Jequitinhonha, região pobre do estado de Minas Gerais, para trabalhar em usinas de açúcar e álcool na região de Ribeirão Preto, SP. São migrantes que se ausentam cerca de nove meses por ano de suas casas, de suas plantações, de uma vida de trabalho autônomo e familiar e, ao lado de outros “bóias-frias do

¹¹³ Morador é uma denominação local apresentada no texto de Garcia para descrever uma forma de relação de trabalho existente nos engenhos paraibanos por ele analisados. Ser morador era trabalhar e morar no engenho e, principalmente, estar imerso numa relação de dependência pessoal com o senhor de engenho.

¹¹⁴ Parceiro ou parceleiro são pessoas que plantam ou criam animais na terra de outrem, e têm por contraprestação dividir com o proprietário da terra a produção.

lugar”, tornam-se trabalhadores assalariados temporários. Finda a colheita da cana, alguns dos migrantes ainda se deslocam para outros lugares, para colheitas de algodão e amendoim, somente regressando ao local de origem por curtos períodos de tempo, que coincidem muitas vezes com as festas. Diante disso, a autora argumenta haver um processo migratório produtor de uma situação de “permanência das migrações temporárias”, que no caso dessas famílias, assim como de muitas outras do campo brasileiro, é parte importante de sua reprodução no local de origem.

Ao analisar o mesmo fenômeno da migração temporária de camponeses do Vale do Jequitinhonha, MG para as usinas de açúcar e álcool de São Paulo, Martins assinala que em processos migratórios onde há assalariamento temporário e retorno cíclico do trabalhador migrante para sua própria terra, verifica-se a separação da reprodução da força de trabalho em dois lugares: na usina e no local de origem, onde os trabalhadores têm suas terras e onde sua família continua a plantar e a colher para viver. Nesse arranjo, empresas capitalistas (usinas) não precisam despende todo o capital que seria necessário à sua reprodução como “trabalhadores para o capital”. O salário que lhes é pago entra apenas como um “complemento” à sua reprodução, que por outra parte continua sendo realizada com o trabalho familiar no local de origem. Um salário que “recria, no operário, o camponês”, porque possibilita a continuidade na terra e na produção familiar (camponesa) no Vale do Jequitinhonha; “que por sua vez [o camponês] recria o operário” (MARTINS, 1986, p. 53).

Parry Scott (2009) analisou a organização doméstica de famílias camponesas da zona da mata pernambucana e a migração de alguns de seus membros entre as décadas de 1970 e 1990, período de acirramento das relações capitalistas nos engenhos de cana-de-açúcar na região. Nesse período, muitas famílias de “moradores” perderam o direito à casa de morada no interior dos engenhos de cana onde trabalhavam, transformando-se em “trabalhadores clandestinos”, passando a viver em casas alugadas na periferia das cidades (nos

“pontos de ruas”), ou integrando a categoria dos “parceiros” em um engenho reforma agrária do local¹¹⁵.

No contexto pesquisado por Scott, a migração significava para os camponeses (“moradores e “ex-moradores” de engenhos) uma libertação da situação de “cativeiro”, onde seu trabalho, e principalmente a administração do trabalho de sua família, eram controlados por forças externas, pelos senhores de engenho. Pois, em troca de um salário, e de alguns “favores”, os trabalhadores submetiam sua força de trabalho, e a de sua família, aos mandos e desmandos dos senhores de engenho, colocando em suspenso, ou até mesmo suprimindo sua própria autoridade dentro da hierarquia doméstica camponesa.

O controle do tempo de trabalho pelos senhores de engenho era maior nas famílias dos “moradores” que na dos ex-“moradores”, pois os primeiros participavam de uma relação de troca na qual estavam sempre em dívida com os patrões, por terem recebido um “chão de morada” e uma pequena área para plantar. As famílias “clandestinas”, ou as “parceiras” do engenho de reforma agrária gozavam, por outro lado, de um maior poder de negociação de sua mão-de-obra. Não obstante, os fazendeiros da cana porque detentores de um poder local que ia além dos limites de seus engenhos, abarcando toda uma região ao redor onde estendiam seu poder e influência, acabavam por controlar o trabalho e a vida não somente das famílias de “moradores”, como também da dos ex-“moradores”. Portanto, uma “situação de cativeiro” em que se encontravam não somente as famílias que continuavam morando no interior dos engenhos, mas todas aquelas que de uma forma ou de outra continuavam submetidos aos mandos e desmandos desses fazendeiros. Uma condição de cativo que somente era superada com a saída desses trabalhadores da região.

Os destinos migratórios mais freqüentes das famílias estudadas por Scott eram o agreste pernambucano, a capital do estado, Recife, centros urbanos do

¹¹⁵Segundo explica Scott (2009), a perda da morada nos engenhos de cana-de-açúcar de Pernambuco conduziu seus ex-moradores a dois destinos: às periferias urbanas (os “pontos da rua”), este o caminho mais comum de “fuga do cativeiro”, e a parcelas de terra em engenhos de reforma agrária, situação de caráter excepcional. Por este segundo caminho o autor postula haver uma “recuperação do acesso à terra” por ex-moradores de engenhos e de usinas falidas. Seu estudo teve como lócus o engenho de reforma agrária Bueiro Velho, onde cada ex-morador recebeu em média uma parcela de terras de 12 hectares.

Centro-Sul e áreas de fronteiras no oeste do estado do Maranhão. Migrar representava deixar o “cativeiro” e ir para o “meio do mundo”, para um espaço simbólico da liberdade; um novo lugar onde os camponeses podiam, em tese, escolher onde e para quem vender sua força de trabalho. Entretanto, de forma análoga ao que se passava no “cativeiro”, ocorria uma perda do controle do grupo doméstico pelo chefe da família e a descaracterização do trabalho familiar camponês em razão do contrato de trabalho e da percepção de salário que passa a ser individualizado e sem a intermediação do chefe da família, do “pai de família” camponês. Em suma, “cativeiro” e “meio do mundo” são duas opções domésticas pelas quais as famílias camponesas da zona da mata pernambucana vêm-se articulando historicamente e (re)definindo as formas de uso de sua mão de obra. Em outras palavras, duas alternativas a que recorrem para sua reprodução.

A pesquisa de Marilda Menezes (2002) mostra, ademais, o movimento de “camponeses-trabalhadores” do agreste paraibano que *saem* todos os anos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana, porque não conseguem sobreviver com o que oferece a terra de origem, sejam eles indistintamente trabalhadores rurais sem terra, rendeiros ou pequenos proprietários. A saída do lugar de origem mostra-se como uma alternativa de reprodução familiar (camponesa) que depende menos da forma de acesso à terra vivenciada, do que da intenção em perpetuar o grupo familiar e seus laços de pertencimento a um lugar.

Nesse sentido, e ainda dentro de um debate teórico acerca da migração e reprodução camponesa, Klass Woortmann (2009) situa a migração como um fenômeno que vai além da busca de recursos econômicos. Em sua pesquisa com camponeses no sertão do estado de Sergipe, mostra que migrar é uma prática usual tanto entre camponeses tidos como “fracos”, como entre os “fortes”, que por terem uma situação econômica mais vantajosa que os primeiros, não necessitariam, em princípio, “sair” do “sítio” para se reproduzirem.

Para tornar-se homem é preciso enfrentar o *mundo*, mesmo entre os *fortes*, e retornar vencedor, o que será atestado pelo dinheiro trazido de volta [...]. (WOORTMANN, 2009, p 219).

A complexidade da migração camponesa é mostrada pelo autor, por exemplo, quando fala no sentido simbólico-ritual que a “migração pré-matrimonial” tem para os rapazes quando chegam à idade de casar e constituir sua própria família (nuclear). Para estes rapazes a migração se configura para além de uma busca de recursos financeiros alhures, utilizados na constituição do novo “sítio”, na construção da casa para a nova família; esta seria apenas o que o autor chamou de sua “dimensão prática”. A migração faz parte, outrossim, de um importante processo ritual vivenciado pelos “rapazes” para se tornarem “homens”, poderem se casar e, com isso, adquirirem o *status* de “pais de família”.

Seguindo uma mesma linha argumentativa, Ellen Woortmann pontua que a migração camponesa não se explica apenas por fatores externos ao campesinato, mas é “desencadeada por e organizada pelo” próprio sistema de parentesco camponês:

uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o ‘espírito do parentesco’, faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos etc., assim como afins) (WOORTMANN, 1995, p. 116).

De forma análoga, Garcia Júnior (1983) descreve a migração pré-matrimonial de rapazes de famílias rurais da Paraíba para o “Sul”, como parte do processo de reprodução do grupo doméstico, no caso para a constituição de um novo núcleo familiar. O dinheiro auferido com o trabalho assalariado fora do sítio do pai, é utilizado na construção da casa, na aquisição de um novo sítio, e até mesmo como capital para ingresso “no negócio”; enfim, como condição para que o rapaz ingresse no mundo dos adultos.

Enfim, através destes exemplos empíricos, meu intuito foi mostrar que a prática migratória em famílias camponesas deve ser pensada para além de seu papel de busca de recursos fora da terra de origem, mas como “parte integrante de suas próprias práticas de reprodução” (WOORTMANN, K., 2009, p. 217).

Nas famílias rurais de Aracatú, a prática migratória existe há muito tempo. Está presente na memória dos mais idosos, seja nas lembranças de suas próprias

trajetórias, seja na de seus pais e avós, que antes deles já *saíam* das *fazendas* para trabalhar em outros lugares. Uma prática que há muito se entranha nos corpos e nos projetos de vida dessas famílias.

José (seu Zezito) é um pequeno proprietário rural em Aracatú. Hoje é um senhor de 68 anos aposentado (aposentadoria rural) que mora com sua esposa, Ana, numa das casas da *fazenda* Lagoinha, contígua à *fazenda* Baixa Escura. Na Lagoinha há outras casas de moradia, de filhos casados, de irmãos, de sobrinhos e de um neto casado. Assim como vimos para os contextos das *fazendas* Martim e Baixa Escura, na Lagoinha cada núcleo familiar (pais e filhos solteiros e eventualmente outro parente sozinho, como idosos) tem sua própria casa e *roça* dentro das terras de um todo que é a *fazenda*.

Por causa da renda da aposentadoria, mas também pela idade avançada, seu Zezito não *sai* mais da Bahia para *buscar fora*¹¹⁶ seu *ganha pão*¹¹⁷, como fez durante grande parte de sua vida. Foi nos idos anos 1950 que começou a viajar de caminhão *pau-de-arara*¹¹⁸, desde Vitória da Conquista até São Paulo. Ao chegar na capital paulista, dirigia-se à *Migração*¹¹⁹ onde lhe era franqueado fazer higiene pessoal e, em algumas ocasiões, passar a noite. Neste entreposto do governo (na *Migração*) recebia um passe de trem e um lanche para seguir viagem para o interior do estado, onde em grupo de quatro a cinco homens, saía à procura de trabalho. Nessas *saídas* de trabalho houve uma ocasião em que se ausentou de sua casa e de sua família por cerca de um ano. Era uma época que

¹¹⁶ *Buscar fora*, expressão utilizada por seu Zezito remete à prática de sair da fazenda no sertão e ir buscar trabalho e recursos alhures

¹¹⁷ *Ganha pão* é uma expressão popular que significa recursos econômicos para a manutenção e reprodução da vida.

¹¹⁸ Pau-de-arara é o nome pelo qual ficaram conhecidos os caminhões que transportavam migrantes pelas rodovias e estradas brasileiras. Eram assim chamados porque os passageiros viajavam na carroceria dos caminhões em bancos de madeira. Atualmente esse tipo de transporte não é mais utilizado nas viagens de longa distância, como no caso de viagens entre a região Nordeste e o Sudeste, mas somente em pequenos percursos em muitas regiões rurais nordestinas. No município de Aracatú não existe transporte público para a população rural, e os deslocamentos são realizados por meio desses caminhões ou caminhonetes menores, geralmente de propriedade de um vizinho mais abastado que *faz a linha*, ou seja, que explora comercialmente o transporte nesses lugares.

¹¹⁹ Como mencionado anteriormente, “Migração” é como meus interlocutores denominam um local que existia na capital paulista, onde o Poder Público mantinha um entreposto para migrantes proveniente de outros estados do país e do exterior.

as esposas e os filhos pequenos ficavam nas *fazendas* do sertão a espera dos homens.

Mas a vida itinerante de seu Zezito encerrou-se nos anos 1980 quando suas *saídas* para trabalhar já eram para mais perto de casa, para os algodoads de Guanambi, no sul da Bahia. Foi com o declínio das lavouras de algodão de Guanambi que cessaram os deslocamentos de aracatuenses para o local e acabaram as *andanças* de seu seu Zezito *pelo mundo*. Não obstante, seus filhos continuam a *sair*. Atualmente cinco deles vivem em *São Paulo*, e outros cinco - que moram na *fazenda* Lagoinha – deslocam-se todos os anos para trabalhar na colheita do café de *São Paulo*.

Leovezilda (dona Dó) mora com o marido Januário e com uma neta na *rua*¹²⁰ em Aracatú. É mãe de catorze filhos, dez biológicos e quatro enteados, filhos do marido com a primeira esposa. Dos catorze, somente quatro moram em Aracatú; o restante vive em Jundiáí, município próximo a Campinas. Dona Dó e seu Januário, assim como outros aracatuenses que moram hoje na sede urbana de Aracatú, têm também suas histórias e trajetórias migratórias.

Nos idos anos 1950 dona Dó, então com 9 anos, *saiu* na companhia dos pais, irmãos e avós, da *fazenda* Lagoa da Pedra, onde morava desde seu nascimento, para *São Paulo*. A família seguiu de carro de boi até a *rua*, de lá embarcou num caminhão pau-de-arara até a capital paulista. Foram oito dias seguidos de viagem. Em São Paulo chegaram primeiro para a *Migração*, onde foram vacinados e receberam um passe de trem até Guararapes, no interior do estado. Em Guararapes, a família ficou dois anos, alternando-se entre o trabalho da colheita de algodão e a lavoura que explorava em terra arrendada. Depois desse período voltaram todos para a mesma *fazenda* em Aracatú.

Nove anos depois, quando já morava na *rua* em Aracatú, dona Dó *saiu* pela segunda vez com a família para Ilha Solteira, oeste do estado de São Paulo, lugar onde já moravam alguns de seus irmãos. Os irmãos tocavam lavoura em terras

¹²⁰ Forma local pela qual os aracatuenses se referem à sede urbana do município em oposição à área rural onde se localizam as *fazendas*. Uma denominação que existe também em outras localidades do Nordeste brasileiro, a exemplo do que Lygia Sigaud (1979) encontrou em contexto pernambucano.

que arrendavam de grandes fazendeiros da região. Dona Dó, então com 18 anos, tinha por função cozinhar para os peões. Nesse local ficou somente seis meses, voltando para Aracatú dessa vez sozinha, a chamado de seu primo e então namorado, seu Januário. Os pais de Dó viveram a até o final da vida em Ilha Solteira, local onde ainda moram alguns de seus irmãos.

Seu Januário, primo e marido de dona Dó também nasceu na *fazenda* Lagoa da Pedra na casa que era na época era dos avôs. Com dois anos mudou-se com os pais para outra *fazenda* em Aracatú, a Circuladô (ou Morro Velho). Lá morou até 1947, quando com 18 anos decidiu *sair* para *São Paulo* com um tio e alguns outros parentes, para *conhecer o mundo e trabalhar também*. Viajou da Bahia até Monte Azul, MG em caminhão pau-de-arara. Dali em diante seguiu no *trem da Migração* até a capital paulista, onde foi vacinado, recebeu alimentação e passe de trem. Na *Migração* passou a noite. Rumou no dia seguinte para Tupã, no interior do estado, onde morou e *tocou roça* na fazenda de *uns japoneses*. Na seqüência foi ser lenheiro em Osvaldo Cruz, SP. Voltou novamente para a região de Tupã/Pompéia, onde passou a trabalhar *por diária*¹²¹ para os japoneses. De Pompéia, seguiu com um primo e um tio para Santópolis, SP próximo a Tupã, onde arrendaram terras e plantaram algodão. Voltou para a *fazenda* de Aracatú somente em 1951 para visitar os pais.

Januário casou-se pela primeira vez quando morava em Santópolis, com uma mulher que era também de Aracatú. Em 1957 voltou para Aracatú com a esposa e um filho, e desde então passou a morar na sede urbana (na *rua*). Alguns anos depois de retornar à Aracatú, separou-se dessa primeira esposa e *amigou-se* com dona Dó, sua prima, com quem vive até hoje. A *fazenda* Lagoa da Pedra ainda é da família, mas a Circuladô (ou Morro Velho) foi por vendida por seu hoje falecido pai, quando este decidiu também morar na *rua*.

Não obstante a antiguidade das práticas migratórias entre as famílias rurais de Aracatú, trata-se de um processo dinâmico, sempre a se transformar com o passar do tempo, dos lugares e das gerações. Seja uma mudança em relação aos lugares para onde se vai ou ao tipo de trabalho que se realiza nesses lugares, seja

¹²¹ Recebia pagamento por dia trabalhado.

pela forma como ela se organiza, como por exemplo, quem da família migra, com qual idade, por intermédio de quem, em que períodos do ano e por quanto tempo.

Assim como relatado por seu seu Zezito, as *saídas* nos anos 1950 eram predominantemente masculinas, nas quais o chefe da família partia *pelo mundo* e as mulheres ficavam nas *fazendas* cuidando das terras, da casa e das crianças, e esperando o dinheiro e o retorno do marido. Partia-se para o interior *São Paulo* para trabalhar nas mais diversas funções, normalmente braçais e associadas a atividades agrícolas. Nessa época as *saídas* tinham um caráter mais “aventureiro” que a atual. Partia-se sem um destino certo, sem a certeza de onde chegar e em que trabalhar. Não havia uma pessoa que arranjasse as *saídas*, servindo como intermediário entre os migrantes e os patrões do local de destino, como acontecia nos deslocamentos para Guanambi (para a colheita do algodão), e atualmente ocorre nas *saídas* para o Sudeste (para o café).

Dos anos 1950 até pelo menos metade da década de 1980, a forma e os destinos migratórios dos aracatuenses mudou pouco. Normalmente eram os homens chefes das famílias que deixavam sua casa e sua terra no sertão aos encargos das mulheres e dos filhos e *saíam* para o interior de *São Paulo*. Em alguns casos, o percurso chegava ao norte do Paraná. Nestes locais trabalhavam por um período, que normalmente não chegava a um ano, e depois retornavam à sua casa na Bahia. Havia casos em que os migrantes levavam a família, mas com risco de problemas, face à incerteza da viagem, do local onde viveriam, enfim, dos percalços do caminho que teriam pela frente. Assim *saíram* pelo mundo Zé Mascate, da *fazenda* Baixa Escura, durante os anos 1960 até a década de 80, e os irmãos Alceu e Zé de Zora, da *fazenda* Martim, nos anos 1970 e 80, dentre tantos outros senhores que hoje estão na casa dos sessenta anos ou mais (Cf. Trajetórias apresentadas no Capítulo I).

As trajetórias migratórias de seu Zezito, Dona Dó, Januário, Zé Mascate, Zé de Zora e Alceu, embora particulares e diferentes entre si, guardam uma constante, que é o fato de *sair* para trabalhar e ganhar dinheiro em *São Paulo*, e voltar para a *fazenda* em Aracatú. Não obstante, deparei-me com trajetórias em que se buscava uma vida diferente fora das *fazendas* da Bahia. Normalmente

eram histórias migratórias de rapazes ainda solteiros, que por não vislumbrarem um futuro promissor na *fazenda* dos pais, *saíam* para o “meio do mundo” sem a preocupação de voltar. Chegando em *São Paulo*, seguiam para os trabalhos agrícolas, em sítios e fazendas do interior do estado. Mais tarde, os aracatuenses começaram também a ter empregos urbanos na construção civil e em indústrias. Uma vez estabelecidos, voltavam para a Bahia somente para casar, ou em visita aos parentes. Havia também histórias de casais que partiam juntos visando a construção de uma vida nova em *São Paulo*.

Pelo exposto, e consideradas as diferenças e particularidades das trajetórias migratórias das famílias de Aracatú desde os anos 1950 até os anos 1980, predominou o que chamei de um caráter mais “aventureiro” das práticas migratórias. Embora nesse período já houvesse redes de interconhecimento através das quais os aracatuenses transitavam desde a Bahia até *São Paulo*, redes tecidas entre fazendeiros paulistas que costumavam empregar migrantes de Aracatú, aracatuenses já estabelecidos há mais tempo em municípios paulistas e familiares do sertão, os deslocamentos aconteciam, ainda em grande medida, fora e a despeito dessas redes. Também antes dos anos 1980 não havia a figura do arregimentador de migrantes, e nem tampouco os deslocamentos eram realizados em *turmas*, mas em pequenos grupos de parentes e vizinhos, em duplas ou até individualmente.

Um processo migratório mais organizado aparece somente a partir da década de 1980, com a colheita do algodão em fazendas de algodão de Guanambi, região sul da Bahia. É nessa época que as mulheres e as crianças passam a participar do trabalho, embora sempre acompanhadas de seus pais ou maridos.

Da segunda metade da década de 1990, quando não havia mais produção massiva de algodão em Guanambi, até o presente, os aracatuenses recomeçaram a se deslocar para a região Sudeste, principalmente para trabalhos agrícolas temporários, em especial, para fazendas de café da região sul de Minas Gerais e para *São Paulo*.

Para o café *saem* homens, mulheres, rapazes, moças¹²² e, muitas vezes, filhos ainda crianças. O trabalho nos cafezais é previamente arrumado, assim como já o era nas fazendas de algodão de Guanambi. *Sai-se* da *fazenda* do sertão sabendo o destino e a função a desempenhar. O transporte dos migrantes deixa de ser realizado em caminhões paus-de-arara, passando a ser em ônibus fretados. De uma fase anterior mais “aventureira”, as saídas passam para uma fase mais organizada. Já na época que os aracatuenses seguiam para o trabalho em lavouras de algodão de Guanambi, surge o arregimentador de migrantes como figura central nesse processo, sendo a pessoa que passa a intermediá-lo, reunindo trabalhadores para os fazendeiros e trabalho para os migrantes.

Nesse período entre o declínio do algodão de Guanambi e a dinamização das *saídas* para o café ocorrida no início dos anos 2000, tornou-se mais freqüente uma modalidade de deslocamento na qual o homem sozinho ou com alguns familiares, normalmente cônjuge e filhos, *fecha a casa* na *fazenda* da Bahia e *sai pelo mundo*. As pessoas vão para os centros urbanos, principalmente para a periferia de Campinas e para a cidade de Artur Nogueira¹²³, e nesses lugares passam a exercer os mais diversos tipos de atividades, como trabalhos agrícolas e, em menor proporção, operários de fábricas, vendedores ambulantes e empregadas domésticas, dentre outras, normalmente trabalhos desqualificados e mal remunerados.

Sair pelo mundo, portanto, é uma expressão que descreve um processo migratório complexo, heterogêneo e onipresente no cotidiano das famílias rurais de Aracatú. É deixar a *fazenda* no sertão para *ganhar a vida em outro lugar*, onde há o que não têm ali: um emprego, um salário, uma forma alternativa de viver e de *ganhar a vida*; ou, parafraseando Scott (2009), é um “viajar” para o “meio do

¹²² Nas famílias estudadas a designação moça está reservada às mulheres solteiras, enquanto mulher é a forma de se referir àquelas que são casadas ou que vivem em união estável com algum companheiro. Uma distinção que não se limita a um estado civil, mas a lugares hierárquicos dentro dos grupos familiares.

¹²³ Como mostrarei na continuidade da exposição, não foi aleatória a escolha de Campinas e Artur Nogueira como destinos da maioria dos aracatuenses. Entre a Bahia e estes municípios paulistas há uma importante rede de relações ligando os familiares, que se atualiza a cada deslocamento migratório ou remessa de bens.

mundo” em busca de maior liberdade e com mais oportunidades para *ganhar a vida*.

As famílias das *fazendas* Martim, Baixa Escura e muitas outras de Aracatú, já se tem por compra ou por herança o domínio da terra (Cf. capítulo I). Contudo, destas terras as famílias não conseguem obter os recursos necessários para viver; *sair* delas passa a ser uma estratégia central para a busca de trabalho e recursos financeiros necessários à manutenção e reprodução dessas famílias. Uma reprodução que deixa de acontecer unicamente nas *fazendas*, passando a abarcar e a depender de outros lugares.

Não obstante, *sai-se* também por outras razões. Para conhecer coisas novas e novos lugares, para não ficar sozinho na *fazenda* enquanto todos os outros *saem*, para visitar os filhos e outros parentes que estão morando fora, para passear; enfim, por uma diversidade de motivos e aspirações que não podem ser reduzidos a meramente uma busca de recursos financeiros.

Exemplos de heterogeneidade e complexidade estão presentes nas *saídas* para o trabalho nos cafezais em Minas Gerais e em São Paulo. As *saídas* para o trabalho no café, além de representar uma busca de recursos econômicos (salário) desvela-se como uma ocasião oportuna para visitar familiares e amigos que antes partiram, e que atualmente moram próximos às fazendas de café, principalmente nos municípios de Campinas e de Artur Nogueira, SP, lugares distantes e de acesso dispendioso para os moradores da Bahia. Nos dias de folga durante a colheita do café, normalmente aos domingos, os aracatuenses recebem visitas de familiares e conhecidos, migrantes mais antigos que moram a mais tempo em *São Paulo*. Ao final da colheita os migrantes do café¹²⁴ aguardam cerca de uma semana antes de retornar à Bahia, período em que visitam familiares em Campinas e em Artur Nogueira. Esta espera coincide com o tempo necessário para acertarem a *papelada*¹²⁵.

¹²⁴ Por migrantes do café estou a me referir a aracatuenses que se deslocam para o trabalho temporário na colheita do café em fazendas da região Sudeste brasileira.

¹²⁵ Acertar a *papelada* é uma expressão que significa encerrar legalmente o contrato temporário de trabalho entre o trabalhador e a fazenda de café (seu proprietário ou preposto). Remete principalmente ao preenchimento da carteira de trabalho e à liberação dos papéis necessários ao levantamento junto ao Instituto de Seguridade e Previdência Social (INSS) do seguro-desemprego

Essa diversidade de motivações e de aspirações presentes nas *saídas*, que variam segundo quem, para onde, e sob que contingência se migra, deve ser considerada na análise dos processos e das práticas migratórias. Caso contrário, perderíamos as especificidades de cada caso concreto, e obscureceríamos, sob a rubrica “migração”, uma diversidade de formas e de aspectos particulares presentes nos movimentos de pessoas, famílias e populações no espaço. E, mais do que isso, perpetuaríamos mesmices sobre migrações e populações migrantes diante de uma realidade social que muda a cada momento.

Como já pontuado, nos dias atuais, o processo migratório vivenciado pelas famílias envolvidas na pesquisa conforma, analítica e basicamente, duas formas de mobilidade de pessoas no espaço: os deslocamentos temporários para o trabalho na colheita do café, e os deslocamentos para os médios e grandes centros urbanos, com intuito de permanência por um tempo maior que o de uma colheita. Observe-se, entretanto, que essas duas modalidades de deslocamentos aparecem de forma recorrente como momentos que se mesclam e se sucedem nas trajetórias migratórias das famílias aracatuenses (Cf. trajetórias migratórias descritas no capítulo I).

A trajetória migratória de Zelinha da *fazenda* Martim é interessante para pensarmos as práticas migratórias enquanto partes indissociáveis de um processo migratório mais geral. Ao analisarmos sua trajetória, podemos observar que em 2002 Zelinha e o marido saíram de Aracatú para colher café em Guará, SP. No ano seguinte se mudaram para Campinas, SP. Em 2006, ainda morando em Campinas, foram para a colheita de café em Paraguaçu, MG, município para onde se mudaram no ano seguinte, e no qual vivem atualmente.

O percurso de Maria de Diu, da *fazenda* Baixa Escura, outrossim, mostrou-se elucidativo para descrever um processo migratório composto por sucessivos e diferentes deslocamentos migratórios ao longo de uma vida. Maria de Diu *saiu* da *fazenda* do sertão em 1994 para trabalhar na colheita do café em Minas Gerais.

quando isto é possível. Esse acerto burocrático-legal existe somente quando o contrato de trabalho dos migrantes é legalizado, ou seja, quando a fazenda os registra como trabalhadores temporários, o que não acontece em todas as fazendas de café. Esse acerto normalmente é intermediado pelo chefe da *turma* de migrantes.

Finda a colheita, mudou-se com a família para Campinas, onde permaneceu dois anos, retornando em seguida para a *fazenda* em Aracatú, na companhia do marido e do filho caçula. Depois da experiência de moradia em Campinas, Maria de Diu e o marido nunca mais *saíram* da fazenda de Aracatú por longos períodos, isto é, nunca mais *fecharam a casa* para morar em outro lugar. Suas *saídas*, quando ainda acontecem, são temporárias para colher café em Minas Gerais, ou para visitar os filhos que moram em Campinas, SP.

As trajetórias migratórias de Zelinha e de Maria de Diu, assim como tantas outras com as quais me deparei em Aracatú, onde se mesclam diferentes modalidades de deslocamentos ao longo da vida das pessoas, foram também observadas por Menezes em seu estudo com o deslocamento sazonal de “camponeses-trabalhadores migrantes”¹²⁶ do agreste paraibano para o corte de cana-de-acúcar na zona da mata pernambucana. Segundo a autora os migrantes

envolvem-se em diferentes tipos de migração ao longo de suas vidas, ou membros da mesma família podem estar envolvidos numa variedade de movimentos. Um mesmo membro pode ir para uma metrópole como Rio de Janeiro ou São Paulo, enquanto outros podem migrar temporariamente, para o trabalho na safra da cana-de-açúcar, ou ficar em casa (MENEZES, 2002, p. 50).

Menezes, ademais, localiza o trabalho temporário nos campos pernambucanos como uma etapa inicial para um posterior deslocamento migratório de longa distância, para os grandes centros urbanos da região Sudeste brasileira. A primeira etapa temporária em Pernambuco aparece como forma comumente utilizada para financiar os deslocamentos para a região Sudeste.

No processo migratório das famílias de Aracatú, entretanto, não observei uma linearidade necessária, no sentido de uma movimentação migratória anterior que funcionasse como trampolim para um deslocamento mais longe de casa. A combinação entre essas duas modalidades de deslocamento – para o café e para

¹²⁶ Por “camponeses-trabalhadores-migrantes” Menezes (2002) define grupos de camponeses que trabalham com atividades assalariadas, fora de seu local de origem, “ao longo de suas vidas e através de gerações” (p.50).

centros urbanos de *São Paulo* – aparece em diversas trajetórias analisadas na pesquisa etnográfica, porém como resultante de arranjos familiares e individuais possíveis dentro de um processo migratório mais amplo, e não necessariamente como etapas desse processo.

Estou aqui a descrever um processo migratório que se conforma como um todo concatenado não linear, no qual somente analiticamente separamos diferentes modalidades de deslocamento no espaço. Uma distinção que embora analítica, consegue mostrar os deslocamentos migratórios dentro de um processo complexo e heterogêneo, coerente e regado.

3.1 - SAIR PARA SÃO PAULO

3.1.1 - Chegada de Maria em Campinas

Maria tinha vinte e seis anos em 1997, quando *saiu* com o marido e os três filhos, ainda pequenos, da *fazenda* Martim, e foi morar no bairro Satélite Iris I, na periferia de Campinas, SP. Antes disso já havia *andado* outras vezes. Quando ainda solteira, acompanhava o pai na colheita de algodão em Guanambi; depois de casada, esteve na região do Guará, SP, na companhia do marido. Em 2008, depois de doze anos de moradia em Campinas, mudou-se para Artur Nogueira, SP onde vive com o marido e dois filhos (Cf. trajetória no capítulo I).

O bairro Satélite Iris I é a parte mais antiga do complexo de bairros que forma o Satélite Iris. Localiza-se na periferia de Campinas, margeando um dos lados da avenida John Boyd Dunlop, uma das mais extensas vias urbanas do município, que une sua parte central a uma grande, populosa e pobre região periférica¹²⁷. Para os padrões da cidade, uma metrópole de cerca de um milhão de

¹²⁷ É para essa grande periferia de Campinas que normalmente populações migrantes e pobres costumam se deslocar e fixar residência. O bairro do Satélite Iris I é somente um dos bairros que compõem essa grande periferia, sendo também o local da cidade onde moram os familiares de Maria e a maioria dos aracatuenses que compõem a sua rede de relacionamento: vizinhos, amigos e conhecidos.

habitantes¹²⁸, é um bairro distante do centro urbano e de difícil acesso nos horários de maior tráfego de veículos, no início da manhã e no final da tarde¹²⁹.

No bairro há uma rua principal, a única asfaltada e servida pela única linha de ônibus urbano¹³⁰, que faz o trajeto entre o local e o centro da cidade. Partindo da rua principal há outras ruas secundárias e vielas de terra. Caminhando por meio das ruas e vielas pouco arborizadas do bairro, uma vez que inexistem calçadas para pedestres, depara-se com casas de moradia precárias, algumas pequenas igrejas evangélicas, uma igreja católica, dois colégios públicos, alguns mercadinhos, um pequeno posto de saúde e vários bares. Há coleta de lixo pela Prefeitura, assim como fornecimento de energia elétrica e água encanada¹³¹. Não há, contudo, rede de esgoto, sendo os resíduos despejados em fossas caseiras ou no córrego que passa pelo bairro.

O bairro é uma antiga “ocupação”¹³² urbana, com grande número de moradores, em especial os da *baixada*¹³³, que não têm título de propriedade do *lote*¹³⁴ onde moram. Embora sejam “donos legítimos”, não são “donos legais”. Quando se compra ou aluga uma casa no bairro, está-se comprando ou alugando literalmente a casa e não o terreno, do qual não se é dono perante a lei. Esse ato não tem validade jurídica, embora seja um acerto bastante comum, aceito e respeitado pelos moradores do local. Esse tipo de contrato, de compra e venda das benfeitorias que estão sobre a terra, e não da terra propriamente dita, é uma prática comum em muitas localidades rurais brasileiras (Cf. GODOI, 1999).

¹²⁸ Cf. IBGE <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso 14 de abril 2010.

¹²⁹ Num dia e horário de tráfego médio, o percurso de carro desde o centro de Campinas até o bairro é de mais ou menos trinta minutos.

¹³⁰ Há outras linhas de ônibus urbanos que trafegam pela Avenida John Boyd Dunlop. Linhas estas bastantes utilizadas pelos moradores do bairro que preferem subir até a avenida para tomar a condução a esperar pelo ônibus do bairro.

¹³¹ A água encanada é utilizada coletivamente por várias casas, e a conta dividida – nem sempre sem atritos- entre seus moradores. Isso acontece porque as casas não são regularizadas junto à Prefeitura, não podendo cada qual possuir seu próprio relógio de água. O acesso individual à energia elétrica está mais presente no bairro, mas ainda assim, é comum o seu uso coletivo, no mesmo esquema da água, com um relógio de luz para várias casas.

¹³² Por ocupação me refiro à forma de apropriação fundiária na qual os ocupantes não detêm o título de propriedade, nem de posse da terra. Trata-se de uma apropriação da terra pela ocupação física do local.

¹³³ Termo utilizado por uma moradora envolvida em assuntos comunitários do bairro, ao se referir aos moradores que tem suas casas na parte mais baixa do bairro.

¹³⁴ Lote é o termo que as pessoas utilizam no bairro para designarem os terrenos onde constroem suas casas.

Os *lotes* “ocupados” no bairro Satélite Iris I são propriedade do Poder Público Municipal e de alguns poucos particulares. Existe um movimento popular em prol da regularização dos imóveis, com a participação da Prefeitura através de envio de seus técnicos para efetuar medições, avaliações, dentre outras medidas, visando à aquisição dos *lotes* pelos próprios moradores. Há alguns lotes, dos quais seus moradores já são proprietários legais do terreno. No entanto, a regularização fundiária é no geral bastante complicada, em especial em situações onde as casas estão construídas sem obedecer linhas demarcatórias previstas no plano de regularização proposto pela Prefeitura.

Nota-se, ademais, que essa situação a que podemos chamar de emaranhado fundiário acarreta muitos problemas para seus moradores. Um deles é o fato de muitas casas, por não serem regularizadas perante a administração municipal, não possuem relógio de água e/ou luz próprio, acarretando o uso desses bens de forma partilhada por vários vizinhos. Também é privilégio de poucas casas terem número de identificação e poderem receber correspondência postal, importante documento de comprovação do local de residência nas cidades brasileiras. A conta de água de uma casa, por exemplo, é um dos documentos exigidos pelas creches e pelas escolas da Prefeitura para a efetivação da matrícula dos filhos¹³⁵.

O percurso de Maria, primeiro para Campinas e depois para Artur Nogueira não se deu ao acaso, mas em continuidade a um processo migratório mais amplo dentro do qual Maria, seus familiares, seus vizinhos de *fazenda*, amigos e

¹³⁵ Um exemplo de problema acarretado pela falta de documento de comprovação de residência foi o vivido por Ana Cláudia, uma ex-moradora do bairro proveniente do interior do Pernambuco, que veio para Campinas morar com alguns irmãos que antes dela haviam vindo para a cidade. Ana Cláudia teve que *lutar muito*, como explicou, para conseguir matricular a filha numa creche municipal, pois a diretora exigia para a efetivação da matrícula, que ela apresentasse como prova de moradia no bairro, uma conta de água ou de luz em seu nome, ou no do pai da criança, *papéis* estes que a moradora não possuía, dada a irregularidade de sua casa. Ana Cláudia e o marido, posteriormente, saíram do bairro. O casal temia perder a casa em razão de sua situação irregular perante o zoneamento da Prefeitura, uma vez que se tratava de um imóvel situado em *lote de ocupação*, e por isso destituído de escritura e de registro imobiliário. Na época que se mudaram do bairro, a situação segundo Ana Cláudia relatou, *estava se complicando*, pois a Prefeitura havia acabado de lotear toda a área próxima, e sua casa restara localizada metade em um *lote* e metade em outro (lotes oficiais). Decidiram então repassar a casa a uma terceira pessoa, e com o dinheiro da transação, comprar (dar entrada na compra) outra - financiada pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo) - no bairro Vida Nova, também na mesma grande área periférica de Campinas.

conhecidos de Aracatú estão imersos. Um processo formado pelas trajetórias migratórias das pessoas, que se deslocaram e se deslocam de forma cíclica entre a Bahia e *São Paulo*.

Através do entendimento desse processo migratório maior, de suas regras e regularidades, é que podemos entender, portanto, a vinda de Maria, a de seus irmãos, e a de outros aracatuenses para Campinas, mais especificamente para o bairro Satélite Iris I, e para Artur Nogueira.

Começemos com o primeiro da “família ampliada” de Maria que chegou ao Satélite Iris I, o tio Zé Mascate, casado com uma irmã de seu pai, e também vizinho de *fazenda* na Bahia¹³⁶.

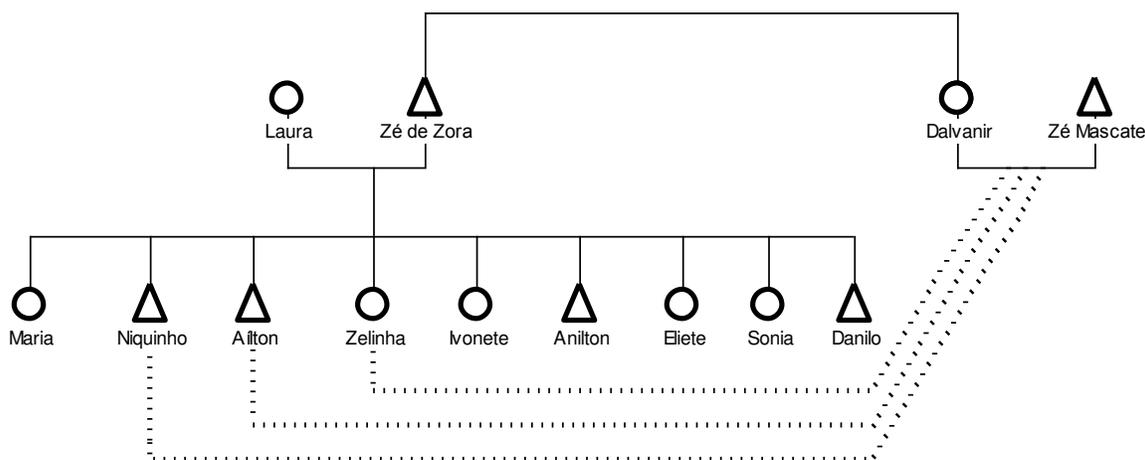


Figura 13. Relações entre grupos familiares 1

Legenda: A linha pontilhada indica moradia comum em Artur Nogueira, SP e/ou em Campinas, SP

Zé Mascate chegou em Campinas no final do ano de 1995 quando:

deu uma parada pro pessoal plantar o algodão [em Guanambi, BA] ... Aí vim pra São Paulo, passei uns dias em Campinas. Aí já começou a chegar essa nova remessa em Campinas, uma remessa bem mais nova essa. Começou a chegar uma remessa bem mais nova e começemos a habitar na região de Campinas. Lá no Satélite [Iris], por ali, né. (Entrevista realizada com Zé Mascate em abril de 2007, em Artur Nogueira).

¹³⁶ Zé Mascate veio da *fazenda* Baixa Escura e Maria e os irmãos da *fazenda* Martim (Cf. capítulo 1).

Nessa *remessa bem mais nova* vieram Maria, seus irmãos e primos, uma geração que na época tinha entre quinze e trinta anos.

Os primeiros irmãos de Maria que vieram da *fazenda* em Aracatú para São Paulo foram Niquinho, que trouxe a esposa Veronice (Verinha)¹³⁷ e irmão Aílton, na época solteiro. Era o ano de 1996; os três vieram num grupo de nove pessoas: Niquinho, Verinha, Aílton e outros seis rapazes solteiros. Foram para em Artur Nogueira, SP, onde se alojaram provisoriamente na casa dos tios Zé Mascate e Dalvanir. Nesta cidade Niquinho e Aílton trabalharam com colheita de laranja em sítios¹³⁸ da região. Passado um mês, o grupo dos nove aracatuenses, distribuído em casas de parentes, alugou uma casa para morarem todos juntos. Fizeram um acordo segundo o qual os oito homens ficariam responsáveis pelas despesas da casa e Verinha, a única mulher, seria responsável pelos afazeres domésticos e isenta de contribuir financeiramente na casa. Mas o acordo durou pouco tempo e o serviço da casa ficou para *cada um por si*. Verinha começou a trabalhar fora, numa firma de cultivo de flores.

Depois de Artur Nogueira os três foram para Campinas, para o bairro Satélite Iris I. Aílton seguiu na frente, indo morar na casa do mesmo tio Zé Mascate, que pouco tempo antes havia se instalado na cidade. Em Campinas os irmãos Aílton e Niquinho compraram em sociedade um terreno e construíram nele uma casa. Pronta esta, Niquinho e a esposa Verinha mudaram-se também para Campinas, compondo novamente o trio dos irmãos e cunhada.

Nessa mesma casa, se hospedaram desde então, e de forma temporária, outros parentes do trio, caracterizando-a como primeira moradia ou lugar de passagem para os que optam por tentar a vida fora de casa¹³⁹; uma forma de

¹³⁷ Niquinho queria inicialmente vir sozinho para Campinas, *para arrumar alguma coisa por aqui*, e depois chamar a esposa, o que ela não concordou. Não obstante, constatei várias situações nas quais o marido *sai* da Bahia primeiro, e somente depois de minimamente arrumada moradia para a família no novo lugar, ele volta para buscar a esposa e os filhos, ou manda recado para que eles venham encontrá-lo.

¹³⁸ Sítio é a denominação utilizada em Artur Nogueira, assim como em grande parte do Brasil, para falar de pequenas e médias propriedades rurais, em oposição às grandes propriedades. O sítio em Artur Nogueira corresponde, no que se refere ao tamanho da propriedade, ao que é chamado de *fazenda* na região de Aracatú, na Bahia.

¹³⁹ Em praticamente todas as famílias migrantes com as quais me deparei ao longo da pesquisa há esse tipo de ajuda familiar, onde a casa do familiar que primeiro migrou aparece como moradia inicial e passageira para outros familiares que *saem* depois da *fazenda* da Bahia.

hospedagem, inicial e provisória, que para os novos migrantes funciona como uma “ajuda” em sua fixação no novo lugar¹⁴⁰. Por outro lado, trata-se de uma “ajuda” familiar que em várias situações nem chega a se concretizar, aparecendo apenas como convite que os parentes que *saíram* sentem-se obrigados a fazer aos familiares que estão na Bahia, para virem com eles dividir residência em *São Paulo*.

Dos irmãos de Niquinho e Aílton, foi Zelinha com o marido Zé Nilton os primeiros que *chegaram sem avisar*. Sabiam que os irmãos possuíam uma casa em Campinas e que tinham hospedagem garantida, pelo menos num primeiro momento. Foram da *fazenda* Martim diretamente para lá. Pouco tempo depois chegou outra irmã, Eliete acompanhada do marido Jair. Este casal, juntamente com Zelinha e Zé Nilton, construiu três cômodos no fundo do terreno da casa dos irmãos, onde passaram todos a viver. Uma ampliação da casa que a transmudou de um local provisório, à nova moradia desses dois casais e seus filhos.

Atualmente moram nessa mesma casa Verinha, Niquinho, seus quatro filhos e um irmão solteiro de Verinha. Os outros irmãos, Eliete, Aílton e Zelinha, e respectivos esposas, maridos e filhos não moram mais lá.

Eliete e Jair vivem em outra casa no mesmo bairro Satélite Iris I, em Campinas.

Depois de se casar com Onelita, também de Aracatú, Aílton mudou-se para Artur Nogueira, onde morou com a esposa e três filhas. Porém, desde o final de 2009, por causa de doença de seu pai, seu Zé de Zora, Aílton voltou para *fazenda* Martim e diz ter planos de lá construir uma nova casa para a família. Onelita, ao contrário, diz não querer voltar para a Aracatú, disposta no máximo passar algum tempo por lá. Trata-se de uma situação recente e indefinida; de um lado, o casal ainda mantém a casa de Artur Nogueira, onde somente a esposa permanece por causa de tratamento médico que uma das filhas faz em Campinas; de outro, Aílton está morando na casa do pai na *fazenda* Martim.

Zelinha e Zé Nilton continuaram mais um tempo no bairro. Mudaram-se da casa dos irmãos, sua primeira morada, para a casa do tio Zé Mascate, que era

¹⁴⁰ Ver sobre o assunto Scott, 1995 e 2009.

também onde funcionava o *Bar do Mascati*, estabelecimento comercial aberto pelo próprio tio, que passa a ser por eles explorado¹⁴¹. Em 2007, Zelinha e Zé Nilton mudaram-se então para Paraguaçu, região cafeeira no sul do estado de Minas Gerais (Cf. trajetória no capítulo 1).

Maria chegou em Campinas em 1997, com o marido Osvaldo e os três filhos, José, Reinara e Reinaldo, que na época tinham 13, 8 e 4 anos respectivamente. Ao chegar em Campinas ficou hospedada cerca de um mês na casa de Eliete e Jair, localizada nos cômodos de fundo da casa de Verinha e Niquinho¹⁴². Depois disso, mudou-se com a família para outra casa no mesmo bairro.

No processo de mudança para Campinas, a casa de moradia aparece como um fator primordial na marcação da nova vida longe da *fazenda* e da casa de origem. Isso justifica o fato de Zé de Zora ter vindo de Aracatú especialmente para construir a casa da filha Maria em Campinas. Uma ajuda paterna que antes já havia sido dada a outros irmãos para a construção ou reforma de suas casas no mesmo bairro.

Os hóspedes seguintes da casa de Niquinho, Verinha e Aílton foram Sonia (Soninha) e Anílton, ambos na época ainda solteiros. A chegada deles fora anunciada, isto é, ainda na Bahia, pediram para morar na casa. Numa primeira vez Soninha morou nessa casa dos irmãos cerca de quatro anos. Depois disso voltou para a *fazenda* Martim, ocasião e lugar onde se *amigou* com João Orlando. Depois de casada, e de volta na Bahia, Soninha *saiu* algumas vezes para trabalhar no café em Minas Gerais. *Saía* temporariamente, durante três ou quatro meses que dura a colheita, e ao final retornava à *fazenda*. Na segunda ocasião que veio para Campinas, já com o marido e um filho Bruno, Soninha voltou a morar, por mais dois anos, nos cômodos do fundo da mesma casa dos irmãos. Durante esse tempo o casal juntou dinheiro e construiu sua própria casa, no

¹⁴¹ Atualmente o bar foi vendido para outro aracatuense, este um conhecido e vizinho de *fazenda* em Aracatú, BA.

¹⁴² Maria disse que embora a casa da frente (a casa principal) de Verinha e Niquinho fosse mais espaçosa e cômoda para acolher sua família, preferiu morar na casa do fundos de Eliete, porque Eliete é sua irmã e Verinha apenas cunhada. Nesse caso, a referência à casa passa pela figura da mulher e não do casal, pois se assim fosse não haveria diferença entre as casas, já que a casa de Verinha é também de Niquinho, que é irmão de Maria.

mesmo bairro Satélite Iris. Anílton depois de um tempo na casa dos irmãos *amigou-se* com uma moça de Campinas e com ela foi morar em outra casa também no mesmo bairro.

Por último veio Ivonete. Depois de se separar de um rapaz em Aracatú, migrou com as duas filhas do casal para Campinas. Inicialmente morou também na casa de Niquinho, Verinha e Aílton, vindo depois a alugar, no mesmo bairro, uma casa para morar somente com as duas filhas. Atualmente, Ivonete está *amigada* com um rapaz, com o qual e mais as duas filhas, está a viver na capital paulista.

No bairro Satélite Iris I em Campinas, vivem outros aracatuenses, parentes, vizinhos ou conhecidos de Maria, que no bairro são conhecidos como do grupo dos *baianos*, forma como são chamados por outros moradores, grande parte deles também provenientes de outras regiões brasileiras, principalmente da região Nordeste. Suas trajetórias migratórias assemelham-se à de Maria e de seus irmãos.

Há familiares e conhecidos de Maria também em outros bairros próximos do Satélite Iris I. No vizinho Jardim Ipaussurama mora Marlene, filha de Maria de Diú, da *fazenda* Baixa Escura (Cf. trajetórias no capítulo I). Marlene veio para *São Paulo* pela primeira vez com a irmã Nice e o marido, para morar em Artur Nogueira; na segunda vez migrou com os pais para Campinas. No início hospedaram-se provisoriamente na casa de uma tia materna no bairro Campos Elíseos, mudando-se depois para um *barraco* que o pai construiu no Satélite Iris I; finalmente, depois de casada, Marlene se mudou para o Jardim Ipaussurama. Atualmente Marlene é viúva, mas continua a morar na mesma casa, no Jardim Ipaussurama, com o filho e a sobrinha do marido falecido.

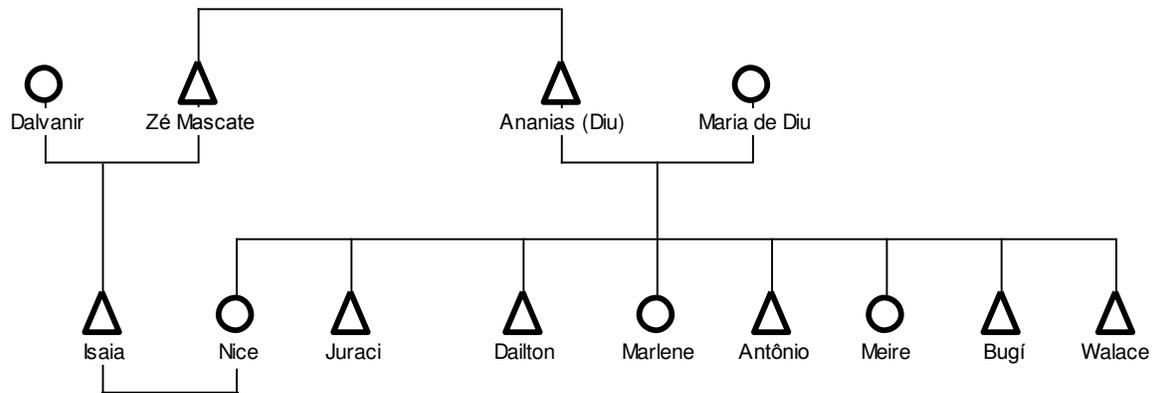


Figura 14. Relações entre grupos familiares 2

Marlene tem mais três irmãos que saíram para São Paulo e que atualmente moram em Campinas, em bairros próximos, pertencentes ao que chamei de uma grande periferia urbana da cidade. Rosimeire (Meirinha) mora com o marido e os dois filhos no Satélite Iris I, ao lado da casa onde morava Maria antes de se mudar para Artur Nogueira. Juraci mora no bairro Campos Elíseos com a esposa e os filhos, e Antonio, também casado, mora com esposa e filhos no bairro Aparecidinha.

Maria e seus irmãos saíram da fazenda Martim com destino certo. Os primeiros foram para Artur Nogueira, SP onde já morava o tio Zé Mascate e outros parentes e vizinhos de Aracatú; de lá seguiram para o bairro Satélite Iris I. Não foi por acaso que Maria chegou a Campinas, em 1997, e tampouco foi aleatória sua posterior mudança para Artur Nogueira em 2008.

3.1.2 - Chegada de Maria em Artur Nogueira

Depois de uma década de moradia no bairro Satélite Iris I, Maria e seu marido Osvaldo compraram um terreno em Artur Nogueira e lá construíram a nova casa, onde vivem.

Artur Nogueira é um município localizado no estado de São Paulo a 150 quilômetros da capital e a 50 de Campinas. Pertence à mesorregião de Campinas

e microrregião de Mogi-Mirim. Faz divisa com as cidades de Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Limeira e Mogi-Mirim. Sua população é de 43.499 habitantes, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009¹⁴³.

Foi na década de 1980 que chegaram os primeiros aracatuenses a Artur Nogueira¹⁴⁴, cidade que permanece até hoje como destino principal dos que partem das *fazendas* baianas para *São Paulo* para tentar *ganhar a vida*. Há mais aracatuenses morando em Artur Nogueira que em qualquer outra cidade da região ou do estado de São Paulo, como é o caso de Campinas, e também de Mogi Mirim, Limeira, Indaiatuba, Jundiaí, Embú e da própria capital paulista, onde vivem familiares e conterrâneos de Maria.

Os irmãos de Zé de Zora que *saíram pelo mundo*, foram todos para Artur Nogueira. Nesta cidade criaram seus filhos, que agora criam seus netos.

Januário foi o primeiro dos filhos do Velho Zora que deixou Aracatú. Era o ano de 1971 quando saiu *fugido* – isto é, sem autorização dos pais - da Bahia, aos doze anos, na companhia de um tio paterno. Em Brumado, cidade vizinha à Aracatú, a dupla embarcou no *trem da Migração, onde a gente não pagava passagem*, até a cidade de Pompéia, no interior do estado de São Paulo. Em Pompéia trabalhou *batendo*¹⁴⁵ amendoim. De Pompéia Januário passou por várias cidades do estado, até se fixar em Artur Nogueira, o lugar que mora até os dias atuais. Em seu percurso desde Pompéia até Artur Nogueira passou por Rianópolis, onde conheceu sua atual esposa, depois por Guararapes, Campinas, Louveira, Jundiaí, Artur Nogueira, São Paulo (capital), e novamente Artur Nogueira. Em cada um desses lugares ficou pouco tempo, e o trabalho oscilou entre lides agrícolas, sempre como empregado, e firmas urbanas.

¹⁴³ Cf. IBGE <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso 14 de jan 2010.

¹⁴⁴ O motivo de Artur Nogueira ser a cidade eleita pelos primeiros aracatuenses para fixarem residência, talvez seja por causa da proximidade aos locais de trabalho rural, em especial as plantações de laranja, e depois as de café. De qualquer maneira, mais interessante do que mostrar as razões dos primeiros deslocamentos migratórios para esta cidade, é mostrar a como a cidade tornou-se um lugar importante dentro do processo migratório das famílias pesquisadas. Isso guarda relação com as redes formadas pelos deslocamentos de pessoas no espaço, estas por sua vez responsáveis por novos deslocamentos, que por sua vez, funcionam como agentes da atualização das redes.

¹⁴⁵ Bater amendoim significa fazer a debulha dos grãos.

Comparada às trajetórias migratórias atuais de aracatuenses para Campinas e Artur Nogueira, que contam com uma ampla rede de apoio familiar para facilitar sua vinda e sua adaptação nesses lugares, o percurso migratório de Januário teve um caráter bem mais aventureiro, ou seja, passou por novos e desconhecidos lugares, nos quais não se sabia o que iria encontrar. A cidade de Guararapes, SP foi o único dos lugares pelos quais Januário passou antes de chegar a Artur Nogueira, onde havia um conhecido seu, um irmão.

Quando chegou a Artur Nogueira, Januário morou numa fazenda com Joaquim, outro irmão hoje já falecido. Ambos eram empregados em lavouras de tomate, berinjela, vagem, abóbora e batata-doce. Mais tarde se mudou para o centro urbano de Artur Nogueira, passando a trabalhar na colheita de laranja em sítios da região. Seu terceiro e último emprego foi na Teka, uma grande fábrica de toalhas da cidade, na qual trabalhou durante anos até ser afastado por motivos de saúde. Januário continua a viver em Artur Nogueira, em imóvel próprio, com a esposa e uma filha solteira na casa principal, e com a filha casada e o genro na casa anexa.

Artur Nogueira apresenta-se ainda, como rota para aracatuenses que seguem para outras cidades da região, como os percursos de Niquinho, Aílton e Soninha, irmãos de Maria, que ao deixarem a *fazenda* em Aracatú, moraram um tempo inicial em Artur Nogueira, e somente numa segunda etapa, chegaram ao bairro Satélite Iris I em Campinas.

Diferentemente do que ocorria no bairro Satélite Iris I, em Campinas, o terreno onde se localiza a casa de Maria em Artur Nogueira, assim como os da maioria de seus familiares e conhecidos vindos da Bahia, está regularizado perante a Prefeitura, ou seja, têm escritura e registro imobiliário. Ademais, comparativamente às casas dos aracatuenses de Campinas, as casas dos de Artur Nogueira são maiores, mais cômodas e melhor acabadas; localizam-se em bairros urbanos dotados de uma infra-estrutura básica superior, com asfalto nas ruas, calçadas para pedestres, arborização, rede de água e esgoto, serviços de correio e coleta de lixo, proximidade a escolas e postos de saúde.

Outra diferença em relação ao bairro Satélite Iris I, é que as casas dos aracatuenses em Artur Nogueira não se localizam todas num mesmo bairro, mas se espalham em diversos deles pela cidade. Por um lado, a não concentração das casas em um mesmo bairro decorre de características da própria cidade; de outro, a não concentração de casas num mesmo bairro não impede a tessitura das relações entre os aracatuenses no local. Artur Nogueira é uma pequena cidade, e por isso, mesmo que as casas se encontrem em diferentes bairros, a distância entre elas é pequena, na maioria dos casos sendo possível percorrê-la a pé, o que não acontece em cidades maiores como é o caso de Campinas. Quando chegam na cidade, os aracatuenses normalmente procuram morar perto de um parente, que é também um migrante mais antigo, mas isso nem sempre é possível.

Diferente é a situação que mostramos em relação ao bairro Satélite Iris I em Campinas, um bairro ainda em formação, resultante de uma ocupação urbana. Ali os terrenos ainda não foram totalmente regularizados, comportando, por isso, os mais diversos arranjos imobiliários costumeiros, como dividir o lote para mais uma casa, aumentar a casa para mais de uma família, e assim por diante.

Depois que os aracatuenses compram suas casas em Artur Nogueira, eles costumam conservá-las como suas mesmo quando retornam à Aracatú. Em situações como estas a casa é fechada no aguardo do retorno de seu dono, ou comumente nela fica morando um filho ou um parente próximo, que normalmente não tem (ainda) condições financeiras próprias para comprar seu próprio imóvel. O hóspede age como guardião da casa daquele que voltou para a Bahia. Por contrapartida, a hospedagem é um tipo de ajuda recebida, na medida em que se economiza o dinheiro de um eventual aluguel. Portanto, de um lado empresta-se a casa para um parente morar, facilitando sua permanência fora da fazenda do sertão; de outro, o dono da casa que se ausenta, tem sua casa guardada. Nesse exemplo etnográfico podemos ver a troca atuando na formação e atualização das redes familiares entre pessoas que estão na Bahia e em Artur Nogueira.

Isso aconteceu com Nanô, irmã de Zé de Zora, que depois de morar vários anos em Artur Nogueira, onde construiu uma casa, retornou com o marido para

sua outra casa na *fazenda* Martim. Na casa de Artur Nogueira, para onde continua a ir com freqüência, mora um dos filhos do casal, com a esposa e seus filhos.

O dinheiro economizado pelo parente que mora “de favor” na casa de outro, pois isento do pagamento do aluguel, pode vir a ser utilizado na compra de sua própria casa, que por sua vez, passará a ser um lugar a mais que outros parentes terão à disposição para se hospedar quando chegarem à cidade.

Tomando por base a rede de relacionamento de Maria com outros migrantes provenientes de Aracatú, seus familiares, vizinhos de fazenda e conhecidos da cidade, em Artur Nogueira há um número significativo de aracatuenses. Isso levou os aracatuenses a fazer, inclusive, trocadilho com o nome da cidade, mudando-o de Artur Nogueira para Artur Baiana. Um apelido que alude não somente ao grande número de pessoas provenientes da Bahia, mas também – e isso é muito importante a considerar - à familiaridade com que os aracatuenses tratam o lugar, uma cidade que embora não seja sua terra natal, passa a ser tida também como um de seus lugares espalhados para além das fazendas sertanejas.

Na nova casa de Maria em Artur Nogueira, além dela moram o marido Osvaldo e os dois filhos homens. Sua única filha, Renaira, voltou a morar em Campinas, no bairro Satélite Iris I, porque começou a trabalhar em uma rede de supermercados desta cidade. Morou inicialmente na casa da tia materna Soninha, vindo a se mudar para outra casa no mesmo bairro, depois de se *amigar* com um rapaz de Campinas.

De forma análoga ao observado nas famílias em Aracatú, a constituição de uma nova família (nuclear) dá-se pelo casamento perante a lei e/ou a igreja, ou simplesmente com o ato de *amigar*, formas reconhecidas como legítimas no grupo¹⁴⁶. Na família de Maria a união conjugal consensual, fora do cartório ou da Igreja, aparece como uma prática recorrente. Assim se uniram Zé de Zora e Laura,

¹⁴⁶ A prática de se *amigar*, que se refere a uma união conjugal que não se dá nem perante o Estado (no cartório) e nem perante à Igreja (atualmente o casamento religioso, se notificado ao cartório, tem também efeito civil), foi verificada não somente numa geração mais nova, mas também em casais já idosos.

seus pais; da mesma forma juntaram-se Maria e Osvaldo; e, já na terceira geração, a filha Renaira, que recentemente uniu-se a um rapaz de Campinas.

Porém, para a geração dos pais de Maria, *amigar* era mais uma conseqüência que uma escolha para casais. Não se casava, muitas vezes, porque era difícil. O padre não ia até as *fazendas*, a Igreja ou o cartório ficava distante e o acesso era difícil, a festa era dispendiosa, dentre outros motivos. Ademais, o casamento civil não era importante para a sociedade da época. Era um ato civil sem serventia para a vida e para as pessoas daquelas longínquas *fazendas*, mostrando-se muito mais significativo e relevante para elas o casamento religioso. A “lei de Deus” era mais importante que a “lei dos homens”.

Hoje muita coisa mudou. A comunicação e o deslocamento entre as *fazendas* e a sede urbana, para onde se precisa ir para casar, ficou muito mais fácil. Se considerarmos os aracatuenses que moram em Campinas e em Artur Nogueira, a proximidade entre suas casas e a Igreja e/ou o cartório é ainda menor. Portanto, pode-se considerar que ficou mais fácil casar.

Por outro lado, o casamento e, principalmente, sua documentação (a certidão de casamento), passaram a fazer parte da vida cotidiana dessas famílias. O registro dos filhos (a certidão de nascimento) tornou-se um documento importante para atestar a existência formal da família perante o mundo de fora da *fazenda*. Mesmo quando não há casamento civil, o sobrenome de ambos os pais passa a constar na certidão dos filhos, o que não ocorria numa época anterior, quando os filhos eram registrados somente com o sobrenome do pai, a despeito da ampla filiação e da herança ser transmitida por ambos os lados.

Documentos como certidão de casamento e de nascimento, que atestam formalmente a existência de uma família e nela a presença de filhos, passaram a ser exigidos para a inclusão ou acesso mais fácil das famílias às políticas e aos serviços públicos básicos, como educação, saúde, aposentadoria rural, bem como, para sua participação em programas governamentais de financiamento agrícola, iluminação rural, programa de construção de cisternas, dentre outros. Isso vem se mostrando ainda mais relevante para os familiares que moram em

idades da região Sudeste, onde o acesso à maioria dos serviços e lugares, públicos e privados, requer o porte e a apresentação de documentos pessoais.

Mudanças referentes à nomeação dos filhos aparecem na família de Maria. Seus pais, Zé de Zora e Laura, não são casados perante a lei civil. Ela, a primogênita e os seus irmãos mais velhos têm somente o sobrenome paterno. Os três irmãos mais novos já possuem o sobrenome de ambos os pais. Assinalo, entretanto, que essa mudança na forma de nomear os filhos não pode ser explicada tão somente em função de orientações de caráter geral e externas à família, como as acima descritas, mas em função de mudanças que vêm ocorrendo internamente à família. O fato de nos dias de hoje a mulher transmitir seu nome de família aos filhos pode indicar que sua posição hierárquica está mudando dentro da família.

Outrossim, para a constituição de um novo casal, seja pelo casamento oficial ou não, requer-se uma nova casa de moradia, caracterizada por sua separação da casa dos pais, o que como vimos ocorre também nas *fazendas* em Aracatú. Mora-se com os pais ou com os irmãos quando se é ainda solteiro. Depois do casamento uma nova casa em separado passa a ser um bem obrigatório, um requisito para novas famílias de aracatuenses que se formam em Artur Nogueira, em Campinas ou nas *fazendas* do sertão.

Em Campinas os aracatuenses têm profissão relacionada a atividades urbanas, tais como, empregos domésticos, pedreiros, operários e cobradores de ônibus. Desde que chegou em Campinas em 1997, Maria nunca mais exerceu atividades agrícolas, trabalhando sempre como empregada doméstica em casa de família de classe média de Campinas. Seu marido já passou por vários empregos e *bicos*¹⁴⁷, e atualmente é operário em fábrica de colchões também em Campinas.

Em Artur Nogueira, muda um pouco o tipo de trabalho desempenhado pelos aracatuenses. Ao lado dos trabalhos tidos como urbanos, os aracatuenses costumam exercer ainda atividades agrícolas. Entretanto, outra é a situação fundiária perante essa nova terra de trabalho, pois em Artur Nogueira eles deixam

¹⁴⁷ Forma recorrente no falar de meus interlocutores para nomear trabalhos eventuais e sem vínculo empregatício formalizado. Os *bicos* opõem-se a um trabalho mais duradouro e formal.

de ser pequenos proprietários rurais, como são nas *fazendas* da Bahia, e passam a ser trabalhadores rurais assalariados.

A colheita da laranja em propriedades agrícolas da região é uma atividade temporária que aparece com destaque, havendo inclusive aqueles que trabalham como agenciadores de seus conterrâneos para fazendeiros locais. Eventualmente há aracatuenses que vêm da Bahia colher café no sul de Minas Gerais, e depois ficam um tempo a mais em Artur Nogueira para a colheita da laranja. Essa “dobradinha” de trabalho na colheita do café e na da laranja é possível na prática, porque inserida numa teia de relações alinhavada pelos que vivem e circulam entre as *fazendas* de Aracatú, as lavouras de café, Campinas e Artur Nogueira.

Outro lugar onde os aracatuenses costumam se empregar é na Veilling Holambra, uma cooperativa de flores e plantas ornamentais localizada na cidade vizinha de Holambra, SP¹⁴⁸. Não são poucos os aracatuenses que se não trabalham, já trabalharam alguma vez nas estufas, nos campos ou nos escritórios desta cooperativa. Observa-se, ademais, entre os aracatuenses de Artur Nogueira, uma rede de agenciamento de trabalho para a Veilling Holambra.

3.1.3 - De montão

Anualmente, ou a cada dois ou três anos, Maria viaja para visitar os pais, os familiares e os vizinhos e amigos que ficaram em Aracatú. Os meses preferidos para viajar são dezembro e janeiro, que é também quando outros aracatuenses que estão fora costumam retornar para as *fazendas* no sertão.

É também um “retorno para a festa”, para a celebração do dia de Reis, a festa mais concorrida atualmente nas *fazendas* Martim, Baixa Escura e praticamente em toda a área rural de Aracatú.

A festa de Reis tem como data oficial o dia seis de janeiro, mas sua preparação começa bem antes, com os ensaios do *Samba de Reis*, um tipo de música tocada e cantada pelos homens do local. Antes do dia da festa há ainda a

¹⁴⁸ O deslocamento entre Artur Nogueira e Holambra é diário e feito por meio de ônibus fretados pela própria empresa. Há na cidade diversos ônibus que levam trabalhadores, aracatuenses ou não, para Holambra.

preparação das comidas da festa e a confecção ou restauração das roupas dos tocadores do samba. Os próprios ensaios do Samba de Reis já são propriamente um evento festivo para as famílias do local. Os ensaios acontecem nas *varandas*¹⁴⁹ das casas de moradia das *fazendas*, de onde é retirado todo o mobiliário, ficando o espaço livre para os homens tocarem e cantarem. A notícia de que haverá ensaio corre rápido pelos arredores através do sistema “boca-a-boca”¹⁵⁰ e, ao cair a noite, os vizinhos vão chegando pouco a pouco, normalmente à pé, na casa onde haverá o ensaio. Para as visitas a dona da casa oferece café, mas também estão presentes a cachaça e o gengibre, uma espécie de aguardente de cana aromatizado com gengibre, bebidas alcoólicas trazidas pelos vizinhos. Os ensaios podem ocorrer durante todo o ano¹⁵¹, concentrando-se, porém, quando o dia oficial da festa se aproxima, que é também a época em que há mais familiares de fora na região.

Na semana que antecede o dia de Reis, os cantadores de samba peregrinam pelas *fazendas* da região, tocando e cantando para seus moradores. Os donos das casas por onde passam os cantadores, lhes oferecem café e comida, e em algumas delas eles chegam a pernoitar. Já na noite do dia cinco para o dia seis de janeiro, a peregrinação concentra-se nas casas mais próximas às *fazendas* dos cantadores. Durante a noite cada casa acende sua fogueira e seus moradores preparam o café e as comidas a espera dos cantadores e dos que os seguem em peregrinação. Conforme o cortejo vai passando nas casas das redondezas, seus moradores vão a ele se juntando e seguem até a casa que naquele ano foi a escolhida para ser o local da parada, o local da festa.

¹⁴⁹ Lembro que varanda é um cômodo central da casa onde fica a televisão, o aparelho de som e os enfeites, e onde a família recebe as visitas. Em vários outros lugares do Brasil é o cômodo chamado de sala de estar, sala de visitas ou simplesmente de sala.

¹⁵⁰ Boca-a-boca é uma forma comum de propagação informal e rápida de notícias dentro de um grupo de pessoas. No caso das fazendas de Aracatú, ela é contada a um vizinho, que em seguida conta a outro, que conta a outro, e assim por diante.

¹⁵¹ Em minha estada na *fazenda* Martim, em 2008, Zé de Zora e os vizinhos organizaram um samba para me mostrar como era. Estiveram presentes além de muitos moradores das fazendas Martim e Baixa Escura, também vários moradores de *fazendas* vizinhas. O samba foi tocado e cantado na varanda da casa de Zé de Zora. A varanda era tomada pelos homens, os sambistas e os assistentes, que também dançavam. As mulheres, em menor número, em especial, as que vinham de outras fazendas, somente assistiam e conversavam na cozinha da casa, onde os homens chegavam pouco a pouco para pegar café, cachaça e gengibre

O São João, celebrado no dia 24 de junho¹⁵², é outra festa religiosa e tradicional, que acontece na região de Aracatú, assim como em muitos contextos rurais nordestinos. Menezes *et al* mostram a importância da festa de São João como forma de atualização das relações dos migrantes que vivem há muitos anos em São Paulo e no Rio de Janeiro, com seus familiares, e com os sítios que deixaram no entorno de Campina Grande¹⁵³, no estado da Paraíba. Para o São João, nos sítios nordestinos, há um retorno massivo de parentes, suplantando até mesmo o que acontece nos meses de dezembro e janeiro, outra época importante de retorno de migrantes para a região. Há um verdadeiro “retorno para festa”, que é também “a volta para passear” e o “momento em que se reforçam os laços de amizade e de parentesco” entre os familiares e amigos que estão em lugares tão distantes geograficamente (MENEZES *et al*, 1990, p.9).

Diferentemente de Campina Grande, o São João de Aracatú é menor e mais simples. As famílias rurais de Aracatú ainda acendem fogueiras diante de suas casas, mas é uma festa dos que ficaram, dos mais velhos, das crianças, e daqueles que não *saíram* para o trabalho temporário no café, que acontece entre os meses de maio e setembro. De um lado, o São João é uma festa pequena e triste, que acontece num tempo *de solidão*, quando as *fazendas* e suas casas estão praticamente vazias. Por outro, é um momento de alegria para aqueles que ficaram, um alento para a espera dos familiares que retornarão apenas dois ou três meses depois.

Para o São João de Aracatú não costumam vir os familiares que moram em *São Paulo*, que preferem retornar para Bahia para as festas de final de ano, período do ano em que o sertão fica mais *alegre*, com suas casas cheias com seus moradores que retornaram do trabalho temporário no café, e com outros parentes, que assim como eles, vieram passar férias na *fazenda*.

¹⁵² Caberia ainda citar as festas de São Pedro e de Santo Antônio, respectivamente, 29 e 13 de junho, importantes também dentro dos festejos juninos.

¹⁵³ Há também os festejos juninos que acontecem na cidade de Campina Grande, na mesma época, nos quais também há a participação desses migrantes e de suas famílias. Porém esse São João urbano, chamemos assim, tem um forte viés turístico, sendo inclusive vendido, em todo o Nordeste, quiçá no Brasil, como “o maior São João do Mundo”.

Em contrapartida, o maior evento festivo de Aracatú é a comemoração do dia do Padroeiro São Pedro, no dia 29 de junho. Contudo, é uma festa que acontece no barracão da feira localizado na sede urbana do município. Tem como principais atrativos os shows de música apresentados por conjuntos e bandas vindos de fora da cidade, e até mesmo de outras regiões do Brasil. É um evento muito concorrido pelos moradores da área urbana, pelos que moram nas *fazendas* próximas, assim como por pessoas de outras cidades da região. Entretanto, não é uma festa para a maioria das famílias rurais do município. Não é uma festa para os moradores das *fazendas* Martim, Baixa Escura e dos arredores, que precisariam se deslocar cerca de uma hora de caminhão, desde suas casas até o local do evento.

Enquanto a pequena festa de São João ainda significa alguma coisa para a maioria das famílias das *fazendas* de Aracatú, um momento de reunião e festejo para as pessoas que não *saíram* para a colheita do café, a festa de São Pedro é dos moradores da área urbana e para os turistas.

Mas se não retornam para as festas juninas, é nos meses de dezembro e janeiro, que mais chegam às *fazendas* os familiares que *saíram pelo mundo*. É a época de férias para os “parentes ausentes” (os que moram fora das *fazendas*), quando as casas sertanejas ficam cheias de familiares e de alegria. A *fazenda* no sertão é o lugar onde os que *saíram* e os que ficaram se reencontram; é também o lugar onde os que *saíram* para diferentes lugares de *São Paulo*, se reencontram. É o lugar comum a todos eles, a sua “casa” no sertão, o lugar de onde *saíram* e para onde sempre podem retornar.

A viagem dos aracatuenses para a *fazenda* no sertão mostra-se também como uma forma de reafirmar o pertencimento dos que partiram à rede familiar, caracterizando-se não simplesmente como um “retorno para a festa”, mas como uma obrigação familiar, de sempre voltar para visitar os pais e demais familiares que deixou no sertão. Ao discorrer sobre suas viagens à Bahia, dessa forma explicou-me uma senhora que *saiu* de Aracatú há mais de dez anos, com o marido e os filhos pequenos:

Todo ano tem que ir [para a *fazenda* da família em Aracatú]. Ou eu vai ou ele [marido] vai. Todo ano tem que ir um, ano passado abril eu fui, esse ano ele vai; abril passado eu fui né, já faz um ano que eu fui lá.
(Entrevista realizada com Maria de Lourdes, aracatuense que vive há duas décadas na cidade de Artur Nogueira, em abril de 2007)

O retorno de final de ano para a *fazenda* também significa para os que *saíram* o momento do não trabalho quando têm tempo para visitar e receber visita de outros familiares, vizinhos e amigos. É um retorno de encontro de família. Quando estão em Campinas e em Artur Nogueira o ritmo de vida para eles é outro. Trabalham durante a semana, sobrando apenas o final de semana para conviver com os outros familiares, que são na sua maioria também provenientes de Aracatú, BA. Para as mulheres o tempo para os encontros e visitas é ainda menor, somente aos domingos, uma vez que trabalham fora durante a semana, e reservam o sábado para os afazeres domésticos, uma atribuição que nessas famílias é somente delas¹⁵⁴.

São Paulo e as *fazendas* não são somente lugares geográficos diferentes e distantes, mas lugares que possuem diferentes ritmos de vida, diferentes tempos. A Bahia como o lugar e o tempo de conviver, de encontrar os parentes, amigos e vizinhos, enfim, o lugar e o tempo para viver; *São Paulo* segue sendo o lugar e o tempo de trabalhar.

Imbuído do propósito de distinguir a migração temporária da definitiva, Martins opõe um “tempo linear do capital, contínuo, freqüentemente sem distinção entre o dia e a noite, o sol e a chuva, o trabalho e o descanso”, que seria o tempo vivido pelos migrantes nos “locais de destino”, a um “ciclo cósmico da vida camponesa, ritmado pelo trabalho e pela festa”, que seria aquele vivido nas fazendas ‘de origem’ (MARTINS, 1986, p. 59). Para o autor, a migração deixará de ser temporária e passará a definitiva quando “a festa também migrar”, ou seja, quando houver “o reencontro desses dois momentos de ser no mesmo espaço, e a festa camponesa, anual, do padroeiro, sair do seu ciclo cósmico e entrar no ciclo

¹⁵⁴ O ritmo de vida dos aracatuenses em Campinas e Artur Nogueira, determinaram os dias de minhas idas de campo a suas casas, as quais se deram quase que exclusivamente aos domingos, pois durante os dias da semana suas casas ficavam fechadas. Diferente era o ritmo da pesquisa nas *fazendas* na Bahia, onde as pessoas estavam sempre à disposição e as casas sempre abertas, uma vez que no mesmo local se concentrava o trabalho e a moradia.

linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol” (*idem*, p. 61). Argumenta o autor que um reencontro desses dois momentos somente é possível com a ruptura do migrante em relação aos seus antigos laços sociais e familiares, o que inclui seu lugar de partida, a terra onde vivia.

Mormente a interessante distinção a que chega Martins (1986), entre “migração temporária” e “migração definitiva”, o que venho procurando mostrar ao longo do texto, é um pouco diverso. As *fazendas* baianas e *São Paulo*, embora sejam dois lugares e tempos separados, nos quais e pelos quais os aracatuenses transitam e se fixam, de forma mais ou menos temporária, são lugares que se conectam e se misturam, por causa dos deslocamentos, gerando um contínuo processo de construção territorial. Posto isso, resta sem sentido falarmos em “migração definitiva” como se o processo migratório tivesse um termo final, onde se daria o “reencontro de dois momentos de ser no mesmo espaço”, numa alusão ao lugar de destino como o novo lugar do migrante, separado e desconectado de sua origem. O que nos vem mostrando os dados etnográficos é que as práticas migratórias de famílias aracatuenses nunca chega a um termo final, ou seja, nunca se tornam definitivas no sentido preconizado por Martins, uma vez que não há propriamente rupturas, mas ao contrário, há tessituras de redes de relacionamento entre familiares que estão nas *fazendas* e os que saíram *pelo mundo*.

A forma mais utilizada por familiares que moram em *São Paulo* para viajar para Aracatú são os ônibus *de montão*, nome dado aos ônibus clandestinos¹⁵⁵ que partem de Campinas, passam por Artur Nogueira e depois por Limeira, também no interior de São Paulo, e nos quais os aracatuenses viajam “aos montes” até a Bahia. Trata-se da forma mais barata de viajar se comparada ao preço das passagens em *ônibus de linha*, que é como são chamados os ônibus não clandestinos, que partem da rodoviária de Campinas ou na capital do estado.

Embora clandestino por lhes faltar licença governamental para trafegar como meio de transporte de passageiros em território nacional, os ônibus *de montão* possuem suas próprias regras e rotina bem conhecidas pelos

¹⁵⁵ Na chapa do ônibus *de montão* consta a cidade de Brumado, BA, sendo este o local da sede da empresa proprietária dos veículos.

aracatuenses: locais e dias certos na semana para embarque, pagamento da passagem antecipada ou não, dependendo da época do ano, número de volumes máximos de bagagem por passageiro, dentre outras.

Durante o ano os ônibus *de montão* partem de Campinas três vezes por semana, nas quartas e sextas-feiras e aos domingos. Depois de Campinas passam nas cidades de Artur Nogueira e Limeira para pegar mais passageiros. Na época de final do ano, por causa do significativo aumento do número de passageiros, a frequência desses ônibus passa a ser diária, sendo imprescindível inclusive, a compra antecipada das passagens, o que normalmente não é necessário durante o restante do ano. Nessas cidades há sempre um local fixo para embarque. Em Artur Nogueira, há uma infra-estrutura mínima para receber os passageiros antes do embarque, com banheiros, mini-lanchonete e uma pequena sala, defronte aos banheiros, onde uma funcionária da empresa emite e vende as passagens. Os motoristas e a vendedora de passagens usam uniformes e são funcionários da empresa que explora os ônibus, que tem sede no município de Brumado, vizinho a Aracatú. Normalmente a viagem transcorre tranqüila e sem problemas com a polícia rodoviária. Em não havendo problemas com a mecânica dos ônibus, o que não é raro acontecer, pois o transporte é feito em ônibus velhos e em condições nem sempre ótimas para trafegar, a viagem costuma ser rápida, com menos paradas para descanso que o exigido para os *ônibus de linha*. Eventualmente quando os motoristas têm informações de que a fiscalização pela polícia rodoviária está mais rígida, faz-se desvios e utiliza-se, inclusive, em alguns trechos, estradas secundárias.



Fotografia 7. Embarque do ônibus de montão em Artur Nogueira, SP
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo, Artur Nogueira, 2010.

Os ônibus *de montão* são também um lugar familiar aos aracatuenses. Neles viaja-se sempre em companhia de algum conhecido da Bahia, um parente, amigo ou vizinho de *fazenda*. Diz-se que se viaja *de montão*, numa alusão ao grande fluxo de aracatuenses que dele se utilizam.

Para viajar para Aracatú Maria também já embarcou nos denominados ônibus *de eleição*, assim chamados porque oferecidos gratuitamente por candidatos a cargos eleitorais na cidade baiana, para eleitores que moram em *São Paulo*. Maria viajou duas vezes nesses ônibus, sendo que na última vez, o patrocinador da viagem era um parente e vizinho de *fazenda*, na ocasião que era candidato ao cargo de vereador. Os ônibus *de eleição* são, na maioria das vezes, carros fretados. Entretanto, há situações, menos freqüentes, nas quais o candidato paga a passagem, de ida e volta, para o eleitor, em um ônibus *de linha*. Nas viagens com os ônibus *de eleição*, os viajantes somente permanecem na Bahia de dois a quatro dias, o tempo necessário para votar.

Viaja-se para a Bahia também em carro de passeio, mas é um tipo de transporte ainda pouco utilizado pelos aracatuenses. Primeiro, porque é necessário um carro, um bem que nem todos possuem; depois tem que haver

passageiros pagantes suficientes para compensar financeiramente a viagem, mais dispendiosa que a de ônibus. O motorista do carro é normalmente o seu dono.

Viajar de avião para ver os parentes na Bahia não se mostrou (ainda) como uma prática presente nas famílias camponesas de Aracatú. O preço do bilhete aéreo não pode ser tido, por si só, como um fator que inviabiliza o uso deste tipo de transporte. Mesmo porque o preço da passagem aérea caiu significativamente no Brasil na última década, e a viagem de avião passou a fazer parte do leque de opções também das classes sociais mais pobres.

Muito embora as viagens aéreas tenham passado a figurar como alternativa de transporte possível financeiramente aos migrantes, principalmente para os mais ricos, ela ainda causa estranheza, medo e apreensão. A viagem de avião exige não somente o pagamento da passagem. Exige também que sua compra seja feita através da *internet* ou de uma agência de turismo; exige a ida ao aeroporto, um lugar de embarque desconhecido e distante de suas casas; enfim, exige-se o conhecimento e a utilização de códigos e relações que ainda lhes causa certo estranhamento.

3.1.4 - Presentes e ajudas

No avião os aracatuenses sabem que não é permitido levar a grande quantidade de bagagem que costumeiramente carregam nos ônibus ou nos carros de passeio¹⁵⁶. O porte ou o envio de presentes¹⁵⁷ de *São Paulo* para os familiares que vivem nas *fazendas* na Bahia, e destas para aqueles que vivem fora aparece como prática corriqueira e obrigatória nas famílias estudadas. Dos parentes de Campinas, Artur Nogueira e região partem jogos de panela, lençóis, sapatos, capa

¹⁵⁶ O fato de ter-me utilizado do transporte aéreo em minhas duas viagens de campo à Aracatú, foi inclusive, um fator limitador para ser devidamente presenteada por meus anfitriões, com seus produtos agrícolas ou com as comidinhas e *lembrancinhas* da Bahia, assim como, para eu lhes servir de portadora de *presentes* para seus familiares que vivem em Campinas e em Artur Nogueira, para onde voltei depois da pesquisa na Bahia.

¹⁵⁷ Aqui estou utilizando a denominação presente da forma mais ampla possível, para nomear todos os tipos de bens materiais que são dados, recebidos e retribuídos através das redes de relações existentes entre os familiares do sertão e os que se deslocaram para fora dali.

de sofá, roupas novas e usadas, arroz, farinha de trigo, dinheiro¹⁵⁸, cigarro¹⁵⁹, notícias etc; de Aracatú são enviados fava, feijão catador, requeijão¹⁶⁰, milho seco, *tijolo*¹⁶¹, carne de porco, farinha de tapioca, *bolo*¹⁶², notícias, dentre outros.

Os bens dados, recebidos e retribuídos nas famílias de aracatuenses são nomeados de diversas formas, como presentes, ajudas, lembrancinhas ou agrados. O termo presente é utilizado com mais frequência para nomear bens que seguem de São Paulo para Aracatú, ou ainda, como um nome coringa que engloba todos os tipos de bens, uma espécie de nome genérico. Há, ademais, situações em que os bens são nomeados com o próprio nome da coisa ofertada ou recebida, como, roupa, dinheiro, farinha, milho.

A despeito do sentido do envio dos bens, desde a Bahia ou desde *São Paulo*, ou de como são nomeados, são bens trocados de forma regrada e obrigatória pelas famílias. Ao perguntar a Maria o que aconteceria se ela fosse visitar seus familiares em Aracatú e não levasse presente para ninguém, ela respondeu prontamente: *ah, não pode, fica chato, né!* Uma resposta aparentemente simples, mas que remete a um complexo sistema de trocas presente em sua família. A expressão *ah, não pode*, revela o ato de presentear como uma regra a ser seguida, e não como uma escolha pessoal; o restante da resposta, quando afirma que *fica chato* não levar presente para as pessoas da Bahia, mostra que se as regras forem quebradas, a situação ficará *chato*, isto é, Maria poderá sofrer alguma sanção familiar.

¹⁵⁸ Embora a regra seja o envio de dinheiro dos aracatuenses que estão fora para seus familiares da Bahia, recebidos normalmente como pagamento por algum trabalho remunerado fora da Bahia, há também a remessa de dinheiro no sentido inverso, dos parentes que estão nas *fazendas* para os que estão fora. Trata-se, nesse caso, de situações mais raras no grupo, como no caso de aposentados rurais da Bahia que enviam parte da renda da aposentadoria para ajudar os filhos ou outros familiares que estão passando dificuldades financeiras em *São Paulo*, por desemprego ou doença grave.

¹⁵⁹ Observei casos em que os migrantes levam o cigarro de São Paulo para ser vendido informalmente nas *fazendas* de Aracatú.

¹⁶⁰ Uma espécie de queijo cozido, de fabricação totalmente caseira, muito presente na região.

¹⁶¹ Uma espécie de rapadura mais mole.

¹⁶² Bolo é como se denomina um biscoito semelhante ao de polvilho, que é produzido nesta região da Bahia, tanto de forma caseira pelas famílias, como industrialmente e vendido nos mercados.

Antes de viajar pela primeira vez para Aracatú, em abril de 2007, Maria pediu que eu fosse portadora de uma capa de sofá, como presente para Laura, sua mãe.

Quando cheguei à casa de Laura, na *fazenda* Martim e lhe entreguei a capa de sofá, foi como se ela já estivesse esperando alguma coisa que sua filha mandaria, por mim ou por qualquer outro viajante que lhe servisse de portador. O mesmo aconteceu com um bibelô que levei para lá (um *presente* meu para minha anfitriã Laura), e que foi recebido sem maiores alardes, como algo “naturalmente” esperado.

Portanto, cheguei à *fazenda* Martim por intermédio de Maria, que me introduziu na rede de relacionamento que existe entre familiares que vivem em *São Paulo* e aqueles que estão na *fazenda*. Uma vez nessa rede, atuei como portadora do *presente* da Maria para sua mãe, assim como, levei eu mesma, um bibelô, fotos e notícias dos familiares de Campinas. Em contrapartida, Laura ofereceu-me hospedagem e comida, além de confiança e paciência com minhas intermináveis perguntas e comentários sobre as coisas que via e ouvia nos dias que fiquei em sua casa.

Sempre que vem a Campinas visitar os filhos Maria de Diú, da *fazenda* Baixa Escura (Cf. Capítulo I) traz uma grande quantidade de presentes da Bahia para os filhos. Em sua última viagem, em setembro de 2009 trouxe: carne de porco, feijão, fava, guandu (andu), doce de leite, *bolo*, brevidade, paçoca de gergelim, toucinho, cocada, requeijão, polvilho, rapadura, *tijolo* e galinha. Todos eram *presentes de comer*, como ela mesma disse. Artigos alimentícios que podiam, quase todos, ser adquiridos em estabelecimentos comerciais de Campinas, mas porque provenientes da Bahia, têm sabor e valor diferentes. Para os filhos, “presentes” significam mais do que uma simples comida, um bem material, mas elos de ligação com outro lugar e outro tempo, dos quais os presenteados participam mesmo a distância.

A remessa de dinheiro pelos filhos que estão em *São Paulo*, para os pais e demais familiares que ficaram na Bahia é outra prática verificada nas famílias. Os que *saem* para *São Paulo* atrás daquilo que não há no sertão, o desejado salário,

deixam para trás a *fazenda* e os familiares. Conseguindo o emprego e recebido o primeiro salário, estão esses migrantes sempre em dívida com os que ficaram guardando a *fazenda*. O dinheiro dos que *saíram* é, portanto, um bem sempre esperado, mesmo que ocasional e demorado.

Maria pediu também que eu informasse seus pais de que ela e os irmãos estavam *fazendo uma vaquinha*¹⁶³ e que, assim que todos dessem sua parte, enviariam o dinheiro para que pudessem comprar uma geladeira. Não obstante, quando adentrei na casa de Zé de Zora e de Laura, na *fazenda* Martim, ali já havia uma geladeira nova.

Mesmo assim dei o recado de Maria para os pais. Durante minha estada em campo, Laura falou ao telefone com Maria, ocasião em que a filha reafirmou que até o final do mês ela e os irmãos mandariam cerca de R\$ 800,00 para a compra da geladeira. Mas a geladeira já não estava comprada? Segundo meus anfitriões ela havia custado R\$1125,00, e era uma boa geladeira que haviam comprado com economias próprias. Contudo, Laura não contou a filha que já haviam adquirido a geladeira. Alguns dias depois, por meio de outro telefonema, Laura soube que o dinheiro para a compra da geladeira já havia sido depositado no banco. Diante da notícia, Zé de Zora comentou com a esposa e comigo que esse dinheiro seria utilizado para compra de uma televisão a cores¹⁶⁴, uma vez que já tinham a geladeira¹⁶⁵.

Inserido nessa dinâmica das trocas, uma figura importante é a do “portador de presentes”, aquele que por se deslocar através das redes de relações construídas entre os diferentes espaços geográficos onde vivem e transitam as pessoas das famílias analisadas, leva e traz bens, sejam eles *presentes*, notícias, *ajudas*, dentre outros. Espera-se que os familiares, quando viajam para a Bahia, portem tanto seus próprios presentes como os de outros parentes. Ser portador dos produtos/*presentes* é, portanto, uma obrigação dos viajantes.

¹⁶³ Expressão popular no Brasil que quer dizer arrecadar dinheiro entre os membros de um grupo.

¹⁶⁴ A televisão já estava presente nos arredores das fazendas Martim e Baixa Escura há algum tempo. Funcionava ligada a uma bateria de carro. A mudança trazida pela chegada da energia elétrica, contudo, foi tornar possível o funcionamento da televisão colorida, o que somente era possível com este tipo de energia.

¹⁶⁵ A geladeira em primeiro lugar, e depois a televisão a cores e a antena parabólica eram os novos e valorizados bens de consumo que chegaram com a eletricidade.

Em recente viagem de Maria e do marido Osvaldo à Aracatú, Zé de Zora contava que o casal portaria a carne de um porco matado e salgado na *fazenda*, assim como outros alimentos enviados desde lá, para serem divididos entre todos os filhos que estão em Campinas. Na ocasião, Osvaldo tentou escusar-se de trazer os alimentos alegando que retornaria para Campinas de ônibus e que Zelinha, uma irmã de Maria, que também estava em Aracatú, poderia levar todos aqueles *presentes* dali a alguns dias, já que seu retorno seria de carro, o que torna o transporte bem mais fácil. Não obstante a alegação de Osvaldo, Zé de Zora não liberou Maria nem o marido da função de portadores dos produtos da *fazenda*. Disse que cada um *deve carregar a sua parte*, função obrigatória para os participantes da rede de parentela.

As *ajudas* prestadas por migrantes mais antigos àqueles que chegam posteriormente nas cidades paulistas, são também bens que figuram no circuito obrigatório das trocas nas famílias de Aracatú. Aqui estou me referindo a *ajudas* com hospedagem inicial, com a arregimentação de trabalho e com o apoio afetivo que os novos migrantes recebem dos mais antigos, seus familiares, nos novos lugares onde aportam.

Observe-se que tanto o alojamento inicial de aracatuenses nas casas dos parentes que antes deles chegaram a *São Paulo*, como a ajuda que destes tiveram na arregimentação de trabalho e no conforto sentimental no novo e desconhecido lugar, são fenômenos descritos não raro pela literatura nacional e internacional sobre migração, como práticas importantes à tessitura das redes de relações entre migrantes e os parentes, conhecidos e vizinhos que ficaram no lugar de origem, como das redes constituídas também nos novos lugares de destino dos migrantes (DURHAM, 2004, GARCIA JR., 1989, MAMDAMI, 1998, MENEZES, 2002, SAHLINS, 1997b, SAYAD, 1998).

As notícias aparecem como um dos mais valiosos bens trocados entre os que *saíram pelo mundo* e seus familiares que ficaram no sertão. A ausência da circulação de *presentes* e de *ajudas* nas redes familiares, assim como a demora em visitar os familiares, são práticas que se justificam em alguns casos, como por exemplo, em situações de dificuldade financeira daqueles de quem se espera o

presente, a *ajuda* ou a visita; já a falta de notícias não é admitida nas famílias. O envio de notícias caracteriza-se como uma obrigação inescusável a todos os aracatuenses que *saem pelo mundo* mas desejam continuar inseridos na rede familiar, uma espécie de termômetro da continuidade ou ruptura das relações entre os que *saíram* e os que ficaram na *fazenda*. O bom filho é aquele que telefona sempre aos pais, que lhe envia notícias.

Notícias que há pouco mais de duas décadas eram contadas somente nas cartas, postadas em *São Paulo* e lidas dias ou semanas depois no sertão. Ou ainda, eram notícias que chegavam junto com o viajante, que não trazem apenas *presentes*, mas as tão esperadas notícias dos outros filhos, primos, pais, sobrinhos e tantos outros que integram a rede familiar.

Atualmente, o papel central dos viajantes continua sendo a comunicação entre os familiares, levando e trazendo os bens e as notícias através do espaço geográfico. As cartas, contudo, praticamente desapareceram, dando rapidamente lugar à comunicação telefônica, muitas vezes tornada pública pela Rádio, e a uma ainda incipiente comunicação via *internet*.

Em 2007, na região das *fazendas* Martim e Baixa Escura, havia um aparelho de telefone, que embora fosse de uma linha móvel (celular)¹⁶⁶, não saía da casa de Laiminha, na *fazenda* Baixa Escura¹⁶⁷. O telefone permanecia dia e noite numa estante ao lado da mesa de comer, ligado a uma pequena antena localizada no telhado da casa. Embora tivesse um dono, Laiminha, que é quem também administrava seu uso, era um telefone utilizado coletivamente pelos moradores dos arredores, por seus familiares e vizinhos. Quando alguém de fora quer falar com um morador do local, liga uma primeira vez e pede a alguém da casa, para avisar a este morador que ligará novamente em certo horário do dia.

¹⁶⁶ Não se trata de telefone celular rural, um tipo específico de linha de telefonia desenvolvida numa certa época, para atender a população de áreas rurais sem acesso ao telefone fixo.

¹⁶⁷ Soube também de mais dois outros telefones na região, na casa de Isáia, irmão de Laiminha, e na casa de Alceu, irmão de Zé de Zora, da *fazenda* Martim. Porém eram telefones que permaneciam quase sempre desligados, talvez por falta de antena.. Não eram telefones utilizados para a comunicação nas *fazendas*, muito menos de uso coletivo, mas telefones para uso pessoal de seus donos quando estes estavam fora da *fazenda*. No caso de Laiminha, havia dois telefones, o fixo e de uso coletivo para os moradores das *fazendas* da região, e outro, que era utilizado pessoalmente por ele, sua esposa e filhos quando estavam na colheita do café em Campinas.

Ao receber o recado, o contemplado vai até a casa de Laiminha e aguarda uma segunda ligação.

Raras são as vezes que aquele que recebeu o recado via telefone celular, retorna a ligação. Isso se deve a vários fatores que podem coexistir ou aparecerem alternativamente em cada caso. Uma primeira razão é porque a ligação por telefone celular é mais dispendiosa, e por isso para ligar a um familiar em *São Paulo*, os moradores das *fazendas* preferem ir até o centro urbano de Aracatú ou ao povoado de Piabanha ou ao Milagres, os lugares mais próximos onde há telefone público para usarem. Um segundo fator é que muitas vezes o parente que ligou de fora fez a ligação desde um telefone público, tornando difícil, dessa forma, a devolução da chamada. Em muitas casas de aracatuenses em *São Paulo* não há telefone fixo, sendo mais comum a presença da telefonia móvel (celulares), que, em comparação com o telefone fixo, têm tarifas com preço muito alto para a realização de ligações interurbanas. Por causa disso, quando os familiares em *São Paulo* querem ligar para os que estão em Aracatú, também eles se utilizam de telefones públicos, ou de telefones fixos de parentes ou vizinhos, locais onde também recebem os eventuais telefonemas vindos da Bahia.

Em 2009 aumentou o número de telefones móveis em Aracatú: além do telefone de Laiminha, havia outros dois na *fazenda* Martim, na casa de Zé de Zora e na casa de Ismael, que é filho de Alceu e sobrinho de Zé de Zora. No caso do telefone de Zé de Zora, este foi adquirido pelos filhos que moram em Campinas, quando o pai ficou doente, para acompanharem “mais de perto” seu estado de saúde. No caso do outro telefone, ele chegou à *fazenda* quando Ismael para lá retornou com a família em 2009.

A comunicação pela *internet* teve início também em 2009 para os moradores das *fazendas* Martim e Baixa Escura, mas intermediada por Ione, filha de Isáia e neta de Zé Mascate, da *fazenda* Baixa Escura. Por estar cursando o ensino médio, Ione desloca-se todos os dias, de ônibus escolar, para estudar em escola localizada na sede urbana de Aracatú. Na escola faz aulas extracurriculares de informática e nestas, tem acesso gratuito a *internet*. Há também no centro de Aracatú uma pequena *lan house*, estabelecimento comercial

que dispõe de computadores ligados a *internet*, para serem utilizados por usuários que se dispõem a pagar pelo serviço. Através da *internet* lene comunica-se com os familiares de Campinas e de Artur Nogueira, principalmente com a tia Marlene, que mora em Campinas e possui computador e acesso à *internet* em sua própria casa.

Os *presentes*, as visitas, as notícias e as *ajudas* são bens passíveis de serem interpretados como dádivas dadas, recebidas e retribuídas dentro de um sistema familiar de trocas obrigatórias (MAUSS, 1988). São trocas que aparecem, por sua vez, como centrais e necessárias à tessitura e atualização das redes familiares, por onde circulam esses mesmos bens, e principalmente as pessoas.

Redes que facilitam e impulsionam a continuidade do processo migratório. Práticas migratórias que não se fazem aleatoriamente, mas dentro de certas regularidades e obrigações recíprocas. Da *fazenda* na Bahia parte-se em direção a casa (hospedagem inicial) de parentes em *São Paulo*. Destes recebe-se afeto para suportar a saudade do “lugar de partida” (da *fazenda*) e das pessoas que ali ficaram. Ainda, é através desses familiares, migrantes mais antigos, que se encontra trabalho no novo lugar.

Redes que ligam e mantêm interconectados os migrantes aracatuenses com seus familiares e com a *fazenda* de onde *saíram*. Por onde circulam bens materiais e imateriais, dádivas que desempenham papel central para a continuidade das relações entre os familiares que estão em diferentes e distantes lugares.

CAPÍTULO IV

SAIR PARA O CAFÉ

Acontece em Aracatú
Como em outras regiões
A dificuldade de seus filhos
Se tornarem bons cidadãos
Falta trabalho e emprego
Para realizarem suas aspirações

Quem tem mérito fica fora
Estudo não é valorizado
Analfabeto em cargo de chefia
Concurso é ignorado
Basta ser bajulador de Político
Para ter emprego apadrinhado

Muitos aracatuenses querem ter a vida de cidadão
Não lucra nem o que come
Trabalhando para certos patrões
Só não se arrisca a roubar
Pra não parar na prisão

Feliz de quem tem coragem
E na vida quer vencer
De deixar seu torrão natal
Para não se padecer
Enfrentando dificuldades
Para sobreviver

Como não fica um pai
Vê o filho lhe estender a mão
Dizendo com a voz inocente
Papai: “quero um pedaço de pão”
Não pode dar aos filhos um picolé
Chama a esposa e diz
Vou para Ibiraci colher café

Chega o mês de março
Após a festa de São José
Desenganado por que
Não pode dar aos filhos um picolé
Chama a esposa e diz
Vou para Ibiraci colher café [...] (extrato do poema de Ademir Santos¹⁶⁸)

¹⁶⁸ Aracatuense e professor de química em classes do ensino médio da escola estadual Coronel Cândido Silveira Santos, localizada em Aracatú, BA. O poema na íntegra se encontra no Anexo 4.

Todos os anos, nos meses de março e abril, saem ônibus com homens, mulheres e crianças de Aracatú em direção a cafezais da região Sudeste do Brasil. Trata-se das *saídas* anuais para as fazendas de café de Minas Gerais e de São Paulo, conhecida coloquialmente em Aracatú como a *saídas* para o café.

Durante esse período, casas nas *fazendas* são fechadas, roçados e criação deixados a cargo de parentes e vizinhos, escolas têm o calendário de aulas alterado, e os comerciantes da *rua* vêem diminuído sensivelmente o número de fregueses. Há um visível esvaziamento demográfico do município.

[...] durante esse período de três, quatro meses, a partir desse mês de maio agora, a galera sai toda daqui, vai toda agora, em busca de trabalho, entendeu. Então fica lá um período de três, quatro meses e assim que a colheita encerra, retorna.
(Beija, 38 anos, morador da fazenda Lagoinha, Aracatú, abril de 2007).

São homens e mulheres, rapazes e moças, e mesmo crianças, que *saem* de suas *fazendas* em Aracatú, viajam cerca de mil quilômetros de ônibus fretados até o sul de Minas Gerais e Campinas, e passam cerca de três a quatro meses morando em alojamentos no interior das fazendas de café ou, em menor proporção, em casas da periferia urbana nos municípios onde se localizam os cafezais.

As fazendas de café do sul do estado de Minas Gerais ficam em municípios próximos entre si, na região de Poços de Caldas. Basicamente, os aracatuenses colhem café em Ibiraci, Alfenas, Paraguaçu e Machado. Para essa região segue a maioria dos ônibus e da população vinda de Aracatú e arredores.

Em Campinas há praticamente uma única fazenda onde há treze anos aracatuenses colhem café, a fazenda Monte D'Este (conhecida também como fazenda Tozan, por pertencer ao grupo Tozan do Brasil). Eventualmente há aracatuenses que trabalham em pequenos sítios próximos ao aeroporto de Viracopos e em Joaquim Egídio, distrito de Sousas, ambos em Campinas. Para a região de Campinas segue um contingente anual e variável que não chega a mais

de setenta, ou no máximo 80 pessoas nos *anos bons*¹⁶⁹, que é como se referem aos anos em que o café produziu muito. Este um número bem inferior ao que se desloca anualmente para fazendas do sul de Minas Gerais.

Tomando por base a produção de café de 2006, ano que teve excelente produção cafeeira, foi-me relatado por dirigentes municipais, que partiram de Aracatú em direção aos cafezais do Sudeste cerca de 40 ônibus fretados, o que contabiliza aproximadamente 1.600 pessoas se tomarmos por parâmetro 40 passageiros por ônibus, correspondendo a dez por cento da população do local. Considerando que se para Campinas, nesse *ano bom*, saíram 80 pessoas, praticamente todo o resto foi para Minas Gerais.

Não obstante a insignificância numérica das *saídas* de aracatuenses para o café em Campinas, em comparação com os outros destinos, trata-se de um local que se diferencia dentro do processo migratório. Em Campinas, e na cidade vizinha de Artur Nogueira, mora a maioria dos parentes, amigos e conhecidos dos migrantes do café que *saíram* há mais tempo das *fazendas* do sertão. Por isso, Campinas é mais do que um local de trabalho temporário, é um local de encontro desses migrantes com seus conterrâneos que ali moram.

Analogamente ao que ocorre nos deslocamentos de aracatuenses que vão morar em Campinas e em Artur Nogueira, também entre o sertão baiano e as fazendas de café pode-se notar a formação de “corredores de migração”¹⁷⁰ (SILVA M.AM, 1999), característicos de um movimento migratório que tem como destino sempre os mesmo lugares, assim como um mesmo tempo de permanência nos lugares de destino. São “corredores” que percorrem espaços geográficos ligados por meio de redes que se formam e se reformam no constante movimento de vai e vem das pessoas. No caso específico dos deslocamentos para o café, as redes contam com um personagem central, os arregimentadores

¹⁶⁹ Na concepção local a agricultura segue uma regra imposta pela natureza (pela lei de Deus), que alterna anos bons e anos ruins. Portanto, se o ano de 2006 foi excelente, o de 2007 será ruim, o de 2008 bom e assim por diante.

¹⁷⁰ Maria Aparecida Moraes Silva cunhou a expressão “corredores de migração” para descrever um contexto de migração temporária e permanente entre o Vale do Jequitinhonha, MG e a região de Ribeirão Preto, SP.

de migrantes, os responsáveis pela intermediação entre os aracatuenses e os fazendeiros do café.

Mesmo havendo fazendas de café na região irrigada de Vitória da Conquista, BA¹⁷¹, município localizado próximo a Aracatú, não há para lá um trânsito significativo de aracatuenses, o que se explica, em grande medida, pela falta de redes de relacionamento entre os potenciais migrantes, os arregimentadores de mão-de-obra e os fazendeiros de café daquela região, que embora próxima geograficamente, é socialmente distante.

4.1 - OS QUE SAEM E OS QUE FICAM

[...] Você fica [esposa]
Fazendo alguns servicinhos
Lavando roupa e passando
Para os nossos vizinhos
Pra comprar ao menos pão
Pra dar nossos filhos.

Com isso ela se conforma
Quando não lhe pode acompanhar
Pois os filhos ainda são pequenos
E não tem com quem deixar
Aguarda por três a quatro meses
Até o marido voltar

Muitos fecham suas casas
Levam de recém-nascidos a caducando
Para ganhar alguns reais
Pra sobreviver o resto do ano
Com trabalho e sofrimento
Realiza alguns de seus planos [...]
(Ademir P. Santos)

Sair para o café é atualmente uma prática para muitos moradores de Aracatú, uma forma costumeira e disseminada de *ganhar a vida*, uma forma para se “ter vida de cidadão” (SANTOS, s/d).

¹⁷¹ Vitória da Conquista é o principal município, e aquele que empresta o nome ao “território de identidade” n. 20, no qual se encontra Aracatú e outros municípios próximos. Os “territórios de identidade”, como já mencionado, são uma recente subdivisão do território da Bahia, para agrupar e ao mesmo tempo distinguir municípios não somente por sua localização física, mas por sua dinâmica e relações econômicas, políticas e principalmente culturais. Entretanto, nenhuma significância eles têm para as famílias aracatuenses com as quais trabalhei, que se sentem mais “próximos” de São Paulo que de Vitória da Conquista.

No campo as *saídas* para o café aparecem de forma onipresente. Um lugar que fica vazio, que *fica só solidão*, pois a maioria de seus moradores migra todos os anos. Grande parte das casas é fechada; algumas delas permanecem com somente um ou dois moradores, que ficam para tomar conta da *roça*, da criação, das crianças pequenas e dos idosos, e de outros afazeres que não podem ser interrompidos durante a colheita do café.

Há sempre um familiar ou vizinho que fica para tomar conta do rebanho e da criação. No que toca à lavoura, faz-se um cálculo para que o trabalho possa ser interrompido, ou ao menos diminuído para poder ser realizado apenas pelos familiares que ficam.

Verena: E daí agora quando vocês vão lá pro café quem toma conta da roça de vocês?

Babalú: Aí, a roça não fica com roça pra trabalhar não. O feijão já deixa catado, as coisas [...] Aí, só fica aqui as galinha que mãe cuida, só. E um porco que nós vai vender também [antes de viajar para o café]. Nós não deixa coisa não. E o gado que tem, pai toma conta. Ele não sai.

(Entrevista com Babalú, 21 anos, agricultora e moradora da fazenda Martim, abril de 2008).

O tempo de *sair* para o café está condicionado ao período das colheitas na região Sudeste, que a princípio é um tempo do outro, do fazendeiro do café. Por outro lado, a organização do trabalho nas *fazendas* da Bahia obedece ao compasso das *saídas* e retornos para o café. Dentro do permitido pelas leis da natureza e dos recursos disponíveis pelas famílias, faz-se um planejamento para que o plantio e a colheita das *roças* aconteçam fora do período que estão no café (entre setembro-outubro e março-abril), ou mesmo optam por não *botar roça*, num ou noutro ano. Ademais, o “dinheiro do café”, que é como chamam o pagamento que recebem pelo trabalho nos cafezais, é esperado para a compra de sementes, adubos, agrotóxicos, ferramentas de trabalho, e outros bens a serem utilizados na própria *fazenda*, nas plantações, na criação e no pequeno rebanho.

Se de um lado o processo migratório obedece a um “tempo biológico”, que é o do ciclo vegetativo do café, de outro há um “tempo do café”¹⁷², definido pelo

¹⁷²Trato aqui de uma noção de tempo que dialoga com outros tempos analisados pela literatura antropológica desde o clássico “Os Nuer” onde Evans-Pritchard (1940/2002) nos remete a duas

primeiro, que também articula e redimensiona outros tempos da vida social. Um tempo que não é somente cronológico e definido pelo calendário das colheitas de café, mas um tempo que é de espera, de solidão, de saudades e de coragem. Um tempo que parece parar a vida no sertão, que somente é reavivada com o retorno dos migrantes, quando “retornam” também as festas, as aulas, as plantações, a construção das casas, o movimento no comércio, enfim, a vida social¹⁷³.

O deslocamento das famílias aracatuenses para o café é realizado tanto por homens como por mulheres, casadas ou solteiras, e por crianças, como uma prática familiar. O casamento não corresponde como antes a um passaporte para que moças¹⁷⁴ e mulheres casadas *saíam* das fazendas do sertão, sendo as mesmas aceitas quase que indistintamente nas *turmas* de migrantes que seguem para os cafezais. Há famílias que ainda exigem que as moças sejam acompanhadas do pai ou de um irmão, e as mulheres casadas de seus maridos. Por outro lado, poucos são os fazendeiros do café que fazem algum tipo de objeção ao trabalho feminino, considerado inclusive mais diligente que o dos homens.

Mas isso não foi sempre assim. No caso de mulheres que hoje têm quarenta anos ou mais, as *saídas* do sertão aconteciam somente depois do casamento, e sempre na companhia dos maridos.

temporalidades nativas determinadas: o “tempo ecológico” e o “tempo estrutural”. O primeiro decorre das relações do grupo com o meio ambiente e o segundo das próprias relações dos indivíduos entre si. Um tempo que Marcel Mauss define como marcador da vida social. Em seu ensaio “Sur les variations saisonnières des sociétés Eskimós” (1904) (2003), identifica formas de sociabilidade relacionadas basicamente com duas estações do ano: “verão” e “inverno”, duas estações que se relacionam e marcam distinções em aspectos fundamentais da vida social, como na vida moral, jurídica, religiosa e na doméstica. Também um tempo social que Norbert Elias (1998) tem como desvinculado de um dado da natureza independente do ser humano, o significando como um quadro de referência que organiza os acontecimentos, as fases e os fluxos nos grupos humanos. Já numa literatura nacional mais recente, há o “tempo da política”, categoria que Moacir Palmeira (2002) identificou como nativa entre populações camponesas do Nordeste brasileiro, e que nomeia um período de subversão no cotidiano dessas populações, onde se observa um rearranjo nas posições sociais. Por fim, mas sem a pretensão de esgotar as aparições da categoria tempo na literatura, cito o “tempo de acampamento”, categoria encontrada entre os sem-terra identificados e analisados por Nashieli Loera (2009), que funciona como um código social que organiza e ordena as relações no “mundo das ocupações de terra” no Brasil.

¹⁷³ Esse “tempo do café” aparecerá ao longo de todo o capítulo, conforme for analisando este ou aquele aspecto da vida das famílias de Aracatú.

¹⁷⁴ Como já mencionado, moças são mulheres que ainda não se casaram.

Mudança semelhante na composição das *turmas* de migrantes foi descrita por Vanda Silva em sua pesquisa com jovens rurais de uma pequena comunidade rural do Vale do Jequitinhonha. Relata a autora:

Em dias atuais, observa-se que as mulheres migram, algumas com seus maridos e deixando os filhos, se ainda são pequenos, sob os cuidados de uma tia, uma parenta próxima ou uma comadre, por exemplo. Ou, para o caso de serem mulheres separadas, viúvas ou *viúvas de maridos vivos*¹⁷⁵, são elas também migrantes e levam consigo seus filhos. Observei que tal tipo de migração feminina predomina para as fazendas de café.

(SILVA, V. 2005, p. 94).

Maria Aparecida Moraes Silva (1989) distingue a migração de mulheres para a colheita do café daquela para os canaviais. Assinala que somente nos cafezais aparece a “ajuda” dos filhos pequenos, que com suas mães “*dividem o pano*”¹⁷⁶, bem como o costume das mulheres de carregar consigo bebês de colo, muitos ainda mamando no peito, e de deixá-los embaixo dos pés do café enquanto trabalham. Observa a autora, que a situação muda quando os deslocamentos são dirigidos aos canaviais, para onde as mulheres somente podem ir sem filhos, sem crianças.

A predominância de *turmas* formadas somente por homens aparece em pesquisas com “migrantes temporários” vindos do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, e de outros cantões nordestinos para o corte de cana-de-açúcar em *São Paulo*. São contextos em que as mulheres ficam no local de origem, com as crianças e os homens mais velhos¹⁷⁷ (SILVA M.A.M., 1989, PEREIRA, 2007).

¹⁷⁵ Expressão empregada para nomear mulheres cujo marido está vivo mas *saiu* de casa para trabalhar e a esta não volta há muito tempo, tendo muitas vezes, inclusive, constituído outra família fora do lugar de origem.

¹⁷⁶ Também nas famílias migrantes de Aracatú, cada adulto tem seu próprio pano para recolher os grãos de café que caem dos galhos. Se há crianças trabalhando na colheita, elas “*dividem o pano*” com seus pais ou outros parentes adultos.

¹⁷⁷ Francisco Alves (2006) assinala que o trabalho no corte da cana vem, a cada ano, exigindo um nível mais elevado de força física e vitalidade de seus trabalhadores. O sistema de pagamento por produção, que vigora nos engenhos e nas usinas de álcool e açúcar do Brasil atual, tem gerado uma competitividade acirrada e desumana entre os cortadores de cana para o ingresso e permanência na atividade. A cada ano seus índices de produtividade exigem trabalhadores mais

Outrossim, as *saídas* para o café diferem do que se passa em alguns contextos de pequenos agricultores familiares do interior do Rio Grande do Sul e da serra capixaba¹⁷⁸, no que se refere ao sexo dos migrantes. Pesquisas nesses locais constataram a *saída* majoritária de jovens do sexo feminino, do campo em direção aos centros urbanos, onde passam a exercer trabalhos sem qualificação, como empregos domésticos e no setor de serviços. Verifica-se, nesses contextos, o que chamam de fenômeno da “masculinização” do campo. (ABRAMOVAY, 1998, BRUMER, 2000, NOGUEIRA, 2004).

Não obstante o grande aporte de aracatuenses que todos os anos *saem* para o café, há sempre os que ficam nas *fazendas*: as crianças, os idosos, os inválidos, e aqueles que no dizer local “não têm coragem” ou “têm mérito”.

Não *saem* para o café os que não podem trabalhar por causa da pouca ou avançada idade, ou os que não têm condições físicas, os deficientes e doentes; também não precisam partir os que “têm mérito”, isto é, fazem parte de uma elite econômica local, seja por terem nascido em famílias abastadas ou por serem funcionários públicos.

Mas para *sair* é preciso também ter coragem. Coragem de *sair pelo mundo* e deixar a casa e os filhos para trás, de trocar um cotidiano conhecido no sertão onde se é “senhor” de sua vida, e principalmente de seu tempo de trabalho, pelo de um trabalhador rural temporário que passa a laborar infundáveis horas que se transforma o tempo nos cafezais, e que sofre em alojamentos frios e improvisados, onde vivem precariamente durante dois ou três meses.

Trata-se de uma idéia de coragem que está associada com a de sofrimento; somente os que têm coragem para sofrer partem, os que não a têm *ficam parados*. Não *saem* para o café, ficam parados no tempo e no espaço do sertão, no compasso de espera dos que *saíram*, ficam como o sertão, *triste*.

fortes, e principalmente mais jovens. Mulheres e homens não tão jovens são cada vez mais preteridos nos canaviais .

¹⁷⁸ Nestes locais o padrão sucessório da terra, que privilegia os filhos homens em detrimento das mulheres, é apontado como um dos principais fatores para a saída mais acentuada do campo de moças que de rapazes.

Mas o sofrimento está presente também para os que ficam, para aqueles que precisam ter coragem para enfrentar a solidão das *fazendas vazias*, lugares *tristes onde o tempo não passa nunca*.

Lúcia, da *fazenda* Baixa Escura, é uma mulher que nunca migrou para o café. Ficou sempre a cuidar da mãe, do marido - que é deficiente físico -, e do filho pequeno¹⁷⁹. Porque fica, acaba cuidando também de sobrinhos e de filhos de vizinhos que partem para o trabalho nos cafezais. Para ela os meses do café são os mais longos do ano, uma tristeza que somente cessa quando chegam de volta os ônibus dos migrantes, com o tão esperado dinheiro do café, mas principalmente com os familiares e vizinhos, aqueles que a abandonaram por longos dias e longas noites.

Entre os jovens ficar parece ser ainda mais penoso. É separar-se dos amigos que foram para o café, é não fazer como eles um *passeio pro lado do café*, mas ficar na Bahia só com os velhos e com as crianças, quase sempre um aborrecimento.

Ah, quando o povo sai daqui pra ir pro café aqui é muito parado. Não vê ninguém, o movimento é pouco, você não vê quase ninguém. Só vê quando você vai pra rua [centro urbano de Aracatú], você volta, tem um povo. Mas assim mesmo é parado. Você não vê quase ninguém. Só o povo da vizinhança, assim, esses que não andam, esses mais velho, de idade [...]. Fica bastante triste. Só tem uma alegriazinha no mês de junho que tem as festas de São Pedro. Aí é alegre. Depois que passou também... Tem o São João também que o povo sempre gosta de ficar aqui fazendo bolo, assando leitoa. Só o povinho assim.
(Entrevista com Babalú, 21 anos, *fazenda* Martim, abril de 2008, que há quatro anos migra para colher café em Minas Gerais).

Em conversa com uma jovem do povoado de Piabanha, zona rural de Aracatú, a mesma afirmou que *não via a hora de casar para ir para o café*. Ela nunca havia estado fora de Aracatú, pois sempre que os pais *saíam*, era ela quem tinha a incumbência de ficar com a avó idosa. Naquele ano de 2008, mudaram

¹⁷⁹ Em 2009 Lúcia e Gersino estavam construindo uma casa na *rua*, para a qual planejavam se mudar em breve. Lúcia alegava que morar na *rua* seria bom para que o filho, de então 13 anos, continuasse a estudar, pois não precisaria se deslocar todos os dias entre a fazenda Baixa Escura e o colégio na área urbana de Aracatú. O marido, por outro lado, é que passaria a se deslocar quando houvesse trabalho na fazenda. Sugiuro, também, que a nova moradia seria uma forma que Lúcia encontrara para driblar a tristeza dos meses do café, já que na *rua* não ficaria tão sozinha como na *fazenda*.

duas coisas em sua vida da família, a avó falecera e ela em breve se casaria¹⁸⁰. Dentro de um ou dois meses ansiava poder ir para onde *todas as suas colegas vão, para o café*, e não mais ficar só na Bahia.

No que se refere aos deslocamentos de jovens para o café, sejam rapazes ou moças, supõe-se que por volta dos dezesseis anos - quando se tornam capacitados legalmente perante a Lei brasileira¹⁸¹ -, estão *formados*¹⁸² para a lida no café. Zé Mascate, da *fazenda* Baixa Escura, expressou em certa ocasião preocupação com um de seus netos, então na faixa dos quatorze anos, que nunca havia estado no café. O fato dos jovens estarem em idade escolar, e no meio do período letivo, não tem muito peso na decisão de sua ida para o café, pois como veremos adiante, o próprio calendário escolar das escolas se acomoda para que os alunos que *saem* possam continuar a estudar.

Portanto, de forma análoga ao que acontece com a produção agrícola e com a criação nas fazendas sertanejas, as *saídas* para o café pautam de forma considerável a organização doméstica das famílias de Aracatú. A vida doméstica passa a se organizar em função das práticas migratórias, sendo várias as “combinações de estratégias de uso diversificado da mão-de-obra familiar” (SCOTT, 2009, p. 245). Um exemplo disso é o acionamento das redes familiares e de vizinhança visando encontrar pessoas para cuidar do que, e dos que ficam.

Nas *fazendas* Martim e Baixa Escura aqueles que não *saíram* para o café durante o período da pesquisa etnográfica (nos anos de 2007 e 2008) foram os idosos, as crianças pequenas, Gersino (que é deficiente físico), sua esposa Lúcia, a sogra e o filho.

Na Martim os que ficaram nesses dois anos foram o Velho Zora e a dona Calú, seus filhos Zé de Zora e Alceu, com as respectivas esposas Laura e Vinú,

¹⁸⁰ Embora o casamento seja ainda para algumas famílias um requisito a ser cumprido para que as moças possam *andar* pelo mundo, para a maioria das famílias ele não é mais uma condição *sine qua non*. Como já assinalado anteriormente, o que ainda pesa em muitas famílias, no que se refere às práticas migratórias das moças (mulheres não casadas), é o fato de *saírem* acompanhadas ou não de parentes do sexo masculino, preferencialmente o pai ou irmão mais velho.

¹⁸¹ Isso não significa que esses jovens terão carteira de trabalho e registro nas fazendas de café, o que varia conforme as relações de trabalho que existam em cada local. A maioria trabalhista, uma regra legal ditada pelo Poder Público, é incorporada por essas famílias e por elas reelaborada, passando a fazer sentido para a própria dinâmica da família, que a partir disso definem os que *saem* e aqueles que não devem ainda partir.

¹⁸² Estar *formado* no linguajar local quer dizer estar pronto para alguma coisa ou alguma ocasião.

todos eles com mais de sessenta anos. Foram os que ficaram responsáveis pela guarda e pelos cuidados das terras, da criação e do rebanho.

Na Baixa Escura, além de seus donos Zé Mascate e a esposa Dalvanir - que moram parte do ano na casa de Artur Nogueira, SP e durante o “tempo do café” se mudam para a *fazenda* – nos anos de 2007 e 2008 na *fazenda* ficaram Gersino (que é deficiente físico), sua esposa Lúcia, a sogra idosa e o filho. Em 2008 a eles se juntou Verônica, a filha mais velha de Laiminha e Giovana.

Na casa de Ananias (Diu), localizada em parcela de terra dentro da *fazenda* Baixa Escura, nesses dois anos ficou somente sua esposa Maria de Diu.

Em relação aos bebês e crianças pequenas, havia na Martim durante o período do café em 2007 dois bebês com menos de um ano, sendo que um deles ficou a mãe (o pai *saiu*) e o outro viajou com os pais para o café em Minas Gerais. No ano seguinte, foi o primeiro bebê que viajou com os pais e o outro foi entregue aos cuidados da avó materna porque seus pais novamente estiveram no café. Na Baixa Escura, havia duas crianças pequenas que não viajaram com os pais para o café nem em 2007 nem em 2008, os dois filhos de Laiminha e Giovana, de 7 e 10 anos (Renan e Verilândia). No primeiro ano eles se mudaram para a casa vizinha dos tios Lúcia e Gersino; no ano seguinte ficaram com a irmã mais velha, Verônica, supervisionados ainda pela mesma tia Lúcia e pela avó Dalvanir que viera de Artur Nogueira.

Quadro 1. Moradores da fazenda Martim, segundo atividade realizada e destino, nas saídas para o café, nos anos de 2007 e 2008.

Morador	2007		2008	
	Atividade	Destino	Atividade	Destino
Antonio	Colheita de café/ laranja	Machado, MG/ Artur Nogueira, SP	Colheita de café/ laranja	Machado, MG/ Artur Nogueira, SP
Nanô	Colheita de café/ laranja	Machado, MG/ Artur Nogueira, SP	Colheita de café/ laranja	Machado, MG/ Artur Nogueira, SP
Danilo				
Branco/Bainha	Colheita de café	Machado, MG	Arregimentador	Machado, MG
Kainha	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
bebê de Kainha e Bainha*		Paraguaçu, MG		
Babalú	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Bugí	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Budí/Corinho	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Selma**			Colheita de café	Machado, MG
bebê de Selma e Budí***		Machado, MG		Machado, MG

Fonte: Pesquisa de Campo. Aracatú, 2008 e 2009.

Legenda:

* Em 2008 ficou com a avó materna em Aracatú, BA

** Em 2007 mudou-se para a *fazenda* dos pais, também em Aracatú, para cuidar da filha recém-nascida, voltando para a Martim somente depois do retorno do marido de Machado, MG.

*** Em 2007 ficou com a mãe em Aracatú, BA

Quadro 2. Moradores da fazenda Baixa Escura, segundo atividade realizada e destino, nas saídas para o café, nos anos de 2007 e 2008

Nome	2007		2008	
	Tipo de trabalho	Destino	Tipo de trabalho	Destino
Isáia	Arregimentador	Machado, MG	Arregimentador	Machado, MG
Nice	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Ione	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Marcinho	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Simone	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
Wagner	Colheita de café	Machado, MG	Colheita de café	Machado, MG
bebê de Simone e Wagner		Machado, MG		Machado, MG
Jaime (Laiminha)	Arregimentador	Campinas, SP	Arregimentador	Campinas, SP
Giovana	Colheita de café	Campinas, SP	Colheita de café	Campinas, SP
Reinaldo	Colheita de café	Campinas, SP	Arregimentador	Campinas, SP
Verônica*	Colheita do café	Campinas, SP		
Diu	Colheita do café	Machado, MG	Colheita do café	Machado, MG
Wallace	Colheita do café	Machado, MG	Colheita do café	Machado, MG
Dáilton	Colheita do café	Machado, MG	Colheita do café	Machado, MG

Fonte: Pesquisa de Campo. Aracatú, 2008 e 2009.

Legenda:

* Verônica não saiu para o café em 2008.

Tamanha a dimensão e importância das *saídas para café* nas famílias camponesas de Aracatú, que nas *turmas* de migrantes já se observa a presença de aracatuenses que moram em *São Paulo*. São “migrantes mais antigos” que se juntam aos seus conterrâneos provenientes da Bahia, e em sua companhia trabalham por dois ou três meses em cafezais de Minas Gerais e de Campinas.

Conquanto para os aracatuenses que moram no sertão, a ida o café é praticamente a única alternativa de trabalho fora das *fazendas*, para aqueles que moram em *São Paulo* ela representa uma dentre várias oportunidades de trabalho. Mas uma oportunidade que paulatinamente vem ganhando espaço e se valorizando dentre esses aracatuenses que vivem fora de Aracatú.

Dentre os aracatuenses que moram em *São Paulo*, observei desde casos de pessoas desempregadas que na colheita encontraram uma oportunidade de trabalho, estas as mais freqüentes, como situações em que a pessoa embora

empregada julgara mais vantajoso abandonar o emprego e ir para o café, onde em menos tempo ganharia muito mais dinheiro¹⁸³.

Verifiquei ainda casos de aracatuenses que se tornaram arregimentadores de migrantes mas que moram em Artur Nogueira, SP e no sul de Minas Gerais. Desde esses lugares, e utilizando-se das redes de relacionamento nas quais se inserem, agenciam trabalhadores, em sua maioria proveniente de Aracatú, para o trabalho temporário no café.

Portanto, os aracatuenses realizam duas formas de movimentos migratórios que se encontram nos cafezais, um majoritário e mais antigo que *sai* de Aracatú, e outro (ainda) insignificante do ponto de vista demográfico, que parte do interior de São Paulo. Não obstante sejam (ainda) poucos os casos que encontrei nesse “segundo movimento”, são eles emblemáticos para a caracterização da complexidade e heterogeneidade do processo migratório estudado.

E continua a escrever o poeta local:

[...] Adolescentes afastam das escolas
Por tempo determinado
Não quer perder oportunidades
De ganhar alguns trocados
Para investir no seu futuro
De aracatuense esperançado [...]
(Ademir P. Santos)

Por causa do grande o número de jovens¹⁸⁴ e crianças¹⁸⁵ em idade escolar, que juntamente com pais e familiares, *saem* para o café, ocorrem modificações

¹⁸³ No primeiro caso temos Zé Nilton e Zelinha, da *fazenda* Martim (Cf. Trajetórias no primeiro capítulo) que por estarem desempregados em Campinas foram *buscar dinheiro* na lavoura de café em Paraguaçu, MG. No segundo caso, cito Aílton, irmão de Zelinha, que mora já há alguns anos em Artur Nogueira, SP e que, no ano de 2008 pediu demissão do emprego e seguiu para o trabalho nos cafezais da região de Machado, MG.

¹⁸⁴ Por jovens em idade escolar refiro-me a pessoas entre 14 e 18/19 anos, que na ocasião da pesquisa de campo – anos de 2008 e 2009 - cursavam o segundo ciclo do ensino fundamental ou o ensino médio (antigos ginásio e colegial).

¹⁸⁵ Classifico como crianças em idade escolar as que têm até 13 anos de idade, e que cursavam, em 2008/2009, as séries que iam até o fim do primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário). Note-se que nas escolas de Aracatú, principalmente nas que têm alunos provenientes da zona rural, eles são normalmente mais velhos por séries que o previsto na legislação escolar brasileira. Por isso, no segundo ciclo do ensino fundamental, destinado a crianças entre 11 e 14 anos, há muito jovens com idade superior a esta idades, bem como há crianças com mais de 10

nos calendários das escolas, para que esses estudantes, mesmo que migrem durante alguns meses ano, possam continuar a estudar.

As crianças viajam para acompanhar os pais, que muitas vezes não têm com quem deixá-los, ou simplesmente preferem tê-los consigo. Os que já têm catorze anos ou mais, diferentemente, *saem* para trabalhar nos cafezais, os menores “dividindo o pano” com os pais.

Em Aracatú o calendário escolar é reorganizado em função das *saídas* dos estudantes para o café. Em algumas escolas da zona rural, onde há o maior afluxo de estudantes migrantes, as aulas são suspensas durante o “tempo do café” e reiniciadas quando do retorno dos estudantes. Uma espécie de antecipação das férias de verão, que nas escolas brasileiras, e também nas de Aracatú, acontecem nos meses de dezembro de um ano e janeiro e fevereiro do ano seguinte. Isso se passa, por exemplo, nas escolas de ensino fundamental e médio do povoado de Piabanha.

A partir de um pequeno questionário aplicado na escola municipal localizada na *fazenda* Martim¹⁸⁶ em 17 de abril de 2007, apurei que dentre 26 estudantes com idades entre 4 e 13 anos, somente quatro (duas duplas de irmãos) disseram que seus pais não costumam ir todo ano para o café. Os outros vinte e dois estudantes relataram que os pais (ou ao menos um deles) costumam *sair* para o café. E ainda, dentre esses vinte e dois estudantes, nove deles já estiveram com os pais, pelo menos uma vez, em cafezais fora de Aracatú.

Não obstante a ida de crianças para o café ter sido até recentemente uma prática comum nas famílias de Aracatú, em especial nas que moram em *fazendas*, nota-se nos últimos cinco anos uma diminuição significativa no número de crianças que continua a acompanhar os pais para o café. Isso foi verificado dentre as crianças que estudam na escola rural da *fazenda* Martim. Das vinte e duas crianças que responderam que os pais costumam *sair* para o café - dentre as

anos no primeiro ciclo do ensino fundamental. Dito isto, esclareço que a distinção aqui aposta, entre crianças e jovens em idade escolar, toma preferencialmente como parâmetro a idade e não a série que a criança ou o jovem estuda.

¹⁸⁶ Nessa escola estudam crianças desde quatro anos até a 4ª série do ensino fundamental. São crianças que moram nos arredores, nas fazendas Martim, Baixa Escura, Gato, Mucugê, Lagoa do Alto, Boa Vista, Riachão.

quais nove já haviam estado ao menos uma vez com os pais no café - todas disseram que não iriam naquele ano (2008), mas ficariam aos cuidados de outros familiares na Bahia enquanto os pais estivessem fora. As professoras da escola confirmaram que somente um de seus alunos - que não respondeu ao questionário porque não fora da escola naquele dia - viajará com os pais para o café este ano.

A diminuição do número de crianças pequenas que acompanham os pais nos deslocamentos para o café se deu, principalmente, depois da implantação pelo Governo Federal do Programa Bolsa-Família¹⁸⁷, que prevê o pagamento de um benefício financeiro mensal para famílias carentes de todo o país. Para o recebimento do mencionado benefício, além da comprovação da situação de carência econômica da família, são exigidos alguns outros requisitos como, por exemplo, a obrigação de levar regularmente as crianças nos Postos de Saúde para acompanhamento, por um profissional de saúde, do seu desenvolvimento físico e nutricional, e a obrigação dos pais em assegurar uma frequência mínima dos filhos às escolas. No caso da ida para o café, o período que os aracatuenses se ausentam da Bahia pode chegar a três meses nos anos *bons*, o que ultrapassa o número de dias de ausências escolares permitido a uma criança, para que sua família não perca o direito ao referido benefício governamental. Observe-se que diferentemente do que ocorre no caso dos estudantes jovens que *saem* para o café, o calendário das aulas das crianças pequenas, que ainda não têm idade para trabalhar, não costuma ser alterado nas escolas de Aracatú.

Já na sede urbana, outra é a forma utilizada para a adaptação dos calendários escolares¹⁸⁸ ao período “tempo do café”. Há basicamente dois calendários, um *especial* para os estudantes migrantes, grande parte deles

¹⁸⁷ Inicialmente era o benefício da Bolsa-Escola, que depois foi incorporado como parte do da Bolsa-Família.

¹⁸⁸ Na sede urbana, as mudanças ocorrem somente nas séries a partir do segundo ciclo do ensino fundamental (a partir da quinta série ou sexto ano do ensino fundamental), em classes onde estudam crianças a partir de 11 anos de idade e moradoras da zona rural. Abaixo dessa idade, são crianças que moram da sede urbana, praticamente inexistindo a prática migratória nesse grupo, não se justificando, dessa forma, uma modificação no calendário das aulas.

moradores da zona rural¹⁸⁹, e outro para os que ficam. E a escola, na medida do possível, procura agrupar os alunos que costumam *sair* para o café (que mais freqüentemente são moradores da área rural) em classes separadas do restante dos estudantes.

Dentre os alunos que *saem*, há aqueles que transferem a matrícula temporariamente para escolas localizadas nos municípios onde os pais vão colher café¹⁹⁰. Entretanto, esse arranjo é utilizado somente por aqueles que não vão trabalhar no café, os mais novos, porque não é possível continuar a estudar e trabalhar na colheita ao mesmo tempo.

Assim explicou-me a Graça, diretora da escola estadual Coronel Cândido Silveira Santos, localizada na sede urbana do município.

No mês de maio eles [estudantes] já começam a querer sair pra trabalhar no café [...] Como é na Piabanha [povoado rural de Aracatú]. No início fechava, mudava o calendário escolar, funcionava nas férias. Fechava a escola, os alunos iam trabalhar em São Paulo, Minas, e tem aqui na Bahia, aqui Barra da Estiva. Aí eles iam pra lá, sessenta, noventa dias, ficavam trabalhando para lá, retorna pra escola e a escola volta o calendário especial. No nosso caso [escola da sede urbana], a gente não muda o calendário pelo calendário especial, porque não são todos os alunos da escola que vão, né, a maioria, nem metade dos alunos não vão não [...]. [Mas] tem turma que vai quase toda turma. [...] Daí, quando eles retornam a gente tem que ver todo o [dado] ... da unidade, tem que fazer, acelera, dá aula extra, vai um pouco mais, dá aula no sábado, às vezes a gente dá aula no final do ano a gente aumenta mais um pouco a unidade, pra rever os acúmulos que foram dados e os aluno não tiveram. Outros alunos levam o material [pro café], alguns professores dão trabalho, outros até conseguem matricular lá em São Paulo, traz o atestado e a gente também recebe o atestado da firma que eles trabalharam lá; alguns têm a carteira assinada, a gente tira xérox da carteira, outros o patrão dá o atestado que estiveram lá trabalhando no café, na laranja, é café e laranja.

(Entrevista realizada com a Graça, diretora da escola estadual Coronel Cândido Silveira Santos, Aracatú, em abril de 2007).

¹⁸⁹ São poucas as escolas de ensino médio localizadas na zona rural de Aracatú (elas existem somente nos povoados distantes do centro urbano, como na Piabanha e na Várzea da Pedra). Os jovens rurais para prosseguir nos estudos nas séries do ensino médio (antigo segundo grau), deslocam-se diariamente de suas *fazendas* para a sede do município.

¹⁹⁰ São situações onde há a intermediação direta entre os diretores das escolas de Aracatú com as escolas de fora.

Nessa escola de Aracatú, estudam jovens do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, com idade entre 11 e 18 anos. Muitos são jovens, moças e rapazes, que saem com os pais para o café, para trabalhar e ganhar o seu próprio dinheiro. Entrevistei três jovens, com idades de 18 e 19 anos, alunas do último ano do ensino médio. Lidiane, uma delas, tem dezoito anos, mora com os pais em *fazenda* na zona rural de Aracatú, e cursa o último ano do ensino médio na sede urbana do município, para onde se desloca diariamente em ônibus escolares. Diz ela sobre sua trajetória:

Lidiane: Eu vou [para o café em Minas Gerais] desde os seis anos com a minha família, mas antes eu não trabalhava, eu só ficava [com os pais]. Eu já trabalhei quatro vezes.

Verena: E trabalha todo mundo junto, você vai com sua família ou cada trabalha num lugar?

L: Não, todo mundo junto, numa fazenda só, todo mundo junto.

V: E você falou que já fez esse trabalho quatro vezes, e normalmente vocês ficam o tempo numa fazenda só ou acabam e mudam pra outra?

L: Numa fazenda só.

V: E pra onde você [já] foi, é sempre pro mesmo lugar?

L: Não, eu já fui a primeira vez pra Patrocínio, em Minas [mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba]; a segunda vez pra Araguari, em Minas também [idem]; a terceira vez pra Patos de Minas, em Minas também [idem], e duas vezes pra Caromandel, Minas [idem].

V: E agora este ano você vai?

L: Vou?

V: Pra onde?

L: Araguari.

V: E da sua família quem que vai?

L: Só vai eu, duas irmãs e meu cunhado.

V: E você acha que esse dinheiro do café é importante?

L: É importante. Agora se você ver alguém que tem qualquer coisa aqui, conseguiu com o dinheiro do café. Porque já eu tenho dois anos que eu não vou, mas a gente fica aqui, é mais difícil, que lá é pouco tempo e ganha muito, não muito, mas ganha o suficiente que dá pra você.

(Entrevista realizada na escola estadual Coronel Cândido Silveira Santos, em abril de 2007).



Fotografia 8: Estudantes e migrantes do café

Fonte: Nogueira, V. S. Pesquisa de campo. Aracatú, 2007

4.2 - OS PREPARATIVOS PARA SAIR: A PROCURA DE UM LUGAR NA TURMA

Vai depressa a procura do gato
Reservar sua passagem
Volta pra casa contente
Arrumar sua bagagem
E fica aguardando o dia
Dessa esperançosa viagem

Corre depressa no mercado
Compra logo uma fatura
De carne-seca e bolacha
Fósforo, fumo e rapadura
Um quarto de bode seco
Pão doce e farinha pura

Pega toda aquela carne
Enfia numa vareta
E sarrabulha na prasa [brasa]
Chega a carne ficar peta [preta]
Arruma numa lata de folha
Depois bota na maleta

Se despede de quem fica
E abençoa os vizinhos
Com a alma penosa

Dá lhe milhões de beijinhos
Deixando um pé de saudade
A pronta de seus carinhos
(Ademir P. Santos)

Passada a festa de São José, o dia 19 de março, é tempo de se organizar para o café. É o momento de procurar um arregimentador¹⁹¹, e saber se há lugar em sua *turma* que em breve sairá para trabalhar nos cafezais do Sudeste.

Os deslocamentos para o café não são realizados individualmente ou em pequenos grupos de parentes e vizinhos, como acontecia até os anos 1970, quando os aracatuenses se “aventuravam” pelo “meio do mundo”. Trata-se de um negócio organizado, que tem o arregimentador de migrantes como figura central. É este quem primeiro sai e faz o contato com os fazendeiros do café que precisam de mão-de-obra temporária em seus cafezais; na seqüência ele volta para a Bahia, reúne uma *turma* de migrantes e organiza o deslocamento até os cafezais.

Primeiro sai um pessoal [os arregimentadores de migrantes] daqui pra lá, procurando um lugar pra gente trabalhar, sai um pessoal daqui, procurar fazenda pra gente ir. Aí encontra as fazendas, eles voltam, fretam os ônibus e a a gente vamô [...] trabalha lá, três meses, dois meses e aí volta.

(Entrevista realizada com a estudante da Lidiane, 18 anos, na escola estadual de Aracatú onde cursa o último ano do ensino médio, abril de 2007).

O arregimentador de migrantes é sempre um conterrâneo dos migrantes, um parente, um vizinho ou um amigo, que age como intermediário entre eles e os fazendeiros do café. Sua função é reunir trabalhadores e levá-los para os cafezais,

¹⁹¹ Como já mencionado, o termo “gato” não é utilizado corriqueiramente pelos aracatuenses, embora saibam seu significado que dizem ter aprendido em suas *andanças pelo mundo*. Utilizam preferencialmente em seu lugar o próprio nome da pessoa que os leva para o café, sendo comuns expressões como: “eu vou com ‘fulano’ para o café”; ou “não sei se tem lugar para mim na turma do ‘beltrano’”; ou ainda, “este ano quero ir com ‘ciclano’”, e assim por diante. O uso do nome da pessoa e não da denominação genérica “gato”, entendo estar relacionado não a um desconhecimento do termo por parte de meus interlocutores de pesquisa, mas ao tipo de relação que mantêm com aqueles que os levam para o trabalho alhures, que mais do que meros agenciadores e chefes são seus parentes, vizinhos e amigos mais bem sucedidos e poderosos, que os “ajudam a conseguir uma vida melhor”, como eles mesmo dizem. Volto a lembrar que no texto me refiro a estas pessoas, centrais ao processo migratório ora analisado, como arregimentadores de migrantes ou ainda chefes de *turma*.

com os quais permanece durante todo o tempo da colheita, como o responsável e chefe da *turma*.

Este chefe de *turma* não efetua o pagamento diretamente aos migrantes de sua turma, cabendo esta função ao fazendeiro ou ao seu gerente ou encarregado, porém é ele quem organiza o “pagamento”¹⁹², que acontece sempre em local, dia e hora combinadas. É ele quem checa a *papelada* dos trabalhadores, sendo por seu intermédio que estes procuram solucionar algum eventual problema entre os que pagam e os que recebem. O pagamento é efetivado mediante a contra apresentação de vales no qual consta o nome do trabalhador¹⁹³, a quantidade de café (em quilos) que colheu durante o dia e a assinatura de um fiscal da fazenda. O fiscal é um funcionário da própria fazenda que diariamente determina a área a ser trabalhada, fiscaliza o trabalho e, ao final do dia faz a pesagem, perante cada trabalhador, da quantidade de café por ele colhida.

Diferentemente do fiscal, do gerente ou de qualquer outro funcionário permanente das fazendas de café, o arregimentador é também um trabalhador temporário. Assim como “seus”¹⁹⁴ trabalhadores é também um migrante temporário, embora ocupando posição hierárquica mais elevada que a dos demais, por ser ele o chefe e o responsável pela *turma*. Como os demais trabalhadores da *turma* é remunerado diretamente pelo dono da fazenda de café (ou por seus encarregados), porém recebe um valor mais elevado que o pago a eles, calculado não sobre a quantidade de café por ele próprio colhida (normalmente não trabalham diretamente na colheita, embora eventualmente

¹⁹² Pagamento aqui é um evento etnográfico, com regras e requisitos que deve ser por todos seguidos.

¹⁹³ Há situações em que os filhos, por serem ainda pequenos, colhem café no mesmo pano de um dos pais, e por isso não recebem pagamento individual. Isso acontece sempre quando há filhos menores de 16 anos, mas que já trabalham de forma “irregular”, isto é, que não tem idade legal suficiente para tanto. |

¹⁹⁴ O pronome possessivo *seu* refere-se à relação existente entre os arregimentadores e os trabalhadores que este leva para o café. Uma relação que está além de uma relação meramente profissional (e impessoal) entre empregado e empregador, mas que se desvela como uma relação pessoal, de ajuda, amizade, respeito e dominação pessoal que existe entre esses chefes de *turma* e seus trabalhadores, esta extensível a suas famílias e ao local de origem.

alguns realizem também esta função¹⁹⁵), mas em percentual sobre a quantidade de café total colhida pela *turma*.

De forma análoga ao tratado pela literatura em outros cenários migratórios brasileiros (SILVA, M.A.M., 1999, SILVA, V., 2005, MACHADO, 1992), em Aracatú os arregimentadores de migrantes têm uma trajetória de vida pregressa associada ao trabalho na *roça*, na terra natal ou fora. Entre aqueles com os quais tive interlocução durante a pesquisa, assim como daqueles que tive conhecimento através de terceiros, todos eram nascidos em famílias camponesas de Aracatú, e trabalhavam, ou já haviam trabalhado parte da vida com atividades agrícolas. Antes de começarem a trabalhar como arregimentadores de migrantes, eram somente camponeses e migrantes.

Ser chefe de *turma* é tornar-se chefe de *turma*, é deixar de ser um “mero” camponês agenciado por outrem para trabalhar fora de suas *fazendas* sertanejas, e tornar-se aquele que passa a levar os “seus” próprios trabalhadores. É ter o ofício de arregimentador de migrantes. Um ofício que se aprende na prática com outros arregimentadores, para os quais trabalha e com os quais tem algum tipo de relacionamento próximo. Um ofício que não raro é um “negócio de família”, passado de pai para filho.

Zé Mascate, da *fazenda* Baixa Escura, aprendeu a ser arregimentador de migrantes nos anos 1950. Nos anos 1970, tornou-se um dos mais prestigiados e ativos do ramo em Aracatú, sendo o pioneiro em *localizar*¹⁹⁶ aracatuenses na região de Artur Nogueira, mais exatamente na colheita de laranja e algodão. Ao término das colheitas, *uma grande parte retornou*, mas *uma pequena parte* ficou em Artur Nogueira, e *deu continuidade, foi trabalhando, foi desenvolvendo*. Foram esses poucos aracatuenses - os que não retornaram - os primeiros que habitaram Artur Nogueira, depois Campinas e outros municípios da região. É bastante provável que foi a partir desses primeiros migrantes, que teve início o processo

¹⁹⁵ Este é o caso de Reinaldo, filho de Laiminha e de Giovana, da fazenda Baixa Escura, que em 2009 substituiu o pai na função de chefe de *turma* de migrantes na fazenda Monte D'Este, em Campinas, SP. Mas além de atuar como o chefe, Reinaldo trabalhou na colheita e nos *terrerões* de café da Monte D'Este.

¹⁹⁶ *Localizar* é uma expressão verbal utilizada por alguns arregimentadores que quer dizer alocar “sua” *turma* para trabalhar num dado local: numa região, numa fazenda, ou ainda, num tipo de atividade, como por exemplo, a colheita de laranja, café ou algodão.

migratório regular entre Aracatú e esta região e São Paulo, que perdura até os dias atuais (Cf. Capítulo III).

Transcrevo abaixo o relato de Zé Mascate sobre sua trajetória como chefe de *turma*:

Então, nos anos 50 [1950] eu vim pra São Paulo trabalhar com turma. Aí eu era novo e aprendi a trabalhar com turma desde os anos 50. Voltei à Bahia em 55, aí passei um tempo por lá, não deu para continuar [...].

Aí em [Pompéia] tiramos umas colheitas... Voltei pra Bahia, passei uns tempos na Bahia. Nos anos 70 [1970] aí veio uma crise pesada, mas daquelas que parou quase sem recurso, né. Eu fui a uma agência da Vera Cruz, que era uma empresa de ônibus, que eu sempre pensei no povo. Aí pedi pra ele um crédito de 45 dias pra mim trazer o pessoal pra São Paulo, porque não tinha jeito do pessoal ficar lá, e dinheiro não existia, não existia, não existia assim, pra nós pobre. Aí ele foi comigo até a empresa e nós conseguimos a viagem para 45 dias. Eu trouxe naquele tempo 150 pessoas pra aqui, pra região de Artur Nogueira. Aí uns foi colher laranja, outros foi colher algodão e tal, até que eu vim no derradeiro que veio, eu vim na derradeira lotação. Aí localizei esse povo tudo, que eu que tinha um pouco de conhecimento na área, localizei esse povo tudo na área, o povo trabalhou, o derradeiro dinheiro que recebi eu voltei e paguei a empresa total. E o povo foi beneficiado, venceu o ano nessa situação. Aí o povo, todo mundo retornou e tal, uma grande parte retornou, só ficou uma parte, uma pequena parte ficou por aqui, e esse que ficou por aqui deu continuidade, foi trabalhando, foi desenvolvendo. Até que alguns desenvolveu até bem, né.

Bom, aí em torno dos anos de 75 [1975], aí veio outra fase pesada, que uma região lá perto, até no estado da Bahia, que chama Guanambi [região sudoeste da Bahia], aí eu fui pra lá, prosei lá com os fazendeiros tal, que sempre eu tinha o meu jeito de falar com a turma, proseei com os fazendeiros de Guanambi e comecei a levar de pouco gente, até que eu levei duzentas e poucas pessoas para a região [...]. Pra Guanambi, da minha terra pra Guanambi [...].

Aí nós passamos uns dois anos trabalhando nesta região. Eu abri uma área muito grande de algodão, fazia 4 mil hectares, 5 mil hectares de algodão e precisava de gente, e na nossa região nós trazia pra aí. Aí passemos um tempo aí, aí passou uns quatro anos, o pessoal saiu rodando essa região de Guanambi, até que todo mundo atualizou na área e tal, e daí através dos fazendeiros nós conseguimos um pessoal que tinha interesse na compra de algodão, que é lá das firma de compra de algodão, aí foram lá fazer uns testes nas terras, a gente levou eles pra lá. E lá eles fez umas análises nas terras que achou as terras produzia algodão lá em Aracatú, onde é que nós morava. Aí, através dos conhecimentos que eu já tinha com eles, consegui com eles pra eles ir lá. Reuniu lá em casa umas 150 pessoas da região e aí eles foram, de Guanambi foram pra lá. Chegou lá, ficaram lá, teve uma reunião, foi lá com o pessoal lá tal, analisou as terras, achou produção do algodão lá. Aí resultado, eu consegui as sementes com eles, e o veneno, pra plantar lá, que o pessoal não tinha condições. Levemos, levou os caminhão de

semente, veneno tudo pra nos fornecer lá, pra fornecer pra turma. Deus me deu que vamos ter uma grande produção de algodão na região nossa. Mas, quando chegou num determinado tempo, aí o algodão caiu de preço, o algodão caiu de preço e aí a situação tornou a arruinar, que o povo deixou de plantar porque não tem mais preço. O algodão está com 12 anos que o preço em torno está em torno de 10, 12 real a arroba, e aí não teve mais condições do pessoal plantar o algodão, e o povo parou outra vez [...]. Isso já foi nos anos 95 [1995].
(Entrevista realizada com Zé Mascate, Artur Nogueira, março de 2007).

Atualmente Zé Mascate está “aposentado”¹⁹⁷ do ofício de arregimentador de migrantes. Atua somente nos bastidores do processo migratório, cultivando os contatos que têm com fazendeiros que lhe demandam trabalhadores temporários, e os transmitindo para os novos arregimentadores de sua família. Como relatado anteriormente no texto, durante o “tempo do café” Zé Mascate não (mais) viaja para as colheitas para *tomar conta* de *turma*, mas se muda com a esposa, de sua casa em Artur Nogueira, para sua casa na *fazenda* (Baixa Escura) de Aracatú. Fica na *fazenda* por três a quatro meses, em substituição aos dois filhos que *saem* todos os anos para o café. Zé Mascate ensinou e passou seu ofício para os filhos Laiminha e Isáia.

Zé Mascate: O Jaime [Laiminha] tem 11 anos que eu coloquei ele na fazenda Monte D’Este, em Campinas, chegando em Campinas; e ele traz, ele trazia 100 pessoas, depois a passagem ficou cara, que é a fazenda que paga, aí ele diminuiu trazer 60, 50 e aí inteira aqui 80 pessoas.

Verena: E como é que se organiza, os fazendeiros já conhecem as pessoas e aí eles...?

Z: Os fazendeiros conhecem a nós, principalmente, né. Então, através de nós manda nós trazer tantas pessoas, e aí a gente pega as pessoas e já traz. Lá classifica as pessoas melhor de serviço e já traz pra eles. Aí essas fazendas, que nem essa fazenda que Jaime trabalha aqui [Monte D’Este, em Campinas], o fazendeiro dá passagem pra buscar e dá pra levar. Porque eles ganha só paga mesmo as despesas de fora.

(Entrevista com Zé Mascate, Artur Nogueira, março de 2007).

Na família de Zé Mascate, o ofício de arregimentar migrantes chegou à terceira geração com o ingresso de Reinaldo, o primogênito de Laiminha, no

¹⁹⁷ Estar aposentado significa no dizer local estar afastado depois de muitos anos do trabalho de chefe de *turma*, e não necessariamente estar recebendo o benefício da aposentadoria

“negócio” da família. Como já mencionado, nas colheitas de café de 2008 e 2009, Laiminha não podia *levar* “sua” *turma* para a fazenda Monte D’Este, em Campinas, com vinha fazendo há mais de uma década. Em 2008 esteve ocupado com sua campanha eleitoral, e em 2009 tinha um mandato de vereador a cumprir em Aracatú, de onde não podia se ausentar por tanto tempo¹⁹⁸. Em seu lugar colocou Reinaldo, então com 20 anos, que sob sua supervisão, passou a chefiar o *pessoal do café*. Observe-se, que antes de Reinaldo ter-se tornado o chefe da *turma*, já havia trabalhado durante alguns anos na mesma fazenda de Campinas, tendo o pai como chefe e professor.

Os arregimentadores de migrantes normalmente começam trabalhando para outras pessoas, mas mudam de *status*, passando de meros trabalhadores de uma *turma*, a uma posição hierarquicamente superior e dotada de maior prestígio e poder, que é a de chefe de *turma* (ou de arregimentador de migrantes). Porém, essa passagem não é fácil para todos, ou ao menos, é mais para uns que para outros. Para os “novatos” no ofício, ou seja, para aqueles que não possuem pai ou parente próximo que lhes transmita o ofício, essa passagem mostra-se bem mais difícil e demorada. Para ser um arregimentador é necessário ter uma relação direta com o proprietário da fazenda (ou seu gerente) para onde se pretende levar os migrantes. Relações que chegam a durar vários anos, e são as responsáveis pelos sucessivos retornos de “sua” *turma* para as mesmas fazendas, criando-se uma espécie de exclusividade de mercado para os que já são chefes de *turma* em relação aos “novatos”. Portanto, para o ingresso dos “novatos” no ofício é exigido que se insiram nas redes tecidas entre os “veteranos” no ofício e os fazendeiros, ou ao menos, que tenham novas redes, caminho este bem mais difícil que os trilhados pelos que herdaram o ofício.

Um senhor que já trabalhou levando aracatuenses para o café nos relata sua difícil passagem entre a condição de trabalhador migrante para a de chefe de *turma*.

¹⁹⁸ Mesmo como vereador eleito de Aracatú, Laiminha esteve duas vezes em Campinas durante a colheita de café de 2009. Lá esteve por poucos dias no início dos trabalhos, e por cerca de uma semana no final.

Primeiro eu fui dois anos em Ibiraci [Minas Gerais] trabalhar com um turmeiro com nome de Joel Fernandes. Aí trabalhei, fiz duas safras com ele, dois anos seguintes. Aí no outro ano, eu resolvi mudar de local, assim, de cidade. Fui pra Patrocínio, eu e meu padrinho Ildefonso. A gente foi sem rumo, não conhecia ninguém, falou assim “A gente vai lá ver se arruma um serviço lá”. A gente foi! Chegando lá, como a gente não tinha conhecimento, ficava difícil. Se informava de um, mas o pessoal desconfiava da gente porque já tinha passado muitas pessoas lá que já tinha, vamos dizer assim, colocado o patrão – com mais concreto – no pau. Trabalhava uma semana, depois queria direito de serviço. Então os patrão ficava com medo de pegar pessoas que não conhecia. Foi o que aconteceu com a gente. Aí, nós ficamos lá sete dias [...] Nesse ano a gente não conseguiu nada! A gente voltou pra trás sem arrumar serviço nenhum.

Depois que eu cheguei aqui de volta [em Aracatú], foi que eu tinha um tio meu, Lausino, que tava trabalhando lá, depois de Patrocínio, foi que me ligou que tinha uma fazenda lá que tava precisando de gente, se eu não queria levar.

Como eu já tinha feito essa despesa toda, Ildefonso disse assim “vamos levar”, aí nós pegamos um bocado de gente aqui, quarenta e cinco pessoas, e levamos. Chegando lá, foi uma negação. A gente pensou que a gente ia pra uma fazenda, morar na fazenda. Chegando lá, esse tio nosso tinha mentido pra nós que era pra fazenda. E nem era pra trabalhar pra um fazendeiro, era pra um gato¹⁹⁹. Era o gato que tava precisando, não era o fazendeiro. Aí, nós chegamos nessa cidade, não tinha casa pra morar! Nós pensamos até voltar no mesmo ônibus pra aqui, porque o ônibus a gente tinha arrumado aqui em Aracatu. Nós ainda pediu ao rapaz do ônibus, que era conhecido da gente, pra segurar um pouco pra ver porque se não desse, se não arrumasse casa, no meio da rua a gente não ira ficar, né?! Com quarenta e tantas pessoas, tinha até criança no meio!

Aí, esse gato saiu na cidade junto com esse Lausino, que é tio meu, que tava trabalhando com ele, foi que conseguiu duas casinhas. Nós ficamos em quarenta e cinco pessoas em duas casas! Assim, você não podia nem mexer. Inclusive no bairro que a gente morou, nem água tinha [...]. Todo dia passava o caminhão, pegava a gente, ia pra fazenda. A gente trabalhava com mais de mil pessoas. A fazenda era enorme! Só que não era desse gato. O gato trabalhava nessa fazenda, sabe? A gente pensou que a gente ia direto com o fazendeiro, porque a gente não... Se a gente soubesse daqui que a gente ia trabalhar com gato, nós não ia. Mas esse tio nosso falou que nós ia trabalhar direto na fazenda, morar na fazenda.

Ma até que deu pra gente ganhar um dinheirinho que deu pra ir embora. Aí no outro ano eu voltei de novo, lá pra Patrocínio. Aí eu fui só. Aí eu cheguei lá, deu certo que eu conheci esse... Aliás, eu daqui de Aracatú, eu já fui com o telefone desse tal de Vitalino, que é esse que eu trabalhei sete anos. Aí, cheguei lá, liguei pra ele, deu certo que ele tava precisando

¹⁹⁹ Note-se que “gato” nessa descrição é alguém externo às redes de relacionamento dos aracatuenses, uma terceira pessoa que se coloca como intermediário entre o arregimentador e o fazendeiro que emprega os migrantes.

de gente. Aí, a gente foi na fazenda, começamos a trabalhar. Aí fiquei com ele sete anos.
(Entrevista com Régis, motorista de ônibus escolar e agricultor, 37 anos, Aracatú, abril de 2008)

Dialeticamente relacionado à posição social dos arregimentadores de migrantes, há o prestígio daquele que neste ofício é investido. De um lado, é preciso ter prestígio perante um grupo de migrantes (uma *turma*) para se tornar seu chefe; de outro, uma vez investido e atuante no ofício, tem-se seu prestígio perpetuado.

Em sua pesquisa com jovens rurais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Vanda Silva (2005) observa que o ofício de gato confere uma posição de prestígio e de masculinidade aos que nele se embrenham. Argumenta que este ofício se insere num contexto onde ainda perdura uma mentalidade de “senhor e escravo”. Como agenciador de mão-de-obra, o gato atua como intermediário entre os camponeses e os usineiros (os “coronéis”) ou fazendeiros. É alguém que já foi ou ainda é camponês (um deles) mas que aspira à posição de “coronel”. Ao analisar as relações de subordinação presentes no Jequitinhonha, assinala a autora que podemos

[...] pensar na persistência de traços de uma mentalidade de *senhor e escravo* que constituem a figura do gato ou do intermediário. Por sua vez, a existência do gato pode ser vista como resultado de um processo das relações capitalistas no campo que produz a figura do *capataz* ou do *administrador* dos trabalhadores rurais assalariados para a Usina. No entanto, um outro ingrediente que entra na composição da figura do gato é o personalismo que, por sua vez, coloca-o como forte aliado dos *coronéis* – quando o gato não se metamorfoseia em *coronel* – sobretudo nos momentos de garantir o *voto de cabresto* na região (SILVA, V., 2005, p. 158)

Em Aracatú o que se observa é a existência de relações de dominação pessoal dos arregimentadores em relação aos migrantes. Estes dependem dos primeiros para arrumar trabalho nas fazendas de café. Cabe aos arregimentadores

a escolha de quem comporá sua *turma*. Ir *depressa a procura de um gato*, como expresso no verso da epigrafe deste capítulo, mostra a primeira providência dos aracatuenses para poder *sair* para o café. A ação pode partir tanto dos próprios migrantes que saem literalmente à procura de um arregimentador como deste que faz saber aos seus conterrâneos, que procura pessoas para compor sua *turma*. De qualquer modo, o que importa é que a decisão final é do arregimentador, que tem o poder para decidir quem vai e quem fica.

Ter uma boa relação familiar, de vizinhança ou de trabalho com um arregimentador é uma condição primeira para poder estar na *turma*. Aliás, ter trabalhado antes com uma dada *pessoa*, tendo cumprido diligentemente as obrigações de um bom trabalhador, é também condição para a renovação da sua vaga na *turma* do ano seguinte. Aliás, a regra é a permanência, em anos seguidos, em *turmas* de um mesmo chefe, configurando-se uma espécie de fidelidade recíproca.

Inspirada nas análises de Lygia Sigaud (2004) acerca das relações entre os “moradores” dos engenhos e seus patrões, sugiro existir entre os arregimentadores e os migrantes que *leva* para o café, uma forma aproximada da “dominação tradicional”²⁰⁰ weberiana. Uma modalidade de dominação exercida em virtude da dignidade do arregimentador, e reiterada pela tradição, por fidelidade dos migrantes em relação a ele. Um tipo de dominação influenciada diretamente por valores morais e éticos²⁰¹, e não por algum tipo de ordenamento legal ou burocrático que caracterizaria a “dominação legal”.

Por isso, uma relação de dominação que nem sempre é percebida pelos migrantes enquanto tal, seja porque o arregimentador é alguém que lhes é próximo, a quem chamam pelo nome, alguém da família ou da vizinhança, seja por ser alguém que lhes proporciona uma vida melhor, na medida em que lhes arruma trabalho remunerado. Os migrantes sentem-se endividados em relação à ajuda que recebem dos “generosos” arregimentadores. Ajudas que não são vistas como obrigações, mas como dons, estes que por sua vez dimensionam o prestígio

²⁰⁰ Cf. Max Weber (1964) a respeito dos três tipos de dominação: legal, tradicional e carismática.

²⁰¹ Sobre o tema da autoridade moral dos arregimentadores de migrantes, ver também Menezes, 1998.

e do poder dos arregimentadores perante os migrantes, seus familiares e toda uma população que deles dependem para *ganhar a vida* fora.

Por outro lado, o prestígio e o poder dos arregimentadores permeiam praticamente todas as esferas da vida das famílias de Aracatú. Ele não é somente aquele que *leva a gente para o café*. É também quem tem dinheiro para comprar um caminhão para *fazer linha* entre as *fazendas* e o centro urbano de Aracatú, aquele que consegue se eleger vereador, seja na Bahia ou em Artur Nogueira, onde mora um grupo grande de aracatuenses, ou simplesmente aquele que é conhecido e respeitado como um “bom baiano”.

Como ocorre na família de Zé Mascate, o ofício de levar aracatuenses para trabalhar fora da Bahia é uma herança familiar, uma atividade que se aprende com o pai, com o avô ou mesmo com outro parente próximo. Estes, além de servirem como professores, transmitem também o prestígio e o respeito que detém junto às famílias rurais de Aracatú. Um prestígio que está associado com o poder local dos arregimentadores que os distinguem do restante da população do local, e que, não raro, funciona como um trampolim para o ingresso no poder legislativo local e de alhures. O prestígio e o poder de chefes de *turma* como Zé Mascate²⁰² e de seu filho Laiminha, mostraram-se fatores importantes para que fossem eleitos vereadores na Câmara Municipal de Aracatú.

Lari, irmão de Zé de Zora, proveniente da *fazenda* Martim, mora há mais de uma década em Artur Nogueira, SP. Ali trabalhou por vários anos na arregimentação de conterrâneos e moradores dessa cidade, para o trabalho temporário de colheita de laranja em sítios da região. Nas eleições municipais de 2004 foi eleito vereador em Artur Nogueira, com o cognome político Lari Baiano, reproduzindo o que acontece com frequência com os arregimentadores em sua terra natal, Aracatú, uma combinação entre este ofício e o mandato político.

Atualmente Lari não leva mais *turmas* para os laranjais, tendo sido sucedido no ofício por um de seus filhos, analogamente ao que se mostrou passar no grupo familiar da *fazenda* Baixa Escura, e de tantos outros no sertão da Bahia.

²⁰² Zé Mascate já foi vereador por várias vezes no passado, e Laiminha está no primeiro mandato.

Outro aspecto ligado aos arregimentadores de migrantes, chamados por aracatuenses mais antigos de *carregadores* de migrantes²⁰³, é sua atuação como “agentes de crédito” no transporte dos trabalhadores nos cerca de mil quilômetros que separam Aracatú dos cafezais paulistas e mineiros. São eles que negociam com empresas de ônibus fretados, o transporte dos migrantes de sua *turma* até os cafezais, para que estes somente paguem as passagens para a empresa, quando receberem o pagamento pela colheita.

O papel de agente de crédito aparece como prática também em outros contextos migratórios no Brasil, como mostrado na pesquisa que Eduardo Machado realizou no município de Andaraí, também no sertão baiano. O autor observou que os gatos negociavam com as empresas de ônibus fretados as passagens de ônibus para os migrantes, e que “conforme as condições negociadas entre eles, este crédito era pago depois que os migrantes chegassem e começassem a trabalhar nos locais de destino [...]” (MACHADO, 1992, p. 170).

Não obstante os arregimentadores de migrantes sejam personagens importantes do processo migratório dos aracatuenses, de dantes e de hoje, foi somente a partir das *saídas* para o algodão em Guanambi, BA, na década de 1990, que eles tornaram-se imprescindíveis. Como já anteriormente assinalado, o processo migratório antes disso se organizava majoritariamente sem a atuação desses personagens. Assim explicou Zé de Zora, da *fazenda* Martim, sobre suas saídas para trabalhar fora durante as décadas de 1970 e 1980.

Zé de Zora: la por conta própria, num tinha gato, num existia isso.

Verena: E o senhor fazia colheita mais do quê?

Z: Eu fazia colheita de algodão, amendoim, de café.

V: Sempre em São Paulo?

²⁰³ Este nome remonta aos tempos idos, quando o arregimentador era quem transportava os migrantes até os locais de trabalho temporário em caminhões conhecidos como paus-de-arara, porque os viajantes iam sentados em tábuas de madeira na carroceria do caminhão. Esse tipo de transporte não é mais utilizado nas migrações dos aracatuenses para *São Paulo* e Minas Gerais, a qual passou a ser realizada em ônibus fretados de empresas particulares. Contudo, o transporte de pessoas na carroceria de caminhões e caminhonetes é atualmente a forma utilizada pela maioria da população de Aracatú para se deslocar no interior do município. Esse tipo de transporte, como já referido em capítulo precedente, é localmente chamado de *linha*, e os que o exploram são aqueles que *fazem linha*.

Z: Sempre em São Paulo, toda vida em São Paulo, às vezes uma parte no Paraná.

V: Mas o senhor ouvia notícia que tinha [trabalho] lá?

Z: Não, eu já conhecia desde rapaz mocinho eu já conhecia a região que eu ia trabalhar pra lá, que a metade da minha vida eu num posso dizer que eu vivi aqui, que eu moro aqui na Bahia, mas eu não posso dizer que eu vivi a maior parte da minha vida aqui, eu vivi a maior parte da minha vida em São Paulo, então eu num falo mal de São Paulo. Eu saía todo ano eu tinha que ir, eu não, todo mundo, o Zé Mascate, esse povo mais velho, todo ano.

(Entrevista realizada na fazenda Martim, em abril de 2007).

A ausência de um agenciador de trabalho para migrantes é descrita também por Alceu, irmão de Zé de Zora, que explica como fazia num tempo anterior, para arrumar trabalho fora.

Alceu: Em Guanambi (região sudoeste da Bahia, próximo à Aracatú), em Guanambi nós também em Guanambi nós andamos uma noite todinha de a pé, nós e cinco pessoas. Andamos a noite todinha, quando o dia amanheceu, nós chegamos em Tamorão [?], nós chegamos lá e eu conversei com o rapaz lá, ele chama até Mané Gurujá, [falei]: “oh rapaz, a situação pra mim num está boa não”. [E ele respondeu] “mas se você está precisando de serviço eu vou levando numa pensão ali e eu vou ver se você arruma um servicinho aqui. Você vai comer lá, né, você precisa trabalhar para poder pagar o [brigão ?]. [Aí eu disse]: “mas eu quero é isso mesmo”. Aí ele me levou lá, a mulher deu de comer nós cinco dias. Nos cinco dias um companheiro quis fugir, eu disse “não moreno, num se faz isso, vamos trabalhar, fazer logo nosso servicinho, vamos catar toco”, [...] catamos aqueles toco e jogamos fora, e pagamos ela. Quando nós pagamos ela, aí eu arrumei outro servicinho e aí eu fiquei sozinho. Mas os outros saiu, os outro não tinha família, eu tinha, eu não podia, quase tudo que eu ganhava pra mim era dinheiro.

(Entrevista realizada com Alceu na fazenda Martim, em abril de 2007).

Depois de acertado com um chefe a vaga na sua *turma* que em breve seguirá para o café, o próximo passo é ajeitar a bagagem. O embarque acontece na sede urbana de Aracatú, onde no dia marcado para a viagem, se pode ver, desde bem cedo, migrantes e suas muitas malas, sacolas, caixas, latões²⁰⁴ e colchões. Levam roupas, apetrechos para cozinha e para alimentação nos cafezais, como garrafas e as marmitas térmicas, e mantimentos para a viagem e

²⁰⁴ Nesses latões os aracatuenses transportam carne de porco ou de bode salgadas para serem consumidos nos alojamentos, e principalmente para serem dados aos parentes que moram fora.

para os primeiros dias no alojamento, e não menos importante, presentes para os parentes que moram em *São Paulo*.

A ida para o café, como já assinalado, é também uma oportunidade para visitar parentes que moram em municípios paulistas próximos às fazendas de café. São visitas que se caracterizam como (re)encontros familiares, nos quais o ato de presentear é uma prática esperada e obrigatória para os que viajam. Os presentes são os mesmos que qualquer aracatuense, leva para os parentes que encontram fora de Aracatú. Basicamente são gêneros alimentícios, produzidos nas *fazendas* ou comprados nos mercados de Aracatú²⁰⁵. Presentes que não se configuram somente como bens materiais, mas transportam consigo um pouco de Aracatú, e das pessoas que lá ficaram, para os que vivem alhures com saudades de suas casas de origem. Outrossim, presentes que circulam através das pessoas pelas redes que se renovam a cada movimento de ir e vir.

4.3 - A LIDA E A VIDA NO CAFÉ

Depois de tantas horas
Que vai na quele sofrer
O transporte chega no destino
O pobre trata em se descer
Porém vai tão entrevado
Que não pode se mexer

Nos imensos cafezais
O camarada desce do carro
Segue de rua a fora
Sem ter no bolso um centavo
Com a sacola na mão
E a roupa do trabalho

Mete a cara no serviço
Sem ter domingo nem feriado
Colhendo o ouro verde
Para ser exportado

²⁰⁵ Quando um aracatuense não tem em sua própria *fazenda*, no momento da partida, algum produto que deseja levar aos parentes como, por exemplo, feijão e milho, é comum pedir um pouco a algum vizinho, devolvendo em outra oportunidade. Um produto que nunca se deixa de levar, pois muito apreciado pelos familiares de fora, é o requeijão, uma espécie de queijo cozido caseiro. Como não são todas as pessoas que sabem fazê-lo, há um corre-corre para comprá-lo de vizinhos ou de pequenos comerciantes, que nessa época do ano ficam sobrecarregados de tanta encomenda.

E alguns de seus sonhos
Ser concretizado

Trabalha pai trabalha mãe
Trabalha genro trabalha nora
Trabalha o filho adolescente
Que deveria ta na escola
Isto é culpa das autoridades
Que quer governar dando esmola
(Ademir P. Santos)

São muitas as fazendas de café onde trabalham aracatuenses todos os anos, a maioria delas localizada no sul de Minas Gerais, nos municípios de Machado, Paraguaçu e Ibiraci. Nesta região, inclusive, há *turmas* que colhem café em mais de uma fazenda, num mesmo ano.

Outros aracatuenses, nunca mais de oitenta ou cem pessoas nos *anos bons*, vão para a fazenda Monte D'Este em para Campinas, SP. É Laiminha, da *fazenda* Baixa Escura, o chefe da *turma* que há mais de uma década pouco muda de um ano ao outro²⁰⁶. Analogamente à relação de confiança existente entre o gerente da Monte D'Este e Laiminha, que garante ao segundo exclusividade como arregimentador de migrantes para os cafezais da Monte D'Este, esta se repete entre Laiminha e os conterrâneos que com ele trabalham.

Neste item o objetivo é analisar como se organiza o trabalho e a vida de aracatuenses na fazenda Monte D'Este²⁰⁷. Dentro disso, procuro destacar as redes de parentesco, vizinhança e amizade existentes no interior da *turma* de migrantes, assim como, as ligações entre esses e os parentes e conterrâneos que moram em Campinas e em Artur Nogueira.

²⁰⁶Na seqüência descrevo com mais detalhes quem são os componentes da turma, quando analiso como se organizam nos alojamentos da fazenda.

²⁰⁷A escolha da fazenda Monte D'Este como lugar para a realização da etnografia sobre a vida e o trabalho no café, deveu-se basicamente a dois fatores. Um primeiro é por ser o local para onde Laiminha, um de meus interlocutores centrais da pesquisa, arregimenta *turmas* de migrantes há mais de uma década. Conheci Laiminha em sua *fazenda* em Aracatú, e seguindo sua trajetória migratória cheguei à Monte D'Este, em Campinas, SP. Um segundo fator foi porque a região de Campinas representa um destino privilegiado de trabalho e de encontro de aracatuenses; além de ser a região onde vivem atualmente a maior parte dos aracatuenses que partiram há mais tempo, é também o destino de aracatuenses que vem trabalhar temporariamente no café, e acabam, pela facilidade da distância, encontrando outros parentes e conterrâneos. Portanto, Campinas representa um lugar de trabalho e de encontro.

Desde quando foi comprada, em 1927, a fazenda Monte D'Este pertence à família Iwasaki. Foi adquirida pelo Barão Hisaya Iwasaki do grupo empresarial japonês Mitsubishi e depois fundador no Brasil do grupo Tozan (Indústria Agrícola Tozan Ltda). A compra da fazenda pelo grupo japonês, teve como objetivo servir de lugar de apoio para novos migrantes japoneses que chegariam ao Brasil na época²⁰⁸. Antes disso, a fazenda que tinha por nome Ponte Alta havia se formado em 1798 para produzir cana-de-açúcar, passando por volta de 1850 a produzir café, o principal produto da fazenda até hoje.

Por ser propriedade de um grupo familiar do Japão, país inimigo do Brasil na Segunda Guerra Mundial, suas terras foram desapropriadas pelo governo brasileiro durante a guerra, e somente depois de dez anos devolvidas²⁰⁹ ao grupo Tozan, que detém e explora a fazenda até os dias atuais.

Numa área de 3.700 hectares, a fazenda Monte D'Este está localizada às margens da rodovia Adhemar de Barros (SP-340), que liga Campinas a Mogi-Mirim, na altura do quilômetro 121, local em que o metro quadrado fundiário é um dos mais caros do país.

A produção atual da fazenda Monte D'Este resume-se basicamente aos cultivos de tomate e café para exportação²¹⁰. E mais recentemente, a fazenda foi aberta aos turistas, que vêm para visitar as antigas construções em estilo arquitetônico japonês, para conhecer como funciona uma fazenda cafeeira, e para saber um pouco da história do café do lugar.

²⁰⁸ Segundo notícia publicada no Jornal de Domingo do dia 31 de agosto de 1986 em Campinas, SP, e reproduzida na internet no endereço eletrônico: [HTTP:pro-memoria-campinas-sp.blogspot.com/2009/03/curiosidades-fazenda-monte-deste-x.html](http://pro-memoria-campinas-sp.blogspot.com/2009/03/curiosidades-fazenda-monte-deste-x.html), intitulada: "Fazenda Monte D'Este: o sonho que deu certo", o intuito do grupo que comprou a fazenda Monte D'Este, era servir de local de adaptação aos novos imigrantes japoneses que chegassem ao Brasil [...]. As terras, na realidade, serviriam como ponto de confluência para os imigrantes japoneses. Uma fazenda-modelo, onde se pudesse aprender um pouco do novo mundo.

²⁰⁹ As fontes consultadas são inconclusas para dizer se o que realmente ocorreu foi uma devolução a título gratuito das terras, pelo governo brasileiro ao grupo Tozan, ou se houve uma espécie de recompra da fazenda pelo grupo japonês. De qualquer modo, sabe-se que ao ter novamente na posse da fazenda, o grupo japonês vendeu parte de suas terras para se capitalizar e investir no que dela restou depois dos dez anos que ficou nas mãos do governo brasileiro.

²¹⁰ Há ainda, em menor quantidade, lavouras de algodão, milho, arroz e feijão, e um pouco de gado.

Para o trabalho na lavoura do tomate, a fazenda possui funcionários que nela moram e trabalham de forma permanente. Para a produção do café conta com funcionários permanentes, com máquinas colheitadeiras responsáveis por metade da colheita, e ainda, com um contingente entre 50 e 60 migrantes²¹¹, que nos *anos bons* pode ser maior o número, que todos os anos vêm de Aracatú para trabalhar na colheita do café, e morar cerca de três meses nos alojamentos lá existentes. Para as funções de preparo do solo e plantio de novos pés de café, que ocorrem nos meses que entremeiam as colheitas, há também a vinda para Campinas de alguns migrantes de Aracatú²¹². Mas, diferentemente dos deslocamentos em massa para o café, para o preparo do solo e plantio de novos pés de café, vão somente homens sozinhos, que de Aracatú seguem em ônibus regulares (de linha ou *de montão*) acompanhados somente de Laiminha, o chefe da *turma*.

De segunda a sábado os migrantes acordam por volta das seis horas da manhã. Mais cedo ainda levantam as mulheres, as responsáveis pelo preparo do café, e da comida que levarão para os cafezais. Os homens dormem um pouco mais. Por volta das seis e meia, seguem desde o alojamento em caminhão da própria fazenda até os cafezais mais distantes, ou a pé para os mais próximos. Praticamente todos da *turma* trabalham juntos num mesmo cafezal, nas *ruas de café*²¹³ indicadas pelo fiscal da fazenda. Apenas quatro ou cinco homens da *turma* vêm para trabalhar exclusivamente no *terrão*, nas atividades de secagem e outros tipos de processamento após a colheita²¹⁴.

No cafezal antes do trabalho da colheita, um trator faz a limpeza das *ruas de café*. O trabalho realizado pelos migrantes consiste na *derrça*²¹⁵ dos grãos de

²¹¹ Para o trabalho na colheita de 2008 vieram 40 aracatuenses. Para a de 2009 foram 56.

²¹² Não obstante haver aracatuenses (poucos) que seguem para o trabalho de preparo de solo e plantio na fazenda Monte D'Este, isso não se passa na maioria das fazendas de café do sul de Minas Gerais. Trata-se de uma característica específica dos deslocamentos para aquela fazenda.

²¹³ Ruas de café é o nome que recebem as fileiras de pés de café dentro de um cafezal. São limitadas, de um lado ao outro pelas *carreiras*, ou seja, por ruas mais largas onde trafegam veículos de transporte de pessoas e de cargas.

²¹⁴ Alguns rapazes que de segunda a sábado trabalham com colheita nos cafezais, também realizam trabalho extraordinário (hora-extra) no sábado à tarde e nos domingos e feriados, nos terreiros de café, juntando-se a este menor grupo de homens, os responsáveis pelas funções de pós-colheita.

²¹⁵ Derrçar o café significa puxar com as mãos, os grãos de café presos aos galhos, debulhar.

café, que caem nos panos colocados sobre a terra . Do pano o café é despejado em sacolas identificadas com os nomes dos trabalhadores²¹⁶.



Fotografia 9. Rua de café

Nogueira, V. S. Pesquisa de campo na Fazenda Monte D'Este, 2008

A etapa seguinte é a de rastelar a terra e pegar os grãos que caíram fora do pano, e colocá-los também nas sacolas. Nessa fase a função do chefe da *turma* é verificar se o trabalhador não está deixando restos de grãos café nos galhos ou no chão depois de passar o rastelo. No final do dia, o trabalhador leva suas sacolas até o final da *rua de café* em que trabalhou, onde haverá a pesagem dos grãos e, em seguida, seu depósito em *sacolões* que são levados pelo caminhão da fazenda até os *terrerões*, onde acontecerá sua secagem.

²¹⁶ Também chamados de sacos de café, cada trabalhador recebe da fazenda cinco unidades no início da colheita.



Fotografia 10. Trabalhador na derrixa do café.

Nogueira, V. S. Pesquisa de campo na Fazenda Monte D'Este, 2008

A pesagem do café colhido é feita pelos fiscais da fazenda através de sua medição em caixas de 60 litros. Os melhores trabalhadores são aqueles que colhem cerca de 200 litros por dia, ou seja, de 3 ½ baldes, enquanto os menos aptos têm sua produtividade entre 40 a 50 litros ao dia²¹⁷. O valor pago aos migrantes varia em função de haver mais ou menos café no cafezal. Na colheita de 2009, nos cafezais onde havia maior abundância de grãos, o valor era o mais baixo, cerca de R\$5,50 por cada 60 litros (uma caixa-medida). Nesse mesmo ano, nos cafezais menos produtivos, o preço pago para cada 60 litros chegou a R\$8,50.

²¹⁷ Giovana, esposa de Laiminha da *fazenda* Baixa Escura, diz que colhe em média 60 a 70 litros ao dia.

Portanto, num mesmo ano, observou-se uma oscilação entre R\$5,50 e 8,50 por cada 60 litros de café colhido.



Fotografia 11. Sacolão e caixa-medida

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo na Fazenda Monte D'Este, 2008.

No final do dia, cada trabalhador recebe um vale contendo o seu número de identificação²¹⁸, a quantidade de café colhido, e a assinatura do fiscal que fez a pesagem. No dia 30 de cada mês, é feito o pagamento a cada trabalhador mediante a apresentação destes vales. Todos da *turma* são registrados como *safristas*, isto é, trabalhadores temporários perante a lei trabalhista²¹⁹. Os

²¹⁸ Na *turma* cada trabalhador recebe um número com o qual passa a ser identificado na fazenda para fins de pagamento e outros trâmites burocráticos.

²¹⁹ Embora a legalização dos contratos de trabalho, com o registro na carteira de trabalho (CTPS) dos migrantes, seja a regra na fazenda Monte d'Este, isso não acontece em muitas outras fazendas de café de Minas Gerais, onde trabalham também aracatuenses. Contudo, com o aumento na fiscalização do Poder Público em contextos onde há trabalhadores rurais temporários, esse panorama começa a mudar, e ano a ano cresce o número de migrantes que passam a ter registro e outros direitos a que a lei concede à categoria dos empregados temporários. Não obstante tais mudanças serem inegavelmente conquistas importantes para uma parcela da população brasileira, os "pobres do campo brasileiro", elas têm se colocado, ao mesmo tempo, como um dilema para alguns de meus interlocutores, homens e mulheres do campo que estão próximos à idade de aposentar. Na interpretação sobre ter ou não direito ao tão esperado benefício da aposentadoria rural, na modalidade de assegurado especial – na qual não há necessidade de comprovação de contribuição mensal para a previdência social, mas tão somente exige-se a comprovação do exercício da atividade rural durante certo período (60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres) -, o tempo de registro como empregado temporário em fazendas de café mostra-se como um óbice ao tempo que precisam comprovar de vida e de trabalho na sua própria *fazenda sertaneja* (esta para eles é a comprovação do exercício da atividade rural), para terem o

contratos duram somente o tempo da colheita, e o seu término não dá ao trabalhador o direito de gozar do benefício do seguro-desemprego.

Nos dias de lida, as refeições são feitas no próprio cafezal, em pequenos grupos familiares ou mesmo individualmente. Elas consistem em duas *merendas*, que é como chamam um pequeno lanche feito no meio da manhã e no meio da tarde, e no almoço por volta das onze horas. As merendas consistem em bolos, pães, biscoitos e café, levado para os cafezais em garrafas térmicas, e o almoço em refeição salgada à base de arroz, feijão e carne, preparada no alojamento pela manhã e conservado quente em marmitas térmicas.

Quando acaba a pesagem nos cafezais distantes, os ônibus levam os trabalhadores de volta aos alojamentos, que lá chegam por volta das seis e meia da tarde. Algumas mulheres, assim que acaba a pesagem de sua colheita do dia, preferem *zarpar na frente* a pé, e chegar nos alojamentos antes dos ônibus, para adiantar os afazeres domésticos, que são incumbência das mulheres²²⁰, como lavar roupa, limpar a casa e preparar o jantar, esses os principais. Diferentemente, a lida diária dos homens acaba no cafezal.

Salvo situações excepcionais, como por exemplo quando há atraso na colheita e os dias de folga ficam prejudicados, os migrantes na fazenda Monte D'Este têm seu descanso semanal aos sábados à tarde e aos domingos. Dias de

direito de se aposentarem pelo regime especial. Portanto, se de um lado o registro dos migrantes do café é uma inegável conquista trabalhista, na interpretação de alguns interlocutores ele se mostra como um complicador para a tão desejada aposentadoria rural, como me explicou Zé de Zora:

É uma lei [lei trabalhista] que vai prejudicar muita gente mais tarde, que está todo mundo trabalhando no café registrado, e quando chegar a hora de aposentar, aí vai ficar um negócio complicado.

(Entrevista realizada com Zé de Zora, 56 anos, Aracatú, abril de 2007).

Embora deva assinalar que o tema da aposentadoria rural seja extremamente importante para a compreensão dos processos sociais no campo, seja em Aracatú ou em outros municípios brasileiros, não se trata de preocupação central da tese, e por isso o que apresento aqui, em algumas poucas linhas, é apenas uma descrição de um “achado” etnográfico que não pretende ser nada além de um esboço analítico, ou seja, um ponto de partida para outras pesquisas, ou mesmo para a continuidade da presente análise (Sobre o tema ver DELGADO e CARDOSO JR, 2000, BRUMER, 2002, NOGUEIRA, 2008, Constituição Federal Brasileira de 1988 e Leis 8.212 e 8.213 de 1991).

²²⁰ Diferentemente do que ocorre na fazenda Monte D'Este e em muitas outras onde trabalham famílias de Aracatú, em que as refeições são preparadas pelas mulheres de cada família, em algumas fazendas de Minas Gerais, há uma ou algumas mulheres da *turma* destinadas exclusivamente para *trabalhar na cantina*, ou seja, para preparar as refeições dos homens e também das outras mulheres que seguem para os cafezais.

descanso do trabalho nos cafezais que para as mulheres são dias de trabalho mais intenso nos alojamentos. Às tardes de sábado e os domingos são os dias que as mulheres se dedicam aos trabalhos domésticos que não tiveram tempo de realizar durante a semana, bem como o preparo das refeições.

Normalmente no primeiro sábado após o recebimento do salário, alguns migrantes costumam sair para *fazer feira*. Na porteira da fazenda, às margens da rodovia, há uma parada onde tomam um ônibus que os leva até o *Supermercado Taquaral*, localizado em bairro de mesmo nome, em Campinas. Após a compra dos mantimentos, voltam para a fazenda, e as compras são entregues nos alojamentos pelo próprio supermercado.

Ao aproximar o final da colheita, quando estão com mais dinheiro no bolso, *fazer feira* é algo mais freqüente aos migrantes, não se resumindo à compra de mantimentos em supermercados, mas significando a aquisição de outros produtos para si próprios, e para levar de presente para os parentes que ficaram em Aracatú. As casas comerciais do centro de Campinas são as mais freqüentadas pelos migrantes, que nesse dia vestem suas melhores roupas e sapatos, e gastam parte do dinheiro com roupas, sapatos, lençóis e toalhas de cama e de mesa, somente para citar os itens mais comuns que pude observar em suas sacolas de compras. Localizado também no centro de Campinas, um lugar muito freqüentado pelos aracatuenses, em especial pelos homens mais jovens, é a *feira do rolo*. Ali os produtos são comercializados na informalidade, sem nota fiscal e garantia, e por isso com preços mais baratos que o das casas comerciais. Nela compram principalmente aparelhos eletro-eletrônicos como aparelhos de som, televisão, aparelhos de DVD e telefones celulares.

A compra de motocicletas, embora menos freqüente, é realizada também pelos migrantes do café que vêm à Campinas²²¹. Normalmente são veículos adquiridos de segunda mão de terceiros²²², que normalmente são parentes que

²²¹ Uma vez comprada a moto, ela segue no bagageiro dos ônibus que levam os migrantes de volta a Aracatú, na Bahia.

²²² Nem sempre os veículos são comprados regularmente, com a transferência de sua documentação para os novos donos. Muitas vezes são veículos vendidos sem documentação, ou com estas irregulares perante os órgãos competentes. E, por isso são veículos comprados por preços abaixo dos de mercado. Não obstante a irregularidade da documentação dessas motos

moram em Campinas ou Artur Nogueira ou conhecidos destes, ou ainda, negociados na *feira do rolo*.

Os domingos são também os dias reservados às visitas de parentes, e vez ou outra, aos passeios na casa de parentes de Campinas e Artur Nogueira. Durante as visita há sempre trocas de presentes e de notícias, de cá e de lá. Também os próprios migrantes do café, com menor freqüência, costumam *passar* na casa dos familiares em Campinas, Artur Nogueira e região.

Os alojamentos de migrantes são os lugares franqueados às visitas que os migrantes recebem dos parentes, que acontecem normalmente aos domingos, os dias em que os trabalhadores não vão para os cafezais. Se um migrante quiser receber visita durante a semana, e durante o horário de trabalho, deve comunicar e justificar, com antecedência, ao chefe da *turma*, para que este requeira aos fiscais da fazenda a liberação da entrada dos visitantes. Isso ocorre quando o visitante não pode ir nos finais de semana.



Fotografia 12. Migrantes e visitantes no interior de uma das casas do alojamento de migrantes

Nogueira, V. S. Pesquisa de campo na fazenda Monte D'Este, 2009.

adquiridas em Campinas, em Aracatú para onde são levadas ao final da colheita, em especial na a zona rural deste município, elas podem livremente trafegar, e mesmo servir como uma renda extra para os a utilizam como moto-táxi.



Fotografia 13. Visitas no cafezal da fazenda Monte D'Este
Nogueira, V. S. Pesquisa de campo na fazenda Monte D'Este, 2008.

O alojamento de migrantes na fazenda Monte D'Este é constituído por cinco antigas *casas de colonos*²²³, dispostas em fileira, todas de um mesmo lado de uma rua de terra, tendo uma pequena lagoa do outro lado. Mais adiante, na mesma rua, há outro conjunto de casas semelhantes, onde moram os funcionários permanentes da fazenda.

A dureza do trabalho nos cafezais e o desconforto dos alojamentos²²⁴ são amenizados pela companhia de conterrâneos, familiares e amigos, que com os aracatuenses dividem os dias de trabalho e as longas e frias²²⁵ noites longe de casa.

²²³ São chamadas de *casas de colonos* porque eram as habitações dos antigos moradores da fazenda, famílias de imigrantes japoneses. São casas que ficam parte do ano vazias, e se transformam, nos meses de colheita do café, em casas de migrantes. Na literatura especializada, as moradias de migrantes temporários são chamadas de alojamento de migrantes, termo que utilizo para denominar o conjunto dessas *casas de colonos* (Cf. MENEZES, 2002, SILVA, M.A.M. 1999).

²²⁴ Uma descrição do interior das casas do alojamento está feita mais adiante no texto.

²²⁵ Os meses de colheita do café coincidem com o fim do outono e parte do inverno na região Sudeste, esta a época mais fria do ano, com temperaturas muito abaixo das que se tem no inverno baiano.



Fotografia 14. Casas que compõem o alojamento de migrantes na fazenda Monte D'Este.

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo na Fazenda Monte D'Este, 2009

Atravessando uma pequena ponte, do outro lado da lagoa, pode-se avistar a sede da fazenda, alguns galpões de trabalho, e outras poucas casas de moradia isoladas. Em diferentes áreas da fazenda, dos dois lados da rodovia, espalham-se os cafezais, uns mais antigos, outros mais novos. Cafezais que os aracatuenses conhecem com a mesma intimidade que suas *roças* de milho e feijão que deixaram no sertão.

Era domingo por volta das onze horas quando cheguei pela primeira vez no alojamento dos migrantes da fazenda Monte D'Este. Ao chegar me identifiquei como conhecida da *turma dos baianos* que iria visitar Giovana. Preenchi uma ficha de identificação²²⁶ e segui instruções de como chegar à casa 1, que era onde estava a morar Giovana e o filho Reinaldo, então chefe da *turma*.

Ao chegar na casa fui recebida por Graciete, ou Graça como é conhecida, e por Marli, duas outras moradoras da casa, que logo disseram que Giovana havia saído para visitar a irmã em Campinas. Fui convidada a entrar. Primeiro na cozinha, que funcionava de forma improvisada também como sala, onde havia duas pias, um fogão a gás, outro fogão velho e desativado que servia de

²²⁶ Cf. Anexo 5.

despensa, uma geladeira, algumas prateleiras contendo mantimentos e utensílios de cozinha, uma mesa para as refeições e dois bancos compridos para sentar. A cozinha era o centro da casa, ligando-se internamente a outros cômodos²²⁷, que eram os quartos de dormir de três famílias migrantes²²⁸. O espaço interno da casa foi subdividido para receber as famílias. Além das paredes de alvenaria que aparentemente pareciam ser as da planta original das *casas de colonos*, a casa ganhou divisórias feitas com madeira prensada (folhas compensadas de madeira), que em alguns casos não chegavam sequer até o teto, diminuindo a privacidade de seus moradores. Os quartos são guarnecidos basicamente por beliches²²⁹ e pequenos armários para guardar roupas e objetos de uso pessoal. Há em quase todos aparelho de som e de televisão, estes trazidos de Aracatú pelas famílias ou comprados em Campinas. Com o objetivo de ter um pouco de privacidade, uma prática comum entre seus moradores é o isolar as camas de baixo dos beliches com cortinas improvisadas feitas com cobertas presas embaixo do colchão da cama de cima.

A cozinha era um espaço comum para as três famílias, onde as mulheres cozinhavam em conjunto, onde os moradores da casa faziam as refeições e onde preferencialmente recebiam visitas²³⁰, enfim, conviviam. O banheiro era externo e localizado sempre na parte de trás do terreno, onde havia também um tanque para lavar roupa e uma pequena área coberta. Esse formato arquitetônico se repetia para as outras casas. Na parte da frente da casa havia uma pequena varanda com um velho sofá, onde nos finais de semana era comum vermos moradores das outras casas, que vinham visitar. A casa de Giovana, Graça e Marli era a casa central do alojamento dos migrantes do café. Era a primeira da rua para quem

²²⁷ Havia somente duas portas internas desde a cozinha, uma que a separava de um primeiro quarto, e outra que a separava dos outros dois quartos. Para entrar no que seria o terceiro quarto havia uma terceira porta interna ao segundo quarto, porta que o separava daquele; dessa forma, para se chegar no terceiro quarto, era necessário entrar primeiro no segundo.

²²⁸ Mais a frente falarei das relações ligando as pessoas que moram numa mesma casa, ou num mesmo quarto do alojamento de migrantes na fazenda Monte D'Este.

²²⁹ Não havia camas de casal e pouquíssimas eram as camas de solteiro no alojamento. A grande maioria eram beliches.

²³⁰ Notei ainda que era franqueado aos parentes que visitavam os alojamentos, circular pelo espaço dos quartos, não havendo uma nítida separação entre a sala-cozinha e os quartos. Em outras casas do alojamento dos migrantes na Monte D'Este, inclusive, havia cômodos que não se podia distinguir se eram sala ou quarto, dando a impressão de um lugar improvisado.

chega na fazenda, a mais próxima do telefone público que havia para usarem na fazenda, e principalmente porque era a casa onde morava o chefe de todos eles, que em 2008 e 2009 era Reinaldo, filho de Laiminha e Giovana.



Fotografia 15. Casa de Giovana, Graça e Marli na fazenda Monte D'Este

Nogueira, V. S. Pesquisa de campo na fazenda Monte D'Este, 2009

O espaço de moradia no alojamento dos migrantes obedece, sempre que possível, ao critério familiar. Em cada *casa de colono*, ou em cada quarto no interior dessas casas são agrupadas pessoas de uma mesma família extensa (parentes até segundo grau, em linha descendente ou colateral, por consangüinidade ou afinidade). Outrossim, pertencer a uma *fazenda* específica de Aracatú é outro critério que pode definir a casa e os companheiros de alojamento no café, mesmo porque é comum a coincidência entre um mesmo grupo familiar e uma mesma *fazenda* de origem. Há ainda, contextos em que as pessoas embora de uma mesma família, sejam provenientes de diferentes *fazendas*²³¹, mas ficam

²³¹ O fato de haver pessoas de uma mesma família provenientes de diferentes *fazendas*, é uma decorrência das transações fundiárias que as famílias sempre realizaram em Aracatú (local de origem), práticas estas que fazem parte de suas estratégias de vida, que são muito comuns quando há filhos em vias de casar que precisam de novas terras para morar e trabalhar, no sentido mesmo do adágio popular “quem casa, quer casa”.

alojadas numa mesma casa ou quarto, prevalecendo nestes casos, o fator parentesco. Um exemplo disso aparece na casa “1”, onde em cada um de seus três quartos, morou uma família diferente em 2009. Ademais, em relação à casa “1”, note-se que os moradores de cada quarto provem de uma mesma *fazenda* (em comum) de Aracatú (Cf. Quadros 3, 4 e 5). Uma exceção pode ser observada no quarto “2” da casa 1 (Quadro 4), onde há dois casais aparentados entre si, mas provenientes de diferentes *fazendas*. Note-se, contudo, que não se trata de grupos familiares provenientes de diferentes *fazendas*, mas simplesmente de um casal que se mudou de *fazenda* depois do casamento. Celândia e Juraci moravam com o outro casal do quarto “2”, assim como com outros parentes, na *fazenda* Duas Irmãs em Aracatú. Nesse lugar sabiam que poderiam continuar morando, criando sua família, e tendo sua *roça*; porém queriam *um lugar só nós*, e por isso compraram um pedaço de terra na *fazenda* Lagoa Preta e para lá se mudaram.

Quadro 3. Moradores do quarto “1” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego , no ano de 2009.

Morador	Idade	Estado civil	Fazenda de procedência	Relação de parentesco com o ego
Cirineu (ego)	43	Casado	Fazendinha	
Geni	40	Casada	Fazendinha	Esposa
Marli	23	Casada	Fazendinha	Filha 1
Lucivando	23	Casado	Fazendinha	Marido da filha 1
Vanilda	21	Solteira	Fazendinha	Filha 2
Adalgísio	18	Solteiro	Fazendinha	Filho
Arnaldo	22	Casado	Lagoa Preta	Irmão da esposa

Fonte: Pesquisa de Campo. Fazenda Monte D’Este, Campinas, SP, 2009.

Quadro 4. Moradores do quarto “2” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego, no ano de 2009.

Morador	Idade	Estado civil	Fazenda de procedência	Relação de parentesco com o ego
Claudionor (ego)	30	Casado	Duas Irmãs	
Graciete	28	Casada	Duas Irmãs	esposa
Juraci	42	Casado	Lagoa Preta	Marido da irmã
Celândia	38	Casada	Lagoa Preta	irmã

Fonte: Pesquisa de Campo. Fazenda Monte D’Este, Campinas, SP, 2009.

Quadro 5. Moradores do quarto “3” da casa 1 segundo idade, estado civil, fazendas de procedência em Aracatú, e relações de parentesco com o ego, no ano de 2009.

Morador	Idade	Estado civil	Fazenda de procedência	Relação de parentesco com o ego
Giovana (ego)	41	Casada	Baixa Escura	
Reinaldo	21	Solteiro	Baixa Escura	Filho

Fonte: Pesquisa de Campo. Fazenda Monte D’Este, Campinas, SP, 2009.

Quando há rapazes que se deslocam sem nenhum dos pais²³², ou homens casados sem as respectivas esposas²³³, o mais comum é se agruparem em quartos separados, ou em havendo muitos migrantes nessa condição, em uma mesma casa, distinta das outras nas quais se alojam os que têm ali familiares próximos. Na *turma* que migrou para a fazenda Monte D’Este em 2009, havia rapazes e homens sozinhos, e estes foram agrupados em dois quartos da casa 4

²³² Rapaz é a denominação local de homens solteiros, assim como já mencionei que moça é o mesmo que mulher solteira, termos que se opõem respectivamente aos de homem e mulher sem qualquer qualificativo. Muitos desses rapazes embora tenham migrado desacompanhados dos pais, possuem outros parentes, mais distantes, em outras casas do alojamento.

²³³ Os casos que encontrei de homens casados que *sairam* sozinhos, são aqueles em que as esposas ficaram na Bahia, inexistindo situações em que o marido e mulher viajam separadamente, em diferentes *turmas*, para diferentes fazendas de café. Portanto, se a mulher migra, o que é comum dentre as famílias de Aracatú como já vimos, é sempre acompanhada do marido, ou de outros parentes quando é o esse quem não *sai*.

(Cf. Anexo 6). Alojados dessa forma, possuíam uma situação de independência em relação aos moradores dos outros quartos/casas, principalmente no que se referia à organização e divisão dos trabalhos domésticos. Nessa casa “4”, as funções de limpeza dos quartos, lavagem de roupa e preparo das refeições eram realizados por seus próprios habitantes, que nesse ambiente temporário – o alojamento – incumbiam-se de atividades que em suas *fazendas* em Aracatú estavam isentos, pois em regra exercidos por suas esposas, irmãs e filhas.²³⁴

Na colheita de 2009 da fazenda Monte D’Este, a *turma* era composta por 56 aracatuenses (38 homens e 18 mulheres). Desse total, 40 eram casados, dentre os quais 32 estavam acompanhados de seus respectivos cônjuges e 16 eram solteiros, tendo *saído* com outros familiares ou mesmo sozinhos, modalidade esta exclusiva dos rapazes.

No ônibus fretado que partiu de Aracatú diretamente para Campinas, vieram somente 48 aracatuenses. Outros cinco rapazes *saíram* antes para o café em de Minas Gerais, e de lá quando finalizado o trabalho, é que se deslocaram, num segundo movimento migratório, então para Campinas. Por fim, mais três aracatuenses que moravam em Artur Nogueira, juntaram-se à *turma*, totalizando seus 56 trabalhadores.

Leidiana é uma das pessoas que moravam em Artur Nogueira, e que em 2009 trabalhou na *turma* da Monte D’Este. É filha de seu Getúlio (casa “2”), de família proveniente da *fazenda* Riachão, em Aracatú. Há cerca de um ano e meio Leidiana mudou-se de Aracatú para Artur Nogueira, inicialmente para morar com uma irmã e o cunhado que lá viviam antes dela. Pouco tempo depois de ter se instalado na casa da irmã em Artur Nogueira, reencontrou²³⁵ o rapaz de Aracatú que logo em seguida se tornou seu marido, e com ele foi morar naquela cidade. O marido trabalha atualmente numa firma de gás em Paulínia, cidade limítrofe de

²³⁴ Isso acontece com frequência nas migrações para a cana, nas quais as *turmas* são majoritária ou unicamente formadas por homens, cabendo a estes, portanto, os trabalhos de limpeza dos barracões, a lavagem de sua roupa e o preparo da comida. Sobre este assunto, interessante mostra-se a análise de Marilda Aparecida Menezes acerca dos “grupos de alimentação” que encontrou nos alojamentos masculinos de migrantes. “São grupos formados por parentes e amigos do espaço de origem, que têm, como objetivo, suprir a necessidade de alimentação dos seus membros, o que inclui comprar alimentos, prepará-los e lavar a louça” (MENEZES, 2002, p. 172).

²³⁵ Leidiana afirma que embora nunca tivessem sido namorados quando moravam na Bahia, já de lá se conheciam e em Artur Nogueira somente teriam se reencontrado.

Campinas, e ela com cultivo de flores em firma de Artur Nogueira. Para a Monte D'Este em 2009 somente Leidiana²³⁶ veio para colher café, ficando alojada com os pais, irmãos e cunhados na casa “2”.

Outros dois aracatuenses que deixaram a casa de Artur Nogueira para se juntar à *turma* do café em 2009, foram Valdeci e Luciana, filho e nora do mesmo seu Getúlio. Como Leidiana, Valdeci e Luciana ficaram alojados na casa “2”, onde se juntaram aos parentes dos quais haviam se separado quando se mudaram de Aracatú para Artur Nogueira. Assim como acontece em muitos outros casos semelhantes, para a família de seu Getúlio a fazenda Monte D'Este é tanto como um lugar de trabalho como de encontro de familiares, amigos, vizinhos e conhecidos de Aracatú que vivem dentro e fora das *fazendas* de origem.

Quadro 6. Moradores da casa “2” segundo idade, estado civil, local de procedência e relações de parentesco no ano de 2009.

Morador	Idade	Estado civil	Lugar de procedência	Relações de parentesco com o ego
Getúlio (ego)	59	Casado	Fazenda Riachão (Aracatú)	
Jocélia	20	Casada	Fazenda Riachão (Aracatú)	Esposa do filho 1
Vanildo	25	Casado	Fazenda Riachão (Aracatú)	Filho 1
Aguinaldo	23	Casado	Fazenda Riachão (Aracatú)	Filho 2
Eva	22	Casada	Fazenda Riachão (Aracatú)	Esposa do filho 2
Valdeci*	27	Casado	Artur Nogueira	Filho 3
Luciana*	26	Casada	Artur Nogueira	Esposa do filho 3
Leidiana*	21	Casada	Artur Nogueira	Filha 1
Elisângela	19	Solteira	Fazenda Riachão (Aracatú)	Filha 2
Valternor	27	Casado	Fazenda Riachão (Aracatú)	Filho 4

Fonte: Pesquisa de Campo. Fazenda Monte D'Este, Campinas, SP, 2009.

Legenda:

* Embora estejam morando em Artur Nogueira, vieram da mesma *fazenda* Riachão em Aracatú.

²³⁶ O marido de Leidiana não podia como ela, ausentar-se da firma onde trabalha em Paulínia, tempo bastante para poder colher café com a esposa. Na Monte d'Este vai somente a passeio nos seus dias de folga, seja para visitar a esposa, parentes ou amigos de Aracatú.

No ônibus que trouxe os migrantes de Aracatú para a fazenda Monte D'este, havia também uma criança de 4 anos, o filho de Marli da casa "1", que desde bebê vem para Campinas com os pais, porém durante o tempo que os pais trabalham no café, o mesmo passa a morar com uma tia materna na periferia do município (região dos DIC's²³⁷).

Embora muitos dos casais migrantes na fazenda Monte tenham filhos ainda pequenos, a presença deles não é permitida nos cafezais, e nem no alojamento²³⁸. Embora Marli sempre traga o filho da Bahia para ficar na casa da irmã em Campinas, onde pode vê-lo nos finais de semana, os outros filhos de migrantes da *turma* ficam em Aracatú com outros parentes ou vizinhos. Na casa "1", durante a colheita de 2009, os dois filhos mais novos de Giovana ficaram com a irmã de 16 anos na *fazenda* da Bahia, e filha caçula de Celândia e Juraci, de 5 anos, ficou com outros parentes também em Aracatú. São esses apenas alguns exemplos, do que já tratei anteriormente no texto, dos arranjos familiares, necessários e freqüentes, que as famílias de Aracatú vêm fazendo em função da prática migratória onipresente nos dias atuais, que são as *saídas* para o café.

²³⁷ Dic é o nome de um conjunto habitacional localizado na periferia da cidade de Campinas, SP, construído pela administração pública para populações de baixa renda. Como marcas características, e depreciativas, todas as casas têm a mesma planta arquitetônica, e por isso são todas iguais, construídas em série, e também porque a região onde se localizam é um dos lugares de maior violência no município.

²³⁸ A proibição de crianças nas *turmas* é uma regra que não vigora em todas as fazendas onde trabalham os aracatuenses. Muitas mães carregam consigo filhos pequenos, até mesmo bebês de colo, quando vão colher café. Crianças mais velhas são vistas ainda ajudando os pais na colheita, ou ficando no alojamento "brincando" enquanto esses saem para o trabalho nos cafezais. Nesses casos surge a figura da pessoa que fica tomando conta das crianças, seja uma menina mais velha, ou mesmo uma mulher vem da Bahia com a função exclusiva de cuidar das crianças, sendo remunerada pelos pais para a função.

4.4 - A VOLTA DO PESSOAL DO CAFÉ

E assim trabalha quatro meses
Sem perder dia nem hora
Acerta com o patrão
E trata de vir embora
Retornar sua rotina
E os filhos voltarem para a escola

Com sorriso aberto
Por ter que retornar
Veste a roupa domingueira
E começa a pensar
Aqui é um pedaço do céu
O Resto ficou lá
(Ademir P. Santos)

Era dia 10 de outubro de 2009 quando estive pela última vez na fazenda Monte D'Este, acompanhando o cotidiano da *turma* de migrantes daquele ano. O trabalho no cafezal já estava terminado, mas havia ainda coisas a serem feitas na fazenda e em Campinas. Como de costume, os migrantes permanecem cerca de uma semana em Campinas para a homologação dos contratos de trabalho junto ao Sindicato local, bem como quaisquer outras pendências relativas ao contrato de trabalho temporário.

Essa derradeira semana é dedicada também às compras e às visitas aos parentes de Campinas e de Artur Nogueira²³⁹. Compra-se desde coisas para si mesmo ou encomendadas por familiares e vizinhos que ficaram em Aracatú, como presentes que nunca podem ser esquecidos. Os itens mais comuns que observei em suas sacolas de compras naquele dia eram roupas, calçados, roupas de cama, mesa e banho e celulares. Mesmo quando um migrante não compra nada para si mesmo, ele não esquece os presentes para os seus, que não precisam ser mais do que *lembrancinhas para as crianças*, como singelas pulseirinhas de plástico colorido compradas em barracas de camelô no centro de Campinas.

Deparei-me ainda na portaria da fazenda com um movimento estranho de pessoas. Ao me aproximar, vi que eram alguns migrantes numa situação que era

²³⁹ São visitas nas casas de conterrâneos de Aracatú que moram nessa região. Práticas também de migrantes que estiveram em fazendas de café de Minas Gerais. Ao final da colheita, e antes de retornarem à Bahia, viajam para visitar parentes na região de Campinas.

um misto de choque e desespero. Havia muita falação e algumas mulheres a chorar. Logo entendi o motivo. Vanilda (da casa “1”) teve sua bolsa roubada minutos atrás, por dois homens armados, na parada do ônibus que ficava defronte à portaria da fazenda, quando voltava do centro de Campinas. Em sua bolsa havia seus documentos e cerca de R\$2.500,00, que segundo a mesma era quase tudo o que recebeu como pagamento no trabalho no café daquele ano. Logo na seqüência, estacionou perto do grupo um carro da fazenda, que conduziu Vanilda, seu pai (Cirineu) e outros dois aracatuenses até uma delegacia de polícia em Campinas para registro do incidente. Até irem embora nada foi encontrado.

Contudo, ficar sem o dinheiro mudou os planos de Vanilda. Antes do incidente iria se *amigar* com um rapaz de Aracatú que morava em Campinas, e não voltaria com a *turma* para a Bahia. Depois, sem dinheiro, julgou que não podia mais ficar, pois não arriscaria um começo de vida de casada sem dinheiro. Voltou então com os pais para a *fazenda em Aracatú*.

Diferentemente, contudo, eram os planos de dois rapazes também de Aracatú que ficariam na fazenda Monte D’Este depois que seus conterrâneos partissem, em alguns dias. Eram dois rapazes que naquele ano haviam saído de Aracatú em *turma* de migrantes que se dirigira para os cafezais de Minas Gerais. De lá depois de acabada a colheita, separaram-se da *turma*, que voltou para a Bahia, e seguiram para Campinas, para trabalhar em serviços gerais na fazenda Monte d’Este.

Um deles era Aílton, rapaz de 27 anos, proveniente da *fazenda Lagoa Preta*, em Aracatú, onde morava com o pai, que é viúvo, uma irmã casada, o cunhado e os filhos destes. Naquele ano de 2009, trabalhou na *turma* de um tal de Gilson, com colheita de café em fazenda do município de Campestre, MG. Veio depois para a Monte D’Este, sendo contratado como empregado permanente da fazenda. Foi para a Monte D’Este não para trabalhar na colheita do café, como na ocasião faziam seus conterrâneos, mas em diversas outras atividades agrícolas da fazenda. Também não foi morar no alojamento de migrantes, mas em casa próxima da sede da fazenda.

Para a legislação trabalhista, o contrato de trabalho de Aílton se distinguia dos de seus conterrâneos do café porque era por tempo indeterminado. Aílton gozava do *status* de empregado permanente, enquanto que seus conterrâneos da *turma* do café eram temporários, isto é, seu contrato tinha prazo certo para acabar, que era o tempo da colheita do café, o “tempo do café”. Contudo, essa distinção jurídica não tem o mesmo significado, ou pelo menos o mesmo peso dentro da trajetória de vida migrante de Aílton, que desde os quinze anos *sai* de Aracatú *pelo mundo* para trabalhar. Seus destinos foram sempre fazendas do interior de Minas Gerais e de São Paulo, e nunca por mais de oito meses, este o tempo máximo que se ausentou da *fazenda* de Aracatú, quando esteve em Franca, SP. Em Campinas, em ocasião pretérita, já morou durante sete meses na mesma fazenda Monte D’Este. E dessa forma, os movimentos de ir e vir entre a *fazenda* sertaneja e *São Paulo* vêm construindo a trajetória migratória de Aílton há doze anos. E assim parece continuar quando ele diz que seus planos são ficar em Campinas alguns anos e novamente *sair*.

Com o retorno de todos
Aracatú revigora
Com dinheiro na praça
Tudo melhora
O comércio abre as portas
E a mercadoria vai embora
(Ademir P. Santos)

Não somente a vida nas *fazendas* de Aracatú parece entrar num compasso de espera durante o “tempo do café”, quando grande parte de seus moradores *saem* para colher café entre os meses de maio e setembro, mas a vida na *rua* também se modifica neste período. É como se praticamente todo o município hibernasse por dois ou três meses, e ao mesmo tempo se preparasse de alguma forma para receber os que retornarão do café. Assim acontece com as escolas, com as repartições públicas, e também com o comércio. Todos os anos os comerciantes de Aracatú aguardam ansiosamente o retorno dos migrantes.

Durante o “tempo do café”, e nos meses que o antecedem²⁴⁰, o movimento no comércio é reduzido de forma acentuada, sendo reavivado somente com o retorno do dinheiro do café, ou seja, com as compras que os migrantes realizam com o dinheiro que ganharam nas fazendas de café.

Com o dinheiro ganho nas colheitas os migrantes e suas famílias fazem *feira* para o ano todo, ou seja, compram comida para sustentar a família até o ano subsequente, quando novamente têm intenção de trabalhar no café. É comum os comerciantes venderem fiado²⁴¹ às famílias que necessitam de suas mercadorias antes de *saírem* para o café, seja porque o dinheiro que ganharam com o café no ano anterior não deu para o ano todo, seja para abastecer os familiares que ficam na Bahia, ou ainda, seja para aos itens que precisam para levar para a viagem, para os alojamentos ou para presentear os parentes quem irão encontrar durante a colheita.

Contrariamente ao que se passa com a maioria das casas comerciais na sede urbana de Aracatú, onde há diminuição sensível nas vendas, em alguns mercadinhos da zona rural, como é o caso do único mercadinho do povoado de Piabanha, as vendas não caem, ou caem pouco, durante o “tempo do café”. Os que ficam continuam a comprar, e por não terem como locomover para a *rua*, onde normalmente as famílias rurais preferem *fazer a feira* porque as mercadorias são mais baratas, acabam indo aos mercadinhos locais. Poucos são os que têm *carro pequeno* para ir à *rua* fazer compra, e os outros meios de transporte utilizados pelos moradores da zona rural, os carros que *fazem linha* e os ônibus particulares e escolares (Cf. capítulo II), quase não trafegam durante esse

²⁴⁰ Como mostrado anteriormente, nas semanas que antecede as *saídas para o café*, o comércio tem um pequeno aumento nas vendas, que é quando os migrantes *fazem a feira* para a viagem.

²⁴¹ Vender fiado significa vender a prazo, com a entrega da mercadoria sem o pagamento pelo freguês, o qual será efetuado em data futura. Durante minha estada de campo em Aracatú em 2007, fui comprar uma blusa numa pequena loja ao lado da Prefeitura e obtive um desconto de 50%, porque efetuei pagamento à vista. A vendedora que era também a dona da loja disse que nessa época do ano, mês de abril, que antecede a *saída* dos aracatuenses para o café, as pessoas somente realizam compra a prazo, pois *não há dinheiro na cidade*. Desculpou-se ainda a vendedora por dispor de pouca mercadoria na loja, explicando-me que nos próximos dias, quando todos partissem *para o café*, fecharia a loja e viajaria para a capital paulista, para visitar o filho que lá mora com uma tia, e também para comprar mais mercadorias para guarnecer a loja para quando os migrantes estes retornarem com o dinheiro do café.

“tempo”. Desta feita, sem meio de locomoção entre as *fazendas* e a *rua*, os que ficam fazem suas compras nos mercadinhos que existem na área rural.

Mas quando voltam os ônibus com o *peçoal do café*, tudo muda. A cidade e o campo se enchem, o dinheiro circula, as escolas e o comércio passam a funcionar plenamente, e assim por diante. No campo é tempo de preparar a terra e esperar as chuvas do final do ano para iniciar o plantio. É também tempo de construir e reformar as casas. A vida no município se renova com as pessoas, o dinheiro e as novidades *do café*. Um novo ciclo se inicia.

Nesse capítulo, portanto, procurei mostrar como se organiza as *saídas* para o café, e como se tornou, nos dias atuais, uma estratégia de vida importante para grande parte da população de Aracatú. Uma forma de viver, num constante vai e vem, que vem se colocando como alternativa aos deslocamentos que tem a intenção de fixar moradia e arrumar um emprego permanente em cidades paulistas, como Campinas e Artur Nogueira.

As famílias camponesas de Aracatú convivem há pelo menos meio século com os deslocamentos migratórios. Nesses movimentos pelo espaço, famílias (ou parte delas) mudaram-se para Campinas, Artur Nogueira e outras cidades do interior paulista, enquanto como outras permaneceram na Bahia, nas *fazendas* no sertão. Porém, as *saídas* de aracatuenses para o café vêm mudando esse panorama migratório e se tornando a principal modalidade migratória para essa população.

Principalmente para os mais jovens, *sair* para colher café em Minas Gerais ou em São Paulo vem se mostrando a principal alternativa de ganhar dinheiro, seja para construir uma casa, uma *roça* e assim poder constituir família fora da casa dos pais, ou simplesmente para comprar bens de consumo que antes tinham acesso somente aqueles que migravam para morar e trabalhar no interior dos estados da região Sudeste, em especial, em São Paulo. Alguns são jovens solteiros ou jovens casais com filhos que, a despeito de já terem morado anteriormente em *São Paulo*, retornaram para suas *fazendas* na Bahia, e começaram a *sair* ano após ano para o café. Um retorno condicionado, em grande medida, à certeza de que mesmo voltando para a Bahia, continuariam a *ganhar a*

vida fora, no café. Uma volta que se tornou possível por causa do café. O relato de uma senhora de meia idade de Aracatú, que transcrevo na seqüência, é bastante elucidativo a respeito da importância do café para o que chama do *peçoal da Bahia*:

A melhor coisa que o governo fez foi por preço no café, para o peçoal daqui sobreviver; se não fosse isso, o peçoal da Bahia não dava nem para comer (Maria dos Anjos, Fazendinha, Aracatú, maio de 2008)

Outros são jovens que nunca tiveram a experiência de morar fora do sertão, embora todos os anos migrem para colher café, e assim pensam continuar fazendo. Mudar-se para *São Paulo* e arrumar um emprego fora da agricultura não é mais a *galinha dos ovos de ouro* para muitos deles, ou ao menos não é a única alternativa para ingressarem no mundo adulto. *Sair* para o café, por sua vez, vem se impondo como um caminho de vida mais vantajoso para esses jovens.

Na *fazenda* Martim, a possibilidade de trabalhar no café explica em grande medida porque os seus moradores mais jovens não têm planos para morar fora, e outros, nem tão jovens, que estavam fora, começam a voltar. São os netos mais novos do Velho Zora: Bainha, Joquinha e Babalú, filhos de Alceu e Vinú, que moram na *fazenda* e todos os anos *saem* para colher café em Minas Gerais, e não pensam em se mudar para *São Paulo*. O fato de serem os mais novos da parentela não justifica não terem ainda morado fora, mesmo porque à exceção do primo Danilo, filho caçula de Zé de Zora e de Laura, os três já estão casados, têm sua própria casa na *fazenda* e já contam com mais idade que a que tinham seus outros irmãos e primos quando estes *saíram* para morar fora. Não há tampouco nenhuma regra sucessória explícita na família que prescreva que os mais novos serão os herdeiros privilegiados da *fazenda*, o que poderia de alguma forma justificar a permanência dos três no local.

Em 2009 foi construída uma nova casa na *fazenda* Martim onde Ismael, outro filho de Alceu e Vinú, passou a morar com a esposa e os filhos, depois de alguns anos de moradia em Artur Nogueira. Ismael tornou-se arregimentador de migrantes há alguns anos quando ainda morava fora da *fazenda*, sendo com ele que Branco, Joquinha e Babalú costumam *sair* para o café. O fato de ter voltado

para a *fazenda* em nada mudou esse seu ofício, ficando apenas mais próximo das pessoas que arregimenta, dentre eles seus irmãos, cunhados e vizinhos.

Na *fazenda* Baixa Escura, por sua vez, quase todos os seus moradores trabalham atualmente com atividades ligadas ao café, sendo que dois deles, Laiminha e Isáia, também têm ofício de arregimentador de migrantes para o café. Não obstante, quase todos tiveram sua temporada de moradia fora, mas voltaram para a Bahia quando a oportunidade de trabalho no café tornou-se uma opção de vida. Assim foi a trajetória de vida de Laiminha e de Isáia, que com suas esposas e filhos moraram em Campinas e em Artur Nogueira. O último que passou por *São Paulo* foi Reinaldo, filho de Laiminha e Giovana, que ao completar dezoito anos foi morar com o avô Zé Mascate em Artur Nogueira, e trabalhar em um supermercado de Campinas. Passado pouco mais de um ano voltou para Aracatú. Hoje Reinaldo tem 22 anos, mora e trabalha durante parte do ano na *fazenda* Baixa Escura, e durante cerca de três meses *sai* para colher café em Campinas, SP onde nos últimos dois anos substitui o pai, Laiminha, na chefia da *turma* de migrantes.

Assim como na Martim, na *fazenda* Baixa Escura os jovens de hoje vislumbram o sertão como um lugar para fazer a vida, casar, morar, ter sua própria casa, quiçá suas próprias terras. Mas para isso contam com o dinheiro que ganham com a colheita de café alhures. Simone é a filha mais velha de Isáia e Nice. Atualmente é casada e mora com o marido e um filho em casa recém construída²⁴² com o dinheiro ganho no café.

Muito mais páginas poderiam ser escritas sobre as *saídas* para o café, ou mesmo, sobre todo o processo migratório que a população de Aracatú vem construindo há pelo menos meio século. Mas minhas palavras não poderiam, mesmo com muito esforço, alcançar o inalcançável, ou seja, os processos sociais em toda a sua complexidade, e principalmente em toda a sua contínua movimentação.

²⁴² Até 2009 morava na casa emprestada de uma tia que mora em Artur Nogueira há vários anos. Depois que Simone se mudou para a nova casa, a casa da tia voltou a ficar desabitada.

CAPÍTULO V

SAIR PARA COMER NO MESMO LUGAR

À exceção do mais jovem, os outros filhos de Zé de Zora vivem em *São Paulo*. Não obstante, este pai afirma que seus filhos não moram fora, mas estão lá por um tempo para trabalhar, e que um dia voltarão. O *lugar certo* de morar é a *fazenda* Martim onde nasceram, nas terras do velho Zora, o primeiro da parentela que ali chegou.

Zé de Zora: Os meus filhos é o seguinte, eles num mora lá, eles tão trabalhando lá há muito tempo. Que vai chegar um dia deles vim procurar um lugar certo, igual todos tão procurando. Às vezes vai para São Paulo, fica uma temporada lá, fica, fica, fica, depois vai caindo pra idade, caindo pra idade, num agüenta trabalhar mais e o que tem que fazer, tem que procurar... Sempre tem o lugar certo, e o lugar certo onde é que é, é onde você é dono. Então é o seguinte, eles tá lá, tá vivendo lá, mas morar mesmo eles num tão morando lá.

Verena: Morar é quando você é dono do lugar, quando você mora de aluguel não é morar?

ZZ: Mas não, num é morar. Mesmo que você tem uma casa em São Paulo, mesmo que você tem uma casa lá por conta própria, mas se você ou num tem condições financeiras ou que você num tem emprego, como é que você mora em São Paulo, mesmo você tendo a casa? Já aqui é diferente. Mesmo você que chegou aqui e ta vendo o sistema daqui...Aí, por exemplo, você chegou aqui, lá em São Paulo; meus próprio filhos fala, lá eles num sabe como é que a gente vive aqui, que fica uma semana, duas semanas sem trabalho e lá eles têm que trabalhar todo dia, e se num trabalhar todo dia não come, enquanto aqui a gente... [fica sem trabalho e come].

Mas por que a gente aqui, às vezes, fica uma temporada sem trabalhar? Que a gente toca a roça...A terra a gente começa a preparar em setembro, outubro. Olha essa cabacinha²⁴³ aqui, é uma comida. Porque lá se você tiver vontade de comprar ela, comer ela, se você tiver dinheiro se come, se não tiver num come. Aqui a gente pega na roça, já planta. (Entrevista realizada com Zé de Zora, Aracatú, em abril de 2007).

Nessas poucas palavras Zé de Zora explica que não se mora em qualquer lugar, mas que existe um *lugar certo* de morar, o lugar *onde é que é, é onde você é dono*. Para seus filhos o *lugar certo* de morar é a *fazenda* Martim. É o lugar do

²⁴³ Aqui ele está se referindo a uma pequena abóbora que apanhara na roça naquele dia.

domínio da família, diferente *do lugar de fora* [que] *não é nosso, é dos outros*. Enquanto fora *se num trabalhar todo dia não come*, na *fazenda* Martim impera outro *sistema* que lhes permite serem ali senhores do lugar, de seu trabalho, de seu tempo, enfim de sua vida.

Num sentido análogo, Laiminha caracteriza sua moradia na *fazenda* Baixa Escura em face de suas constantes *saídas* para trabalhar fora.

Laiminha: Eu sobrevivo trabalhando. Até hoje, graças a Deus, eu trabalho muito bem. Sempre, nasci aqui, me criei aqui. Sempre vou pra fora, São Paulo, trabalho lá.

Verena: Aqui na Baixa Escura?

L: Aqui na Baixa Escura. Às vezes, eu vou pra Campinas, outra hora eu tô em outros lugares, em Franca, região de Franca trabalhei muito, Pedregulho. Vários outros lugares. Até hoje minha luta é essa. Esse ano é que eu tô mais a fim de dar uma paradinha e ficar mais em casa. Minha vida sempre é essa.

V: Você nasceu aqui na Fazenda Baixa Escura. Você sempre morou aqui?

L: Nasci aqui na fazenda Baixa Escura. Sempre, toda vida morei aqui. **Só saí pra fora só na área de trabalho puro.**

(Entrevista realizada com Laiminha, Aracatú, em abril de 2008, grifo meu).

Um sentido de *morar* que pode ser traduzido pela noção de “habitar-em” cunhada por Brandão (2009), significando um processo social de criação do lugar onde se habita e, ao mesmo tempo, de um território único e de um lugar com o qual passa a se identificar. Um lugar onde não somente se vive, mas de onde se é. “E isto é tão forte que eu posso nunca mais voltar a ‘um lugar meu’ de onde saí e, lá longe, nem por isso ele deixa de ser “o meu lugar” (BRANDÃO, 2009, p. 21, 22).

São moradias que existem em conexão com outros lugares. Estão ligadas a Campinas, a Artur Nogueira e a outros municípios paulistas onde vive a maior parte da parentela do velho Zora e de Zé Mascate (das *fazendas* Martim e Baixa Escura, respectivamente), assim como as fazendas de café de Minas Gerais e de São Paulo para onde seguem, ano após ano, muitos aracatuenses. São lugares não circunscritos aos limites geográficos da *fazenda* em Aracatú, mas conectados

em rede²⁴⁴, formando o que passo a denominar como território descontínuo, um território de vida expandido de forma não contígua, mas pulverizado no espaço físico.

*Sair para comer no mesmo lugar*²⁴⁵ é uma expressão local que traduz uma antiga estratégia de famílias de Aracatú para sua reprodução enquanto parentela. Significa sair da terra natal, buscar recursos em outros lugares, e depois voltar, ou ter intenção de um dia voltar, para *comer no mesmo lugar*.

Sair é sair fisicamente da *fazenda*, é ausentar-se da terra familiar, é migrar, no sentido de mudar o lugar da moradia²⁴⁶. *Comer* indica uma ação necessária para a continuidade da vida, seja numa acepção fisiológica do termo, para a qual o alimento ingerido é um requisito indispensável ao funcionamento do corpo humano biológico, seja numa acepção mais ampla de necessidades vitais, que engloba demandas materiais e simbólicas, carnis ou do espírito. *No mesmo lugar*, por sua vez, expressa uma continuidade do local do *comer/viver*, a *fazenda* no sertão, com suas *roças*, suas *mangas* e *mangueiros*, seus corpos d'água, e principalmente, com suas casas de moradia, nas quais demorei um pouco mais a análise que se segue.

É tanto para esse *mesmo lugar*, que é o *lugar certo* de morar a que se referiu Zé de Zora, como para um “território fragmentado” formado pela conexão desse *mesmo lugar* com outros de alhures, que conduzo a reflexão neste último capítulo.

5.1 - AS CASAS E A “CASA”

Ao se casarem, Maria de Diú e Ananias (Diú) viveram em uma das casas na *fazenda* Duas Irmãs, em parcela de terra herdada por Ananias. Alguns anos mais tarde mudaram para Campinas, onde construíram outra casa, que venderam

²⁴⁴ Nessa análise alinho-me teoricamente a Rogério Haesbaert (2004), ao me opor a um discurso que associa o fato de uma sociedade estar estruturada em rede (e, portanto, dispersa no espaço) com sua “desterritorialização”.

²⁴⁵ Trata-se de uma frase recorrente em algumas entrevistas realizadas na Bahia, através da qual meus interlocutores explicavam suas saídas e retornos da fazenda onde vivem.

²⁴⁶ Lugar de moradia aqui está remetido somente ao lugar físico onde se vive num dado momento, seja na *fazenda*, nos alojamentos temporários nas fazendas de café ou em *São Paulo*.

dois anos depois para um dos filhos que ali permaneceu²⁴⁷. Ao retornarem à Aracatú, venderam também a casa na *fazenda* Duas Irmãs e com o dinheiro, compraram outra na *fazenda* Baixa Escura, onde atualmente vivem.

Lá em Campinas vendeu [a casa que tinham] para o menino meu, a daqui ficou, lá nas Duas Irmãs ficou. Aí, agora nós vendeu lá e agora nós deu de comprar aqui [Baixa escura], que é da minha menina, a minha menina mora aqui, ... Eu comprei também aqui porque eu achei que lá era mais melhor de a gente morar né, aí agora lá é um lugar muito seco nas Duas Irmãs, um lugar muito seco. Aí nós veio pra cá [Baixa Escura], vendeu lá e comprou essa **casinha** aqui. Aí nós fiquemos aqui.

(Entrevista com Maria de Diú, *fazenda* Baixa Escura, Aracatú, abril de 2008).

Nesse relato que faz Maria de Diu sobre a trajetória de sua família, a casa aparece como um lugar de destaque. *Sai-se* de uma casa numa *fazenda* (Duas Irmãs) e *vai-se* para outra em Campinas. De lá, *volta-se* para uma terceira casa em outra *fazenda* (Baixa Escura). *Vende-se* e *compra-se* casa; *transita-se* entre regiões, cidades e *fazendas* mas, principalmente, entre casas.

Casas que nas *fazendas* de meus interlocutores se revelaram como tendo uma dimensão mais ampla que o de uma mera casa de moradia, sendo também lugares do trabalho e da reprodução familiar. Num plano material as casas abrangem os prédios de moradia, as áreas de terra ao redor onde se têm as hortas, as pequenas criações e, em alguns casos, *mangueiros* para animais de maior porte; e num plano simbólico, caracterizam-se como lugares da organização e centralização das relações familiares. Casas que iluminadas pela noção de sociedade de “casas” de Lévi-Strauss (1979), passo a interpretar como unidades (familiares) socioculturais empíricas e analíticas da presente pesquisa.

Inspirado nas *maisons des nobles* da Europa Medieval, Lévi-Strauss faz uma reinterpretação da etnografia de Frans Boas acerca dos *numaym* dos Kwakiutl, e da configuração social dos Yurok descrita por Kroeber. Assinala que essas duas sociedades não se organizavam segundo as unidades clássicas encontradas na literatura, como família, clã ou linhagem, mas através de unidades

²⁴⁷ Trata-se de casa localizada no bairro Satélite Iris, onde atualmente reside uma filha do casal, Roseimeire, com o marido e dois filhos pequenos. Um local onde também já viveram outros filhos de Maria de Diú e de Ananias em suas andanças por Campinas.

que se assemelhavam às casas nobres européias (*maisons nobles*). Uma noção que em escritos posteriores (1999,1986,1992) o autor transforma na categoria analítica “casa”, que define explicando que

Em primeiro lugar, uma pessoa moral; em seguida, detentora de um domínio constituído por bens materiais e imateriais; e que enfim, se perpetua, ao transmitir seu nome, sua fortuna e de seus títulos em linha direta ou fictícia, considerada legítima com uma única condição – que essa continuidade possa se exprimir na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maior parte das vezes, das duas juntas (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 23).

Portanto, uma unidade que resulta do parentesco cognático, e por meio da qual passa a ser possível ao autor transitar entre os paradigmas da descendência e da aliança, unindo isto que até então parecia inconcebível se combinar dentro da teoria do parentesco.

A concepção de sociedade “de casas” está presente em várias etnografias nacionais e estrangeiras que tratam da organização e perpetuação do parentesco em diferentes formações sociais (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995, WOORTMANN, 1995, MARCELIN, 1999, BOURDIEU, 2004, MACHADO, 2009). Estudos nos quais me inspirei e com os quais passo a dialogar à medida em que delineio a configuração da “casa” das famílias camponesas de Aracatú.

Por ora, sigo com a explicação de como cheguei à noção de “casa”. Para tanto, tomo por foco a *fazenda* Martim e a parentela a ela vinculada, embora muito do que ali encontrei possa ser estendido para a compreensão de outras famílias e *fazendas* da zona rural de Aracatú, quiçá de outros e distantes contextos rurais.

Na *fazenda* Martim as casas de moradia são lugares privilegiados de investimento pela família. Depois de supridas as necessidades básicas com alimentação e vestuário da família, o dinheiro trazido pelos migrantes do café é majoritariamente destinado à construção e à melhoria de suas casas de moradia. São os lugares que mais se modificaram durante os três anos da pesquisa.

Ganharam novas pinturas²⁴⁸, bombas para puxar água das lagoas²⁴⁹, novos eletrodomésticos, novos móveis. Também nesse período foram construídas três novas casas na fazenda²⁵⁰.

As casas de moradia destacaram-se também como lugar privilegiado de sociabilidade, tanto para seus moradores como para visitantes. Para os homens há ainda outro importante local de convivência, que são os bares das *fazendas*²⁵¹, muitos deles, inclusive, geminados às casas de moradia, e com elas se misturando física e simbolicamente. Para as mulheres, entretanto, os encontros cotidianos ocorrem no interior das casas de moradias ou defronte às mesmas, mas nunca nos bares, ambiente dos homens.

Pelas casas existe um trânsito permanente de parentes e vizinhos ao longo do dia. Vai-se de uma casa a outra para dar um recado, para pedir emprestado um utensílio doméstico, para saber e dar notícias ou tão somente para *palestrar*, que significa no local simplesmente conversar.

Os parentes e vizinhos mais próximos entram nas casas pela porta dos fundos onde se localiza a cozinha, e onde a dona da casa os recebe sem precisar interromper seus afazeres. São encontros geralmente breves, não passando de meia hora, e que se repetem muitas vezes ao dia com a chegada de diferentes vizinhos. Os visitantes não precisam ser convidados a entrar, simplesmente entram. Algumas mulheres chegam inclusive a ajudar a dona da casa em alguma tarefa doméstica. Diferentemente, os visitantes menos próximos e menos íntimos, entram pela porta da frente, e nunca antes de serem convidados pelos moradores da casa para entrar e se sentar no sofá ou no banco de madeira²⁵² localizados no interior da casa.

²⁴⁸ Cf. Dossiê das casas de moradia apresentado no final do capítulo.

²⁴⁹ A chegada das bombas d'água é uma decorrência da chegada da energia elétrica em 2007 na região.

²⁵⁰ No croqui da *fazenda* Martim (p. 72) são as casas de número 5, 12 e 13.

²⁵¹ É freqüente, como mostramos no capítulo II, a existência de pequenos bares localizados nas fazendas e explorados por alguns de seus moradores. Normalmente esses bares se localizam contíguos ou próximos às casas onde moram seus donos.

²⁵² Os bonitos e robustos (e duros) bancos de madeira, móveis bastante comuns nas casas, e que há bem pouco tempo ainda eram fabricados pelas famílias rurais de Aracatú, vêm dando lugar aos sofás (macios) comprados em lojas de móveis nas cidades. Atualmente os bancos de madeira subsistem em casas muito pobres, as que ainda não puderam comprar seu sofá, ou nas casas de

Às visitas é sempre oferecido café, e vez ou outra um biscoito ou outra guloseima em forma de petisco. Refeições propriamente ditas são oferecidas e aceitas somente por visitantes que vêm de longe, de *fazendas* distantes ou mesmo de *São Paulo*. Afora tais casos, comer é uma prática feita entre e com os familiares de uma mesma casa, e nesse sentido uma prática que separa os da casa²⁵³ e os de fora, e no limite, pode ser vista como um ritual de criação e reprodução de um grupo familiar, no caso, de uma família nuclear²⁵⁴.

Regrado ainda é o ritual de despedida nas visitas às casas de moradia, quer tenha sido uma breve ou uma longa visita, e entre pessoas mais ou menos próximas. Acontece assim: em dado momento o visitante anuncia aos donos da casa que *vai andando* (vai embora); estes, na seqüência, respondem ao anúncio dizendo que *é cedo*; ainda assim os primeiros saem da casa e acaba o encontro. Falas que num primeiro momento, e a um observador externo, pode parecer um mero jogo de palavras educadas e sem conteúdo, uma vez que ocorrem nas mais heterogêneas situações, e nunca mudam o propósito do visitante *ir andando*. Entretanto, num olhar mais atento vemos que essas palavras são códigos locais de comunicação, e mais do que isso, códigos por meio dos quais as pessoas se identificam como participantes de um grupo de parentes ou vizinhos.

Durante o trabalho de campo nas *fazendas* de Aracatú minha visita era requerida em todas as casas de moradia, mesmo que seus moradores já tivessem passado várias horas do dia comigo, em outras casas ou outros lugares da *fazenda* ou dos arredores. Era uma obrigação exigida não somente de mim, uma não parente, mas de todos os parentes e amigos que ao local vinham em visita.

Era uma obrigação a que não podia se furtar, principalmente os parentes que vinham de *São Paulo*, em visita à *fazenda* e a seus moradores, de tempos em tempos. Quando os parentes que moram fora - os aqui denominados "parentes

peças mais idosas, que normalmente são mais resistentes em aceitar mudanças na forma de mobiliar a casa.

²⁵³ Casa aqui está sendo utilizada tanto em sua acepção de lugar de moradia da família nuclear, como de entidade que organiza, centraliza e distingue o núcleo familiar num contexto familiar ou social mais amplo.

²⁵⁴ Sobre prática da comensalidade e sua relação com a criação de parentesco, remeto o leitor para dois textos: "A casa ou o mundo às avessas", de 1969 no qual Pierre Bourdieu (2002) analisa a casa Kabila, e outro intitulado "Houses in Langkawi: stable structures or mobile houses", de Janet Carsten (1995).

ausentes” - vão de férias às *fazendas*, eles devem chegar numa casa específica, onde deixam a mala, que é normalmente a casa dos pais. De lá devem circular entre as outras casas da *fazenda*, não só para visitar e comer mas também, e principalmente, para pernoitar. A fofoca ou mexerico nessas situações são ativados como mecanismos sociais na regulação das visitas. Fala-se mal dos parentes que vêm de férias na *fazenda* e não se hospedam primeiramente (não deixam a mala) onde deveriam, na casa dos pais, mas seguem antes para a casa de outro parente. Ou ainda, não é bem visto aqueles que mesmo tendo “deixado a mala” onde deveriam, não visitam as casas de todos os parentes.

A casa de moradia é o lugar de referência do núcleo familiar que nela reside, seu lugar distinto do da totalidade da *fazenda*. É onde a família come, dorme e, principalmente, se forma e se reproduz física e simbolicamente como um núcleo familiar. Nas casas de moradia é freqüente depararmo-nos como quadros com a fotografia do casal, que mais do que um simples adorno, simbolizam a afirmação do casal como os donos da casa e chefes do núcleo doméstico familiar. São quadros que não são colocados em qualquer cômodo da casa, mas sempre pendurados numa das paredes da *varanda*, seu cômodo central onde são recebidas as visitas; onde o privado – que é a família – se relaciona e, solenemente, se distingue do público – que são os visitantes.



Fotografia 16. Quadro fotográfico do casal Kainha e Bainha
Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, 2008.

A produção desses quadros fotográficos, antigos objetos em moradias nordestinas, ganhou nos últimos tempos novas técnicas que permitem dar um tom mais solene e imponente à fotografia. Através do uso de programas computacionais de tratamento da imagem, os fotógrafos substituem as roupas comumente utilizadas pelas pessoas, numa ruptura com um cotidiano ordinário, como é o momento eternizado pela fotografia do casal.

São quadros fotográficos que ultrapassam gerações, podendo ser encontrados nas casas de casais idosos, e também na dos jovens casais (como observado na foto acima)²⁵⁵, onde exercem a importante função de afirmação do novo núcleo familiar em face da parentela de onde os cônjuges são originários.

Nesse sentido, a visita a um morador da zona rural de Aracatú somente se consoma com a ida do visitante até sua casa, não sendo suficiente “receber” um parente ou um amigo na casa dos outros, ou em outros lugares mesmo que na mesma *fazenda*. Somente em sua casa é que a pessoa visitada se torna anfitrião²⁵⁶.

Mas a casa da *fazenda*²⁵⁷ é também o lugar para onde o parente que migrou pode voltar. Uma casa que para alguns existe materialmente, pois está lá ainda que fechada ou emprestada a outro parente, mas que para outros é apenas um projeto representado pelo direito do parente “ausente” em construí-la dentro da *fazenda* de onde saiu, nas “áreas comuns”²⁵⁸.

²⁵⁵ Kainha e Bainha casaram-se em 2002, datando desta época a foto acima. Note-se que ela passou pelo mencionado tratamento de imagens.

²⁵⁶ Faço tais considerações por estar a tratar de casas de moradia localizadas no interior de uma casa maior, que é a *fazenda* em sua totalidade. Diferentemente das casas de moradia encontradas nos centros urbanos, que se opõem como locais privados de um núcleo doméstico, familiar ou não, ao espaço público da rua - e para as quais tais considerações poderiam parecer desnecessárias -, as casas de moradia sertanejas, como de muitos outros contextos rurais, constituem-se por uma oposição em dois níveis: são os lugares privados das famílias nucleares dentro da *fazenda* onde estão localizadas, que por sua vez, é o lugar privado da família extensa face ao fora da *fazenda*.

²⁵⁷ Aqui ao falar em casa “da”, ao invés de casa “na *fazenda*”, o intuito é alcançar com isso não somente as casas de moradia localizadas “na” *fazenda*, mas também a própria *fazenda* como um domínio material “da” casa.

²⁵⁸ Por “área comum” refiro-me à parcela de terra indivisa existente nas *fazendas* de Aracatú, que não é apropriada por nenhum núcleo familiar individualmente, mas compartilhada por todos os moradores em conjunto, tanto dos presentes como os ausentes. Normalmente é a parcela de terra do parente mais antigo e comum desses moradores, que não fora apropriada pelos descendentes. Para maior detalhamento sobre o tema, remeto o leitor para o primeiro item do capítulo 2, onde analiso a “área comum” da *fazenda* Martim.

Na “área comum” da *fazenda* Martim há casas de moradia fechadas e escombros de antigas casas de ex-moradores que se mudaram para *São Paulo*. São casas que atuam como marcações físicas de espaços reservados a esses parentes ausentes, caso um dia retornem para lá. Citemos como exemplos os escombros da casa de Maria, a primogênita de Zé de Zora e a casa fechada de José, o primogênito de Nanô. Por ocasião dos respectivos casamentos, Maria e José construíram cada qual sua própria casa de moradia na *fazenda* Martim e com isso não somente marcaram individualmente seu lugar dentro da área comum, como preencheram um dos requisitos necessários para passar da posição de filho para a de pai ou mãe de uma nova família nuclear.

A casa de José, ao lado da dos pais, ainda está em pé e simboliza o lugar desse filho na *fazenda*. Da casa de Maria há somente escombros que se resumem a uma meia parede de adobe e um assoalho, marcadores que depois de uma década de sua *saída* para *São Paulo*, continua a reservar seu lugar dentro da *fazenda*.



Fotografia 17. Escombros da casa de Maria

Nogueira, V. S. Pesquisa de campo, 2007.

Maria: É que tem muita gente que mora aqui, que morava aqui, minha tia mesmo, tia Nanô, ela morava aqui, há pouco ela foi embora aposentar, não sei se ela falou isso pra você, ela morava lá, aqui, aí ela foi embora, está lá. Eu, é que nem eu falei com a Babalú lá, a minha prima, eu falei assim: “Olha Babalú não vai fazer casa no meu lugar não”, porque algum dia se eu vim me embora, eu vou fazer minha casa no mesmo lugar. (Entrevista realizada com Maria, Campinas, maio de 2007).

Maria nos relata a volta de Nanô, irmã de seu pai, para a *fazenda* Martim depois de vários anos fora. Um retorno que está presente na prática e nos projetos de muitos aracatuenses, e que implica em ter um lugar para voltar. Na seqüência, Maria expressa sua preocupação em conservar como seu, o lugar de sua antiga casa (onde há hoje somente escombros), quando recomenda à prima Babalú, que acabara de casar, que não construa casa no seu lugar.

Ademais, os parentes que estão ausentes da *fazenda* e nela não possuem um lugar demarcado e reservado, ainda assim têm *seu lugarzinho ali*, um lugar a que têm direito a construir uma casa para morar caso retornem. Para tanto lhes é exigido que não tenham abandonado sua *fazenda* e sua família de origem e desaparecido *pelo mundo*. Em outras palavras, exige-se que os ausentes sejam atuantes na tessitura das redes que os conectam aos familiares e à *fazenda*, e que partilhem dos códigos familiares de convivência e de trocas. Além dos presentes e remessas financeiras enviadas desde *São Paulo*, é esperado que os ausentes visitem a *fazenda*, ou ao menos enviem regularmente notícias aos familiares deste “lugar de partida”. Para gozar do direito de voltar (e ter terra para morar) à *fazenda*, os que *saíram pelo mundo* devem, portanto, “investir” para continuar a ser parentes (MARCELIN, 1999).

Ao discorrer acerca do direito dos parentes “ausentes” em ter casa para morar na *fazenda*, estou a tratar mais especificamente duas acepções do termo casa, que embora não sejam opostas, figuram em diferentes planos: num primeiro plano há as casas de moradia, prédios localizados tanto na *fazenda* como fora dela, em *São Paulo*; num segundo plano trato de um concepção de “casa” à *la Lévi-Strauss*, como uma “pessoa moral” detentora de um domínio territorial objetivado na *fazenda* sertaneja, que se configura e se perpetua em razão de sua ligação a uma parentela.

O direito do parente “ausente” voltar ao “lugar de partida” e ali construir casa para morar, aparece na literatura como característica de um “modo de vida camponês” no sertão, ou como dizem os sertanejos estudados por Godoi (1998), uma característica do “sistema do lugar”. São estudos que abordam o tema da organização e divisão do território camponês, associado a uma ética que não decorre somente de regras ditadas pelo ordenamento jurídico legal - regras estas externas aos grupos camponeses -, mas da combinação destas com outro conjunto de regras e valores partilhados e aceitos no interior do grupo.

Ao estudar direitos relativos à ocupação das terras por um grupo camponês no sertão Piauí, Godoi propõe, a existência de uma “economia moral”²⁵⁹ que funciona como ética orientadora do grupo. Segundo a autora:

Não basta chegar a conclusão de que, com a entrada do capitalismo no campo, os camponeses viram suas terras divididas, separadas e demarcadas. A pergunta que se impõe é: quando isso acontece o que fazem os camponeses? Como suas condutas em relação à ocupação da terra e apropriação da natureza são reorientadas pelos costumes, pela cultura? (GODOI, 1998, p. 49).

Aponta a autora para uma ética camponesa responsável pela forma que a família do *tronco véio* do Vitorino (“uma *nação de gente* que tem no mais fundo da memória genealógica um ancestral comum: o bisavô Vitorino”) construiu seu território, seu “*sistema de lugar*, a porção do ambiente transformado pela ocupação, pelo uso e, sobretudo, prenhe de significação social, que indica quem e em que situações pode estar ali” (GODOI, 1998, p. 97). Pelo relato de uma *velha*, que era *do começo do mundo*, de um tempo que a memória do grupo associa com a origem do grupo, Vitorino teria sido o primeiro homem a chegar e a instalar cultura naquele território, num lugar onde antes somente havia índios (considerados localmente natureza) e bichos, e ali constituíra sua família, o *tronco veio* do Vitorino. Nesse sentido, a fundação do território do grupo é também a da

²⁵⁹ Uma noção de “economia moral” que a autora emerge de leituras de autores como Pierre Bourdieu e Marshall Sahlins e, principalmente de E. P. Thompson (1998), quando este aborda os motins camponeses contra novas leis que passam a regular o mercado de grãos na Inglaterra no século XVIII.

fundação dos laços de parentesco, responsável pela forma da organização e de sucessão das terras e da continuidade do grupo.

Analogamente ao encontrado na *fazenda* Martim, na organização do território do grupo de Vitorino, Godoi observou o direito a terra por parte de parentes que estão vivendo fora. No caso dos camponeses do *tronco véio* do *Vitorino*, esse direito dos que estão fora se encontra objetivamente dentro da parcela do território relativa às *chapadas*, e é chamada de *terra de ausentes*. A elas opõem-se as terras do *baixão*, estas de direito dos presentes, ou seja, daqueles que moram nas terras. Ademais, as *chapadas*, além de serem as *terras de ausentes* para as quais os parentes que estão fora podem voltar, são as terras comuns do grupo, de onde tiram os recursos naturais os mais diversos, uma terra não dividida, não demarcada, onde não há casas de morada, mas somente algumas poucas roças de mandioca e feijão. Entretanto, salienta Godoi que

O par de oposição: *baixão/chapada* é estabelecido a partir de forma diferenciada de ocupação do território. As *terras de baixão* retêm melhor umidade, propiciando a agricultura; enquanto as *terras de chapada* são fontes de recursos naturais como a madeira, a caça e o mel: nelas encontramos tão-somente umas poucas roças de mandioca e de feijão (GODOI, 1998, p. 122).

A especificidade de uma economia camponesa intimamente associada a regras de parentesco, é ressaltada também em estudo de Garcia Júnior junto a pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira em Pernambuco. O autor aponta para particularidades da economia camponesa ao mostrar que “tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco, e que o caráter familiar da divisão do trabalho é responsável por muitas de suas especificidades” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 16).

E esta ética camponesa, essa economia camponesa, presente na parentela de Vitorino e analogamente em muitas outras situações camponesas, encontra-se pautada pela combinação de interesses dos indivíduos e do grupo; um sistema

pautado pela prioridade do grupo sobre os indivíduos, que dita as regras da divisão e organização espacial do território como um todo.

Não obstante, um pouco diferente encontra-se organizado o território na *fazenda* Martim, se comparado à *terra de ausentes* encontrada por Godoi no sertão do Piauí. O *seu lugarzinho ali*, ou seja, o direito dos parentes ausentes a um lugar para morar na *fazenda* Martim, não se encontra localizado em parcela do território distinto da dos familiares presentes. Na Martim o lugar das casas de moradia, dos “presentes” como dos “ausentes”, é na “área comum”, que é o “direito de terra” dos patriarcas, o velho Zora e a dona Calú. Assim relata Januário, filho do velho Zora e de dona Calú, que *saiu* da fazenda ainda menino:

Porque na realidade lá é tudo do meu pai. [O parente que está fora] pode voltar, a terra lá é toda do meu pai. Se eu quiser voltar e construiu uma casa é como se eu construísse aqui [em Artur Nogueira]. Se eu voltar pra lá e quiser fazer uma casa na frente da do meu irmão, ele não liga não...

Porém, há uma importante distinção no direito de apropriação das terras da *fazenda*, segundo se trate de parente “presente” ou de um “ausente”. Alceu e Zé de Zora²⁶⁰ (irmãos que moravam na *fazenda* na época de sua titulação), e alguns dos seus filhos, moram e *botam roça* na fazenda. Os outros parentes da “família ampliada” da *fazenda* Martim, que são os “ausentes”, têm garantido apenas um lugar para morar (incluído neste um lugar para uma pequena horta ou roçado contíguo à casa de moradia) dentro da “área comum” da fazenda, e não um lugar para plantar lavoura ou uma área de *manga* para colocar gado. Prosseguindo na explanação de Januário:

... é por isso que eu disse pra você, que eles [Zé de Zora e Alceu] têm mais direito, que desde que meu pai comprou ali eles mora ali [na *fazenda* Martim]. Eles vinha [para *São Paulo*], trabalhava aqui dois, três, quatro meses mas voltava. Agora nós [os parentes “ausentes”] não, nós veio e não voltou mais, ficou por aqui [em *São Paulo*]. Nós nunca trabalhou lá, nós nunca mexeu lá, então é mais deles.

(Entrevista realizada com Januário, 49 anos, em Artur Nogueira, junho de 2008).

²⁶⁰ Velho Zora e dona Calú não trabalham mais na roça pelo avançado da idade, mas têm outra fonte importante de renda, cada qual gozando de um salário-mínimo proveniente da aposentadoria rural.

Sistema análogo de apropriação e utilização de um território familiar aparece no estudo realizado por Godoi (1999) no sertão do Piauí, onde as *terras de ausentes*, como dito antes, encontram-se na *terra de chapada*, nas *terras de comum*, lugar onde os recursos necessários ao plantio de uma lavoura são limitados em comparação com os das *terras de baixão*, de direito dos presentes. Tanto no sertão baiano, na *fazenda Martim*, como no sertão do Piauí, no *sítio de Vitorino*, os camponeses convivem com situações de escassez de terras e de recursos para o trabalho na lavoura. Diante disso se organizam, de forma específica em cada um dos casos, para a reprodução de sua parentela e de seu território, o que poderíamos aqui traduzir como uma perpetuação das “casas” da parentela do Martim e do Vitorino.

A singularidade desse tipo de utilização do território por uma parentela que se encontra dispersa em diferentes espaços geográficos, e que distingue o lugar de morar do de trabalhar, nos obriga a um diálogo com toda uma literatura que postula que a “terra de trabalho” para o camponês está indissociavelmente ligada à sua reprodução social. Pois, “cultivar a terra com a ajuda de sua unidade doméstica, é a forma pela qual o ‘pai de família’, pequeno produtor, proporciona os elementos necessários à reprodução física e social de sua unidade doméstica” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 209). E desse modo, a ausência de terra, ou de condições para trabalho na terra seria o bastante para conduzir “a uma deterioração de suas condições de existência”.

Face a essa idéia de reprodução camponesa que passa pelo trabalho familiar numa terra familiar, como ficariam então situações como a dos parentes ausentes da *fazenda Martim*, que não detém direito a um lugar de trabalho na *fazenda* da família, mas somente um direito de nela morar? Não haveria nesse sentido um “paradoxo camponês” quando os ausentes voltam à *fazenda* embora não ao trabalho na terra?

Em vários estudos acerca das migrações camponesas no Brasil²⁶¹, nota-se um esforço em compreendê-las como estratégias de reprodução de uma condição

²⁶¹ Dentro da literatura nacional, um trabalho que pioneiramente entendeu as práticas migratórias de camponeses como estratégia de reprodução do campesinato foi “O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social”, de Afrânio Garcia Júnior (1989).

camponesa, no sentido de um modo de vida ligado a um trabalho familiar numa terra familiar. Mas as situações concretas não podem ser reduzidas a uma condição ou a um modo de vida camponês homogêneo, haja vista a diversidade dos arranjos encontrados e dos contextos de carências vividos por esta desprivilegiada camada populacional constituída pelos camponeses no Brasil. Mais apropriado seria falarmos numa relação entre prática migratória e reprodução das famílias, seja qual fosse a forma dessa reprodução, ligada ao trabalho na terra e a um “modo de vida camponês” a ele vinculado ou a uma “campesinidade” como propõe Klas Woortmann (1990), referindo-se a uma moral camponesa, isto é, muito mais a uma subjetividade camponesa, do que a uma objetividade.

Para a família da *fazenda* Martim, como para tantas outras famílias camponesas de Aracatú, as práticas migratórias não se apresentam precípua ou necessariamente como estratégica à reprodução de um “modo de vida camponês” ligado ao trabalho familiar numa terra familiar. As atividades percebidas como trabalho são, na maioria das vezes, as exercidas pelos aracatuenses fora das *fazendas* sertanejas, nos centros urbanos e nos cafezais para onde uma grande parcela da população se desloca anualmente. São ocupações urbanas, ou mesmo rurais como o trabalho assalariado temporário nos cafezais, que não se encaixam no que se postula teoricamente como uma atividade camponesa (um trabalho familiar em terra familiar). As atividades realizadas nas *fazendas* do sertão nem sempre são encaradas como trabalho, pois ali quando muito *plantam uma rocinha, têm uma criação ou criam umas vaquinhas*. O trabalho é feito fora. Nesse sentido as *fazendas* se desvelaram à pesquisa mais como lugar de morar do que do que como local de trabalho (“terra de trabalho”). Um morar que, por sua vez, é o lugar onde se vive e de onde se é (BRANDÃO, 2009). Um morar organizado em função desse lugar, que é ao mesmo tempo um espaço físico e um espaço de identificação e de pertencimento a uma parentela.

Diante do exposto proponho deixarmos de lado a tese da “migração” como estratégia de reprodução de um “modo de vida camponês”, que requer um trabalho familiar numa terra familiar, e passemos a entendê-la como estratégia de

Para uma discussão mais completa acerca da teoria da migração camponesa, ir aos capítulos terceiro e quarto deste texto, intitulados “*Sair pelo mundo*” e “*Sair para São Paulo*”.

reprodução da “casa” camponesa. Um domínio material e simbólico materializado nos locais de moradia, e lugar de referência e de centralidade das relações familiares.

Dessa forma, as práticas migratórias passam a ser compreendida por meio de um pensamento dialético de busca de recursos materiais de sobrevivência, e ao mesmo tempo, como uma forma de manter vivos os sonhos e os projetos de vida individuais, e principalmente os da “casa” da qual participam os migrantes.

Ainda por meio dessa proposta analítica, os deslocamentos de alguns parentes para fora das *fazendas* podem ser pensados como uma troca realizada entre os participantes de uma “casa”. A *saída* de parte da família para fora da fazenda representa, de um lado, uma estratégia à preservação de um domínio (a *fazenda*) familiar pela sua não-partilha; de outro, a *fazenda* segue sendo um lugar assegurado ao “parente ausente” caso ele não consiga (sobre)viver fora, uma garantia guardada pelos familiares que ali seguem vivendo para os “parentes ausentes”²⁶². Uma troca que se inicia com a *saída* de alguns parentes, e que se caracteriza por ter sua retribuição diferida a um tempo futuro, o momento do eventual retorno do parente ausente.

Não tenho a intenção, nem tampouco a pretensão, de através desta análise etnográfica, apor um ponto final ao debate dos motivos e sentidos das práticas migratórias entre famílias camponesas, ao contrário, espero ter conseguido assinalar aspectos instigantes para sua continuidade. Para tanto, defendo a relevância, no caso empírico analisado, de deslocarmos o foco da família camponesa como unidade doméstica produtiva, para pensá-la como um agrupamento de parentes que participam de uma “casa”. Dentro desse argumento, caracterizo a parentela do velho Zora, tanto os “parentes presentes” como os “ausentes”, como participantes²⁶³ de uma “casa”, que tem as terras da *fazenda* por domínio e Martim por nome, e através da qual se identifica, se organiza e se perpetua.

²⁶² Em sentido análogo, Garcia Júnior (2003) defende a função de retaguarda das “unidades domésticas de origem” e de seu patrimônio [funditário] para “as novas unidades domésticas que tentam outras alternativas” (p. 226).

²⁶³ Como antes mencionado, a participação numa “casa” requer investimento do familiar, no sentido de ter participação ativa nos códigos, regras e nas trocas da parentela a ela vinculada. .

Ao fazermos esse giro analítico restaria desfeito o “paradoxo camponês” - o direito dos parentes retornarem à *fazenda* de partida somente para morar, e não para trabalhar -, pois as práticas migratórias deixam de ser estratégicas à reprodução de um “modo de vida camponês” a passam a ser formas de reprodução da “casa” camponesa.

Uma “casa” que se assemelha à *Colônia* e ao *Sítio* camponês, estudados por Ellen Woortmann, onde a terra

não é simplesmente um bem imóvel [...] A terra é parte de uma ordem moral; mais que objeto de trabalho – o que ela certamente é – ela é condição de realização do sujeito trabalhador; mais do que propriedade mercantil – não obstante ter valor de mercado – ela é o patrimônio de um *tronco* ou de um *Sítio*, isto é, de uma “linhagem” [...]. No *Sítio*, a terra é o domínio do parentesco num duplo sentido: ela é um território onde se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre a qual exerce a dominância do parentesco.

(WOORTMANN, 1995, p. 311).

Ademais, uma “casa” que estaria relacionada também à *maysou* camponesa encontrada por Bourdieu na região rural francesa de Béarne, que se caracteriza ao mesmo tempo como local de moradia das famílias camponesas e lugar ao qual pertencem. Um tipo de formação que é ao mesmo tempo uma unidade coletiva e uma unidade econômica, embora na qual o caráter econômico prevaleça para a definição da coletividade familiar. Uma *maysou* que se caracteriza como um

conjunto de bens móveis e imóveis que formam a base econômica da família, patrimônio que deve se manter indiviso ao longo das gerações, entidade coletiva a qual cada membro da família deve subordinar seus interesses e seus sentimentos, a “casa” é o valor dos valores, em respeito ao qual todo o sistema se organiza. (BOURDIEU, 2004, p. 44, tradução livre)

Assinalo, contudo, que embora a *maysou* de Bourdieu e a “casa” de Lévi-Strauss se apresentem respectivamente como entidade coletiva/pessoa moral, à qual estão subordinados e identificados os membros de uma mesma família, e por meio da qual o grupo familiar se organiza, transmite seu nome, seu domínio/patrimônio, e se perpetua, elas não coincidem. A primeira é uma categoria empírica encontrada em dado contexto sócio-histórico e referida precipuamente a uma unidade econômica, que é o patrimônio fundiário da família camponesa, constituído por bens móveis e imóveis, em especial, pelo patrimônio fundiário, que é indiviso e que deve se manter sempre numa mesma *maysou*. Já a *maison*²⁶⁴ de Lévi-Strauss é uma categoria abstrata, que embora tome por referência os bens materiais que entram em sua configuração, deles se distingue por ser mais que uma unidade econômica ou material, caracterizando-se como uma “pessoa moral”.

Ao voltar a “casa” Martim, nos deparamos com uma entidade/pessoa moral objetivada por meio das moradias das famílias nucleares²⁶⁵, que são mais do que espaços físicos (casas físicas), como anteriormente observado, mas lugares de centralização e afirmação de núcleos familiares, o que corresponde dentro do esquema proposto, a um segundo nível da “casa” maior (a “Casa” Martim). “Casas” (de moradia) que também são (num outro nível de análise) construídas, mantidas, desfeitas e reproduzidas em face das práticas e processos migratórios vivenciados por seus moradores.

Ao analisar a migração de pessoas provenientes do município de Governador Valadares, no interior do estado de Minas Gerais, para os Estados Unidos e Portugal, Machado mostra uma relação “íntima” entre os deslocamentos migratórios e o processo cultural de construção de “casas próprias”. Segundo Machado, as “pessoas migram para construir um futuro de suas famílias e constituir novas centralidades em suas relações”. Contudo, por estarem longe “o que produz a relação (o próprio parentesco) não é mais a convivência e o sangue,

²⁶⁴ Embora aqui tenha feito uma aproximação analítica entre a *maysou* de Bourdieu e a “Casa” de Lévi-Strauss, assinalo que este autor não se valera empiricamente da noção de *maysou*, ladeando-a a *numayma* encontrada nos Kwakiutl, ou as unidades sociais dos Yurok.

²⁶⁵ Para uma explicação mais detalhada da forma de morar na fazenda Martim, remeto o leitor ao capítulo segundo, item “Fazenda Martim”.

mas o envio de sinais diacríticos de presença e interesse no núcleo familiar (remessas, bens, telefonemas, e-mails, vídeos) (MACHADO, 2009, p. 174).

Em sua argumentação, Machado transita em dois níveis: o da “casa própria” que se objetiva comprar ou construir com o dinheiro ganho fora, e o da “casa” como lugar de centralização e afirmação das relações de um casal face às famílias de origem de ambos os cônjuges²⁶⁶. A “casa própria” aparece como um lugar físico e simbólico do casal, e nesse sentido, um demarcador das possibilidades de construção da “casa”.

Machado está a tratar de um processo de construção de “casas próprias”, de núcleos familiares urbanos, que pressupõe a ruptura com outras “casas” das quais seus donos têm sua origem, a “casa” dos pais. Nesse processo a migração aparece como um caminho possível para essa ruptura, para a afirmação de uma nova “casa própria”, com a constituição de um novo núcleo familiar. Nas *fazendas* de Aracatú, como é caso da Martim, embora estejamos diante de contexto diferente do encontrado por Machado, porque as casas de moradia participam de uma composição familiar mais abrangente representada pela *fazenda*, ainda assim podemos considerá-las como lugares distintos dentro de um todo, lugares onde as famílias nucleares se separam entre si e se afirmam no interior de um todo familiar, que continua a existir.

Na *fazenda* Martim, como praticamente em toda a zona rural de Aracatú, a casa de moradia é ponto de partida e um dos requisitos principais para a autonomia dos novos casais e constituição de núcleos familiares próprios, distinto do dos pais de ambos os cônjuges. Segundo a prática local, os novos casais continuam a morar nas mesmas *fazendas* dos pais ou dos sogros, ou ainda em lotes comprados em *fazendas* próximas, mas em casas de moradia separadas. Elas marcam a autonomia dos novos casais sem, contudo, haver rompimento com

²⁶⁶Na análise, Machado se inspirou na noção de “Casa” de Lévi-Strauss, por causa de sua centralidade “na organização da estrutura social local, por sua relevância na organização do parentesco e da posse territorial” (MACHADO, 2009, p. 177); não obstante, diferentemente do mestre, assinala inexistir uma continuidade mínima da “casa” valadarense - enquanto uma “casa relacional” ligada a um casal e a uma família nuclear - com a casa dos pais, um dos elementos centrais à perpetuação da “Casa” levistraussiana.

a “casa” maior, da qual continuam a participar, fato que as diferencia da “casa própria” dos valadarenses descrita por Machado.

Para a construção das casas, as práticas migratórias, ou mais especificamente o dinheiro trazido do café, aparece como indispensável. Migra-se para casar, ou seja, para conseguir recursos para construir uma nova casa para morar um novo casal. Assim aconteceu no caso dos dois novos casais da *fazenda* Martim: Babalú e Bugí, e Joquinha e Selma. Em abril de 2007 Babalú e Bugí eram recém casados e ainda moravam alternando-se entre a casa dos pais de ambos, localizadas nas *fazendas* contíguas Martim e Baixa Escura. Na época havia dentro da “área comum” da Martim uma casa em construção iniciada após o retorno do casal *do café*, no ano anterior (2006), mas “parada” a espera de novos recursos que o casal iria trazer do trabalho no café daquele ano .



Fotografia 18. Casa em construção de Babalú e Bugí em 2007
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo, 2007.



Fotografia 19. Casa finalizada de Babalú em Bugí em 2008
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo, 2008.

Em abril de 2008, a construção da casa já estava finalizada e habitada pelo casal, que conseguira concluir a obra com o dinheiro ganho com o trabalho no café do ano anterior (2007). Ademais, com o dinheiro do café daquele ano, o casal afirmou que acabaria de mobiliar a casa e melhorá-la.

A construção da casa de Joquinha e de Selma transcorreu em período de tempo mais curto, no interregno entre as temporadas do café de 2008 e 2009. Porém, nas duas situações descritas, como em outras encontradas com frequência nos arredores, os deslocamentos têm papel central para a viabilização da construção das novas casas, que por sua vez, são requisitos centrais na afirmação das novas famílias nucleares.

5.2 - “CONSTELAÇÃO DE CASAS” E TERRITÓRIO FRAGMENTADO

Na seção anterior o objetivo foi analisar a estreita relação entre práticas migratórias e reprodução da “casa” camponesa, especificamente da “casa” Martim. “Casa” que se desvelou como uma categoria analítica e empírica configurada em dois níveis: um primeiro relativo à *fazenda* como um todo e aos

familiares que nela vivem, e um segundo relativo às casas de moradia das famílias nucleares, localizadas e relacionadas entre si no interior desse todo.

Nesta seção, proponho irmos além das fronteiras físicas da *fazenda* sertaneja, para pensarmos essa mesma “casa”, agora configurada em relação às casas de moradia (e aos alojamentos de migrantes como casas de moradias temporárias) dos “parentes ausentes” fora da *fazenda*. Nesse ponto, tomo por inspiração o modelo de “constelação de casas” cunhado por Louis Marcelin (1999).

Ao analisar grupos familiares em bairros populares da cidade litorânea de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, Marcelin verifica que a consangüinidade é um requisito insuficiente para a constituição do parentesco, que requer também o reconhecimento da pessoa como participante de um grupo de parentes. Um reconhecimento que o autor traduz pela categoria cultural local da “consideração”, que

supõe uma estrutura de relação de troca, uma demonstração, por meio dos códigos socioculturais, partilhados e reconhecidos pela comunidade, pela aceitação do parente como um dos seus, e a entrada no circuito de troca e de reprodução simbólica da família e do parentesco (MARCELIN, 1999, p. 45).

Um parentesco, portanto, constituído na experiência cotidiana de ser parente, que no contexto analisado pelo autor, está relacionada intimamente à construção e ao uso sociocultural dos modos de habitar.

Marcelin analisou a movimentação de “agentes familiares” dentro de uma configuração variando entre duas a sete casas, que entre si se posicionavam próximas (num mesmo bairro), menos próximas (em vários bairros da cidade de Cachoeira) e mas afastadas (entre Cachoeira e a periferia de Salvador). Caracterizou essas casas como “lugares de passagem”, onde além de seus residentes fixos, “circulavam” outros membros que voltavam “para casa’ a cada ano, por um período relativamente longo (um mês ou um trimestre) de acordo com o tipo de trabalho que exercem” (36). Um voltar para um lugar de “referência

permanente” a partir do qual se edificam e se perpetuam as coletividades familiares; um voltar para as “casas”, caracterizadas como mais que construções físicas (casas materiais ou lugares objetivados no espaço), abrangendo as relações estruturais encontradas dentro e entre as casas, bem como as pessoas que nelas habitam e os mitos em que se fundam²⁶⁷.

Marcelin está a propor um modelo de “casa” que não se caracteriza como uma entidade isolada, mas fundada na relação indissociável de dois níveis: o da “casa” e o da “constelação de casas”. Uma noção de “casa” configurada pelo inter-relacionamento de “casas” que participam de uma mesma “constelação de casas”. Uma “representação analítica de um dispositivo de posições articulando redes de casas”, que “se dá em um ‘território’ histórico e socialmente construído” (MARCELIN, 1999, p.37).

Isto posto retomo novamente a “casa” Martim para pensá-la como uma entidade de parentesco constituída, outrossim, como uma “constelação de casas”, composta pela *fazenda* Martim e pelas casas de moradia de parentes alhures. Uma “casa” onde mora (no sentido de “habitar-em” proposto por Brandão [2009]) e se reproduz a parentela do velho Zora, e cujo domínio territorial não está adstrito aos limites territoriais da *fazenda* sertaneja.

Uma “constelação de casas” que para a pesquisa se revelou interessante modelo analítico para compreendermos a territorialidade (entendida como processo de construção de um território) e o território de grupos camponeses, como a parentela do velho Zora, configurados em função da mobilidade espacial²⁶⁸ de alguns de seus membros para fora do lugar “de partida”,

Mobilidade que segundo Haesbaert (2004) não deve ser associada a processos de “desterritorialização”, no sentido da perda ou ruptura de grupo

²⁶⁷ Marcelin afirma que embora tenha se baseado na noção de “casa” de Lévi-Strauss “enquanto uma pessoa moral detentora de direitos e deveres, que se perpetua pela transmissão de bens simbólicos e materiais”, tal noção não traduz exatamente a unidade sociocultural “casa” por ele analisada, pois diferentemente do mestre, Marcelin se interessa pela casa como processo, e pela gênese das casas em sociedades cognáticas.

²⁶⁸ Uma mobilidade, como já mostrado, caracterizada por movimentos circulares de saídas e retornos, ora como deslocamentos “mais definitivos” para *ganhar a vida em São Paulo*, ora como saídas temporárias *para o café*.

humano em relação a um território²⁶⁹. Em oposição a uma suposta “desterritorialização”, o autor defende a existência de processos de reconstrução de territorialidades – “reterritorialização” - originados no movimento de pessoas pelo espaço, seja “como ‘novos nômades’, ‘vagabundos’, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados ou como exilados” (HAESBAERT, 2004, p. 237). Segundo o autor, o “o nômade se reterritorializa pela ‘desterritorialização’, ou, em outras palavras significa que seu território é construído na própria mobilidade espacial” (HAESBAERT, 2004, p. 242). A mobilidade do migrante é interpretada como um meio, “uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade” (HAESBAERT, 2004, p.245), e associada a processos de “des-reterritorialização”, isto é, a movimentos de deslocamentos que se distinguem analiticamente em dois momentos: um primeiro no qual o migrante sai de um território e se “desterritorializa” para, num segundo momento alcançar a “reterritorialização” num outro espaço geográfico.

²⁶⁹ Rogério Haesbaert (2004) nos apresenta uma sistematização abrangente da noção de território. Identifica quatro vertentes básicas para a concepção de território: a “política”, a “simbólico-cultural”, a “econômica” e a “natural”. A concepção “política” de território refere-se às relações de espaço e poder. E, como uma subdivisão desta tem-se a “jurídico-política”, configurada como uma relação entre espaço e poder institucionalizado. Sua concepção “cultural” ou “simbólica-cultural” de território, está concebida “sobretudo, como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Uma terceira concepção de território, a “econômica” – ou “economicista” - está referida pelo autor como aquela que privilegia a dimensão espacial das relações econômicas, concebendo o território como uma fonte de recursos, ou ainda, dentro da ótica da divisão “territorial” do trabalho. Por fim, a quarta concepção de território é a “natural”, e está baseada nas relações entre sociedade e natureza, “especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (p.40).

A partir dessas quatro concepções de território, Haesbaert formula o binômio do “materialismo-idealismo” para continuar a explicar o território. A vertente “materialista” é apontada como a que predomina na literatura, tendo em vista o fato que desde sua origem, o território teve forte vinculação com o espaço físico e com a terra. Distingue várias posições dentro dessa concepção, que vão desde um extremo, como a “naturalista” que seria aquela que no limite define a territorialidade humana como um “comportamento instintivo” ou “geneticamente determinado”; no meio do caminho estaria o território como uma fonte de recursos espacialmente dados; e, no outro extremo, uma perspectiva social de território, figurando a “base material, em especial as ‘relações de produção’, como o fundamento para compreender a organização do território” (p. 44). Do outro lado do binômio, numa perspectiva idealista, o território é definido como um espaço de vida investido não somente de valores materiais mas também - e principalmente - de laços étnicos, espirituais, simbólicos e afetivos. Por fim Haesbaert propõe uma “perspectiva integradora” de território, ao congregar todas essas perspectivas em conjunto e de forma articulada: a “política”, a “econômica”, a “simbólico-cultural” e a “natural”. Uma noção de território que leva em conta as relações sociais entre os homens e as instituições sociais e entre a sociedade e a natureza.

Uma mobilidade no espaço que segundo este mesmo autor não conduz ao rompimento necessário dos laços de sociabilidade e de referência daquele que se move em relação ao seu território de “partida”, mas que pode levar a uma configuração territorial em rede que aqui denomino de “território fragmentado”. Em sua argumentação, Haesbaert descreve existir situações opostas à da não “desterritorialização” pela mobilidade, ou seja, situações e processos onde há a ocorrência de processos de “desterritorialização” na i-mobilidade. Dentre esses, cita os guetos criados pelos nazistas para aprisionar judeus durante a Segunda Guerra Mundial²⁷⁰. Por fim, defende a existência de processos de “desterritorialização” em situações de falta de controle do movimento por um grupo social: seja nos deslocamentos ou na imobilidade forçados.

“Território fragmentado” é aquele que não se encontra circunscrito a um espaço geográfico contíguo e fixo, mas que se conforma a partir dos diferentes e conectados lugares por onde os migrantes circulam, têm suas casas de moradia, se identificam e, enfim, têm sua vida. Um território referido a uma “constelação de casas”, para o qual as terras da *fazenda* sertaneja (ainda) figuram como “referência permanente” (MARCELIN, 1999), como “lugar de partida” e lugar certo para retornar, mas que é também construído e constantemente reconstruído para além dos limites destas *fazendas*, alcançando as casas de moradia alhures

No desenho abaixo Clarinalva (Kainha) apresenta algo de vida cotidiana²⁷¹, algo que é também um bom exemplo de como os aracatuenses percebem seu espaço de vida (seu território), para além das terras e das práticas que têm no sertão, incluindo ademais os lugares para onde *saem* e as experiências que têm nesses lugares.

²⁷⁰ Menciona como exemplo o gueto de Varsóvia, na Polônia, criado e controlado pelos nazistas, durante a segunda guerra mundial. Neste gueto foram imobilizados tanto judeus que já moravam no local onde se instalou o gueto, como outras pessoas de origem judaica que foram capturadas pelos nazistas e levadas ao gueto. Essas pessoas eram *des-territorializadas na medida em que perdiam o controle de suas vidas ao perderem o controle sobre o seu espaço de reprodução* (HAESBAERT, 2004, p. 259).

²⁷¹ Durante minha estada em campo em 2007, pedi a Kainha que desenhasse para mim algo de sua vida, algo que lhe fosse significativo no seu dia-a-dia. Deixei em sua casa uma caixa de lápis de cor e algumas folhas em branco, e três dias depois ela me entregou isso que posso chamar de um “achado de campo”.



Figura 15 . Desenho do cotidiano

Kainha. Fazenda Martim, 2008

Kainha é uma jovem de vinte e poucos anos que sempre morou na zona rural de Aracatú. Quando solteira vivia com os pais na Fazendinha, e depois do casamento foi morar na *fazenda* do sogro, na Martim. De Aracatú *saiu* algumas vezes somente para o trabalho em fazendas de café em Minas Gerais. Em seu desenho o que se vê são três pés de café em diferentes estágios: *verde, maduro e seco*, assim descrito pela própria desenhista. Pés de cafés que somente conheceu e se familiarizou nas distantes fazendas de café de Minas Gerais onde trabalha três meses por ano. Um desenho que traz uma planta que para ela é familiar (conhecida), embora relacionada a uma prática por ela realizada fora da *fazenda* de Aracatú, fora de seu “lugar de partida”, mas dentro de seu “espaço de vida”. Lugares que embora distantes, estão conectados e conformando um “território fragmentado”, um espaço de sua vida que não está somente aqui ou ali, mas aqui e ali e acolá.

5.3 - DOSSIÊ FOTOGRÁFICO

Casas da parentela da Martim



Fotografia 20. Casa de Zé de Zora e Laura em abril de 2007

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Na casa com Zé de Zora e Laura mora também Danilo, o filho caçula. Uma casa que se divide em duas. No lado esquerdo e maior, onde se vê três janelas e uma porta, fica a casa da moradia da família, internamente guarnida por três quartos, uma varanda e a cozinha; no lado direito, onde há apenas uma porta, está o bar explorado por Zé de Zora, que é onde também a família guarda seus instrumentos de trabalho e armazena a produção agrícola ainda não consumida.



Fotografia 21. Casa de Zé de Zora e Laura em abril de 2008
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Um ano depois a casa recebeu nova pintura externa. Na parte dos fundos - que não aparece na fotografia - foi construída uma cisterna doméstica para captação de água de chuva (programa do Governo Federal “Água para todos”). Continuaram a morar na casa praticamente as mesmas pessoas do ano anterior. Entretanto, dona Calú passou a fazer suas refeições e a conviver parte do dia na casa do filho, uma vez que sua avançada idade tornou-se uma limitação para que continuasse a cozinhar e a ter uma vida doméstica totalmente independente em sua casa.



Fotografia 22. Casa de dona Calú

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Antes de dona Calú se mudar para a casa, nela morava um filho que se mudou para Artur Nogueira, SP. A cisterna, ou caixa como é localmente chamada este reservatório de água, chegou ao local em 2008.



Fotografia 23. Casa de Alceu e Vinú em abril de 2007

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Além de Alceu e Vinú, em 2007 vivia na casa também uma tia de Vinú e sua filha Babalú com o marido Bugí, vindo da vizinha fazenda Baixa Escura.



Fotografia 24. Casa de Alceu e Vinú em abril de 2008

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

A casa ganha nova pintura externa em cor semelhante a da casa de Zé de Zora; ganha também cisterna. Neste segundo ano seus moradores passaram a ser Alceu, Vinú e o velho Zora, que para lá se mudara depois que Joquinha e Selma, o jovem casal com quem dividia a casa velha, e que dele tomavam conta, se mudou para outra casa recém construída numa área vizinha na fazenda. A casa velha atualmente encontra-se fechada. A tia idosa de Vinú falecera no início de 2008. Babalú e Bugí mudaram-se também para sua própria casa recém construída na fazenda.



Fotografia 25. Casa de Babalú e Bugí

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Imóvel com construção finalizada em 2008. Já conta com cisterna e sua cor é a mesma da casa dos pais de Babalú (Alceu e Vinú) e da casa do tio Zé Mascate.



Fotografia 26. Casa de Kainha e Bainha

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Casa recente na fazenda Martim. Foi construída entre os anos de 2006 e 2007, e desde sua conclusão ostenta a cor esverdeada, a mesma com que foram pintadas depois dela outras casas da fazenda: a casa dos pais de Bainha, Vinú e

Alceu, a casa de sua irmã Babalú e a casa do tio Zé de Zora. Nos fundos há uma cisterna doméstica construída em 2008, ano da fotografia.



Fotografia 27. Casa de Nanô e Antônio
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

A casa é um dos lugares pelos quais circulam Nanô e Antônio em suas idas e vindas a Artur Nogueira, onde têm outra casa. Na fotografia de abril de 2008 Nanô aparece ao lado do velho Zora, seu pai.



Fotografia 28. Casa de Nanô e Antônio (Artur Nogueira)
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

É um imóvel que engloba duas casas independentes. Na casa principal e maior que fica na frente mora um filho solteiro. É onde mora também Nanô e Antônio quando estão em Artur Nogueira. Na casa dos fundos, a menor, vive outro filho que é casado, sua esposa e dois filhos. Na fotografia tirada em 2009 vemos a esposa e os dois filhos deste filho casado.



Fotografia 29. Casa fechada na fazenda Martim
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

José, o primogênito de Nanô e Antônio mora com a esposa e os filhos em Artur Nogueira. Nesta foto de abril de 2009 vemos a única casa de enchimento

(pau-a-pique) na fazenda. As outras casas são de adobe (tijolo de barro cru), e as mais novas de blocos de concreto. As crianças são moradoras de fazendas dos arredores (Baixa Escura, Lagoa do Alto e Gato), que no momento da foto estavam a caminho da escola localizada na fazenda Martim.



Fotografia 30. Prédio da escola (Martim)

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Localizada na fazenda Martim, ao lado da casa de Zé de Zora e de Laura. É um prédio com duas salas de aula e dois banheiros. Laura é a merendeira da escola. As refeições prepara na cozinha de sua própria casa, uma vez que o prédio da escola não tem local para tanto. A casa que podemos ver no fundo é a casa de Babalú e Bugí, na época ainda em construção. A fotografia foi tirada em abril de 2007.

Casas da parentela da Baixa Escura



Fotografia 31. Casa de Zé Mascate e Dalvanir

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Em 2008, os moradores fixos da casa eram Gersino, sua esposa, seu filho e sua sogra. Durante o tempo do café há também a presença de seus donos, Zé Mascate e Dalvanir (pais de Gersino), que para a casa se mudam enquanto todos saem para o café. Esta casa era a única da fazenda que tinha, antes de 2008, uma cisterna doméstica construída, e por isso não entrou como beneficiária do Programa “Água para todos”.



Fotografia 32. Escombros da casa de Gersino

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Ao se casarem Gersino e Lúcia construíram e moraram em sua própria casa na fazenda Baixa Escura. Dela se mudaram alguns anos depois, indo morar na casa maior e mais confortável de Zé Mascate e Dalvanir (pais de Gersino). A foto é de abril de 2008.



Fotografia 33. Casa de Laiminha e Giovana

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Nesta casa moravam em 2008 Laiminha, Giovana e os quatro filhos. Na metade esquerda da casa, onde há uma porta e uma janela fechadas, é o

depósito de material de trabalho e da produção agrícola. Na outra metade é a casa de moradia. Mais à direita vemos o caminhão usado por Jaime para fazer linha até o centro urbano de Aracatú.



Fotografia 34. Casa de Isáia e Nice
Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Em abril de 2008 nesta casa morava Isáia, Nice e os dois filhos solteiros. Ao fundo podemos observar a casa de Lúcia, irmã de Isáia que vive em Artur Nogueira.



Fotografia 35. Casa de Lúcia (Baixa Escura)

Nogueira, V. S. Pesquisa de Campo

Lúcia é a filha de Zé de Zora e Dalvanir que mora em Artur Nogueira. Na época que foi tirada a fotografia, em abril de 2008, na casa morava sua sobrinha Simone, filha de Isáia e Nice, com o marido e o filho. Atualmente a casa está fechada e defronte à mesma foi construída uma nova casa, para onde seus moradores se mudaram no início de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na mobilidade de meus interlocutores e do seu território, nasceu e se transformou esse trabalho. O objetivo preliminar era compreender as transformações sociais experimentadas por famílias camponesas que se deslocavam para além das fronteiras físicas de seu “lugar de partida”, as *fazendas* de Aracatú na Bahia. O foco analítico estava nas mudanças experimentadas pelas famílias, em especial na sua relação com seu território, em razão do intercâmbio que mantinham com outros espaços e com outras pessoas, com o que vinha de fora, com um *mundo* que se aproximava a cada dia de suas casas, de suas terras e de suas vidas.

Porém, à medida que a pesquisa empírica avançava, a fronteira entre fora e dentro passa não ter mais o mesmo sentido.

Um olhar etnográfico mais cuidadoso desvelou não haver somente aproximação física e simbólica dessas famílias com os lugares para onde seus membros se deslocavam, mas que esses “outros” lugares adentravam e passavam a integrar o próprio território familiar.

A partir disso, a tese passa a ter como objetivo a análise da territorialidade (processo de construção territorial) e do território dessas famílias. Uma formação territorial fragmentada e conformada por espaços descontínuos, mas interconectados por redes tecidas e atualizadas pela movimentação das pessoas. Neste intento, a mobilidade das pessoas, as redes que as ligam a partir dos diferentes espaços, e as trocas realizadas pelas pessoas através das redes, passam a figurar como os eixos centrais da pesquisa.

Uma mobilidade que embora implique na separação física daqueles que se deslocam em relação aos familiares e à terra familiar, não está associada a processos de “desterritorialização”, no sentido de perdas ou rupturas das famílias em relação a um território (HAESBAERT, 2004), mas participa do processo de redefinição do território familiar, expandindo-o para outros espaços geográficos.

Partir *pelo mundo* mostrou-se como mais que meramente um trânsito entre lugares, mas um mover-se entre lugares conectados entre si por redes tecidas

nessa movimentação. Um mover-se em rede, entre espaços e territórios, que acaba por colocá-los em relação, como “espaços de relação” (GEORGE, 1969).

Minha etnografia está focada nas parentelas de velho Zora e de Zé Mascate, respectivamente das *fazendas* Martim e Baixa Escura, localizadas no município de Aracatú, BA. São famílias que se organizam e se reproduzem em meio a práticas migratórias, práticas essas que atravessam suas gerações e uma diversidade de aspirações.

As *fazendas* na Bahia são tomadas analiticamente como “lugares de partida” dos familiares que *saem pelo mundo* para colher café em fazendas no sul de Minas Gerais e em Campinas, SP, ou que vão *ganhar a vida* em municípios do estado de São Paulo, como Artur Nogueira e Campinas. Outrossim, são lugares de retorno para aqueles que se espalham para além de suas fronteiras físicas. Portanto, lugares organizados e reproduzidos na sua conexão com os outros lugares para onde partem, e de onde retornam parte de seus moradores.

São famílias que se deslocam em grupos, de parentes, vizinhos ou de conhecidos, ou em *turmas* do café. As *saídas* são para lugares previamente conhecidos, onde vivem parentes que previamente partiram, e atados em rede às suas *fazendas* do sertão. As partidas desde as *fazendas* se concentram entre os meses de maio a setembro, época de colheita do café na região Sudeste, embora durante todo o ano haja familiares rumando para *São Paulo*. O final do ano é a época preferida quando os familiares que estão fora das *fazendas* retornam em massa para as festividades.

Essas regularidades presentes na forma e nos destinos migratórios dessas famílias são tomadas pela análise como condições de possibilidade e continuidade do próprio processo migratório - e daquele mundo social - , onde um deslocamento pressupõe ou é facilitado por um anterior, e ao mesmo tempo é por outro sucedido, alcançando mais e mais pessoas, e mais e mais lugares. Um exemplo disso é quando o familiar que ao *sair* da *fazenda* da Bahia, de antemão já tem uma casa para morar, e muitas vezes trabalho arregimentado no lugar “de destino”, que não é escolhido ao acaso, mas porque ali já vivia antes dele algum parente, aquele mesmo que organizou sua vinda. Outro exemplo pode ser

observado nas *saídas* para o café, onde normalmente os migrantes integram *turmas* arregimentadas e coordenadas pelos mesmos turmeiros que seguem para os mesmos cafezais, ano após ano.

Nesse vai e vem ritmado de pessoas por distantes e conectados lugares é que propus pensarmos a territorialidade e o território de vida de famílias camponesas do sertão baiano. Um território que é mais que um espaço físico nos quais as pessoas moram e trabalham, mas lugares de pertencimento (espaços de vida) com os quais se identificam e através dos quais se reproduzem.

Um território de parentesco que passo a interpretar como “casa” inspirada na sociedade de “casas” proposta por Lévi-Strauss, uma pessoa moral detentora de um patrimônio familiar que se almeja perpetuar. Noção de “casa” que em nada se assemelha à de propriedade individual mercantil, mas que analogamente ao “Sítio” ou à “Colônia” estudados por Ellen Woortmann, exerce um “*jus in rem* e um *jus in personam* sobre suas pessoas moradores, definindo um conjunto de direitos e deveres, não só relativos à terra, mas também ao grupo como um todo” (WOORTMANN, E., 1995, p. 312).

A utilização do modelo analítico “casa” mostrou-se interessante para entendermos a forma de identificação, organização e reprodução das famílias camponesas num território que se “move” por causa dos deslocamentos de seus moradores.

Na *fazenda* Martim, há uma “área comum” onde todos os descendentes do velho Zora que participam ativamente de sua parentela, têm direito a morar. Porém, há uma importante distinção entre os que ali podem morar e trabalhar, os parentes “presentes”, e os parentes “ausentes”, que nas terras da *fazenda* têm somente direito a construir casa para morar, não dispendo de terra para trabalho, o que pode ser feito fora dali, ou mesmo fora da agricultura. Caso queiram *botar roça*, os que retornam precisam tomar emprestado, alugar ou comprar terra de seus vizinhos.

Uma *fazenda*, dessa feita, que não está concebida somente como um lugar de trabalho ou mesmo de moradia, mas como “casa” da família camponesa, sua

referência material e simbólica para a constituição e reprodução da família e de sua campesinidade (WOORTMANN, K, 1990).

Num segundo nível analítico, proponho pensarmos o território das famílias camponesas por meio de uma “constelação de casas” (MARCELIN, 1999), que supõe além dos separados lugares físicos nos quais elas moram, circulam e se identificam, todos esses lugares em relação. Um território que não se atém às fronteiras do “lugar de partida”, às *fazendas* sertanejas, embora estas (ainda) se mostrem como “referência permanente”, mas que se move e se configura a partir de uma “constelação de casas”.

Finalmente, o que verifiquei por meio desta pesquisa foi uma territorialidade caracterizada pela movimentação de pessoas no espaço, e o resultado disso, um território que se contrai e se expande continuamente no compasso dado pelas partidas, retornos, novas partidas e assim por diante. Um território descontínuo e fragmentado, embora conectado através de redes tecidas pela circulação constante de pessoas e coisas, materiais e simbólicas, entre os diferentes lugares.

Com isso, mais do que dizer que os grupos camponeses não devem ser tidos como isolados sociais, grupos familiares auto-contidos e auto-suficientes, o que muitos antropólogos e com tamanha acuidade antes de mim já fizeram, o objetivo do trabalho foi compreender um território camponês que se conforma e se movimenta por causa e nas conexões a outros territórios, a outros segmentos sociais e práticas culturais. Um processo que não somente aproxima e conecta ao território o que está fora, mas que torna esse “fora” parte do mesmo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana?. **Saúde e Sociedade**, n. 3, v. 15, p. 90-98, 2006.

ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

APPADURAI, Arjun Putting Hierarchy in its place. **Cultural Anthropology**, v. 3, n. 1, p. 36-49.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**. v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005

BARNES, J. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. **Human Relations**, v. 7, p. 39-58, 1954.

BENEDICT, R. **Patens of culture**. Boston: Houghton Mifflin Company, {1934} 1959.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**. La crisis de la sociedad campesina en el Beane. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

_____. A casa ou o mundo às avessas In: **Ensaio sobre a África do Norte** (textos Didáticos n 36). Mariza Correa; Márcio Silva (Org.). Campinas, SP: Unicamp/IFCH, {1969} 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia – Udufu, 2009.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, janeiro-junho de 2002 (Dossiê Saúde e Gerações).

_____. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional **da Latin America Studies Association** (LASA), 2000, Miami.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. Esposa de agricultor na França. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 328-354, 1996

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semi-árido In Caron, Patrick; Sabourin, Eric. **Camponeses do sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003, p. 29-45.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, **Stephen** (Edit.) **About the house** : Levi-Strauss and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1995

DELGADO, Guilherme, CARDOSO JR. , José Celso. **A universalização dos direitos sociais no Brasil**: a Previdência Rural no anos 90. Brasília: IPEA, 2000.

DURHAM, Eunice. Migrantes rurais In: Thomaz, O. R. **A dinâmica da cultura** – ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2004, p. 181-201.

_____. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: uma sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS- PRITCHARD, E.Edward. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editor,{1937}2005.

_____. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, {1940}2002.

FIRST, R. **Black Gold**: The Mozambican miner, proletarian, and peasant. Sussex: Harvester Press. New York: St. Martin's Press, 1983.

GARCIA JUNIOR., Afrânio. **O sul: caminho do roçado** – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq, 1989.

_____. **Terra de trabalho**: Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

George, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1969.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão In: Niemeyer, Ana Maria de, Pietrafesa de Godoi, Emília (orgs.). **Além dos territórios**: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 97 – 131.

GUPTA, Akhil, FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença In: ARANTES, Antonio A (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HAERSBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KEARNEY, Michael. **Reconceptualizing the peasantry**: anthropology in global perspective. Oxford: Westview Press, 1996.

KROEBER, Alfred. **Anthropology**. Nova Iorque: Harcourt-Brace, 1948.

LEMIEUX, Vincent. **Les réseaux d'acteurs sociaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

LÉVI-STRAUSS. *Maison* In: BONTE, P., IZARD, M. (Org.). Dictionnaire de L'ethnologie et de L'anthropology. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 434-436.

_____. **Minhas palavras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. História e Etnologia. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 1999 (Textos Didáticos n 24) (tradução: Wanda Caldeira Brant).

_____. **A via das máscaras**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de Acampamento**. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Nacional, 1971.

MACHADO, Igor. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. **Horizontes Antropológicos**, ano 15, n. 31, p. 167-187, jan – jun. 2009.

MACHADO, Eduardo. **Trajetórias da migração rural da Bahia**. 1992. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, n.5, v.2, p. 31-60, 1999.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica In: Nadalin, S.O. *et al* (eds.). **História e População**: estudos sobre a América Latina. São Paulo, Abep, IUSSP, Selade, Ceade, 1990, p. 16-26.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil In: **Não há terra para plantar nesse verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. José de Souza Martins. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 43-61.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico oriental**: um relatório do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia (Coleção Pensadores). São Paulo: Abril Cultural. {1922}1978.

MANDANI, Mahmood. **Ciudadano y súbdito**. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío. México: Siglo XXI Editores, 1998.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, {1923-1924}1988.

_____. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale In **Sociologie e Anthropologie**. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, {1904-05} 2003).

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida. Migrações: uma experiência história do campesinato do Nordeste In: Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida Menezes; Rosa Acevedo Marin (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009, p. 269-287.

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumara; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

_____. **Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes** (o caso dos 'corumbas' na plantation canavieira de Pernambuco). XXII Encontro Anual da Anpocs, de 27 a 30 de outubro de 1998, Caxambu, MG, *mimeo*.

MENEZES, Marilda Aparecida *et al.* O retorno para a festa. Revista. **Travessia**, São Paulo, ano III, n. 7, p.9-12, maio - ago. 1990.

_____. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba, PB.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **Direitos sociais em conflito: aposentadoria rural e direitos trabalhistas**. III Encontro da Rede de Estudos Rurais, 09 a 12 de setembro de 2008/UFCG: Rede de Estudos Rurais, 2008. (CD-ROM).

_____. **A “venda nova das imigrantes”**: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais In: Oliveira Filho, João Pacheco (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. São Paulo: Contracapa, 1999, p.11-38.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória In Mariza Peirano (Org.), **O dito e o feito**: ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PALMEIRA, Moacir, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de A Invenção da migração: relatório de pesquisa. IN: PALMEIRA, Moacir et al. **Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste**. Rio de Janeiro: Museu Nacional / PPGAS, 1977. V 5 (mimeo).

PEREIRA, José Carlos Alves. **À procura de viver bem**: jovens rurais entre campo e cidade / dissertação de mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

RABINOW, Paul. **Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos** (Serie Antropologia). Barcelona: Ediciones Júcar, 1992.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, {1952} 1973.

REDFIELD, Robert. **Civilização e Cultura Folk**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.

_____. Peasantry: part-societies In: Redfield, R. **The little community and peasant society and culture**. Chicago – London: The University of Chicago Press, 1960, p.23-39.

SACHS, Carolyn. **Gendered fields**: rural women, agriculture and environment. Oxford: Westview Press, 1991 (Rural Series Studies).

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Mana**, n.3, v.2, p. 103-150, 1997a.

_____.O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Mana**, n. 3, v. 1, p. 41-73, 1997b.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: o mecanismo de reprodução da imigração In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 25-44.

_____. Uma família deslocada In: Bourdieu, P. (dir.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 35-51.

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativo” e o “meio do mundo” In Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida Menezes; Rosa Acevedo Marin (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009, p 245-267.

_____.Estratégias familiares de emigração e retorno no Nordeste. **Travessia**., v.5, n. 22, p. 23-27, maio-ago. 1995

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**. n.10, v. 1, p. 131-163, 2004

_____. As vicissitudes do “Ensaio sobre o dom”. **Mana**. n.5, v.2, p. 89-124, 1999.

_____. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho**: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. Rio de Janeiro: PPGAS; Museu Nacional – UFRJ, 1986

_____. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo. Duas Cidades. 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.

_____. Destinos e trajetórias dos migrantes. **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, Abep, 1992, p.161-177.

_____. **Quando as andorinhas são forçadas a voar**. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de **1989**, Caxambu, MG, mimeo.

SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino...**: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG). 2005. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulher e capital (1850-1898). São Paulo: Brasiliense, 1986

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de cultura econômica, 1964.

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar In FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.(Org.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric Wolf. São Paulo: Ed.Universidade de Brasília - Editora Unicamp – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, {1962} 2003, p. 117-144.

_____. **Europe and the people without history**. Londres: University of California Press, 1982.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klas; WOORTMANN, Ellen. **Fuga a três vozes**. Série Antropologia n 129. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1992.

WOORTMANN, Klas. Migração, família e campesinato In Clifford Andrew Welch *et al* (Orgs.) **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v1. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, .2009, p. 217-238.

_____. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87** . Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 11-73, 1990.

ANEXO 1 - UM DIA NA FEIRA DE ARACATÚ

Chegamos na cidade de Aracatú por volta das 8:00 horas da manhã (Zé de Zora, Laura, Nanô e eu). Durou mais ou menos uma hora a viagem na caminhonete de Zé de Zora, desde a *fazenda* Martim até a cidade de Aracatú. Zé de Zora estacionou defronte à pensão da Dona Maria, onde estava hospedada, local onde deixei a bagagem que trouxe da *fazenda*. Daquele ponto em diante Zé de Zora separou-se de nós, ficamos as mulheres.

O primeiro lugar que estivemos foi na **Secretaria de Educação**, para que Laura e Nanô procurassem nas listagens de ex-alunos da escola municipal da *fazenda* Martim, os nomes de seus filhos. Isso serviria como prova para o processo de aposentadoria rural que ambas estavam requerendo junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Nanô encontrou o nome de dois de seus filhos nas listagens, porém Laura somente teve sucesso com o nome do seu filho caçula, o Danilo, que ainda está estudando, já que somente ele tem seu sobrenome. Os outros filhos de Laura, embora figurem nas listagens de ex-alunos, só têm o sobrenome do pai, pois Laura não é casada perante a lei civil, somente *no padre*, como me explicou. E, segundo fomos informadas, a diferença entre os sobrenomes dos filhos de Laura e o dela inviabiliza a prova para requerer a aposentadoria junto ao INSS (a verificar). Danilo tem somente treze anos, sendo muito novo, por sua vez, para figurar como prova de um passado mais longínquo de vida de trabalhadora rural da mãe.

Em seguida fomos até o **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** de Aracatú para levar os papéis de Laura e de Nanô para o processo de aposentadoria. O Sindicato atua como orientador e organizador dos papéis para que as pessoas possam dar entrada no INSS de Brumado, a fim de requererem aposentadoria. No Sindicato é feito o agendamento, via internet (site do INSS), para a entrega da documentação no INSS de Brumado. Esse serviço é bastante importante para a população, pois é grande o número de analfabetos na zona rural do município, o que torna difícil a organização dos documentos pelos próprios agricultores. Isso se evidenciou de forma emblemática no caso de Laura. A mesma não pagava as mensalidades do Sindicato havia vários anos, porém diante da necessidade dos serviços desse órgão para o requerimento de sua aposentadoria, acordou o pagamento das mensalidades atrasadas e passou contribuir mensalmente.

Os associados do Sindicato têm direito, uma vez por mês, a retirar gratuitamente, um medicamento: diclofenaco, pomada antiinflamatória ou um frasco de cápsulas polivitamínicas. Percebi que isso era muito importante para Laura, pois assim que chegamos ao Sindicato, ela foi logo perguntando se não havia remédio para ela. Como não precisava de remédio no momento, resolveu pegar a vitamina.

Enquanto Laura aguardava para ser atendida no Sindicato, Nanô foi até a Prefeitura Municipal procurar seu advogado (Dr. Afrânio) para se informar sobre o andamento do seu processo de aposentadoria, mas não o encontrou. Foi também ao Posto de Saúde Municipal atrás de um remédio para pressão, e lá também não teve sucesso, comprando-o por fim numa farmácia da cidade.

Ao deixar o Sindicato fomos a dois **mercadinhos**. No primeiro, Nanô fez suas compras, no segundo foi a vez de Laura. (Questionei porque esta não comprou no primeiro estabelecimento e ela respondeu que era para ajudar o dono do segundo mercadinho, que era novo na cidade). Laura e Nanô deixaram as compras guardadas no segundo mercadinho, recuperando-as somente no momento de ir embora para a *fazenda*, para não precisar carregar as sacolas durante o resto da jornada pela cidade.

Já passava das duas horas da tarde quando finalmente fomos almoçar numa **lanchonete** localizada no pavilhão onde acontece a feira livre (eu paguei as três refeições como forma de agradecimento). Como era quinta-feira, pudemos observar que já havia pessoas arrumando as barracas para a feira livre do dia seguinte. No pavilhão estivemos também no **mercado de carnes**.

Depois do almoço fomos à **loja de material de construção** de Cláudia (esposa de Robério), onde dona Laura tinha por incumbência pagar uma prestação para dona Almerinda, sua vizinha e amiga da *fazenda* Lagoa do Alto (dona Almerinda havia dado o dinheiro a dona Laura no dia anterior, quando estivemos em visita na sua casa).

Rumamos depois até a **casa de Tatá** (enfermeira do Posto de Saúde) para buscar um remédio também para dona Almerinda (Dona Nanô já havia passado no Posto de Saúde mais cedo, mas Tatá esquecera de levar o remédio, e lhe pedira para passar mais tarde em sua casa).

Próximo à casa de Tatá encontramos Zé de Zora numa **oficina mecânica**, onde aguardava o conserto da carroceria de seu caminhão. Já eram três da tarde. De lá fomos embora; na verdade, eu fiquei na cidade e os três voltaram para a *fazenda* Martim.

Notei que havia muita tranquilidade quanto ao reencontro de Nanô e de Laura com Zé de Zora, para irem embora. Desde o momento que nos separamos, assim que chegamos à cidade, não percebi nenhuma combinação de lugar ou de horário para o reencontro, o qual ocorreu somente na oficina mecânica. Esse reencontro aparentemente não planejado parecia ademais muito tranqüilo para os três. Talvez houvesse um código qualquer por mim não apreendido para o reencontro, ou mesmo não houvesse nada, somente a certeza de que em algum lugar e momento eles se encontrariam. Talvez fosse coisa mesmo de cidade pequena, onde imperaria uma outra percepção de tempo e de espaço, não havendo necessidade de um momento e de um lugar exato para os encontros, diferente bastante do que se passa nos médios e grandes centros urbanos, onde uma combinação prévia é imprescindível para tanto.

Nesse dia fiz duas **ligações telefônicas**, uma para Laura, que queria falar com sua filha Maria em Campinas, e a outra para Nanô, para sua filha em Artur Nogueira. Elas me pediram para fazer as ligações porque por serem analfabetas não conseguem efetua-las. Perguntei-lhes, diante disso, como costumavam fazer para ligar nas diversas vezes que vão à cidade, e elas responderam que sempre pedem para alguém na rua, mostram o número num papel e as pessoas discam para elas.

No momento de partir, os três insistiram para eu voltar para a *fazenda* Martim com eles; disseram que na cidade eu ficaria sozinha. Porém fiquei. Expliquei que tinha coisas para fazer também por ali e em alguns outros lugares.

ANEXO 2 - IDA À FAZENDA MERGULHÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE

Encontrei com as Irmãs Lourdes e Juliana na Casa Paroquial, já perto das seis horas da tarde. Seguimos as três numa caminhonete Ford grande e velha. A irmã Lourdes, a mais moça, era quem dirigia. Entramos na rodovia BA 262 em direção à Vitória da Conquista, num percurso de meia hora até a entrada da *fazenda Mergulhão*, à beira da rodovia.

A reunião na *fazenda Mergulhão* aconteceu numa casa de farinha, arrumada especialmente para a ocasião. Havia carteiras escolares, uma mesa com toalha e vaso de flor, uma vela, uma bíblia e uma faixa impressa em papel com o dizer: *A Comunidade Nossa Senhora da Ajuda saúda a visita da Irmã Lourdes e das outras visitantes.*

Quando chegamos, um pouco antes das sete horas, estavam no local Norbéria e o marido. Havia também uma outra senhora idosa, duas senhoras mais moças e um rapaz. O rapaz chegou a cavalo e as senhoras a pé.

Norbéria, nascida na *fazenda Mergulhão*, atualmente vive em Vitória da Conquista e vem a Aracatú quinzenalmente. É a responsável pela catequese das crianças da *fazenda Mergulhão*, além de ser uma espécie de líder da comunidade, uma porta-voz.

Aguardamos um pouco até que chegassem mais pessoas. A reunião começou por volta das sete e meia da noite. O motivo da reunião era *organizar a população do local em comunidade religiosa ativa*, explicou Irmã Lourdes. Neste intuito, as Irmãs enfatizaram por diversas vezes a necessidade da divisão dos trabalhos, como a da organização para eventos futuros da comunidade, dentre outras. Preceituaram, por exemplo, que a catequese não deveria mais ser conduzida por Norbéria, pois as aulas deveriam ser semanais e não quinzenais, como costuma esta ministrar. As Irmãs questionaram quem poderia realizar as aulas de catequese e instruíram as pessoas para resolver o caso: quem iria falar com a pessoa apontada como candidata a ministrar a catequese, ou, que outra pessoa poderia ser indicada para tanto.

Para a transformação da *fazenda* em uma comunidade as Irmãs ensinavam não somente noções religiosas, mas formas de auto-organização: quem fará tal função, quem será o responsável em falar com tal pessoa, quem arrecadará dinheiro para alguma finalidade, quem arrumará a casa de farinha para a próxima reunião, e ainda, quem prepara as leituras.

No final da reunião, para a minha alegria, fomos convidados todos para um café/chá com biscoito polvilho numa casa ao lado (moradia de uma das famílias). Voltamos para Aracatú, já passava das dez da noite.

ANEXO 3 - CASAMENTOS NAS FAZENDAS MARTIM E BAIXA ESCURA

Quadro 7: Filhos(as), genros e noras de Zé de Zora e Laura (*Fazenda Martim*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge.

Filhos e filhas	cônjuges	Moradia atual do casal	Lugar de nascimento do cônjuge
Maria	Osvaldo	Artur Nogueira	<i>Fazenda Milagres</i> (Aracatú)
Jair (Niquinho)	Verinha	Campinas	Aracatú
Anílton	Márcia	Campinas	Campinas
Zelinha	Zé Nilton	Paraguaçu, MG	Aracatú
Ivonete		São Paulo*	
Aílton (Medonha)	Onelita	Artur Nogueira	Aracatú
Eliete	Jair	Campinas	Aracatú
Sônia	João Orlando	Campinas	<i>Fazenda Gato</i> (Aracatú)
Jossimar (Danilo)		<i>Fazenda Martim</i>	

Fonte: Pesquisa de Campo.

* Ivonete atualmente é separada dos pais de suas duas filhas com quem vive.

Quadro 8: Filhos(as), genros e noras de Alceu e Vinú (*Fazenda Martim*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge. (continua)

Filhos e filhas	Cônjuge	Moradia atual do casal	Lugar de nascimento do cônjuge
Ismael		<i>Fazenda Martim</i>	Aracatú
Zé Nildo		<i>Fazenda Milagres</i>	<i>Fazenda Duas Irmãs</i>
Silvani (Dodô)		Artur Nogueira	
Rosaina		Embu, SP	
Roseni		Artur Nogueira	Estado do Piauí

Quadro 8: Filhos(as), genros e noras de Alceu e Vinú (*Fazenda Martim*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge. (conclusão)

Djalma (Branco/Bainha)	Kainha	<i>Fazenda Martim</i>	Fazenda Lagoinha (Aracatú)
Aguimaro (Joquinha/Corinho)	Selma	<i>Fazenda Martim</i>	
Rosilene (Babalú)	Valdivino (Bugí)	<i>Fazenda Martim</i>	Fazenda Duas Irmãs/Baixa Escura (Aracatú)

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quadro 9: Filhos(as), genros e noras de Nanô e Antônio (*Fazenda Martim*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge.

Filhos e filhas*	cônjuge	Moradia atual do casal	Lugar de nascimento do cônjuge
José	Graciete	Artur Nogueira	<i>Fazenda Lagoa da Pedra</i> (Aracatú)
Wilson (Rui)	Lúcia	Artur Nogueira	<i>Fazenda Fundão</i> (Aracatú)
Cláudio (Lebre)	Vilma	Artur Nogueira	<i>Fazenda Tanque Rombado</i> (Aracatú)
Armando (Manjuba)	Ivaneide	Artur Nogueira	<i>Fazenda Pau Ferro</i> (Aracatú)
Marlene	Arnóbio	Artur Nogueira	<i>Fazenda Fundão</i>
João (Tidé)	Ceone	Artur Nogueira	<i>Fazenda Morrinho</i> (Aracatú)
Edilene (Solândia)	Dedé	Artur Nogueira	<i>Fazenda Fundão</i> (Aracatú)
Vanildo	Andréia	Artur Nogueira	Sussuarana, BA
Edmilson (Veinho)		Artur Nogueira	
Lenice	Daniel	Guanambi, BA	Guanambi, BA

Fonte: Pesquisa de Campo.

* Exceto Lenice, que se amigou e mora em Guanambi, todos os outros filhos de Nanô e Antônio se casaram e moram em Artur Nogueira, SP.

Quadro 10: Filhos(as), genros e noras de Ananias (Diú) e Maria (*Fazenda Baixa Escura*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge.

Filhos e filhas*	Genros e noras	Moradia atual	Lugar de nascimento do cônjuge
Nice	Isáia	<i>Fazenda Baixa Escura</i>	<i>Fazenda Baixa Escura</i> (Aracatú)
Juraci	Conceição	Campinas	<i>Fazenda Boa Vista</i> (Aracatú)
Daílton		<i>Fazenda Baixa Escura</i>	
Marlene	Joãozinho (falecido)	Campinas	Campinas
Antonio	Cíntia	Campinas	Campinas
Rosimeire	Nelsinho	Campinas	<i>Fazenda Gato</i> (Aracatú)
Valdivino (Bugi)	Babalú	<i>Fazenda Martim</i>	<i>Fazenda Martim</i> (Aracatú)
Wallace		<i>Fazenda Baixa Escura</i>	

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quadro 11: Filhos(as), genros e noras de Zé Mascate e Dalvanir (*Fazenda Baixa Escura*), em relação a moradia atual e lugar de nascimento do cônjuge.

Filhos e filhas*	Genros e noras	Moradia atual	Lugar de procedência dos genros e noras
Laiminha	Giovana	<i>Fazenda Baixa Escura</i>	<i>Fazenda Caldeirãozinho</i>
Isáia	Nice	<i>Fazenda Baixa Escura</i>	<i>Fazenda Duas Irmãs</i> (Aracatú)
Gersino	Lúcia	<i>Fazenda Baixa Escura</i>	Aracatú
Lúcia		Artur Nogueira	Aracatú

ANEXO 4 - POEMA ARACATU K FÉ NA MENTE

Aracatu K fé na mente

Ademir P. Santos

Acontece em Aracatu
Como em outras regiões
A dificuldade de seus filhos
Se tornarem bons cidadãos
Falta trabalho e emprego
Para realizarem suas aspirações.

Quem tem mérito fica de fora
Estudo não é valorizado
Analfabeto em cargo de chefia
Concurso é ignorado
Basta ser bajulador de Político
Para ter emprego apadrinhado.

Muitos aracatuenses
Querem ter vida de cidadão
Não lucra nem o que come
Trabalhando pra certos patrões
Só não se arrisca a roubar
Pra não parar na prisão.

Feliz de quem tem coragem
E na vida quer vencer
De deixar seu torrão natal
Para não se padecer.
Enfrentando dificuldades
Para sobreviver.

Como não fica um pai
Vê o filho lhe estender a mão
Dizendo com a voz inocente
Papai: " quero um pedaço de pão"
Vendo a miséria apossar-se
Dos frutos do seu coração.

Chega o mês de marco
Após a festa de São Jose
Desenganado por que
Não pode dar aos filhos um picolé
Chama a esposa e diz
Vou para Ibiraci colher café.

Você fica
Fazendo alguns servicinhos
Lavando roupa e passando
Para os nossos vizinhos
Pra comprar ao menos pão
Pra dar nossos filhos.

Com isto ela se conforma
Quando não lhe pode acompanhar
Pois os filhos ainda são pequenos
E não tem com quem deixar
Aguarda por três ou quatro meses
Até o marido voltar

Muitos fecham suas casas
Levam de recém-nascidos a caducando
Para ganhar alguns reais
Pra sobreviver o resto do ano
Com trabalho e sofrimento
Realiza alguns de seus planos.

Adolescentes afastam das escolas
Por tempo determinado
Não quer perder oportunidades
De ganhar alguns trocados
Pra investir no seu futuro
De aracatuense esperançado

Vai depressa a procura do gato
Reservar sua passagem
Volta pra casa contente
Arrumar sua bagagem
E fica aguardando o dia
Dessa esperançosa viagem

Corre depressa no mercado
Compra logo uma fartura
De carne-seca e bolacha
Fósforo fumê e rapadura
Um quarto de bode seco
Pão doce e farinha pura

Pega toda aquela carne
Enfia numa vareta
E sarrabulha na prasa
Chega a carne ficar peta
Arruma numa lata de folha
Depois bota na maleta

Se despede de quem fica
E abençoa os vizinhos
Com a alma pesarosa
Dá lhe milhões de beijinhos
Deixando um pé de saudade
A pronta de seus carinhos.

Sai pronto a receber
Sol, poeira e chuva fria
Quando vai passando as retas
Do Estado da Bahia
Ele diz: Me ajuda meu Deus?
Nessa luta do dia a dia

Quando a marineta avança
Na velha Minas Gerais
A tristeza aperta mais
Só olhando pra trás
Quanto mais o busão anda
A saudade aumenta mais

Depois de tantas horas
Que vai na quele sofrer
O transporte chega no destino
O pobre trata em se descer
Porém vai tão entrevado
Que não pode se mexer.

Nos imensos cafezais
O camarada desce do carro
Segue de rua a fora
Sem ter no bolso um centavo
Com a sacola na mão
E a roupa do trabalho

Mete a cara no serviço
Sem ter domingo nem feriado
Colhendo o ouro verde
Para ser exportado
E alguns de seus sonhos
Ser concretizado

Trabalha pai trabalha mãe
Trabalha genro trabalha nora
Trabalha o filho adolescente
Que deveria ta na escola
Isto é culpa das autoridades
Que quer governar dando esmola

E assim trabalha quatro meses
Sem perder dia nem hora
Acerta com o patrão
E trata de vir embora
Retornar sua rotina
E os filhos voltarem para a escola

Com sorriso aberto
Por ter que retornar
Veste a roupa domingueira
E começa a pensar
Aqui é um pedaço do céu
O Resto ficou lá.

Más se tornar for preciso
Tenho pra onde voltar
Meu torrão me espera
Dele tenho que cuidar.

Com a economia que fizeram
Volta a reinar a alegria
A casa que estava caindo
A reforma logo inicia
O crédito aumentou
Pois pagou o que devia

Com o retorno de todos
Aracatu ~~Aracatu~~ *Aracatu*
Com dinheiro na praça
Tudo melhora
O comércio abre as portas
E a mercadoria vai embora

Parabens pra esses guerreiros
Que não quer ser humilhado
No vai e vem da vida
Dá conta do seu recado
Querem apenas trabalho
E não papo fiado

Deus dando-lhe saúde
E com mil réis de terra
Perde alguma batalha
Más nunca perde a guerra

Agosto está chegando
É hora de preparação
Limpar capoeira e roçar mato
Pra plantar milho e feijão
E pedir a Deus que não falte
Chuva no sertão

ANEXO 5 - AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE VISITA (FAZENDA MONTE D'ESTE)

FAZENDA TOZAN DO BRASIL LTDA.

Nº 14345

AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE VISITA - DATA 16/08/2009

Visitante: VERENA SEVA ROQUEIRA.		Fone: 19334900.					
Documento Tipo e Nº: 17.759.534-6.							
Empresa:		Fone:					
Assunto: VISITA.							
1 - Falar c/ GEOVANE.		Visto Visitado	Horas				
		gratuito da saída					
2 - Falar c/:		Visto Visitado	Horas				
VEÍCULO				HORÁRIO		VISTO SEGURANÇA	
Marca	Tipo	Placa	Crachá	Entrada	Saída	Entrada	Saída
FIAT	PRIO	DTX.1650	Q	11:05		JEAN	
Obs.: + ESPOSO JOSÉ VILTON COSTA.							

Gridplan® 3256-0123 25 Bts. 100x2 - 12.801 a 15.000 - 11/2008

ANEXO 6 - ALOJAMENTO DE MIGRANTES DA FAZENDA MONTE D'ESTE

Quadro 12: Moradores do alojamento de migrantes, segundo idade, estado civil, casa, procedência e atividade realizada na fazenda Monte D'Este, em 2009.(continua)

ID	Nome	Idade	Procedência	Atividade realizada na Monte D'Este *	Casa no alojamento	Estado civil (C/S)**
1	Giovana	41	Fazenda Baixa Escura	Colheita	1	C
2	Reinaldo	21	Fazenda Baixa Escura	Colheita e <i>terrerão</i>	1	S
3	Gaciete		Fazenda Duas Irmãs	Colheita	1	C
4	Claudionor	30	Fazenda Duas Irmãs	Colheita	1	C
5	Celândia	38	Fazenda Lagoa Preta	Colheita	1	C
6	Juraci	42	Fazenda Lagoa Preta	Colheita	1	C
7	Marli	23	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	C
8	Lucivando	23	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	C
9	Geni	40	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	C
10	Cirineu	43	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	C
11	Vanilda	21	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	S
12	Adalgísio	18	Fazenda Fazendinha	Colheita	1	S
13	Arnaldo	22	Fazenda Lagoa Preta	Colheita	1	C
14	Getúlio	59	Fazenda Riachão	Colheita	2	C
15	Jocélia	20	Fazenda Riachão	Colheita	2	C

Quadro 12: Moradores do alojamento de migrantes, segundo idade, estado civil, casa, procedência e atividade realizada na fazenda Monte D'Este, em 2009.(continuação)

16	Vanildo	25	Fazenda Riachão	Colheita	2	C
17	Aguinaldo	23	Fazenda Riachão	Colheita	2	C
18	Eva	22	Fazenda Riachão	Colheita	2	C
19	Valdeci	27	Fazenda Riachão/AN	Colheita	2	C
20	Luciana	26	Fazenda Riachão/AN	Colheita	2	C
21	Leidiana	21	Fazenda Riachão/NA	Colheita	2	C
22	Elisângela	19	Fazenda Riachão	Colheita	2	S
23	Valternor	27	Fazenda Riachão	Terrerão	2	C
24	Vilma	40	Aracatú (sede urbana)	Colheita	3	C
25	Gilmar	42	Aracatú (sede urbana)	Colheita	3	C
26	Eliene	21	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
27	Marlúcio	26	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
28	Isene	28	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
29	Arnaldo	38	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
30	Rubenilda	19	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
31	Luciano	23	Fazenda Caldeirão	Colheita	3	C
32	Edilândio*		Fazenda Fazendinha	Colheita	4	S

Quadro 12: Moradores do alojamento de migrantes, segundo idade, estado civil, casa, procedência e atividade realizada na fazenda Monte D'Este, em 2009.(continuação)

33	Zé Aparecido*		Fazenda Fazendinha	Colheita	4	S
34	Joaquim*		Fazenda Fazendinha	Colheita	4	S
35	Edivan*		Fazenda Fazendinha	Colheita	4	S
36	Ronaldo*		Fazenda Fundão	Colheita	4	S
37	Joaquim*		Fazenda Fundão	Colheita	4	S
38	Dalvan*		Fazenda Fundão	Colheita	4	S
39	Ronilson*		Fazenda Fundão	Colheita	4	S
40	Valdivino*		Fazenda Cantinho	Terrerão	4	C
41	Altomirando*		Aracatú (sede urbana)	Terrerão	4	C
42	Zé Nildo*		Fazenda Horta	Colheita	4	C
43	Lau*		Fazenda Pauferrenho	Terrerão	4	C
44	Ronaldo*		Fazenda Pauferrenho	Terrerão	4	S
45	Joaquim Antonio*		Fazenda Tucazinho	Colheita	4	C
46	Antonio*		Fazenda Fazendinha	Colheita	5	C
47	Veronice*		Fazenda Fazendinha	Colheita	5	C
48	Jorlani*		Fazenda Santa Rita	Colheita	5	C
49	Renato*		Fazenda Santa Rita	Colheita	5	C
50	Valdison*		Fazenda Fundão	Colheita	5	C
51	Marli*		Fazenda Fundão	Colheita	5	C
52	Vanildo*		Fazenda Fundão	Colheita	5	C
53	Eliete*		Fazenda Fundão	Colheita	5	C

Quadro 12: Moradores do alojamento de migrantes, segundo idade, estado civil, casa, procedência e atividade realizada na fazenda Monte D’Este, em 2009.(conclusão)

54	Ronaldo*		Fazenda Lagoa Preta	Colheita	Anexo da casa 2***	S
55	Marciano*		Fazenda Lagoa Preta	Colheita	Anexo da casa 2	S
56	Vanildo*		Fazenda Lagoa preta	Colheita	Anexo da casa 2	S

Fonte: Pesquisa de campo. Fazenda Monte D’Este. Campinas, 2009.

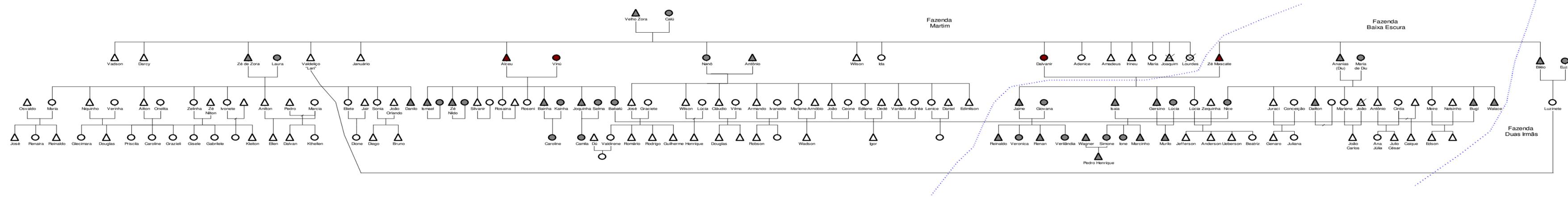
*Embora não disponha de dados precisos sobre suas idades, trata-se de pessoas com idade entre 18 e 45 anos.

** C = Casado(a); S = Solteiro(a).

*** Esse anexo era um pequeno quarto nos fundos da casa 2 onde moravam três rapazes solteiros. Nessa casa dividiam o cômodo improvisado como cozinha com os outros habitantes da casa, os do grupo familiar do seu Getúlio.

ANEXO 7- DIAGRAMA DE PARENTESCO EXTENSO

Anexo 7 – Diagrama de parentesco extenso



Legenda

- Moradores nas fazendas de Aracatú
- Não moradores nas fazendas
- Alternam moradia entre as fazendas e o município de Artur Nogueira, SP
- Delimitação das famílias e respectivas fazendas